UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

RAISSA BARBOSA ARAUJO

***MULHERES-NEGRAS* e POLÍTICAS PARA MULHERES: analíticas decoloniais sobre *sujeitos políticos* e políticas públicas municipais em Pernambuco**

Recife
2020

RAISSA BARBOSA ARAUJO

MULHERES-NEGRAS e POLÍTICAS PARA MULHERES: analíticas decoloniais sobre *sujeitos políticos* e políticas públicas municipais em Pernambuco

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Psicologia.
Área de concentração: PSICOLOGIA

Orientadora: Profª Drª Karla Galvão Adrião

Recife
2020

Catalogação na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

A663m Araújo, Raissa Barbosa.
Mulheres-negras e políticas para mulheres : analíticas decoloniais sobre sujeitos políticos e políticas públicas municipais em Pernambuco / Raissa Barbosa Araújo. – 2020.
287 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Karla Galvão Adrião.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2020.
Inclui referências e apêndices.

1. Psicologia. 2. Racismo. 3. Mulheres negras. 4. Política pública. I. Adrião, Karla Galvão (Orientadora). II. Título.

150 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2021-071)

RAISSA BARBOSA ARAUJO

MULHERES-NEGRAS e POLÍTICAS PARA MULHERES: analíticas decoloniais sobre *sujeitos políticos* e políticas públicas municipais em Pernambuco

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Psicologia.

Aprovada em: 31/03/2020.

BANCA EXAMINADORA

Participação via videoconferência

_____

Prof./ª Dr./ª Karla Galvão Adrião (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

_____

Prof./ª Dr./ª Claudia Andréa Mayorga Borges (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Minas Gerais

Participação via videoconferência

_____

Prof./ª Dr./ª Delma Josefa da Silva (Examinadora Externa)

Participação via videoconferência

_____

Prof./ª Dr./ª Vívian Matias dos Santos (Examinadora interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

_____

Prof./ª Dr./ª Flávia da Silva Clemente (Examinadora interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Observação: a defesa em epígrafe foi realizada integralmente por videoconferência, envolvendo a Banca Examinadora e a dissente, em virtude da suspensão das atividades acadêmicas presenciais devido à Pandemia.

Para *Dedé* e *Rai*, com amor, respeito e infinita gratidão.
Em memória, a *Marielle Franco*. Dois anos depois ainda não sabemos:
Quem mandou matar MARIELLE?

AGRADECIMENTOS

Primeiramente eu gostaria de agradecer a **todas as mulheres gestoras e lideranças democráticas**. Agradeço e peço licença a cada *ialodê* – do passado, do presente e de futuro! Gostaria de agradecer especialmente àquelas que foram interlocutoras desta pesquisa, *Lélia, Vanete e Judite.*

Em seguida gostaria de agradecer às **minhas duas maiores parceiras nessa jornada**, com quem troco e aprendo há mais de dez anos: **Karla Galvão Adrião**, minha orientadora e amiga, como também **Mariana Borelli,** companheira na academia e na vida.

Sem dúvidas, esse trabalho é também uma parceria com **Val,** minha querida revisora ortográfica. Desde a graduação em psicologia insisto *dislexicamente* em errar na escrita de palavras que, com carinho e bom humor, ela não perde uma oportunidade de corrigir.

Agradeço às(aos) c**olegas de turma no doutorado** e às **pessoas do grupo de estudo composto por orientandas/os/es de Karla,** com carinho especial à Adriana, Marisa, Isa, Dara e Ítalo. Também sou grata à equipe do projeto de extensão que construiu em parceria o livro que resgatar memórias das gestoras da política pública para mulheres no Recife. Agradeço à **Letícia Moura**, minha orientanda, pela parceria na ocasião da abertura de campo desta pesquisa.

Às professoras e feministas **Rosineide Cordeiro, Jaileila Araújo e Cláudia Mayorga,** agradeço por tamanha inspiração. Agradeço às companheiras de aprendizado desde a graduação: **Mel, Clá e Mari.**

Também gostaria de fazer reverência a generosidade do acolhimento de **Isabel Casimiro**, minha orientadora no intercâmbio em Moçambique. Graças a ela pude cruzar o oceano e fortalecer meu sentimento de irmandade entre nós, pessoas do Sul do mundo. Do mesmo modo, agradeço ao Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane.

Agradeço ainda às **gestoras da SecMulher-PE**, pela oportunidade de retornar ao Fórum de Gestoras na condição de pesquisadora. Em especial faço referência a **Silvia Cordeiro, Beatriz Vidal e Juliana Oliveira.** Também agradeço à **Cristina Buarque e Helena Medeiros** pela cuidado em construir uma gestão pública sem perder de vista a importância dos registros históricos. Por fim, e não menos importante, agradeço a **Ciani Neves**, minha primeira chefe mulher-negra. Sem dúvidas, muitas das reflexões deste trabalho se originaram em suas provocações a respeito da dimensão do racismo estrutural que permanece entranhado nas políticas públicas para mulheres.

Agradeço **às(aos) companheiras(os) do movimento estudanti**l, minha escola de formação *paulofreireana.* E, também, **às companheiras feministas do movimento de mulheres**. **Domi, Sady, Suzana, Fernanda, Valéria, Doug, Mallys, Nati, Dara, Lucas, Tainá, Adelle, Gabi…** Agradeço a cada pessoa que contribuiu com minha formação política feminista.

Gostaria de agradecer **aos povos tradicionais e, em especial ao povo negro brasileiro**. Sinto uma profunda gratidão pela generosidade em compartilhar um projeto de civilização mais ético e justo. Artistas, militantes políticos e teóricas negras e negros, obrigada por toda a inspiração!

Agradeço também **à minha ancestralidade e minha família** quem me apresentou a sensação de amar; minhas avós Lita, Lia e Pipita, mainha, painho, Nara, Tia Oca e Tia Syl, Tio Barbosinha, primas e primos (em especial Emília, Dinda, Clarissa e Suiá), sobrinhas e sobrinho. E a todas e todos que virão; se vierem, venham na paz! Gostaria de agradecer também às minhas famílias de coração, especialmente a Dedé, Rai, Lenice, Danila, Lua e Guel.

Também sou profundamente grata à **Entrelaços** e a todas as mulheres decoloniais que ousam fazer a empiria clínica de entrelaçar gênero, raça, classe e subjetividade. Em especial Aida, Anamaria, Dani, Edna, Nanda, Mari Borelli, Carol, Maria e Mari Vaz. Agradeço ainda ao grupo de estudo sobre clínica: Luana Rotolo, Clarissa Mendonça, Mari Borelli, Maria e Mari Vaz.

Agradeço às **minhas maridas** da vida, amigas com quem dividi casa e me tornei irmã: Lu, Clá, Lila, Anamaria e Daniela. Também sou grata a Valéria, Adelle, Dara e Aida, amigas que há mais de uma década me ensinam muito sobre relações raciais, quem eu sou e sobre o que eu não deveria ser… Agradeço às minhas **hermanitas de Maputo,** Nata e Zeltia, pela construção de uma parceria de amizade além-mar. Quero agradecer a **Geo**, por sempre ser tão incentivadora. E, não poderia deixar esquecer, **amigues do coração verde;** Rafa, Luisa, Filipe, Beto e Falc. Não podia deixar de agradecer a duas profissionais que contribuíram com minha saúde física e mental: **Silvia Albuquerque e Edna Lopes.**

Também agradeço à **FACEPE** pela bolsa de estudos, ao **PPGPsi,** por tantas oportunidades de aprendizado e à **UFPE**; pelo chão, pelo teto e pelo afeto. Sou grata a **Bruno Veríssimo**, pela ilustração da capa desta tese, a **Bruno Robson** pela ajuda com o Word e a **Anderson,** pela tradução.

Por fim e não menos importantes, agradeço a todas às **forças da natureza** que nos fizeram chegar até aqui.

RESUMO

Esta tese de doutorado está inscrita na Psicologia, em um campo atento a discursos, linguagens e relações de poder (FOUCAULT, 1986). O objetivo do trabalho é compreender quem são os *sujeitos políticos* das *políticas públicas para mulheres* em diferentes municípios do semiárido pernambucano. O ponto de partida foram as teorias feministas (HARAWAY, 1995; SCOTT, 1999), em seguida, nos encontramos com epistemologias e metodologias decoloniais (QUIJANO, 1992; LUGONES, 2014; MALDONADO-TORRES, 2019). Foram realizadas *observações participantes* e, a partir destas, elaborado um *roteiro de entrevista.* A literatura acadêmica africana-afrodiaspórica ganhou relevância para o estudo (GONZALEZ, 2019; NOBLES; 2009; HUDSON-WEEMS, 2019; OYĚWÙMÍ, 2019). As três gestoras-interlocutoras são mulheres-negras. Em diálogo, buscamos reconstruir memórias relacionadas às suas formações político-acadêmicas, bem como a criação dos Organismos Municipais de Políticas para Mulheres, principais ações e maiores desafios. O material de campo foi trabalhado a partir de uma analítica fanoniana, atenta à colonialidade do ser-poder-saber (FANON, 2008), revisitada pela perspectiva do '*racismo genderizado*' (KILOMBA, 2019). As gestoras municipais foram interpretadas como '*ialodês afrodiaspóricas*' (WERNECK, 2009) e toda a população do semiárido como '*damné(e)s*' (FANON; 2015). O primeiro capítulo da tese apresenta a autora, o percurso para a construção do projeto de pesquisa e referências epistemológicas. No segundo, um breve panorama do 'Estado da arte' das políticas para mulheres. O capítulo metodológico traz referências teóricas de pesquisa qualitativa e apresenta o campo estudado. Em seguida, três capítulos analíticos; resgatamos trechos das biografias das gestoras-interlocutoras; os cotidianos áridos da gestão pública e, por fim, estratégias para a construção de uma política comprometida com a vida das mulheres. A partir desta pesquisa, podemos apontar que nos anos 2000 vimos uma mudança de postura do Estado no que se refere às questões de gênero. Em paralelo, o racismo, o problema fundante da formação sociocultural brasileira, segue estruturando a máquina pública.

Palavras chave: S*ujeitos políticos*. Políticas públicas para mulheres. Semiárido pernambucano. Colonialidade do poder. Racismo genderizado.

ABSTRACT

This doctoral thesis is inscribed in Psychology, in a field mindful to discourses, languages and power relations (FOUCAULT, 1986). The objective of this work is to understand who are the *political subjects* of the public policies regarding to women in different towns in the semiarid region of Pernambuco state. The starting point was feminist theories (HARAWAY, 1995; SCOTT, 1999), then we found ourselves with decolonial epistemologies and methods (QUIJANO, 1992; LUGONES, 2014; MALDONADO-TORRES, 2019). Observant participations were made and, based on these, an interview script was elaborated. The African-afrodiasporic academic literature gained relevance for the study (GONZALEZ, 2019; NOBLES; 2009; HUDSON-WEEMS, 2019; OYĚWÙMÍ, 2019). The three managers-interlocutors are black women. In dialogue, we seek to reconstruct memories related to their political-academic backgrounds, as well as the creation of municipal public agencies for women's policies, main actions and major challenges. The collected fieldwork data were submitted to a fanonial analytical, watchful to the coloniality of the being-power-knowledge (FANON, 2008), revised from the perspective of 'gendered racism' (KILOMBA, 2019). The municipal managers were interpreted as 'aphrodiasporic ialodês' (WERNECK, 2009) and the entire population of the semiarid as *'damné(e)s'* (FANON; 2015). The thesis first chapter presents the author, the path to the construction of the research project and epistemological references. In the second, a brief overview of women's public policies "State of the art". The methodological chapter provides theoretical references for qualitative research and presents the field studied. Then, three analytical chapters; we retrieved excerpts from the biographies of the managers-interlocutors; the arid routine of public management and, finally, strategies for building a policy committed to women's lives. From this research, we can point that in the 2000s there was a change in the State's attitude regarding to gender issues. In parallel, the racism, a problem of Brazilian cultural formation, remains structuring the public machine.

Keywords: *Political subjects.* Public policies for women. Pernambuco semiarid. Coloniality of power. Gendered racismo.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMB	Articulação de Mulheres Brasileiras
ALEPE	Assembleia Legislativa de Pernambuco
ABRAPSO	Associação Brasileira de Psicologia Social
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPS Ad	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas
CECH	Centro Estadual de Combate à Homofobia
CENARAB	Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afrobrasileira
CEAM	Centro Especializado de Atendimento à Mulher
CCJ	Comissão de Constituição Justiça e Cidadania
CECF	Conselho Estadual da Condição Feminina
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CONDIM	Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada de Assistência Social
DEAM	Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Ministério da Agricultura
FEM	Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal
FEM-Mulher	Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Mulher
FLIP	Festa Literária Internacional de Paraty
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
GEFESP	Gerência de Fortalecimento Sócio Político
GFG	Gerência de Formação em Gênero
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
LBT	Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero
LGBTQI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgênero, Queer, Intersex e mais
MMIRDH	Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos
NEG	Núcleos de Estudos de Gênero
OPM	Organismos de Política para Mulheres
OMPM	Organismos Municipais de Políticas para Mulheres
ONU	Organização das Nações Unidas
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organização Não Governamental
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PAISM	Programa de Assistência Integral à Saúde Mulher
PPGPsi	Programa de Pós Graduação em Psicologia
PLS	Projeto de Lei do Senado
PPIGRE	Projeto Dom Helder Câmara, Ministério do Desenvolvimento Agrário
Rede LAC	Rede de Mulheres Rurais Latina e do Caribe
SecMulher-PE	Secretaria da Mulher de Pernambuco
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SEPLAG	Secretaria de Planejamento e Gestão
SEPPIR	Secretaria de Política de Promoção de Igualdade Racial
SPM	Secretaria de Política para Mulheres
SENAD	Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas
SEDIM	Secretaria Nacional dos Direitos das Mulheres
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
VVDFCM	Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

SUMÁRIO

1 PREÂMBULO: UMA CARTA AFROFUTURISTA 14

2 APRESENTAÇÕES E DISCUSSÕES EPISTEMOLÓGICAS 21

2.1 UTOPIAS e EPISTEMOLOGIAS: irmãs de sangue 21

2.2 OBJETIVOS 27

2.3 APRESENTAÇÃO PESSOAL-POLÍTICA-ACADÊMICA-PROFISSIONAL 29

2.3.1 Feminista e eurodescendente 29

2.3.2 Sobre origens e privilégios 32

2.3.3 Da graduação ao mestrado em Psicologia 33

2.3.4 Além dos muros da universidade - início do doutorado 34

2.3.5 O retorno à universidade: uma nova transformação da percepção 38

2.4 **PROCESSOS PSICOSSOCIAIS, PODER E PRÁTICAS COLETIVAS: A PSICOLOGIA EM DIÁLOGO COM O(S) FEMINISMO(S) E COM A DECOLONIALIDADE** 41

2.4.1 Introdução: processos psicossociais, poder e práticas Coletivas 41

2.4.2 A Psicologia em diálogo com o(s) Feminismo(s) e com a Decolonialidade 46

2.5 SOBRE *SUJEITOS POLÍTICOS* e POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES 52

2.5.1 Sobre *sujeitos políticos* 52

2.5.2 Políticas públicas para mulheres 57

2.6 APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DO TEXTO 59

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: ESTADO DA ARTE 62

3.1 CONTEXTO MUNDIAL 62

3.2 CONTEXTO NACIONAL DAS POLÍTICAS PARA MULHERES 64

3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES EM PERNAMBUCO 70

4 DISCUSSÕES METODOLÓGICAS E APRESENTAÇÕES: PERSPECTIVAS QUALITATIVAS PARA PESQUISAS FEMINISTAS DECOLONIAIS 73

4.1 PSICOLOGIA E POLÍTICAS SOCIAIS 73

4.2 PERSPECTIVAS QUALITATIVAS PARA UMA PESQUISA FEMINISTA 74

4.3 SOBRE O CAMPO DE PESQUISA 79

4.3.1 (Re)encontro com o campo 79

3.3.1.1 Abertura de campo 80

3.3.1.2 Primeiro acontecimento 85

3.3.1.3 Diálogos iniciais com as gestoras municipais 86

3.3.1.4 O (re)Encontro com Jurema 88
3.3.1.5 Um novo desenho para a pesquisa 91
3.3.1.6 Sobre viajar 94
3.3.1.7 Borrando as fronteiras: discussão sobre ética e nomes fictícios 95
3.3.1.8 Apresentações iniciais: Brasil-Nordeste-Pernambuco-Semiárido 95
3.3.1.9 Passeios pelo Semiárido: Carcará do Sertão, Várzea da Caatinga e Noruega do Sul 97
4.4 INFORMAÇÕES SOBRE AS GESTÕES MUNICIPAIS DE POLÍTICAS PARA MULHERES 101
4.4.1 Pra começo de conversa: Lélia, Vanete e Judite 106
4.5 PÓS CAMPO E PRÉ ANÁLISE 115
4.5.1 Mulherismo Africana 115
4.5.2 *Ialodês* Afrodiaspóricas 118
4.5.3 Pulsão Palmarina 119
4.6 CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ANÁLISE DECOLONIAL: ESTÉTICAS E ESTRATÉGIAS 121
5 "MEMÓRIAS DA PLANTAÇÃO" E DO COMÉRCIO: *sobre tornar-se sujeito político* 125
5.1 SOBRE *SUJEITOS POLÍTICOS*, BIOGRAFIAS E FAMILIAS NEGRAS 131
5.1.1 Estratégias familiares para a transmissão e fortalecimento do ser-saber 133
5.1.1.1 Lélia (entre 50 e 55 anos) 134
5.1.1.2 Vanete (entre 30 e 35 anos) 138
4.1.1.3 Judite (entre 40 e 45 anos) 141
5.1.2 Reflexões sobre biografias *ialodês* 145
5.1.3 Sobre o *trauma* 150
5.1.4 Racismo genderizado 152
6 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO*: SOBRE GESTORAS, REDES E TERRITÓRIOS* 155
6.1 *IALODÊS* NA GESTÃO COLETIVA 157
6.1.1 *Ialodês afrodiaspóricas* e políticas para mulheres no Agreste e no Sertão 161
6.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES NO SEMIÁRIDO NORDESTINO: REFLEXÕES SOBRE AS *'CIDADES DAS COLONIZADAS'* 166
6.2.1 Sobre a municipalização e interiorização das políticas públicas para mulheres em Pernambuco 168
6.2.2 Sobre Organismos municipais de políticas públicas para mulheres 172
6.2.2.1 Criação do Organismo de Política Pública para Mulheres 172

6.2.2.2 Funcionamento atual do Organismo 183
6.2.2.3 Modelo da gestão municipal 196
6.2.2.4 Principais ações do Organismo Municipal de Políticas para Mulheres: para quem? . 205
6.2.2.5 Um dia qualquer na colônia: *"a zona do não ser"* sendo 212
7 A INSURGÊNCIA "*DAMNÉ*"E (OU SOBRE *BACURALIZAR*): *ESTRATÉGIAS COTIDIANAS PARA A DECOLONIZAÇÃO NO SEMIÁRIDO* 219
7.1 POLÍTICAS PARA MULHERES EM REDE DE COMPROMISSO E SOLIDARIEDADE 220
7.2 ESTRATÉGIAS PARA A DESCOLONIZAÇÃO: CULTURA, EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE 240
7.3 MULHERES NEGRAS E(M) ESPAÇOS DE PODER 244
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 258
REFERÊNCIAS 264
APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista 272
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre Esclarecido 279
APÊNDICE C - Carta de Solicitação 282
APÊNDICE D - Carta de Anuência 284
APENDICE E - Terra e mar do São Francisco 285
APÊNDICE F - ***Árido movie***: imagens de **cinema**, estradas de **aspirina** e coronéis **urubus** 286

1 PREÂMBULO[1]: UMA CARTA AFROFUTURISTA[2]

Município da Primavera, 20 de novembro de *2063.*

[3]oi, você que vive no futuro, meu nome é Turmalina!

minhas mães disseram que me deram esse nome porque elas gostam muito da **turmalina negra,** que é uma pedra de proteção que manda pra longe as energias negativas. sou pernambucana, sertaneja e aquariana. tenho 13 anos. nasci em 2050, no dia 9 de fevereiro (no mesmo dia do aniversário do frevo).

no ano passado tive as férias mais legais da minha vida, porque o 32º Festival Nordestino de Cultura e Beleza Negra aconteceu na minha cidade. veio um monte de gente pra cá. disseram que tinha tanta gente que mais parecia o carnaval de Olinda. eu achei que nunca mais ia gostar do mês das férias, porque ia sempre sentir saudades daqueles dias do Festival. mas esse ano foi bom também. foi diferente e eu gostei de ter escutado muitas histórias do passado.

nessas férias eu fui para Recife. não encontrei com taaanta gente assim, mas encontrei com alguns livros e com pessoas que moram dentros dos livros.
foi aí que tive essa ideia de escrever uma carta para o futuro.

pera... vou explicar!

encontrei uma estante cheia de livros na casa de minha tia-avó, que mora lá na capital. ela tem quase 80 anos e é bem engraçada. gosta de contar histórias sem parar. ela tem os cabelos toooodos brancos e me diz que era assim desde que tinha minha idade. mas acho que é brincadeira dela, porque nunca vi uma jovem com cabelos brancos!

nas férias que passei lá achei livros antigos. bem antigos mesmo! teve um que era de uma moça paulistana chamada Adalzira Bittencourt. ela escreveu no ano de 1929 o "Sua Excelência: a Presidente da República no Anno 2.500[4]". minha tia me

---

[1] Sabemos que não há preâmbulo em teses e dissertações. Essa é uma desobediência acadêmica (MIGNOLO, 2008; SANTOS, 2018).

[2] A primeira vez que eu, Raissa Barbosa, escutei atentamente essa expressão foi no Curso de Psicologia Preta, ministrado por Lucas Veiga (mestre em psicologia pela UFF) em junho de 2019, no Rio de Janeiro. Ao final do curso ele perguntou se conhecíamos essa palavra. Algumas pessoas disseram que sim, outras ficaram em dúvida. E então ele nos apresentou sua tradução: "**As pessoas negras estarão VIVAS no futuro**". Diante do contexto de extermínio da população negra, o direito à vida torna-se uma aspiração futurista (Registros do Diário de Campo).

[3] Essa carta é assinada por uma personagem fictícia e não segue padrões da ABNT: fonte, margens, início das frases, ou espaçamento. As palavras são escritas indiscriminadamente com letras minúsculas e maiúsculas. Provocar certo estranhamento estético para um texto acadêmico é um dos propósitos deste preâmbulo, conforme será abordado ao longo da tese.

[4] BITTENCOURT (1996).

contou que conheceu esse livro na época que escrevia o mestrado, quando era bem jovenzinha.

lemos juntas o livro. foram várias noites...
era tanta coisa esquisita!

a gente lia um pouquinho sobre esse passado bem distante de Adalzira, depois titia me contava como era no tempo em que era mais nova. Aí, nós duas juntas, ficávamos pensando no passado e no presente... depois a gente imaginava como vai ser esse tal futuro de 2500...

Adalzira começou o livro dizendo assim:

> "Ao Brasil dos meus sonhos...
> ... cada leitor interprete esse livro como entender.
> É Romance? É Fantasia? É Crítica? É obra de ficção, ou pedagógica?
> Que eu sei... (?)
> Que ele seja esquisito de manejar e cada leitor encontre nele um bocado a seu sabor..."

ela achava que ia ser só em 2500 que a primeira mulher ia ser presidenta do Brasil. ela errou feio, a primeira presidenta veio quase 500 anos antes, no começo dos anos 2000!
mas aí minha tia explicou que uma mulher ser presidenta era uma coisa tão difícil naquele tempo dos anos de 20 do século paaaaassado, que pensar que a presidenta ia chegar em 2500 talvez fosse o melhor que Adalzira podia imaginar!

ainda estamos em 2063 e hoje já foram algumas presidentas.
(imagina quantas mulheres vão ter sido presidentas daqui até 2500!!!)

minha tia disse que a primeira mulher se tornou presidenta em 2011. Dilma era seu nome. titia disse que votou nela e lembra da festa que fez no dia dessa eleição. mas poucos anos depois, em 2016, as mulheres sofreram um Golpe.
(esse foi como o Golpe de 1964, que próximo ano vai fazer 100 anos e todo mundo só fala nisso - no graaaande festival nacional que vai acontecer, ao mesmo tempo, em várias cidades do país; o '**Festival Nacional da Memória, Verdade e Justiça**')

mas voltando ao livro... copiei aqui algumas partes do começo aqui, ó:

> "Corria o ano de 2.500. O feminismo vencera em toda linha. A presidência da República dos Estados Unidos do Brasil estava confiada a uma mulher. * O Brasil - o país mais forte, mais belo e mais rico. * O comum dos homens do Brasil mede 2,40 m e as mulheres, menores, 1,80 m. * Durava-se comumente de 130 a 180 anos. * Não foi só no físico que o brasileiro agigantou-se. O moral também. O intelecto também. Tudo na proporção do físico. * No

> fundo do sertão de Goiás ou da Amazônia que há 560 anos era mata virgem, cheia de bugres antropófagos, se erguem agora as cidades e vilas dos agricultores do interior. Nessas cidades há prédios de 80 andares; há teatros, bibliotecas, magazines de luxo, restaurantes em carros aéreos etc. Civilização. * Esse era o Brasil de 2500, governado pela primeira vez por uma mulher."

muito engraçado pensar nesse futuro que não chegou ainda...
e essa gente gigante e estranha que ela imaginou!?
e essa história de prédios de 80 andares na Floresta da Amazônia? (Ôxe!)

depois Adalzira continua e fala como ia ser essa presidenta:

> "Doutora Mariângela de Albuquerque. Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. 28 anos de idade. Paulista. Diplomada em Medicina e Direito. Esbelta. Olhos de Veludo. Boca Pequena e lindos dentes. Pele de cetim. * Boa. Sensata. Meiga. Tipo de beleza. Mulher Perfeita."

tão diferente da nossa presidenta atual!
ela tem uma boca enorme. quando coloca o batom vermelho que dá pra ver bem.
tem um sorriso imenso! acho ela muito linda! tem mesmo um perfil de matrona, como as *ialodês.*
minhas mães votaram nela!
eu não sei que faculdade ela fez, mas sei que não é médica. antes de ser presidenta ela fazia muitas obras de arte que são famosas em muitos lugares.

mas olha o que Adalzira conta da gente do Brasil do seu tempo, no século passado:

> "Homens de barbinha rala e fala fina, quase sempre tendo nas veias um pouco de sangue negro e por isso mesmo, preguiçosos, indolentes... Cheios de tara e doenças. Mulheres raquíticas ou de excessiva gordura balofa, estéreis, sardentas, espinhentas, incultas, pretensiosas, cabotinhas (ambulantes) e feias."

ela achava as pessoas negras preguiçosas e feias! Que jeito rude de escrever!
minha tia contou que esse jeito que Adalzira via as coisas era comum entre as pessoas brancas daquele tempo.
as pessoas não sabiam direito o que era ser brasileira(o) e achavam que todas as pessoas deveriam ser brancas para o país crescer.
(eu, hein!? que ideia estranha e sem sentido!)
nesse tempo tinha racismo sem ninguém achar que isso que era muito muuuito feio.

titia disse também que nesse tempo passado falar que uma mulher era estéril era bem ofensivo, porque entendiam que as mulheres eram obrigadas a casar, engravidar, ter filhos e filhas, serem boas e dedicadas ao lar e à família.

(mulheres brancas, na verdade... algumas mulheres negras até perdiam o direito de casar, porque trabalhavam pras famílias ricas)

passamos umas duas semanas lendo esse livro, de pouquinho em pouquinho... depois que acabamos de ler, a gente continuou se encontrando até o fim das férias. aí titia contou histórias desde o tempo desse Golpe de 2016 que teve com a primeira presidenta até hoje, início da década de 60...

ela disse que estava começando a fazer o doutorado quando teve esse Golpe que tirou do poder a primeira mulher presidenta (e também tirou todas as mulheres e pessoas negras dos ministérios. ficaram apenas os homens brancos. - todos velhos e feios, que eu vi. - minha tia mostrou uma foto do dia que o golpista assumiu o poder. ela tem um recorte de jornal impresso guardado até hoje!).

titia contou que foi um tempo muito difícil nas faculdades, nos centros de pesquisas, para o cinema nacional, para a saúde das pessoas, para o meio ambiente.. ela disse que um monte de coisas ficou pior. foram anos em que o país sentiu que estava diminuindo e as pessoas ficaram tristes... (poxa, deve mesmo ter sido difícil!)

depois, uns três anos depois do golpe, já tinha um outro presidente eleito, mas ele era muito mal. dizia coisas horrorosas e as pessoas começaram a ter cada vez mais e mais vergonha dele. teve um incêndio beeem grande na Floresta Amazônica e esse presidente parecia que queria que tudo ficasse destruído. foi assim que o mundo todo começou a ter vontade de mudar o governo do Brasil. (ufa!) ele fazia mal não só pro Brasil, mas pro planeta terra[5]!

minha tia disse que foi em 2020, por conta das eleições para as cidades, que as coisas começaram a mudar no país quase todinho..
passou a existir um movimento pela reforma política que mudou um monte de coisas...
no ano de 2021, criaram o Movimento Geral pela Reforma Política.

Titia contou que antes da década de 2020, as escolas tinham 'aula de história', mas praticamente só contavam a versão dos portugueses - mesmo depois da Lei 10.639/03, do governo Lula, que obrigava o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Até esse tempo ainda não se respeitava a importância da cultura negra para a formação da sociedade brasileira... foi por conta das conquistas do Movimento Geral pela Reforma Política e de muito controle social que todas as escolas e faculdades precisaram fazer uma grande mudança na forma de ensinar as coisas. por isso hoje temos nas escolas as aulas de 'matrizes e cultura africana', 'matrizes e cultura dos povos originários' (que antes eram chamados de índios) e de 'matrizes europeias'.

---

[5] O Dicionário britânico Oxford elegeu 'climate emergency' como palavra do ano em 2019. Esse foi um alerta que ganhou eco pela voz de uma adolescente sueca nascida em 2003 – a garota nórdica Greta Ernman Thunberg, líder do movimento Greve das Escolas pelo Clima. (Nos dias de hoje, início da década de vinte do século vinte e um, pergunto-me se aquilo que as garotas sertanejas têm para dizer pode chegar a ser ouvido tão longe, no Norte do mundo.)

titia falou de outra transformação recente no país que mudou nossa vida. foi lá pra o ano de 2030, quando passou a ser obrigatório ter diversidade de gênero e etnia nos cargos do poder executivo e também paridade no poder legislativo. isso aconteceu com a **Lei Marielle Franco**[6]. por isso, que de lá pra cá, foram algumas presidentas, de diferentes etnias. e também todas as câmaras legislativas tem gente diferente - não tem só homens brancos como antigamente. minha tia disse que Marielle foi uma mulher negra, lésbica, muito corajosa e de esquerda. ela ocupou a política no Rjo de Janeiro e foi morta em 2018 por ser justamente o que era, com todas essas qualidades.

no começo dos anos 2000 teve uma coisa que ficou conhecida como 'nova primavera feminista'. mas, mesmo assim, ainda tinha muita violência contra as mulheres.
foi por isso que deram o Golpe em Dilma e mandaram matar Marielle... os homens velhos e feios daquela época não queriam as mulheres ocupando os espaços de poder.
titia disse que naquele tempo era muito mais difícil ser mulher.
Ainda bem que ela pôde ver muita coisa mudando pra melhor nos últimos anos...

ei, você sabia que o lugar mais inseguro para uma mulher estar era dentro da própria casa? (triste isso, né?)
é que muitas mulheres sofriam violências cometidas por parentes...
mas aí teve a **Lei Maria da Penha** e as coisas foram mudando - aos poucos..
minha tia disse que se eu for perguntar às mais velhas, todas vão lembrar de histórias muito tristes de violência contra mulheres. Todo mundo sabia de alguma história pra contar...
principalmente mulheres negras, pobres e com maior dificuldade aos meios de transporte e internet... era muito difícil pedir ajuda a outras mulheres... Aqui no Sertão, era até bem mais difícil!
(.. nessa época que ainda tinha gente morrendo de fome por conta das mentiras que contavam sobre as secas. Diziam que o Nordeste era um lugar condenado à pobreza, mas era mesmo por maldade política que diziam essa mentira. hoje já sabemos disso!)

minha tia falou que no tempo do Golpe contra a primeira presidenta praticamente só tinham juízes brancos e homens para dizer o que era certo e errado.
(a justiça não era nada justa, hein?!)
e um montão de mulheres já dizia que não podia ser assim!

---

[6] Mariele Franco foi uma *cria da favela* da Maré. Mulher, negra, mãe e socióloga com mestrado em Administração Pública, foi eleita Vereadora da Câmara do Rio de Janeiro pelo PSOL, com 46.502 votos. Foi também Presidenta da Comissão da Mulher da Câmara. Assassinada junto ao colega de trabalho, o motorista Anderson Gomes, em março de 2018. O crime comoveu o Brasil e o mundo, mas em 2020 a pergunta "Quem mandou matar Marielle?" segue sem resposta (Fonte: https://www.mariellefranco.com.br/ , acessado em dezembro de 2019).

foi pra não ter mais essa injustiça que fizeram a **Lei Robeyoncé Lima[7] da Equidade Jurídica**... parece que essa lei foi só em 2034 ou 35... foi uma grade reforma no poder judiciário!
titia disse que Robeyoncé foi a primeira advogada preta e trans de Pernambuco. Ela seguiu carreira política no começo dos anos 2000 e foi uma co-deputada num mandato coletivo.
é por isso que todos os julgamentos de hoje têm mais de uma pessoa juíza, sempre respeitando a diversidade de segmentos sociais, de gênero e etnia.
minha tia disse que das vezes que aconteceram Golpes no Brasil (em 1964 e em 2016, por exemplo) foi por conta disso, de só terem homens, brancos e de elite no poder de julgar as coisas e decidir o futuro de todo mundo.
oxe! quando só tem um tipo de gente julgando as coisas, a chance das injustiças acontecerem fica muito maior! É obvio!

titia contou que só alguns anos depois dos incêndios, que foram vistos pelo mundo todo, que a Amazônia passou a ter anualmente menos desmatamento que reflorestamento. Hoje todo mundo sabe que vem de lá a sabedoria da nossa farmácia natural que é referência pro mundo todo! ela contou ainda que no começo dos anos 2000 a agroecologia foi se tornando cada vez mais forte, mas foi só em 2042 que o Brasil foi considerado um país livre da comida com veneno. (as pessoas comiam comida com veneno! será que o gosto era muito ruim? devia ser, hien?!) esse veneno vinha da monocultura de grandes fazendas - que antes tinham autorização pra matar, desmatar, queimar, mudar as sementes e envenenar tuuudo!

Titia conta que uma das coisas mais importantes dos últimos anos aconteceu com a Constituição de 2050, no ano que eu nasci, foi quando o Brasil conseguiu concluir a última fase da reforma agrária - que começou um tempão antes, em 2027.

minha tia falou que hoje, em 2063, concorda com o que Adalzira escreveu há mais de 100 anos atrás - que seria bom que no futuro o feminismo tivesse vencido em toda linha. mas aí depois titia disse que o feminismo, para ser mesmo vencedor, nunca poderia perder o compromisso com TODAS as mulheres (e não só com algumas mulheres, como era no começo do feminismo aqui no Brasil, quando as mulheres brancas queria achar que só as brancas eram mulheres).

Lá pro fim das férias titia falou também de uma outra escritora feminista do século passado. essa se chamava Simone de Beauvoir e era francesa. ela ficou bem famosa por escrever um livro em 1949 que foi considerado um marco pra literatura feminista no mundo todo! Uau!

---

[7] Nascida e criada na comunidade do Alto Santa Terezinha, Zona Norte do Recife, é bacharela em direito pela UFPE, técnica administrativa pela mesma universidade e também dançarina amadora. Atua como militante LGBT, negra e feminista. Foi a primeira advogada trans de Pernambuco e integra a Comissão de Diversidade Sexual da OAB-PE. Atualmente é codeputada estadual na *Mandata das Juntas* - formado por cinco mulheres eleitas pelo PSOL em 2018, com 39.175 votos. As *Juntas* são a primeira mandata coletiva e feminista a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) (Fonte: https://www.juntascodeputadas.com.br/, acessado em janeiro de 2020).

(o que não entendo é que 20 anos antes já tinha livro feminista no Brasil, mas quando fui pesquisar sobre Simone na internet, tudo que li dizia que ela foi a primeira a escrever um livro feminista. Então fiquei pensando... será que ela ia ter ficado tão famosa assim se fosse brasileira? E se não tivesse escrito em francês? Tem tanta coisa que é difícil de entender!)

Simone disse uma coisa bem importante: "Basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados".

As mulheres do mundo todo já sabem que precisavam estar sempre vigilantes!!!

hoje é o feriado de Zumbi e da consciência negra. Aí estava bem pensativa e então tive essa ideia de escrever essa carta para você que vive em 2500.

vou colocar essa carta dentro de um livro da biblioteca da cidade para algum dia alguma pessoa curiosa (como eu) achar.

(mas se você achou e está lendo essa carta antes de 2500, deixa ela de volta no livro. Por favor, tá?!)

eu queria mesmo era ler uma carta escrita por alguém que vive no futuro!
como deve ser uma carta escrita do futuro?

vocês de 2500, já se comunicam com o futuro?

deixo aqui e agora um abraço e um 'xêro', como se diz aqui em Pernambuco dos tempos atuais...

Turmalina Lunga[8]

[8] Referência a 'Lunga', personagem do filme pernambucano 'Bacurau', de Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles (2019). A narrativa distópica do filme apresenta o prefeito (branco) de uma cidade do semiárido nordestino que negocia a vida da população local com um grupo de estrangeiros (brancos). Com o uso de alta tecnologia, os estrangeiros tinham o objetivo de se divertir em um jogo cujo propósito era matar pessoas (pretas). No enredo do filme, Lunga foi uma figura importante na criativa estratégia comunitária para lidar com a situação. O filme foi ganhador do Prêmio do Júri do Festival de Cannes, do Prêmio de Melhor Filme no Festival Munique, como também de Melhor Filme e Melhor Direção no Festival de Lima.

2 APRESENTAÇÕES E DISCUSSÕES EPISTEMOLÓGICAS

** Depois do delírio utópico vem a ciência?*
*Não, nós queremos borrar as fronteiras! **

2.1 UTOPIAS e EPISTEMOLOGIAS: irmãs de sangue[9]

Sim, essa tese começa assim: uma carta utópica-futurista assinada por uma garota. Trata-se de um convite para repensar *a linguagem.* É também ato de *desobediência* (MIGNOLO, 2008; SANTOS, 2018), um artifício para pôr em questão a racionalidade de escrita acadêmica moderna (QUIJANO, 1992). Um manifesto de transgressão à objetividade da Ciência Ocidental (HARAWAY, 2009).

Outra forma de apresentar a necessidade de iniciar o texto dessa forma pode ser através das palavras da escritora Conceição Evaristo (2007): "Fugir para sonhar e inserir-se para modificar" (s/p). Essa tese tem como ponto de partida *o sonho utópico de sermos livres* e está inscrita em um formado acadêmico – não com o objetivo de adaptar-se a ele, mas sim questioná-lo. Outra provocação de Evaristo (2007) que ecoa e inspira esse trabalho faz o seguinte questionamento: "É preciso comprometer a vida com a escrita ou é o inverso? Comprometer a escrita com a vida?" (s/p). Penso que as fronteiras entre a vida e a escrita são invenções do homem-moderno.

Ailton Krenak, um Krenak filho do Rio Doce (aquele rio que a ganância-branca da Vale ~~do Rio Doce~~ tentou matar), escreveu um livro em que apresenta "Ideias para Adiar o Fim do Mundo" (2019). Conforme é possível acompanhar no trecho a seguir, o autor apresenta uma perspectiva filosófica não branca sobre os sonhos:

> Para algumas pessoas, a ideia de sonhar é abdicar da realidade, é renunciar ao sentido prático da vida. Porém também podemos encontrar quem não veria sentido na vida se não fosse informado por sonhos nos quais pode buscar os cantos, a cura, a inspiração e mesmo a resolução de questões práticas que não consegue discernir, cujas escolhas não consegue fazer fora do sonho, mas que ali estão abertas possibilidades (p. 52).

A *realidade*, a *vida prática*, a *razão*... servem para quê? Servem para quem? E, por outro ângulo: a serviço de que(m) querem matar a sabedoria que os sonhos têm?

---

[9] A palavra 'sangue' aqui aparece com o propósito de fazer *referência* ao derramamento de sangue provocado pelo genocídio da população originária dos territórios colonizados, mas também para fazer *reverência* às lutas de *resistência epistemológica* dos povos das Américas, África e Ásia.

Gloria Anzaldúa, escritora feminista, propõe a formação de uma nova consciência, uma consciência mestiça (*mestiza*), uma consciência da fronteira. Essa experiência fronteiriça não faz referência apenas às questões geográficas e fixas, mas especialmente as fronteiras criadas pelo pensamento binário ocidental. No texto "Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo" Anzaldúa (2000) dissertou sobre o ato e o motivo de escrever:

> *Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá.* No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. *Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você.* Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. *Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever* (p.232, destaques próprios).

Nós, mulheres do terceiro mundo, somos muitas e diversas, mas todas, sem exceção, precisamos/podemos criar forma de contar/escrever sobre a vida que vemos/sentimos/desejamos pulsar. Precisamos escrever a partir de um lugar-situado, com responsabilidades e posicionamentos (HARAWAY, 1995). Toda e cada uma pode dar seu testemunho de que algo vai muito mal e precisa ser transformado.

Uma carta do futuro para o futuro (embora escrita no presente) também busca colocar em contradição nossas expectativas a respeito da linearidade do tempo e, por consequência, da produção de memórias. Trata-se de uma estratégia decolonial. Como argumenta o porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres (2019):

> A decolonialidade, como uma luta viva no meio de visões e maneiras competitivas de experienciar o tempo, o espaço e outras coordenadas básicas de subjetividade e sociabilidade humana, precisa de uma abordagem diferente. A teoria decolonial, como abordarei aqui, criticamente reflete sobre o nosso senso comum e sobre pressuposições científicas referentes ao tempo, espaço, conhecimento, subjetividade, entre outras áreas-chave da experiência humana, permitindo-nos identificar e explicar os modos pelos quais *sujeitos* colonizados experienciam a colonização, ao mesmo tempo que fornece ferramentas conceituais para avançar a descolonização (p. 29, destaque próprio).

Essa carta é ainda uma tentativa de fazer eco ao desejo da construção coletiva de *um novo pacto civilizatório* que proporcione formas mais justas de vivermos e construirmos nossa História (NASCIMENTO, 2016; 2019; FIGUEIREDO, 2019).

No mundo colonizado no qual vivemos, uma garota sertaneja nordestina (alguém da periferia do Sul do mundo - nem homem, nem adulto) não tem autoridade para dizer nada a ninguém. É um exemplo do que o médico martinicano Frantz Fanon (2008) nomeou como *sujeito* que habita a "zona do não-ser" (p.26). Somam-se a essa garota muitas outras mulheres anônimas do sul do mundo (do semiárido, da floresta, do cerrado, da savana, das periferias dos grandes centros urbanos…). A partir da antiga (e atual) lógica colonizadora, uma brasileira-nordestina-sertaneja-anônima, nem mesmo é digna da condição de humanidade (FANON, 2008; 2015; CÉSAIRE, 2010; QUIJANO, 1992; MIGNOLO, 2007, LUGONES, 2014).

Como nos lembra Anzaldúa (2000) "Não é no papel que você cria, mas no seu interior, nas vísceras e nos tecidos vivos — chamo isto de escrita orgânica" (p. 235). Ao escrever uma carta poética que contém ideias utópicas em *sotaque pernambucano*, busquei traçar alguns distanciamentos da estética dos homens adultos europeus-colonizadores que se dizem racionais, higiênicos e despidos de valores. Na carta, busquei somar reflexões de estranhamentos ao passado com utopias e desejos de futuro e esse foi um modo de iniciar um diálogo com referências feministas e decoloniais (ANZALDUA, 2000; GONZALEZ, 2019, LUGONES, 2014; KILOMBA, 2019).

A carta de Turmalina põe em evidência um corpo, um lugar, um tempo e um conjunto de desejos - não há nada neutro ali/aqui. Esse é um cuidado que aprendi com as teóricas feministas que nos indicam a importância de uma escrita corporificada, atenta a experiência e politicamente situada (HARAWAY, 1995; 2009; BUTLER, 2003; SCOTT, 1999; FARAH, 2004).

Situo-me no campo feminista a partir de uma perspectiva pós estruturalista. Tal qual apresenta Marta Farah (2004), as teorias feministas pós-estruturalistas realçam o caráter histórico das desigualdades sociais entre homens e mulheres. Desse modo, ao problematizar essas relações, as perspectivas pós estruturalistas questionam relações de poder por meio de analíticas atentas a linguagens e discursos.

Esse cuidado também está presente na perspectiva decolonial, que compreende que qualquer leitura do mundo precisa estar atenta às dimensões históricas, geopolíticas e epistemológicas que se atravessam e constituem *corpos-políticos* (BERNARDINO-COSTA, MALDONADO-TORRES & GROSFOGUEL, 2019).

A carta da abertura traz também uma homenagem de gratidão às mulheres que, no passado, ousaram desejar um futuro melhor para nós mulheres do presente. Ao mesmo tempo, é uma crítica interna ao feminismo. A perspectiva do feminismo presente no livro com o qual a garota dialoga (BITTENCOURT, 1996) está situado nos anos 20 do século passado: é branco, de elite e racista. Esse feminismo não se propôs a desejar um futuro melhor para as *mulheres negras* e *indígenas*, que foram exterminadas no futuro desejado pela autora. A elite brasileira euro descendente queria (e ainda quer) embranquecer o país às custas do contínuo *genocídio da população negra* (NASCIMENTO, 2016; 2019).

Um certo modernismo ufanista queria tornar o Brasil brasileiro, mas não entendia que para deixar de ser português e *tornar-se brasileiro,* precisaria antes *assumir-se negro* e reconhecer a importância da cultura negra (filosofia, história, medicina, arte, etc.) para a constituição social brasileira (GONZALEZ, 2019) e para o mundo (ASANTE, 2009). São mais de 500 anos de mortes - escravidão, abandono, embranquecimento subjetivo, estupros, miscigenação e mito da democracia racial (NASCIMENTO, 2016; 2019).

Em paralelo, é necessário que o país assuma sua branquitude (BENTO, 2014). Nós, pessoas brancas, passamos por um processo de raciazilização que nos proporciona privilégios. Precisamos falar sobre isso. Precisamos compreender as responsabilidades de cada um(a). Inegavelmente as pessoas pretas e indígenas tem o protagonismo nas discussões sobre relações raciais – uma vez que são as pessoas oprimidas nessas relações. Mas, toda pessoa viva que deseja a vida no futuro deve assumir a responsabilidade de entender os mecanismos opressores com o objetivo de transformá-los.

Atualmente, com toda a força do crescente feminismo negro e do Mulherismo africana que vêm se fortalecendo no Brasil e no mundo (GONZALEZ, 2019; CARNEIRO, 2011; WERNECK, 2009; BENTO, 2014; RIBEIRO & NJERI, 2019; URASSE, 2019; FIGUEIREDO, 2019; HOOKS, 2017; 2019; DAVIS, 2016; KILOMBA, 2019; COLLINS, 2018; LORDE, 2018; HUDSON-WEEMS, 2019; ANI, 2019), está posto o convite para repensarmos juntas(os) os limites e possibilidades das teorias e práxis feministas (convite antigo, aliás).

Já nas primeiras linhas desta tese, gostaria de deixar dito que desejo um futuro melhor para as mulheres a partir de uma *democracia plurirracial* (NASCIMENTO, 2016; 2019). O quadro abaixo traz uma síntese do conteúdo apresentado na carta. Todas essas questões estão direta, ou indiretamente, relacionadas às políticas públicas para mulheres. Uma vez que há a necessidade de transformações sociais amplas e profundas, as políticas para mulheres (e

igualdade racial) precisam funcionar de forma articulada às políticas de educação, cultura, saúde, segurança pública, meio ambiente, infraestrutura, além de ciência e tecnologia. As políticas para mulheres precisam de uma estratégia combinada na gestão pública e de uma sociedade civil forte e atenta aos efeitos da colonização *no ser, no saber e no poder* (MALDONADO-TORRES, 2019). Reflexões sobre a colonialidade do ser, do saber e do poder irão orientar a análise deste trabalho. Mais à frente, retomaremos essas questões.

Tabela 1: Ontem, hoje e perspectivas para o amanhã

Ontem-Hoje	**Perspectivas para o Amanhã**
Sertão / Áreas devastadas pela colonização (Zona do Não Ser)	Território de (re)existência
Turmalina / Sertaneja / Nordestina / Pernambucana (Damnées / Condenadas da Terra)	*Sujeitos* de direito
Queimada de Florestas / Emergência Climática	Preservação Ambiental
Desvalorização dos saberes dos povos originários	Relações responsáveis de respeito e aprendizagem com os povos originários das Américas
Latifúndios	Reforma Agrária
Monocultura / Agrotóxicos	Agricultura familiar / Agroecologia
Feminismo eurocêntrico/racista	Criação de estratégias para nomear e eliminar o racismo interno ao feminismo
Assassinato de Marielle Franco/ (Genocídio da população preta)	Democracia plurirracial
Modelo de família nuclear cis-heterossexual como referência única (Machismo/Homofobia/Transfobia)	Múltiplos arranjos familiares Famílias livres de violência (Turmalina refere-se a ‘mães’ no plural)
Golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff / Eliminação das mulheres na política	Reforma política
Monopólio dos Homens Brancos nos espaços de decisão (Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário)	Criação de estratégias para a alternância de poder e equidade de gênero e raça/etnia

Racismo Institucional	Revisão dos currículos escolares e criação de novas estratégias para o fim da violência contra os povos originários e populações afrodescendentes
Patriarcado Institucional	Criação de novas estratégias para o fim da violência contra as mulheres (dentro e fora do espaço doméstico)
Desvalorização das leituras críticas Desaparecimento do tempo para a leitura	Bibliotecas públicas para além dos grandes centros urbanos (Turmalina refere-se a 'biblioteca da cidade')

Foi precisamente o desejo político por dias melhores que me motivou a continuar o doutorado, mesmo depois do Golpe de 2016[10] - que veio logo nos primeiros meses do curso de doutorado. Toda minha geração passou a duvidar daquilo que foi possível acreditar desde os primeiros anos do Governo Lula. Vimos uma 'Democracia em vertigem[11]'. Fomos testemunhas oculares de uma universidade pública e de qualidade em crescimento. Vimos a carreira acadêmica tornando-se uma possibilidade concreta para muitas pessoas. Mas, como disse uma amiga hoje pós-doutora de um curso de ciências humanas em pleno desabafo: 'Quando começamos a iniciação científica achávamos que estávamos fazendo um investimento certeiro, hoje somos obrigadas a perceber que aquilo era uma aposta, tão arriscada como uma loteria. Para onde vamos e o que faremos com nossos títulos de doutorado?[12]'. Não sabemos se terá espaço para nós nas universidades. Até mesmo temos dúvidas se haverá universidades públicas e de qualidade em um futuro não tão distante. Então, justamente por isso, torna-se ainda mais importante registrarmos memórias de re-existências e criamos novas estratégias coletivas para o *bem viver*[13].

Como nos disse o educador pernambucano Paulo Freire, manter a esperança viva é em si um ato revolucionário. Então, façamos ciência! Ciência com cor, com corpo, com *amorosidade* e com *sonhos* (FREIRE, 2003). Essa tese, soma-se ao convite já posto para revisarmos nossas memórias e assim construirmos um outro futuro possível e sustentável para o Sul global!

---

[10] Mais à frente será apresentada outros aspectos sobre esse momento político brasileiro.

[11] Aqui faço referência ao documentário da diretora Petra Costa (Netflix, 2019). 'Democracia em vertigem' mobilizou meu choro diante de tamanha identificação com a narrativa de uma mulher que, assim como eu, votou pela primeira vez em 2002 e faz parte de uma geração que entrou para a vida adulta cheia de esperança por dias melhores. O filme foi indicado ao Oscar de Mulher Documentário de 2019.

[12] Registro de diário de campo - maio de 2019.

[13] Termo utilizado inicialmente por indígenas latino americanos, foi incorporado pelo movimento negro brasileiro no início dos anos 2000 (FIGUEIREDO, 2019).

2.2 OBJETIVOS

Conforme é possível perceber, no título do trabalho ***MULHERES-NEGRAS*** **e POLÍTICAS PARA MULHERES: analíticas decoloniais sobre *sujeitos políticos* e políticas públicas municipais em Pernambuco,** estão presentes as palavras "negras" e "sujeitos". Há uma série de questões problemáticas que decorrem a partir do uso desses termos.

Como será possível acompanhar a seguir, a partir de uma reflexão decolonial (QUIJANO, 1992; CÉSAIRE, 2010), compreende-se que **o ato de nomear racializando é necessariamente racista**. Infelizmente, o título desta tese não conseguiu escapar de ser racista. Sim, porque sou uma branca. A palavra "***negra(s)"***, dita/escrita por uma branca, racializa e gera/atualiza trauma(s) (FANON, 2008; 2015; KILOMBA, 2019). Em contrapartida, posso dizer que o termo "mulheres-negras" se refere às interlocutoras da pesquisa que se autodeclaram "mulheres negras". Mesmo esse argumento, não encerra a cilada colonial da linguagem. No título e ao longo do texto opto por utilizar um hífen entre as duas palavras no sentido de evidenciar a indissociabilidade das questões de gênero e raça.

O projeto desta pesquisa inicialmente previa o diálogo com gestoras municipais (levando em conta a importância da diversidade). Mas o campo da pesquisa apontou outro caminho. Todas minhas interlocutoras são mulheres negras e atuam politicamente a partir desse lugar posicionado. Desse modo, omitir informação de tamanha importância no título do trabalho seria uma forma de **negação e silenciamento** da dimensão racial (BENTO, 2014; KILOMBA, 2019). Todos os caminhos na colonialidade são controversos.

Além disso, '***sujeito(s)***' é uma palavra bastante problemática. Como argumenta a afro-portuguesa Grada Kilomba (2019), no original em inglês '*subject(s*)' o termo não tem gênero. Na tradução para o português foi reduzido ao gênero masculino e não permite variações para o feminino. A autora evidencia as relações de poder e violência presentes na língua portuguesa e apresenta a urgência da criação de novas terminologias. Em alguma altura da escrita da tese considerei utilizar o termo *'sujeita'* (de forma desobediente), o problema é que essa palavra já está impregnada de outros significados; 'sujeita' é uma variação do verbo sujeitar. Aquela que é ou está 'sujeita' a algo ou alguém vive uma relação de subserviência, obediência, ou 'dependência de'. Sendo assim, a variação 'sujeita política' perderia o sentido por completo.

Então, vou utilizar a mesma estratégia de Kilomba e o termo *sujeito* aparece ao longo do texto escrito em itálico para evidenciar **um mal estar ainda sem solução.**

Também vale registrar que com o termo "*políticas públicas para mulheres"* refiro-me a políticas que são executadas pelos *Organismos de Política para Mulhere*s (OPM). Que, de acordo com Brasil (2014), são:

> órgãos executores da gestão de políticas públicas voltadas para garantir direitos, promover a igualdade e incorporar as *mulheres como sujeitos políticos*. Integram a estrutura administrativa do poder executivo das esferas governamentais federal, distrital, estadual e municipal. Têm por responsabilidade articular, elaborar, coordenar, organizar e implementar as políticas públicas para as mulheres nos municípios e nos estados (p.7, destaques próprios)

De acordo com Brasil (2014), esses *Organismos* podem ter as seguintes configurações: *Secretarias* (ou subsecretarias); *Coordenadorias* (ligados ao gabinete do(a) prefeito(a), ou a outras secretarias); ou outras conformações, tais como *Diretorias, Gerências, Núcleos* e *Superintendências*. Desse modo, quando utilizo os termos *políticas públicas para mulheres* e *gestoras de políticas para mulheres*, refiro-me à política executada especificamente por esses *Organismos* e suas respectivas *gestoras públicas*.

Essa pesquisa teve por objetivo compreender quem são e como atuam os *sujeitos políticos* das *políticas públicas para as mulheres* em diferentes municípios do semiárido pernambucano. Para isso buscamos entender as filiações e articulações das gestoras públicas, limitações e possibilidades dessas políticas, como também os efeitos da colonialidade para a vida das mulheres. Desse modo, passamos a ter os seguintes objetivos específicos:

1) compreender as articulações entre as gestoras municipais e as diferentes perspectivas de organização política das mulheres[14] - levando em consideração a diversidade de entendimentos sobre *sujeitos* para quem os Organismos Municipais de Políticas para Mulheres devem atuar;
2) investigar os modos como as políticas públicas para mulheres dos municípios estudados são influenciadas pelos territórios onde estão situadas, bem como pelas políticas de âmbito estadual e nacional;

[14] Antes de iniciar a pesquisa, o projeto apenas previa investigar a relação das gestoras com as políticas feministas. A revisão dos objetivos se deu no sentido incluir as políticas mulheristas, necessidade apresentada pelo campo - como será possível compreender no próximo capítulo.

3) problematizar os efeitos da colonialidade[15] para mulheres de diferentes regiões e as condições de possibilidade para a descolonização.

Vale registrar que os objetivos da tese sofreram alterações ao longo dos anos do doutoramento. De início, a proposta era estudar três diferentes municípios localizados nas macrorregiões do Estado: região metropolitana, zona canavieira e semiárido. Essa é a divisão político-administrativa utilizada pela Secretaria da Mulher de Pernambuco. Além da diversidade territorial, alguns critérios de diversidade entre os municípios foram previstos antes do início do campo de pesquisa: partidos políticos na gestão municipal; organogramas das prefeituras municipais; tempo de criação do *Organismo* e diferentes proporções urbano *x* rural. Quanto às gestoras que seriam entrevistadas, imaginávamos que seriam pessoas de diferentes idades, raça-etnia e tempos de gestão.

O campo da pesquisa proporcionou algumas surpresas que redirecionaram o escopo do estudo. Todos os municípios estudados estão localizados na região do semiárido pernambucano e todas as gestoras são *mulheres negras*. Mais à frente, abordarei a forma que foi conduzida a reorientação do projeto de pesquisa.

2.3 APRESENTAÇÃO PESSOAL-POLÍTICA-ACADÊMICA-PROFISSIONAL

Mas por que iniciar um texto acadêmico dizendo quem sou e apresentando experiências que mais marcaram a construção desta pesquisa? Esse é, antes de tudo, um exercício ético que só foi possível de ser imaginar quando passamos a duvidar da *verdade* da ciência (HARAWAY, 2009; FOUCAULT, 1986). Passamos a compreender os discursos científicos como versões possíveis para a interpretação da(s) realidade(s). Além disso, teóricas feministas nos apresentaram o conceito de reflexividade, para o qual a referência situada da pessoa que escreve um texto acadêmico torna-se complemento ao próprio conteúdo do texto (NEVES & NOGUEIRA, 2005). A seguir, temos quatro tópicos que apresentam *o corpo, o tempo* e o *lugar* de onde parto.

2.3.1 Feminista e eurodescendente

[15] Esse objetivo específico foi recriado também a partir dos encontros com o campo da pesquisa.

Quem sou eu? Uma mulher branca e cheia de privilégios que não havia planejado escrever uma tese de doutorado em que as relações raciais, junto às relações de gênero, tem uma dimensão de centralidade. A minha branquitude (BENTO, 2014), disfarçada de respeito ao campo 'do outro', não ousou desejar situação tão embaraçosa - ser uma mulher branca que tem como principais interlocutoras de pesquisa três *mulheres negras*. Esse é um exercício realmente desafiador e precisa ser encarado tendo em vista meus lugares, privilégios, contradições e limitações de branca. Como argumenta a feminista negra bell hooks (2015):

> As mulheres brancas que dominam o discurso feminista – as quais, na maior parte, fazem e formulam a teoria feminista – têm pouca ou nenhuma compreensão da supremacia branca como estratégia, do impacto psicológico da classe, de sua condição política dentro de um Estado racista, sexista e capitalista (p. 196).

No primeiro semestre do doutorado, cursei a disciplina Teorias Feministas e de Gênero (ministrada pela professora doutora Karla Galvão Adrião, minha orientadora desde a graduação), na qual os textos feministas decoloniais começaram a surgir[16]. No começo parecia confortável criticar o pensamento europeu e buscar construir uma epistemologia feminista latino-americana. Nunca tive dúvida sobre ser mulher (branca), brasileira (nordestina) e latino-americana.

Com o passar dos semestres e com as novas leituras, a crítica aos europeus foi chegando cada vez mais perto de mim. Ainda assim, permanecia distante. No exame de qualificação do projeto de pesquisa do doutorado, em 2017, já aparecia a crítica ao feminismo branco nos Estados Unidos e no Brasil (HOOKS, 2015; CALDWELL, 2000); cheguei também a apresentar uma reflexão a partir de um episódio de racismo institucional que fui testemunha, na experiência de trabalho na Secretaria da Mulher de Pernambuco[17].

Entretanto, foi apenas no estágio de mobilidade acadêmica em Moçambique (2018-2019), com mais de 30 anos de vida, que cheguei à infame conclusão da minha condição de eurodescendente. Lá, perguntavam de onde eu vim e eu dizia que era brasileira, mas não era suficiente. Não eram incomuns situações em que as pessoas perguntavam a origem da minha família. Nas primeiras vezes respondi que minha família era 'brasileira mesmo', afinal, é tudo que sei. Depois fui percebendo que essa resposta era um tanto ridícula. Dizer que era brasileira

[16] Vale destacar dois pontos: 1) Essa disciplina foi uma oportunidade de releitura de textos teóricos feministas, mas também de novos encontros; 2) até o início do doutorado eu não havia conhecido os estudos decoloniais. Tudo que tinha lido a respeito de uma crítica colonial estava ancorado no campo dos estudos pós-coloniais.

[17] Abaixo apresento melhor essa experiência profissional de fundamental importância para a construção dessa pesquisa.

não respondia à pergunta. Eu não estava conseguindo convencer ninguém que ser brasileira era tudo que eu tinha para dizer sobre minha origem. Tentei melhorar minha resposta, que ficou algo assim: "Nasci no Brasil, assim como minha mãe, meu pai, avós, bisavós..., mas, vivemos em um país que passou por um perverso processo de apagamento histórico e mentiras sobre uma democracia racial. Pela minha cor de pele, devo ter uma origem europeia, provavelmente portuguesa pelo meu sobrenome, mas sinceramente não sei nada além disso: nasci no Brasil."

Talvez em outro lugar do mundo, que não num país africano também colonizado por portugueses, esse questionamento também viesse. Não sei…, mas a dúvida foi surpreendente para mim, que nunca tinha saído do país antes. Até então, não havia precisado falar de minha nacionalidade, menos ainda sobre minhas origens[18]. No Brasil, no máximo, eu adicionava à minha condição de brasileira adjetivos como pernambucana e nordestina.

Aqui (ao menos em Pernambuco) as pessoas indígenas são os povos originários, as pessoas negras são afro descentes e as pessoas brancas são 'brasileiras mesmo' - sem precisar de adjetivos adicionais. Minha cegueira branca era incapaz de perceber que havia algo de muito errado nesse sentimento de pertença à categoria de pessoas brasileiras sem adjetivos adicionais.

Apresento esse episódio no sentido de dizer que, se já parecia constrangedor pensar que eu era uma *feminista branca* escrevendo uma tese que tem como principais *interlocutoras mulheres negras*, depois da experiência em Moçambique, percebi esse cenário ainda mais delicado. Nunca fui à Europa e não sentia nada parecido com o sentimento de pertencimento àquele lugar. Do contrário, sempre me senti latino-americana e essa condição só me fazia sentir raiva do Norte do mundo (Europa e EUA). Mas lá fora fui convidada a perceber que era fundamental lembrar de minha ancestralidade. Não posso perder de vista que sempre que estou fazendo críticas ao eurocentrismo nefasto, preciso fazê-las atenta ao meu do lugar de branca - herdeira dos roubos e privilégios europeus.

Mulher branca, brasileira eurodescendente, que tem como referência as teorias feministas e decoloniais. Essa equação é possível? Parece que vai ser bem difícil! Provavelmente irei cometer erros na condução e escrita do texto, especialmente do ponto de

[18] Grada Kilomba, em Memórias da Plantação (2019), apresenta o caso de uma mulher negra norte-americana que, estando na Alemanha, foi questionada por mulheres brancas sobre sua origem. Trata-se de um episódio traumático de *racismo no cotidiano*. Busca-se a origem étnica de uma mulher negra cujas memórias ancestrais foram apagadas devido ao tráfico de pessoas. Insistir sobre a não norte-americanidade dessa mulher foi um ato de violência cometido por pessoas brancas. Vivi o oposto. Sendo branca, em território africano invadido e usurpado até a década de 70 do século passado por pessoas brancas, com o questionamento sobre a minha brasileiridade não precisei relembrar a tortura a qual minhas(meus) ancestrais foram submetidas(os). O constrangimento ao qual fui convocada foi como um processo de descolonização em que eu (pessoa branca) fui convidada por pessoas negras a repensar a forma como me refiro às minhas origens.

vista das relações raciais. Queria muito não os cometer, mas não quero recair na prepotência branca. Desde já, humildemente, apresento-me como alguém que (apenas) tem o desejo de não errar, mas que reconhece as limitações de um olhar parcial, situado e racializado a partir da branquitude (BENTO, 2014).

2.3.2 Sobre origens e privilégios

Sou uma mulher cisgênero que tem dúvidas sobre a heterossexualidade, de classe média e que se tornou psicóloga sendo formada academicamente pelo currículo formal e politicamente pelo movimento estudantil. Nascida e criada em Recife, tenho origens familiares no Agreste Pernambucano; uma família materna da classe média da cidade de Caruaru (que migrou para o Recife e para o Rio de Janeiro) e uma pai nascido em Limoeiro e criado em Recife por uma mãe pobre e viúva.

Sou uma mulher jovem. Aos 33 anos poderia me dizer adulta, mas acho mais justo dizer que sou jovem - porque é isso que sou num contexto de classe média que teve acesso a informações sobre saúde sexual e reprodutiva e optou por não ter filhas(os) até essa idade. Não sou mãe e não sou arrimo de família. Vim de uma família nuclear de classe média branca que foi atropelada pelas crises econômicas do contexto neoliberal dos anos 90 e que a partir daí não mais pôde custear meus estudos em uma escola privada - mas conseguiu criar estratégias para eu estudar numa tradicional escola católica como bolsista[19]. Desse modo, a minha família garantiu o acesso a muitos privilégios que me levaram a ingressar numa concorrida universidade pública[20].

A chegada na universidade, em 2006. Foi um grande momento de virada e expansão. Já no primeiro semestre pude encontrar com o movimento estudantil. Devo a isso muito de minha formação político-acadêmica. Foi nesse movimento social que fui apresentada à educação popular e às discussões sobre saúde pública, assistência social, relações de gênero, diversidade sexual, drogas e redução de danos, luta antimanicomial, reforma agrária, relações raciais… Só

[19] Ser bolsista numa escola de pessoas ricas foi uma experiência apresentou uma série de episódios traumáticos que se referem a discriminação de classe. No ensino médio eu quis sair da escola e sentia muita raiva de ter que continuar ali. Vale destacar que eu não gostava do ambiente pelas situações vexatórias que me via. Em troca da bolsa de estudos nunca precisei fazer nenhum trabalho para a escola. O *Colégio das Damas da Instrução Cristã* é uma escola do século XIX localizada em um bairro de classe média alta do Recife-PE.

[20] O ano em que iniciei o curso (2006) ainda não havia nenhum tipo de cota no processo seletivo da UFPE. Com isso quero evidenciar o caráter elitista do meu ingresso na universidade. A branquitude da minha família conseguiu acessar espaços privilegiados da classe média alta, mesmo sem termos recursos financeiros para isso.

depois essas discussões chegaram também pela sala de aula, extensão universitária e/ou iniciação científica.

Durante a graduação em psicologia fui bolsista de extensão universitária e de iniciação científica. Mas nesses casos ser bolsista não me gerava nenhum tipo de constrangimento social - como foi na escola. Pelo contrário, era motivo de felicidade! Além da oportunidade de sair dos muros da universidade e dialogar com diversas questões sociais, eu podia ganhar um incentivo financeiro que contribuía com o pagamento do transporte e também das cópias dos textos (xeroxes) utilizados durante o curso.

Especialmente pelo diálogo com duas amigas pretas e periféricas que trabalhavam em lojas de *shoppings* durante quase todo o curso, entendi que ter oportunidade de fazer movimento estudantil e ser bolsista na universidade foi mais um efeito de minha condição de privilégio. Essas amigas falavam sobre o desejo de fazer militância estudantil ter sido tolhido porque precisavam complementar a renda em casa. Ao longo de todo o curso pude ser apoiada por uma família que não precisou de minha força de trabalho para garantir o sustento financeiro da casa e, desse modo, tive tempo livre para vivenciar atividades acadêmicas extra curriculares.

2.3.3 Da graduação ao mestrado em Psicologia

Entre os anos de 2007 e 2009, como militante do movimento estudantil, compus a comissão organizadora de encontros de âmbito regional (Norte/Nordeste) e nacional, o que me proporcionou diálogos com estudantes de psicologia de outras cidades brasileiras, além das viagens através das quais pude conhecer diferentes cidades e universidades das cinco regiões do país. Até 2006 tudo que eu conhecia eram três estados: Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Sem nenhuma dúvida, a experiência de ser uma estudante nordestina em contato com o centro, o sudeste e o sul do país provocaram impactos significativos na minha formação acadêmica.

Foi a partir dessas experiências de (des)territorialização que passei a refletir sobre relações Nordeste-Sudeste do Brasil, que remetem às desigualdades políticas e sociais entre o Norte e o Sul do globo[21]. Outro aspecto que chamou a atenção se refere às questões de gênero: enquanto havia uma significativa maioria de estudantes mulheres nos cursos de graduação em

[21] Daí começaram a surgir as primeiras provocações que anos depois se materializaram na dissertação de mestrado.

Psicologia, existia uma predominância de estudantes homens em instâncias nacionais de debates do movimento estudantil (onde era possível encontrar as lideranças dos movimentos).

Já graduada em Psicologia, no ano de 2011, fui convidada para assumir a coordenação de uma Casa de Acolhida (também ligada a rede de Assistência Social da Prefeitura do Recife) que abrigava adolescentes do sexo feminino em situação de rua e/ou uso problemático de drogas. Esse foi o meu primeiro trabalho como gestora pública. Foi uma vivência muito intensa, que proporcionou muitas reflexões sobre as relações entre mulheres e o Estado.

Entre os anos de 2011 e 2013 cursei o mestrado em Psicologia na UFPE, quando estudei sobre *sujeitos políticos* do movimento feminista (BUTLER, 2003; COSTA, 2004; ADRIÃO, 2008; MALUF, 2008; ADRIÃO, TONELI & MALUF, 2011). Na dissertação apresentei uma reflexão sobre as jovens feministas nordestinas enquanto *sujeitos políticos* do feminismo brasileiro e latino americano (BARBOSA-ARAUJO, 2013; BARBOSA-ARAUJO & ADRIÃO, 2015).

2.3.4 Além dos muros da universidade - início do doutorado

Em 2013 eu havia defendido a dissertação de mestrado há pouco tempo quando soube que a Secretaria da Mulher de Pernambuco (SecMulher-PE) havia lançado um concurso público para contratos por tempo determinado. Eu, recém mestra e desempregada, não exitei em fazê-lo. Parecia a possibilidade de realizar um sonho feminista! Depois de escrever uma dissertação que denunciava que nós, jovens feministas, estávamos com poucas esperanças em seguirmos um caminho de profissionalização como feministas de modo similar àquelas que nos formaram politicamente[22], vi a chance de chegar no Estado - lugar almejado pelo menos desde os movimentos sufragistas.

Seria possível concorrer a vaga de psicóloga, ou de 'sub-coordenadora regional', uma função de gestão que, já no edital parecia de brilhar os olhos[23]. Como pré-requisito para esse

[22] Na dissertação foi apresentada uma discussão sobre a diminuição/extinção de quadros funcionais de Organizações Não Governamentais (ONGs) feministas que eram outrora financiadas pela cooperação internacional e que, desde os anos 2000, tinham perdido fontes de recursos devido às mudanças nos índices de desenvolvimento pós Governo Lula.

[23] PORTARIA CONJUNTA SAD/SECMULHER Nº 19, DE 20 DE MARÇO DE 2013: Sub-Coordenadora Regional - Principais Atividades: Articular com as Coordenações Regionais da SecMulher, visando estabelecer a integração das coordenadoras regionais com as demais Unidades da SecMulher, de forma a possibilitar (i) a definição de diretrizes e a elaboração de projetos em acordo com as especificidades regionais das 12 Regiões de Desenvolvimento (RD) de Pernambuco; (ii) facilitar, monitorar e avaliar a implementação de projetos e atividades no âmbito regional, na perspectiva de redução das desigualdades de gênero e no enfrentamento da violência contra a mulher; (iii) assessorar as coordenadoras regionais no trabalho junto às gestoras e equipes técnicas dos organismos

cargo, além de formação de ensino superior, era exigida a experiência comprovada de seis meses na coordenação de projetos destinados para mulheres. No início de 2011 trabalhei por exatos seis meses como Coordenadora de uma Casa de Acolhida da Prefeitura do Recife. Aquela ousadia de começar a pós-graduação dividida entre o trabalho e os estudos poderia ser minha porta de entrada para a gestão estadual de política para mulheres em Pernambuco.

Passei no concurso e, diferente do previsto no edital não fui trabalhar numa das 12 regiões de desenvolvimento (RD) do Estado - são seis sertões, três agrestes, duas regiões de mata e uma região metropolitana. Fui alocada na sede da Secretaria Estadual no Recife, como assessora na *Gerência de Formação em Gênero*[24]. De tudo aquilo que previa o Edital, parecia que eu tinha ficado apenas com o item VII, "desenvolver atividades correlatas". De início, senti uma imensa frustração porque nem ao menos estava na *Gerência de Fortalecimento Sócio Político (GEFESP)* - aquela responsável pela articulação e diálogo com as gestoras municipais da política para mulheres. Mas depois pude perceber que a gerência em que fui trabalhar também era extremamente estratégica do ponto de vista da interiorização e municipalização.

Atuando na Gerência de Formação em Gênero, algumas vezes fui convocada para ser *facilitadora de debates*[25] nos Fóruns de Gestoras (espaço de reunião da gestão estadual com as gestões municipais de políticas públicas para mulheres em Pernambuco). Assim, conheci gestoras e municípios das diferentes regiões. Foram essas viagens e encontros com diferentes gestoras e modelos de gestão que possibilitaram a compreensão da imensa diversidade das

---

municipais de políticas públicas para mulheres em relação a atividades de formação e implementação de projetos para mulheres; (iv) apoiar as coordenadoras regionais no incentivo à criação de conselhos municipais dos direitos da mulher; (v) apoiar as coordenadoras regionais na divulgação das ações da SecMulher na região; (vi) apoiar as coordenadoras regionais na articulação e desenvolvimento das atividades de fortalecimento de organizações não governamentais de mulheres nas RDs; e, por fim, (vii) desenvolver atividades correlatas.

[24] De início, o setor era nomeado como *Coordenadoria de Formação em Gênero e Assessoria Pedagógica.* Quando cheguei para trabalhar na SecMulher, a Coordenadoria tinha como gestora uma mulher negra. A equipe, de 10 ou 12 pessoas, metade eram mulheres pretas. Poucos meses depois, a gestora foi demitida e apenas duas mulheres negras permaneceram na equipe. Foi possível sentir o efeito desse branqueamento. Após a transição, as pautas e ações a respeito das relações raciais foram minimizadas e/ou negligenciadas. A nova gestora branca parecia entender que as discussões sobre relações raciais eram a marca da gestão anterior e ela estava ali para fazer uma nova gestão.

[25] O nome usado era *palestrante*, mas prefiro a postura da educação popular paulo-freireana. Quando se *facilita debates* o exercício filosófico busca fazer perguntas como "gente, porque vocês acham que isso é importante?". Uma facilitadora deve estudar determinado assunto, exemplo; "creches públicas - dados estatísticos e argumentos teóricos feministas" Em seguida, no diálogo com as gestoras, apresenta as informações que aprendeu através dos estudos e compartilha perguntas como "Por que atuar para ampliar o número de creches na cidade? O que podemos fazer sobre isso nos nossos municípios?" Com esse de postura metodológica, os saberes circulam. Já o lugar do(a) *palestrante* pode ser opressor, sobretudo se ele(ela) acreditar que poder "passar conhecimento" para alguém. Como disse o mestre: "Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho(a), homens e mulheres* se libertam em comunhão"? (FREIRE, 2003). *Não há flexão de gênero no texto original.

políticas para mulheres de âmbito municipal. Essa experiência foi fundamental para a elaboração do projeto de pesquisa que culmina nessa tese.

Outras três experiências de trabalho merecem destaque por terem orientado reflexões que originaram o projeto de pesquisa que culmina nessa tese; a) no Centro Estadual de Combate à Homofobia (CECH); b) no Programa Atitude - Mulher; e c) no Projeto Sexo Legal.

(a) CECH (Antes da SecMulher-PE)

Logo após a conclusão do mestrado, antes de ser convocada pela SecMulher-PE, atuei como psicóloga no Centro Estadual de Combate à Homofobia (CECH), ligado à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Pernambuco. Junto a uma equipe muito comprometida com as pautas e bandeiras LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero), atuávamos em diferentes cidades e regiões de Pernambuco, através de atividades de formação política e assistência à população. Essa foi uma experiência transformadora, sobretudo pela convivência com pessoas trans (travestis, transexuais, transgênero), profissionais da equipe e usuárias do serviço.

Até então, eu já havia entrado em contato com as problematizações de Judith Butler (2003) no que se refere a questões que passam pela não linearidade entre sexo biológico, identidade de gênero, desejos e práticas sexuais. Bem como o debate apresentado por Thomas Laqueur (2001) sobre as arbitrariedades das leituras que historicamente se fez (e se faz) sobre a anatomia do(s) sexo(s). Também já conhecia os argumentos apresentados por Donna Haraway (2009) no Manifesto Ciborgue, quando esfacela a divisão *natureza x cultura* e nos convida a perceber que a própria diferenciação Moderna de *humano x não humano* e *natureza x tecnologia* não viabiliza boas leituras sobre a realidade. Mas foi a convivência com pessoas trans, especialmente com as mulheres trans colegas do serviço, que me proporcionou uma sensação de colapso no que se refere a minha própria compreensão do que é 'ser mulher'. Como consequência, passei a me sentir provocada a questionar princípios que orientam políticas públicas baseadas em identidade de gênero. Afinal, quem é mulher? Quem são as mulheres que podem dizer que pessoas são mulheres? Essas perguntas passaram a ecoar formentente.

(b) Programa Atitude - Mulher (Depois da SecMulher-PE)

Em meados do ano de 2015, pedi desligamento da SecMulher-PE, pois fui convidada para atuar como coordenadora de uma casa de acolhida do Programa Atitude, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Pernambuco. A casa do Atitude Mulher recebe mulheres adultas (algumas delas grávidas e/ou com filhas/os crianças) em situação de ameaça de morte e uso problemático de drogas. Esse era um espaço pioneiro no país no que se

refere à política sobre drogas e questões de gênero, por ser sensível à experiência de mulheres-mães e usuárias de drogas em relações problemáticas.

A maternidade não era encarada de forma compulsória, havia uma advogada no serviço que poderia dar seguimento a um processo de adoção legal - caso a mulher avaliasse ser necessário. Mas, caso ela optasse por seguir com a criança, a maternidade era compreendida como um direito daquelas mulheres que estão em acompanhamento psicossocial. A relação com a criança era então incorporada ao seu plano terapêutico[26]. Essa casa também se diferenciava de outros espaços por acolher mulheres transgênero junto às demais mulheres e suas crianças.

Aqui vale observar que nessa mesma época a equipe do Centro Estadual de Combate à Homofobia (CECH) denunciava que as casas de abrigamento para mulheres vítimas de violência que compunham a rede da SecMulher-PE negavam o acolhimento de mulheres trans. O que evidenciava uma contradição interna do Governo do Estado – responsável por ambas as casas de acolhida. Mas afinal, mulheres trans são mulheres para o Estado?[27]

(c) Projeto Sexo Legal

Do final do ano de 2015 até o início do doutorado em Psicologia, em 2016, atuei como agente redutora de danos em um projeto executado por uma Organização Não Governamental (ONG) conhecida por trabalhar a partir da perspectiva da Redução de Danos. O Projeto Sexo Legal foi financiado pela Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD), ligada ao Ministério da Justiça do Governo Federal. Essa foi uma experiência junto a profissionais do sexo (prioritariamente mulheres trans), nas noites e madrugadas do Centro e Zona Norte da cidade do Recife. Uma nova oportunidade para refletir sobre mulheres e políticas públicas para as mulheres.

As profissionais do sexo denunciavam situações de completa desassistência do Estado e diziam que não se sentiam contempladas pelas políticas para as mulheres. Até mesmo a lei atenta às especificidades das violências de gênero as negligenciava. Essa parece ser uma

[26] No ano de 2015, como gestora do Atitude Mulher, realizamos um diálogo com uma prefeitura municipal do Estado do Rio de Janeiro. Tive oportunidade de visitar equipamentos da rede de políticas sobre drogas da cidade e cheguei a conhecer uma casa onde estavam abrigadas crianças filhas de mulheres que eram acompanhadas por serviços de saúde-assistência social. Crianças e mulheres eram submetidas a um brutal processo de alienação. Não por acaso, a maioria dessas crianças era encaminhada para adoção. Essa é uma prática comum em outras cidades do país. Pouco tempo depois do parto, as crianças são retiradas das mães. Em muitas cidades do país a maternidade é um direito negado às mulheres em situações de uso problemático de drogas.

[27] Foi apenas em maio de 2019 que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, o Projeto de Lei do Senado (PSL-191 de 2017), que amplia o alcance da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006) e, com isso, pretende combater a violência contra pessoas que se identificam como mulheres independentemente do sexo biológico. O projeto aguarda aprovação da Câmara dos Deputados.

evidência de um 'Patriarcado institucional'[28]. Algumas delas criticavam as limitações da Lei Maria da Penha (Lei Federal 11.340/06), que não compreender as relações de prostituição no âmbito das relações domésticas[29]. E, desse modo, não garante o direito à proteção nesse caso específico de violência contra mulher.

2.3.5 O retorno à universidade: uma nova transformação da percepção

Voltei para a universidade para cursar o doutorado em 2016. A questão que me intrigava estava me acompanhando nos últimos anos: "Para o Estado, quem são as mulheres para quem as políticas para mulheres devem atuar?". Dentro dessa pergunta existem outras tantas questões possíveis: "Quem são as mulheres?", "O que são mulheres?", "A partir de que referência se define aquelas que são mulheres?" ...

Na medida em que as mulheres se tornam (ou estão para se tornar) *sujeitos políticos*[30], o Estado precisa definir quem são 'as mulheres'. Ângela Davis (2016), em seu livro 'Mulheres, Raça e Classe', evidencia que essa questão é tão atual quanto antiga. Há um episódio marcante que é narrado pela autora que exemplifica essa problemática. Em 1850, na cidade de Massachusetts-EUA, ocorreu a primeira Convenção Nacional pelos Direitos das Mulheres. Nessa ocasião, discutia-se sobre a possibilidade de as mulheres acessarem direitos políticos através do voto feminino.

> Seja porque foi realmente convidada, seja por iniciativa própria, o fato é que Sojourner Truth estava entre as participantes. [...] *De todas as mulheres que compareceram à reunião, ela foi a única capaz de responder com agressividade aos argumentos, baseados na supremacia masculina, dos ruidosos agitadores.* Com seu inegável carisma e suas poderosas habilidades como oradora, Sojourner Truth derrubou as alegações de que a fraqueza feminina era incompatível com o sufrágio – e fez isso usando uma lógica irrefutável. O líder dos provocadores afirmou que era ridículo que as mulheres

[28] Esse termo foi utilizado pela Profa. Dra. Claudia Mayorga na ocasião da banca de qualificação do projeto de pesquisa que deu origem a esta tese. A professora fazia referência ao desafio do 'Feminismo Estatal', conceito apresentado por Marilise Matos e Clarisse Paradis (2014) para se referir ao que considera ser o 'feminismo de quarta onda'.

[29] Lélia Gonzalez (2018), nos textos 'Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira' e 'Democracia Racial? nada disso!' discorre sobre duas ocupações herdeiras do regime escravocrata: o trabalho doméstico e o trabalho sexual, respectivamente lugares ocupados por mulheres negras, as ditas 'mucamas' e 'mulatas'. Ambas objetificadas e exploradas pelo poder patriarcal. Alguma aliança foi possível e as trabalhadoras domésticas foram contempladas na Lei Maria da Penha - as 'mucamas' são 'objetos' desejados nas relações domésticas. Às profissionais do sexo, coube a negação da presença no âmbito doméstico. A mulata e/ou profissional do sexo (mesmo que branca) nunca foi assumida no modelo patriarcal e nem tolerada pelas mulheres brancas. Monique Prada no livro 'Putafeminista' (2018) aborda questões sobre o difícil diálogo entre as prostitutas e o feminismo hegemônico. Sobre a Negação, irei a abordar na discussão sobre 'racismo no cotidiano' a partir da autora Grada Kilomba (2019).

[30] Esse termo será mais bem trabalhado a seguir.

> desejassem votar, já que não podiam sequer pular uma poça ou embarcar em uma carruagem sem a ajuda de um homem. Com simplicidade persuasiva, Sojourner Truth apontou que ela mesma nunca havia sido ajudada a pular poças de lama ou a subir em carruagens. *'Não sou eu uma mulher?'* Com uma voz que soava como 'o eco de um trovão', ela disse: 'Olhe para mim! Olhe para o meu braço', e levantou a manga para revelar a 'extraordinária força muscular' de seu braço (DAVIS, 2016, p. 70-71, grifos próprios).

Como é possível compreender, no contexto de luta pelo voto feminino nos Estados Unidos da América, foi uma mulher negra quem deixou explícito o erro grotesco da tentativa de compreender a condição das mulheres a partir exclusivamente do lugar das mulheres brancas. Ela continua:

> Arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu uma mulher? (TRUTH *apud* DAVIS, 2016, p.71).

Anos depois, mulheres do mundo todo puderam se beneficiar dessa conquista. Nos créditos da conquista do voto feminino, poucas são as referências a Sojourner Truth. A História conta a luta sufragista com pele branca. Trago essa passagem no sentido de refletir sobre dois aspectos: 1) a condição de arbitrariedade de qualquer tentativa de definição daquilo que se considera mulher e; 2) a importância de olhar para o passado e recontar a história levando em consideração a importância irrefutável das *mulheres negras* para as conquistas dos direitos das mulheres em geral.

Para não deixar de fazer referência ao caráter atual e local dessa questão, trago como exemplo o discurso de Diva Guimarães. Essa senhora, que no ano de 2017, foi à Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP) e pediu a palavra diante de uma plateia de maioria branca. Ela disse que se sentiu encorajada depois de ouvir Lázaro Ramos[31]. Ela explanou sua condição de mulher negra e denunciou o racismo que vivenciou toda sua vida - desde a infância. Diva então contou que estudou 'de graça' em uma escola católica. Mas ela, assim como outras crianças negras e indígenas, era obrigada a trocar o estudo por força de trabalho doméstico.

[31] Lázaro Ramos é ator, apresentador, entrevistador, dublador, cineasta e escritor. Formou-se artística e politicamente no Bando de Teatro Olodum. Esse grupo desenvolveu em Salvador uma linguagem de Teatro Experimental Negro - sendo Abdias do Nascimento (militante do movimento negro brasileiro) como uma das principais referências.

> A gente foi pra trabalhar. Então eu trabalhei duro desde os cinco anos. Sou neta de escravos. Aparentemente a gente teve uma libertação que não existe até hoje. Então, eu vou ser bem rapidinha, vou só contar uma história que marcou a minha vida. Não, eu não vou ser tão rápida assim (risos). Vou contar uma história que marcou a minha vida. *Dos seis anos, eu senti a diferença. Amadureci aos seis anos!* É que as freiras contavam a seguinte história; que Jesus…. Eu demorei muito a aceitar o tal do Jesus, porque eu era contra tudo e contra quem acreditava também. Então as freiras contavam a seguinte história; que Jesus, Deus, criou um lago, um rio, e mandou todos tomar banho. Assim: se banhar na água abençoada... daquele maldito rio, tá? Aí, as pessoas que são brancas, é porque eram pessoas trabalhadoras, inteligentes e chegaram nesse rio, tomaram banho, ficaram brancos. Nós, como negros, somos preguiçosos. E não é verdade, porque esse país vive hoje porque meus antepassados deram condição para TODOS (aponta para a plateia). Então nós, como negros preguiçosos, chegamos no final, quando todos tinham tomado banho. O rio só tinha lama. Então, como a gente era preguiçoso, nós temos a palma da mão clara e a sola dos pés, porque nós só conseguimos tocar as mãos e os pés. Por isso que a gente tem as palmas das mãos e os pés claros. Isso ela explicava, contava a história, para contar, aos brancos, como a gente era preguiçoso. E não era verdade, não é verdade, porque, se não, a gente não teria sobrevivido. *Eu sou uma sobrevivente pela educação,* pela luta da minha mãe[32] (destaques próprios).

Em seguida ela convidou todo o público a pensar sobre a importância da valorização da educação (e da continuidade dos estudos) para pessoas negras, indígenas e pobres. Ao final ela diz:

> Mas eu, com todo o preconceito, toda a coisa, venci! Estudo até hoje. Aí as pessoas falam: 'Ah, mas para o que você quer?" Não é porque eu quero, eu quero minha cabeça (aponta para a cabeça). *Eu quero raciocinar, eu quero saber o que eu tô lendo, o que está acontecendo com o meu país, o que está acontecendo comigo.*

170 anos separam esses dois testemunhos sobre ser uma mulher, uma mulher negra. Há, portanto, nítidas *diferenças históricas* que hierarquizam formas de *ser mulher*. A relação de exploração pelo trabalho ainda marca de forma profunda a vida das *amerifricanas*[33] (GONZALEZ, 2011).

Em ambos os episódios, seja pelo pleito do voto, seja pelo desejo de uma verdadeira inclusão educacional, essas mulheres insurgem corajosamente - diante de plateias brancas - elas

[32] https://www.youtube.com/watch?v=Z5aS8bukb2o Acessado em dezembro de 2019.
[33] Termo utilizado por Lélia Gonzalez para se referir às mulheres de origem africana que vivem nas Américas.

demandam o direito de não alienação à própria história. Tornar-se *sujeito* (político, social e individual[34]) continua sendo um grande desafio.

Negras, indígenas, rurais, indocumentadas, lésbicas, bissexuais, transgênero, prostitutas, usuárias de drogas, em conflito com a lei, em situação de rua… Aqui vale registrar que as mulheres que encontrei nessa breve trajetória profissional (trans, prostitutas, usuárias de drogas, em situação de rua) - que viviam em contextos de vulnerabilidade são, majoritariamente pessoas pretas.

De que forma todas essas são consideradas mulheres? Que importância suas condições sociais, econômica e culturais têm para as políticas públicas para mulheres? E que efeitos as políticas públicas para mulheres têm (objetiva e subjetivamente) para a vida das 'outras' das mulheres-cis-hetero-brancas-urbanas? A partir do percurso pessoal-política-acadêmica-profissional apresentado acima e dos encontros com pessoas, livros, vídeos entre outras fontes, fui convidada a cultivar novas dúvidas.

2.4 PROCESSOS PSICOSSOCIAIS, PODER E PRÁTICAS COLETIVAS: A PSICOLOGIA EM DIÁLOGO COM O(S) FEMINISMO(S) E COM A DECOLONIALIDADE

2.4.1 Introdução: processos psicossociais, poder e práticas Coletivas

Essa tese de doutorado está situada no Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, na linha de pesquisa *Processos Psicossociais, Poder e Práticas Coletivas*. De acordo com a página do PPGPsi na internet[35], o foco desta linha está voltado para 'compreender processos psicossociais com ênfase na análise das configurações de poder, em diferentes práticas e contextos sociais'. Como disciplina obrigatória da linha de pesquisa temos 'Poder e modos de subjetivação'. No semestre que cursei a disciplina[36] estudamos textos de Michel Foucault e de outras(os) autoras(es) que interpretam sua obra. Sem dúvidas, a base da disciplina foi de grande importância para esse trabalho.

Foucault é um dos principais autores que contribuiu com um olhar para as relações de poder e seus efeitos nas subjetividades. Por consequência, tem uma importância inegável para

[34] Essas três dimensões do *sujeito* (política, social e individual) são trabalhadas pela autora Grada Kilomba (2019), conforme será apresentado a seguir.
[35] https://www.ufpe.br/pospsicologia
[36] Na altura, ministrada pela Profa. Dra. Jaileila Araújo Menezes.

a construção de uma psicologia crítica. De acordo com Jaileila Menezes, Saiane Lins e Juliana Sampaio (2019):

> Pensar o efeito Foucault no campo psi é considerar sua importante contribuição em termos de um movimento crítico à ciência psicológica que se constitui, segundo as reflexões arqueológicas do autor, no espaço híbrido e ambíguo entre a filosofia e as ciências naturais. Em seus estudos genealógicos, Foucault enfatiza as contribuições das *práticas psicológicas através do exercício das técnicas disciplinares*, para o estabelecimento de *princípio de normalidade* fundamentais à produção da *alteridade*[37] que deverá ser encarcerada e/ou terapeutizada (p. 5, destaques próprios).

Os estudos de Foucault contribuíram para uma reflexão a respeito dos efeitos de poder dos discursos científicos do campo psi sobre aquilo que seria o *sujeito normal*. O olhar genealógico foucaultiano se opõe à ideia de uma única narrativa possível sobre a realidade (1986).

Aqui vale um parêntese sobre o momento político-científico em que Foucault constrói sua obra. Por volta dos anos 1960, 70 e 80, parece ter havido uma convocatória geral no mundo ocidental para que fossem questionados os limites e possibilidades da linguagem. Esse momento/movimento ficou conhecido como *Giro linguístico*. A partir de então foi possível duvidar da lógica da *Verdade Científica* e então as leituras sobre a realidade passaram a ser assumidas como parciais, provisórias e posicionadas. Diversos teóricos questionaram a compreensão representacionista da linguagem e entenderam que, do contrário, é a linguagem quem sustenta a realidade. A partir da referência de autores como Mikhail Bakhitin, Ludwig Wittgenstein e John Austin, os *discursos* passaram a ser compreendidos como práticas linguísticas, atos de linguagem, performatividade. Com o Giro linguístico foi possível perceber que as leituras e análise sobre a realidade, em si, constroem a realidade. Essas reflexões provocaram uma série de problematizações no campo da filosofia, das ciências humanas e sociais e de outras áreas do conhecimento (IBÁÑEZ GARCIA, 2004; IÑIGUEZ, 2004).

Desse modo, as teorias (discursos científicos), são entendidas como conjunto de enunciados que disputam politicamente a realidade. A linguagem promove a compreensão sobre o mundo, mas também o cria e tem grande influência sobre subjetividades e relações

---

[37] Com base em uma perspectiva crítica à modernidade colonial, podemos perceber que há uma distinção brutal entre *alteridade* e *Outridade*. A *alteridade* está no campo da humanidade - que pode ser encarcerada e/ou terapeutizada. Os *princípios de normalidade* são brancos-ocidentais-europeus. Os/As '*Others' (Outros/as - em inglês, sem flexão de gênero)* do mundo ocidental são os *sujeitos colonizados*. À *Outridade* cabe a morte - subjetiva ou concreta. O método para a morte se dá pelo genocídio, encarceramento, exploração laboral e/ou sexual, bem como pelas estratégias 'terapêuticas' para o convencimento do embranquecimento como condição necessária para tornar-se *sujeito* (KILOMBA, 2019; FANON, 2008; CÉSAIRE, 2010).

sociais. A língua é, portanto, um espaço dinâmico de transformação cultural e constituição de *sujeitos* (IBÁÑEZ GARCIA, 2004; IÑIGUEZ, 2004). A partir daí, tornou-se necessário um redimensionamento da importância da linguagem e da responsabilidade de cada *sujeito* que se comunica/ disputa a realidade (cotidianamente).

Retomando à genealogia foucaultiana, essa é uma perspectiva atenta à natureza histórica dos acontecimentos e às *relações de poder*. Importante situar *poder* como algo que não se pode ter, mas como aquilo que existe em ação e se exerce *em relação* através de discursos (FOUCAULT, 1986). A genealogia proposta por Foucault, embora possa lançar mão de produtos históricos, deve ser útil não só para conhecer acontecimentos passados, mas, sobretudo, para refletir criticamente sobre modos que criamos e damos sentido ao presente (FOUCAULT, 1986).

Na fase genealógica de sua obra[38], no curso 'Em defesa da sociedade', ministrado no ano de 1976 no *Collège de France*, foram apresentadas algumas reflexões a respeito de mecanismos, técnicas e tecnologias de poder que ganharam força no século XIX a partir de uma *'assunção da vida pelo poder'* (FOUCAULT, 2010, p. 201). Esse fenômeno foi nomeado pelo autor como 'biopolítica' e, segundo ele, foi viabilizado diante da formação dos Estados Nação (europeus). Foucault afirma que 'a biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder' (2010, p. 206). A biopolítica cria *mecanismos reguladores* dos processos da vida com o objetivo da manutenção de uma média, um equilíbrio da população. Esses mecanismos devem estar atentos aos acidentes, às enfermidades e às anomalias diversas. A partir de então medições estatísticas passaram a ser utilizadas e surgiram as primeiras demografias. Teria sido nessa conjuntura que emergiu a noção de *população* (FOUCAULT, 2010).

Nessa altura houve, segundo o autor, uma transformação das tecnologias do poder marcada por uma intencionalidade que se afina com a necessidade de otimizar a população e potencializar as riquezas dos Estados (europeus). Daí em diante, uma nova lógica se instala: *fazer viver e deixar morrer*. Desse modo, a vida e a saúde da população entraram nos cálculos do poder político. Nesse sentido, devem ser eliminados todos os fenômenos populacionais que subtraiam forças, diminuam o tempo, baixem a energia e/ou gerem custos. Todo esse aparato biopolítico se justifica pela 'segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos' (FOUCAULT, 2010, p. 209).

[38] Dividida didaticamente em três fases: arqueológica, genealógica e ética.

Foucault diferencia a *biopolítica* do *poder disciplinar* do Soberano; quem '*faz morrer e deixa viver'*. Se o poder disciplinar opera através de uma *tecnologia de treinamento*, a biopolítica atua com base em uma *tecnologia de previdência*, ou *regulamentadora*. Ambas passam pelo corpo, mas a primeira trata do corpo como um organismo treinável e individualizado, enquanto na tecnologia de previdência os corpos compõem processos biológicos de conjunto. A partir daí o Estado torna-se atento à *conduta da população* (FOUCAULT, 2010). Nesse contexto Foucault apresentou o conceito de *governamentalidade*:

> o conjunto constituído pelas *instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas* que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a *economia política* e por instrumento técnico essencial os *dispositivos de segurança*. Em segundo lugar, por "governamentalidade" entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência deste tipo de poder que podemos chamar de "governo" sobre todos os outros - soberania, disciplina - e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por "governamentalidade", creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco "governamentalizado" (FOUCAULT, 2009, p. 143, destaques próprios).

Como efeito da noção de população, questões relacionadas à administração do Estado tornaram-se foco de reflexões políticas e econômicas. O autor se refere ao surgimento de uma *arte de governar,* associada a uma *racionalidade* própria do Estado, que passou a ter a população como fim e instrumento do governo.

Após essa breve explanação sobre as compreensões foucaultianas a respeito dos discursos, relações de poder, população, biopolítica e governamentalidade, importante registrar que em alguma altura do curso do doutorado imaginei que iria seguir pelo caminho que consideraria as *políticas públicas para as mulheres* no bojo das tecnologias biopolíticas, como uma estratégia de governamentalidade. Uma vez que essas políticas parecem estar atentas ao conjunto da população e buscam a manutenção da vida das mulheres. Essa foi a primeira tentativa de elaboração do argumento da tese.

Entretanto, ao longo dos semestres letivos e, especialmente pelos estudos no grupo A Coletiva-LABESHU[39], em que discutíamos textos de autoras(es) decoloniais, passei a perceber

[39] A Coletiva é um grupo de pesquisa e extensão universitária formado pelas(os) orientandas(os) da Profa. Dra. Karla Galvão Adrião. O grupo é ligado ao LabESHU (Laboratório de Estudos da Sexualidade Humana) do Departamento de Psicologia da UFPE.

que as referências teóricas produzidas do/no[40] *sul global* (territórios colonizados) poderiam se tornar meu principal instrumento de leitura sobre o campo de estudo.

No Brasil há uma vergonhosa desigualdade no tratamento do Estado, que se relaciona de forma distinta com a população (a partir de marcadores de gênero, raça, classe e território). No contexto desarmônico da sociedade brasileira, os efeitos da colonização precisam ser levados em consideração - com urgência - nas análises sobre as configurações do poder (NASCIMENTO, 2016; 2019; GONZALEZ, 2019).

O '*fazer viver e deixar morrer'* da biopolítica é sim observável em contextos brasileiros, mas o '*fazer morrer e deixar viver',* do Poder Soberano, ainda é muito forte - especialmente em regiões periféricas ao próprio Estado brasileiro (como o semiárido nordestino, o cerrado do centro e as florestas do Norte). Em terras *bacurais*[41], os Soberanos não têm compromisso algum com a *racionalidade*[42] *do Estado*. Nessas áreas recônditas há coronéis (políticos, prefeitos, vereadores, deputados, delegados, usineiros, ruralistas, jagunços e afins) que decidem sobre as vidas (des)humanas daqueles(as) que Franz Fanon (2015) chamou de 'damné[43]', ou *condenados da terra.*

Sem dúvidas, através da obra foucaultiana, não só a psicologia, mas também as ciências sociais e humanas potencializaram a suas analíticas sobre o poder. Contudo, especialmente para estudar políticas públicas para mulheres no contexto do sul global, passei a perceber significativas limitações da leitura de mundo que parte do lugar de um homem-branco-europeu.

Como aponta Menezes, Lins & Sampaio (2019), vale enfatizar que "Foucault se interessa pelo racismo como formação discursiva e dispositivo estatal para justificar ações com relação às populações indesejadas no interior das fronteiras da Europa" (p. 5). Nesse sentido,

---

[40] Aqui vale destacar que muitas das autoras e autores do Sul (incluindo dos países da América Central, também colonizados) migraram para o Norte, especialmente para Universidades nos Estados Unidos da América. Exemplos significativos são: Gayatri Spivak (indiana), Maria Lugones (argentina), Oyèronké Oyěwùmí (nigeriana), Aníbal Quijano (peruano), Walter Mignolo (argentino), Ramón Grosfoguel (porto riquenho) e Nelson Maldonado-Torres (porto riquenho). Essa é uma questão sensível para quem se propõe a pensar geopolítica do conhecimento. A lógica colonial de exportação 'de matéria prima' do sul para o norte 'industrializar' continua sendo uma realidade atual. Aqui lamento pelas mentes geniais que não conheci (nem conhecerei) porque seus pensamentos não foram encaixados nas revistas de impacto internacional (com sede no Norte) e nem foram publicados por editoras que negociam distribuição de livros pela *Amazon* (empresa transnacional norte americana).

[41] Novamente referência ao filme pernambucano 'Bacurau', de Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles (2019).

[42] Como argumenta o martinicano Aimé Césaire (2010) no livro 'Discurso sobre o Colonialismo', não há nada de racional na organização social e política de herança européia.

[43] Damné é uma palavra francesa. A tradução seria 'condenado'. Fanon fez exclusivamente uso da palavra 'damné'. No francês 'condenada' corresponde a 'damnée'. Para fazer referência ao conceito fanoniano, utilizarei o termo 'damnée' no sentido de não reproduzir uma linguagem sexista e excludente com as mulheres.

não seria justo afirmar que o autor nega por completo uma lógica ocidental racista e exterminadora, mas a sua condição de intelectual europeu situa/limita seus instrumentos de análise no interior do seu território de origem.

Gayatri Spivak (2010), em 'Pode o subalterno falar?', questiona a possibilidade e legitimidade de Foucault, assim como de outros intelectuais do norte do globo, de contribuírem com ferramentas analíticas para questões próprias dos subalternos (colonizados-subaltenizados). Tamanhos os efeitos da referência eurocêntrica para as produções científicas ocidentais, o Outro subalterno torna-se inacessível *como sujeito*.

Para esta tese, tomo como referências bibliográficas e estéticas *prioritariamente* pessoas negras, em especial, autoras(es) do sul global. Essa é uma questão ética e política. Trata-se de uma 'opção decolonial' que tem como foco a 'desobediência´ epistêmica (MIGNOLO, 2008). Entretanto, abro esse subtópico com o objetivo de registrar algumas contribuições que as leituras foucaultianas tiveram para o desenho desta tese.

A pesquisa ora apresentada está situada no campo de uma psicologia atenta aos discursos, jogos de linguagem, relações de poder, posicionamento de *sujeitos* e subjetividades. O processo da pesquisa foi produzido inicialmente a partir do campo feminista e, aos poucos, incorporou referências decoloniais. Ambas as referências - feministas e decoloniais - estiveram em diálogo com as perspectivas metodológicas qualitativas - conforme será abordado no capítulo seguinte.

2.4.2 A Psicologia em diálogo com o(s) Feminismo(s) e com a Decolonialidade

Conforme apresentado no tópico anterior, a partir da compreensão crítica do caráter interpretativo/construtivo da linguagem, os discursos científicos passam a ser entendidos como versões precárias, provisórias e situadas realidade. Com efeito, torna-se insustentável o homem-branco-europeu-racional como única referência de *sujeito* produtor de conhecimento científico, como também passa a ser questionado o autodeclarado *status* de Verdade Universal autointitulado pela Ciência Moderna andro(euro)cêntrica.

Em resistência a essa lógica, a crítica feminista optou por transformar as noções de objetividade científica e, desse modo, valoriza os *saberes localizados* e corporificados (HARAWAY, 1995). Também a noção de 'experiência' ganha relevância a partir dessa perspectiva. A historiadora feminista norte americana Joan Scott (1999) pontua que:

> Não são os indivíduos que têm experiência, mas os *sujeitos* que são constituídos através da experiência. A experiência, de acordo com essa definição, torna-se, não a origem de nossa explicação, não a evidência autorizada (porque vista ou sentida) que fundamenta o conhecimento, mas sim aquilo que buscamos explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento. *Pensar a experiência dessa forma é historicizá-la, assim como as identidades que ela produz.* [...] é uma historicização que implica uma análise crítica de todas as categorias explicativas que normalmente não são questionadas, incluindo a categoria "experiência" (p. 27, destaques próprios).

Interessante contextualizar que há na Psicologia discussões a respeito da construção de uma *Psicologia Feminista Crítica*. Este campo se inicia (no norte do globo) na década de 1970 do século XX com o propósito de questionar modos de fazer ciência e atuações profissionais que se dizem objetivos, quantitativos e livres de valores. De acordo com a psicóloga portuguesa Conceição Nogueira (2013), a partir de então passaram a ser construídas novas teorias e metodologias que problematizam: Psicologia de mulher *versus* Psicologia feministas; essencialismo *versus* compreensões atentas às construções sociais; e questões de gênero *versus* sistemas que oprimem as mulheres. Desse modo, a *Psicologia Feminista Crítica* buscou construir um campo da ciência comprometido com a eliminação das desigualdades nas relações entre mulheres e homens, tendo em vista relações sociais emancipatórias e livres de dominação.

Ao analisar o campo da Psicologia Feminista no mundo, as brasileiras Juliana Perucchi, Juracy Toneli e Karla Adrião (2013) afirmam que:

> […] a psicologia feminista - pouco conhecida no contexto brasileiro e latino-americano, mas ativa nos Estados Unidos (Chrisler & McHugh, 2011), no Canadá (Austin, Rutherford e Pyke, 2006) e em alguns países europeus, como como Portugal (Neves & Nogueira, 2003; Saavedra, 2010), Espanha (Ubach, 2008) e Inglaterra (Burman, 1990, 1998; Stainton Rogers & Stainton Rogers, 2001) está posicionada inequivocamente em uma linha de ação ativamente anti-sexista, sustentando que nos olhos da ciência tanto as experiências quanto os valores, preocupações e experiências de homens e mulheres devem ser iguais. Assim, a psicologia feminista não só oferece compreensão da "condição feminina", mas também de outros sistemas de classificação que geram opressão como raça, orientação sexual, classe entre outros (Neves & Nogueira, 2003) (tradução livre, p. 17).

Marília Saldanha e Henrique Nardi (2016), ao realizarem um estudo de revisão da literatura sobre Psicologia Feminista no Brasil, perceberam que algumas autoras reconhecem um processo de marginalização que poderia configurar a não-existência desse campo. Em paralelo, Saldanha e Nardi também identificaram autoras(es) que evidenciam a existência de

pessoas feministas ativas no campo da Psicologia, conforme pode ser observado no trecho a seguir:

> Uma parcela do campo da psicologia social acolheu os estudos de gênero, mas no Brasil isto não significou a construção de um campo de psicologia feminista e nem de uma disciplina, assim nominada. Temos estudos de gênero, estudos feministas, perspectiva feminista, mas não temos uma psicologia feminista, ou psicologias feministas (p. 49).

Nesse sentido, questionar a existência do campo da Psicologia Feminista no Brasil não significa afirmar a inexistência de produções acadêmicas na Psicologia a partir de uma perspectiva feminista.

Vale contextualizar que no Brasil, a partir da década de 1970 e especialmente nos anos 80, o campo de estudos e pesquisas sobre mulheres e relações de gênero passou a se consolidar em fundações de pesquisa e universidades brasileiras (BANDEIRA, 2000). Importante registrar ainda que este campo está situado nas áreas das ciências sociais e humanas e na área da saúde e que, de um modo geral, assumiram um caráter interdisciplinar.

No Dossiê 'Três décadas de produção crítica' da Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), Luana Carola dos Santos, Ana Berlado Carvalho, Julião Gonçalves Amaral, Larissa Amorim Borges e Claudia Mayorga (2016), apresentaram o estudo "Gênero, feminismo e psicologia social no Brasil: análise da Revista Psicologia & Sociedade (1996-2010)". As autoras perceberam que no contexto da Psicologia brasileira, foi a Psicologia Social quem abrigou os estudos de gênero e feministas.

Entre os anos 70 e 80 (momento em que o país enfrentava os efeitos de uma ditadura civil militar), a Psicologia Social passou por uma crise através da qual passou a questionar referências teóricas da Europa e Estados Unidos e toda a ênfase em perspectivas positivistas e quantitativas - inclusive pelo seu caráter colonial. Nesse período, no Brasil e na América Latina, esforços foram empenhados para a construção e institucionalização de uma Psicologia com um corpo teórico, conceitual e metodológico próprios (SANTOS et al., 2016).

Nessa altura passou-se a compreender a necessidade de tomar a sociedade brasileira e latino-americana como ponto de partida para as análises em *Psicologia Social*. Nesse contexto, o pensamento marxista e sua articulação com a psicanálise, bem como a teologia da libertação foram referências basilares. Daí foram traçados caminhos que passam pela psicossociologia, análise institucional, psicologia comunitária, psicologia sócio-histórica etc. Com essas bases

foi possível o desenvolvimento de estudos sobre gênero na Psicologia Social (SANTOS et al., 2016). Conforme argumentam as autoras:

> O movimento da crítica à psicologia social *standard* que marcou o momento da crise acabou constituindo uma espécie de ethos crítico (Mayorga, 2007), que possibilitou um campo propício para o desenvolvimento de estudos sobre gênero na psicologia social. Embora as perspectivas teóricas não fossem semelhantes, problematizavam os pilares da ciência moderna, que se expressavam numa psicologia social psicológica, de cunho individualizante. Essa talvez seja uma das explicações do porquê, no Brasil, não encontramos uma psicologia social feminista, já que a psicologia social que se buscou construir a partir da crise e que se tornou objeto de uma associação específica - a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) - foi relativamente receptiva à articulação com as perspectivas de gênero (p. 591).

Assim como não é possível afirmar a existência do campo da *Psicologia Feminista* no Brasil, não há uma *Psicologia Decolonial.* Entretanto, de acordo com Claudia Orellano e Sergio González (2015), na América Latina, é possível observar uma série de intersecções possíveis a partir da 'Psicologia da Libertação'. A autora e o autor argentina/o tomam como referência o educador Paulo Freire e o Psicólogo salvadorenho Martín Baró para construir esse exercício de aproximação:

> A psicologia política da libertação promove que as ciências sociais assumam o compromisso com os setores oprimidos. Na *práxis de reconstrução da memória histórica,* nas lutas de classe e nos movimentos sociais *se espera um efeito de empoderamento.* O compromisso social para cooperar em tornar verdadeira a liberação dos setores vulneráveis nos seus direitos implica *um processo de humanização que liberta* também os opressores (Freire, 1964-1970). No *diálogo pela humanização* dos despossuídos, *conscientização*, desideologização do sentido comum, da da cotidianidade naturalizada, *se torna possível a decolonialidade* (Martín Baró, 1968, 1991, 1998) (2015, p. 5 - livre tradução – destaques próprios).

Mas afinal, o que seria o Decolonial? O campo decolonial, também atento ao corpo e às subjetividades, compreende a linguagem como um mecanismo de "matriz racial de poder" e argumenta que foi através das línguas, religiões, conhecimentos e culturas euro centradas que pessoas foram racializadas e tiveram a condição de humanidade roubada (MIGNOLO, 2007).

Para compreender esse campo/movimento/rede de pesquisadoras(es), vale um resgate do campo Pós-Colonial. De acordo com Bernardino-Costa e Ramón Grosfoguel (2016), o pós-colonial, como termo, está situado no momento histórico pós Segunda Guerra Mundial e saída formal da Europa das colônias africanas e asiáticas. Os estudos pós-coloniais estiveram presentes nos departamentos de estudos culturais e antropologia de língua inglesa,

primeiramente na Inglaterra e em seguida nos Estados Unidos. Como consequência, tiveram uma maior circulação no mundo anglofônico. De acordo com os autores, o Grupo de Estudos da Subalternidade do Sul da Ásia, coordenado pelo historiador Ranajit Guha na década de 1980, é um significativo exemplo do esforço de *desmantelar a razão colonial* de modo a resgatar, junto aos *sujeitos* subalternos, a própria condição de *sujeito*. Entretanto, como afirmam os autores:

> Apesar de uma longa história colonial na América Latina e de reações aos efeitos da colonização, que podemos chamar de colonialidade, intelectuais dessa região não figuraram e não figuram no campo de estudos pós-coloniais. Por exemplo, Homi Bhabha, Edward Said e Gayatri Spivak – os nomes mais expressivos do campo acadêmico pós-colonial – não fazem nenhuma referência à América Latina nos seus estudos (p.16).

Na virada do milênio, estudiosas e estudiosos das Américas passaram a investir em reflexões a respeito dos efeitos do colonialismo e passaram a construir um campo, uma rede de estudos que buscou criar e sistematizar conceitos para interpretar as relações subjetivas e econômicas entre o povo descendente das pessoas diretamente colonizadas e seus opressores. Entretanto, argumentam os autores que:

> Para além disso, a decolonialidade consiste também numa prática de oposição e intervenção, que surgiu no momento em que o primeiro sujeito colonial do sistema mundo moderno/colonial reagiu contra os desígnios imperiais que se iniciou em 1492 (BERNARDINO-COSTA & GROSFOGUEL, 2016, p. 17).

Então, mesmo sem usar o termo ‘colonialidade’, ou ‘decolonialidade’, muitas críticas foram produzidas a respeito dos efeitos do colonialismo - especialmente por autoras e autores da diáspora africana, ou povos originários das Américas. O conceito de ‘colonialidade’ foi formulado pelo norte-americano Immanuel Wallerstein em 1992. Em seguida, o peruano Anibal Quijano passou a nomear ‘colonialidade do poder’ (BERNARDINO-COSTA & GROSFOGUEL, 2016).

De acordo com Quijano (1992), “*a colonialidade é o fenômeno em que pessoas colonizadas são submetidas a internalizar os valores dos sujeitos colonizadores.”* Esse fenômeno foi produto de um sistema que repressão de crenças, ideias, imagens, simbologias e conhecimentos que não serviam à dominação colonial. Essa repressão, em princípio, tinha por objetivo destruir todos os conhecimentos assim como as formas de produzir novos conhecimentos a partir das perspectivas dos(as) *colonizados(as).* Em seguida a esse apagamento, os sujeitos colonizadores ofereceram seus padrões de expressão, formas de produzir conhecimento e crenças – incluindo as referências a respeito do sobrenatural. Essa foi

a estratégia exitosa que promoveu controle social, cultural e subjetivo. Desse modo, não é necessária a presença física do *sujeito colonizador* para que *colonizados(as)* estejam à serviço do projeto da colonização.

De acordo com Quijano (1992), a base da Racionalidade/Modernidade está no projeto da *colonialidade*, que não se encerrou com o fim da colonização formal. Essa lógica de dominação esteve presente nos discursos coloniais, nas formulações das ciências humanas e sociais e, sobretudo, deixaram marcas subjetivas nos *sujeitos colonizados*[44].

Os estudos decoloniais tem como base a compreensão de que a 'descoberta/criação' das Américas foi o marco histórico que inaugurou o *sistema-mundo capitalista-patriarcal-cristão-moderno-colonial-europeu* em escala global. Desse modo, a opção decolonial passou a compreender que o projeto da Modernidade não tem a Europa como nascedouro, uma vez que os contornos desse projeto só foram possíveis a partir do encontro com o 'novo mundo', que tornou-se o 'outro' (território e *sujeitos* periféricos) para a Europa a fim de se constituir como 'eu' (*sujeito* e território centro do mundo).

Portanto, sem o colonialismo não seria possível conceber a Modernidade como projeto civilizatório. Sem as Américas, não seria possível propor esse projeto de proporção global. E, sem o roubo das colônias das Américas, África e Ásia, não seria possível o acúmulo do capital que sustentou E SUSTENTA o projeto de Modernidade europeu. Por fim, e não menos importante, autoras(es) decoloniais argumentam que sem a racialização e desumanização do *sujeito colonizado*, não existiria o que hoje conhecemos como 'o europeu' (o branco). Criou-se assim a *diferença colonial* (QUIJANO, 1992).

Como estratégia central dessa lógica de dominação está a morte do colonizado (fauna, flora, povos, culturas; ecologias, cosmogonias e epistemologias). Por fim, tudo aquilo que sobrevivesse, deveria ser alterado e distorcido à serviço do *sujeito colonizador.* Para qualquer comparação, a referência de excelência é sempre a Europa. Genocídios, torturas, estupros, terrorismo e destruição foram/são a base para um modelo de 'civilização' e uma forma de fazer ciência. De tão moderno o homem-branco-europeu renasceu sem precisar dos olhos de Deus, passou a confiar na sua própria 'neutralidade objetiva' e livre dos valores que não sejam os seus.

Algumas feministas acadêmicas têm se aproximado dos estudos pós coloniais e decoloniais de modo a revisitar os modos de fazer ciência, bem como dos objetos de pesquisa.

---

[44] Essa expressão é um si uma contradição. Afinal, se na colonialidade quem é colonizado deixa de ser sujeito, como é possível que existam *sujeitos colonizados*? É mesmo difícil de acompanhar. Realmente a 'racionalidade' não faz sentido algum!

Vivian Matias Santos (2018) refere-se a um movimento de insubmissão da crítica feminista à ciência e argumenta que foi a partir daí que se deu sua aproximação com o 'giro decolonial'. A autora afirma que:

> O olhar decolonial, ao questionar o projeto moderno, eurocêntrico e ocidentalizante de ciência, tem se colocado como lente capaz de denunciar e questionar de modo complexo a sofisticação discriminatória das bases epistêmicas na ciência de forma geral e, também, pode lançar uma atenção aos alicerces discriminatórios *nas disputas teóricas feministas que acabam por construir não somente hegemonias, mas silenciamentos, apagamentos* (p. 2, destaques próprios).

A perspectiva decolonial corresponde a um movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico. Segundo Mignolo (2007), o decolonial se propõe a ser um pensamento de fronteira entre teoria e prática. Da/Na fronteira se assume o compromisso político com a transformação social.

2.5 SOBRE *SUJEITOS POLÍTICOS* e POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

2.5.1 Sobre *sujeitos políticos*

Para muitas mulheres, as políticas públicas para as mulheres são consideradas respostas políticas dos Estados diante de históricas demandas da sociedade civil organizada - especialmente através dos movimentos feministas (FARAH, 2004). O feminismo compreende que as mulheres são seus *sujeitos políticos* e tem como questão central a crítica às desigualdades que marcam relações de gênero. Entretanto, não há um significado único sobre sujeitos políticos do feminismo (ADRIÃO; TONELI & MALUF, 2011).

Busco, através deste estudo, provocar uma reflexão sobre os *sujeitos políticos* das políticas para as mulheres, em especial, de políticas públicas municipais desenvolvidas em Pernambuco. Para isso, parece ser necessária uma revisão a respeito de reflexões sobre mulheres e *sujeitos*. Conforme argumenta a mulher-branca Joan Scott (1999):

> *Sujeitos são constituídos discursivamente.* A experiência é um evento linguístico (não acontece fora de significados estabelecidos), mas não está confinada a uma ordem fixa de significados. Já que o discurso é, por definição, compartilhado, a experiência é coletiva assim como individual. Experiência é uma história do sujeito. A linguagem é o local onde a história é encenada. A

> explicação histórica não pode, portanto, separar as duas (p.42, destaques próprios).

A partir da compreensão de que a linguagem cria realidades, a feminista branca norte americana Donna Haraway (2009) afirma que:

> *A consciência da exclusão que é produzida por meio do ato da nomeação é aguda. [...] Não existe nada no fato de ser "mulher" que naturalmente una as mulheres. Não existe nem mesmo tal situação – "ser" mulher.* Trata-se, ela própria, de uma categoria altamente complexa, construída por meio de discursos científicos sexuais e de outras práticas sociais questionáveis (p.47, destaques próprios).

Nesse sentido, tomo como ponto de partida que a própria concepção sobre 'mulheres' é vazia em si, mas ganha significado através de discursos - que estão em constante disputa. A feminista inglesa Chantal Mouffe (1999) presenta uma série de problematizações nesse sentido:

> Como se constrói a categoria "mulher" como tal, dentro de diferentes discursos? Como se transforma a diferença sexual em uma distinção pertinente dentro das relações sociais?; e Como se constroem relações de subordinação através dessa distinção? (p. 34).

Essas reflexões proporcionam o entendimento da condição contingencial da categoria 'mulher' e, por consequência, a própria noção de identidade como algo essencializado perde o sentido por completo. A autora então segue com sua argumentação:

> *(...) cada posição de sujeito se constitui dentro de uma estrutura discursiva essencialmente instável, posto que se submete a uma variedade de práticas de articulação que constantemente a subvertem e transformam. Por isso não há nenhuma posição de sujeito cujos vínculos com outras estejam assegurados de maneira definitiva e, portanto, não há identidade social que possa ser completa e permanentemente adquirida.* Isso não significa, no entanto, que não possamos reter noções como "classe trabalhadora", "homens", "mulheres", "negros", ou outros significantes que se referem a sujeitos coletivos (MOUFFE, 1999, p.46, destaques próprios).

O autor decolonial Walter Mignolo (2007) – homem branco - referência a discussão sobre *sujeitos,* identidade, política e colonialidade:

> *Não, não estou falando de "política de identidade", mas de "identidade em política".* Não há, pois, necessidade de argumentar que a política de identidade se baseia na suposição de que as identidades são aspectos

> essenciais dos indivíduos, que podem levar à intolerância, e de que nas políticas identitárias posições fundamentalistas são sempre um perigo. [...] *As identidades construídas pelos discursos europeus modernos eram raciais (isto é, a matriz racial colonial) e patriarcais.* Fausto Reinaga (o aymara intelectual e ativista) afirmou claramente nos anos 60: "Danem-se, eu não sou um índio, sou um aymara. Mas você me fez um índio e como índio lutarei pela libertação". A identidade *em* política, em suma, é a única maneira de pensar descolonialmente (o que significa pensar politicamente em termos e projetos de descolonização). Todas as outras formas de pensar (ou seja, que interferem com a organização do conhecimento e da compreensão) e de agir politicamente, ou seja, formas que não são decoloniais, significam permanecer na razão imperial; ou seja, dentro da política imperial de identidades (MIGNOLO, 2008, p. 289-290, destaques próprios).

A crítica a categoria 'mulher' como uma identidade estável pode, portanto, provocar dúvidas no que se refere às *políticas para mulheres*. Então, a partir de uma perspectiva feminista não essencialista, Mouffe (1999) propõe o que nomeia como um projeto de democracia radical, atento às diferentes lutas contra a opressão:

> *A política feminista deve ser entendida não como uma forma de política projetada para a realização das mulheres como mulheres, mas como a realização de metas e aspirações feministas dentro do contexto de uma mais ampla articulação de reivindicações.* Essas metas e aspirações poderiam consistir nas transformações de todos os discursos, práticas e relações sociais onde a categoria mulher estivesse construída de maneira que implicasse subordinação (p.46, destaques próprios).

Mouffe (1999) problematiza concepções que tratam as questões das mulheres de forma essencializada (genérica, ou neutra) ao mesmo tempo em que não nega a necessidade de uma política que paute a questão da subordinação social das mulheres.

> *Devemos estar conscientes do fato que as metas feministas podem ser construídas de maneiras muito diferentes, de acordo com uma multiplicidade de discursos* nos quais possam estar inseridas a política marxista, liberal, conservador, separatista radical, democrático radical, e assim por diante. (....) As feministas podem contribuir na política com uma reflexão sobre a condição de criar uma igualdade efetiva para as mulheres. Tal reflexão está sujeita à influência de diferentes discursos políticos e teóricos (1999, p.47, destaques próprios).

De acordo com a feminista branca norte americana Judith Butler (2003), pensar sobre mulheres enquanto *sujeitos* é uma questão fundamental para a política feminista. A autora, ao refletir sobre os *sujeitos* do feminismo, argumenta que a construção política de *sujeitos* ocorre

de forma articulada com certos objetivos de legitimação e de exclusão. Butler (2003) afirma que há uma concordância muito pequena quanto à categoria 'mulher'. Sendo assim, formular críticas sobre a categoria 'mulher' apresentada como natural e imobilizada torna-se uma tarefa fundamental.

> *Se alguém "é" uma mulher, isso certamente não é tudo que esse alguém é;* o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da "pessoa" transcendam a parafernália específica do gênero, mas porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidade discursivamente construídas (BUTLER, 2003, p.20, destaques próprios).

Karla Adrião, Juracy Toneli e Sônia Maluf (2011) – mulheres brancas brasileiras - compreendem que a constituição dos *sujeitos políticos* orienta os movimentos sociais a indicarem as desigualdades sofridas e reivindicações almejadas. Entretanto, diversos são os *sujeitos político*s do movimento feminista e, de acordo com Suely Gomes Costa (2004);

> Muitas tensões esgarçam a convivência de mulheres de diferentes classes sociais às práticas feministas nos seus muitos movimentos organizados, sobretudo de mulheres de camadas sociais de médias e altas rendas. [...] Nem mesmo o ideal da "sororidade", misto de sentimento e utopia que tem presidido os movimentos feministas por tanto tempo, numa suposta identidade biológica, resiste a elas. Problemas da convivência e de hierarquias sociais entre mulheres desiguais por posição de classe, status intelectual e profissional, de raça/etnia e mesmo geração, estão longe de ser equacionados (p.24).

Até então não foi possível (e não será) chegarmos a uma concepção unânime e definitiva sobre quem são pessoas para as quais as políticas públicas para as mulheres devem ser destinadas. Sobre essa questão Mayorga, Coura, Miralles e Cunha (2013) fazem a seguinte reflexão;

> [...] tem sido possível perceber e acompanhar, mais de 40 anos depois dos primeiros debates que marcaram a chamada segunda onda do feminismo, um outro momento do debate feminista. Se, por um lado, vivemos uma época em que a opressão das mulheres é um aspecto relativamente reconhecido nas sociedades ocidentais e há tentativas de construção de políticas de enfrentamento a essas desigualdades, o que faz com que algumas autoras identifiquem esse momento como a quarta onda do feminismo, críticas aos

> limites da noção de gênero e deslocamentos que vêm se produzindo com a entrada de diferentes leituras da opressão, dos novos conceitos, das rupturas epistemológicas e da emergência de vozes que tencionam as teorias e as ações feministas centradas na noção de gênero têm, há alguns anos, colocado questões sobre a possibilidade de uma unidade na ação política feminista, sobre o sujeito do feminismo e, consequentemente, sobre qual projeto de sociedade deve orientar essa ação (p. 464).

Foi a partir da dúvida sobre quem são mulheres e, por consequência, quem são os *sujeitos* das públicas para as mulheres, que surgiu o projeto que deu origem a essa pesquisa. A partir da aproximação com as referências decoloniais, foi necessária uma nova revisão a respeito da compreensão de *sujeito* a qual estou me referindo. Como argumenta Grada Kilomba (2019), para os estudos decoloniais, é necessária uma mudança na perspectiva do *sujeito*. Para a autora, o foco dos estudos atentos aos efeitos da racialidade não deve estar na compreensão de *sujeitos* como indivíduos, mas sim na possibilidade de indivíduos agirem e serem lidos como *sujeitos* em suas realidades sociais. A autora faz referência a Paulo Mecheril, para quem a ideia de sujeito passa por três esferas. Uma pessoa atinge *status de sujeito* quando é considerada socialmente e reconhece em si esses três níveis: político, social e individual. Essa compreensão de *sujeito* é necessariamente relacional, pois refere-se à relação de um indivíduo com a sociedade onde vive.

> Ter o status de sujeito pode significar que, por um lado, indivíduos podem se encontrar e se apresentar em esferas distintas de intersubjetividade e realidades sociais e, por outro lado, podem participar da sua sociedade, isto é, podem determinar os tópicos e anunciar os temas e às agendas da sociedade em que vivem. Em outras palavras, podem ver seus interesses individuais e coletivos reconhecidos, validados e representados oficialmente na sociedade - o status absoluto de sujeito. O racismo, no entanto, viola cada uma dessas esferas [...] (p.74-75, destaques próprios).

A partir da compreensão da negação da condição de *sujeito* que transforma a pessoa não-branca colonizada em objeto da colonialidade, a argentina María Lugones (2014) reflete sobre as condições de possibilidade de ser mulher. Lugones afirma radicalmente que:

> A consequência semântica da colonialidade do gênero é que *"mulher colonizada" é uma categoria vazia:* nenhuma mulher é colonizada; nenhuma fêmea colonizada é mulher. Assim, a resposta colonial a Sojouner Truth é, obviamente, "não" (p.939, destaques próprios).

Está posto o embaraço! Esse é um estudo que lança um olhar para a dolorosa experiência de *ser-não-sendo*. Para encerrar esse tópico, convido a médica brasileira Jurema Werneck (2010). A autora problematiza a condição de sujeitos das *mulheres negras*:

> As mulheres negras não existem. Ou, falando de outra forma: as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos (p.10).

Esse trabalho busca então contribuir com um olhar (precário, provisório, posicionado e impermanente) de um psicóloga-pesquisadora feminista-decolonial branca-pernambucana-nordestina sobre *sujeitos,* '*políticas da pele'* (KILOMBA, 2019) e *políticas de/para mulheres.* Aqui retomo o título da pesquisa; ***MULHERES-NEGRAS*** **e POLÍTICAS PARA MULHERES: analíticas decoloniais sobre *sujeitos políticos* e políticas públicas municipais em Pernambuco.** Para chegar até aí foi um longo percurso, com uma série de desvios e mudanças. O *projeto* de pesquisa não previa a discussão sobre a condição de ser mulher para *mulheres de pele negra*, mas o *campo* se impôs de diferentes formas. Pouco depois da abertura de campo já estavam escancaradas contradições que denunciam urgências e me convocam para do debate.

2.5.2 Políticas públicas para mulheres

A partir dos anos 2000 às políticas para mulheres ganharam uma pasta própria no aparelho estatal brasileiro. Em abril de 2002, restando nove meses para o fim de um mandato de oito anos, o então Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso (FHC), criou a SEDIM – Secretaria Nacional dos Direitos das Mulheres, vinculada ao Ministério da Justiça (SARDENBERG & COSTA, 2011). Mas foi apenas em 2003, no primeiro mandato do Governo Lula, que foi criada a Secretaria de Política para Mulheres (SPM), com caráter de Ministério Federal. Nos anos seguintes, passaram a ocorrer as Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres - com etapas estaduais e regionais (ADRIÃO, 2008). A criação de *Organismos de Política para Mulheres* nos anos 2000 corresponde a uma mudança de postura do Estado, que passa a reconhecer publicamente a existência de desigualdades sociais entre mulheres e homens (FARAH, 2004).

A forte pressão da sociedade civil organizada estimulou a criação de *Organismos* estaduais e municipais (FARAH, 2004). No que se refere ao contexto local, foi em 2007 que o então Governador do Estado, Eduardo Campos, criou a Secretaria da Mulher de Pernambuco. A partir daí foi iniciado um processo de interiorização e municipalização dessa política (PERNAMBUCO, 2014).

Importante destacar que de acordo com as informações contidas no Guia Para Criação e Implementação de Organismos Governamentais de Políticas Para as Mulheres, no ano de 2014, 25 dos 27 estados da Federação contavam com organismos municipais de políticas para as mulheres (OMPM). Nesse ano, havia um total de 675 Organismos. Desses, 158 localizados no Estado de Pernambuco - o que correspondia a 23,4% do total nacional (BRASIL, 2014). Infelizmente, não há dados mais atuais disponibilizados pelo Governo Federal através das páginas da internet e/ou relatórios oficiais. Entretanto, esses números ainda são úteis no sentido de sinalizar que Pernambuco se destacou em nível nacional no que se refere à municipalização das políticas públicas para as mulheres.

No segundo semestre de 2015, o que corresponde ao segundo mandato do Governo Dilma, houve uma reforma ministerial e a Secretaria de Política para Mulheres (SPM) foi fundida com a Secretaria de Política de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR) e Secretaria de Direitos Humanos (SDH). Foi então criado o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH). A fusão dos ministérios foi bastante criticada por movimentos sociais que avaliaram um significativo retrocesso político nessa ação. Já no primeiro semestre de 2016, foi dado início ao Impeachment da presidenta. No mês de maio, Dilma foi afastada do cargo e o vice presidente, Michel Temer (PMDB), assumiu o Governo Federal. Muitas foram as denúncias sobre esse processo que, nacional e internacionalmente, foi nomeado como Golpe.

No primeiro dia do mandato de Temer, houve uma grande reforma ministerial. A política para as mulheres, juntamente com a política de promoção de igualdade racial e direitos humanos, voltaram a compor o Ministério da Justiça, que passou ser nomeado como Ministério da Justiça e Cidadania. Essa mudança fez parte de um pacote de cortes de outros Ministérios. Além da alteração das pastas, houve uma transformação simbólica notória. O alto escalão do poder executivo foi composto exclusivamente por homens, foram então excluídas todas as mulheres e pessoas negras.

No ano de 2019 iniciou-se um novo governo eleito. Houve uma nova reforma ministerial e então foi criado o *Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.* A atual ministra não

só não se declara como feminista, como também faz críticas às mulheres que se organizam politicamente contra o patriarcado. Desde os primeiros dias de governo as declarações da ministra ganharam notoriedade nacional e a pasta de políticas para mulheres parece estar alocada num anti-ministério. O texto dessa tese de doutorado não irá fazer referência ao Governo vigente. Essa é uma decisão político-metodológica. Avalio ser necessário mais tempo para uma análise séria e profunda sobre a atual (e preocupante) conjuntura.

O contexto de desmonte da política nacional, ao menos inicialmente, parece não ter influenciado diretamente o contexto local. Essa informação pode ser lida de duas formas: 1) que pena que a política nacional pouco contribuiu com as políticas locais até agora, ou 2) que bom que Pernambuco e os municípios parecem manter na atualidade uma parceria que se iniciou em 2007. Diante dessas polêmicas afirmações, está posto o convite para a leitura.

2.6 APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DO TEXTO

> Eu digo, mulher mágica, *se esvazie. Choque você mesma com novas formas de perceber o mundo,* choque seus leitores da mesma maneira. Acabe com os ruídos dentro da cabeça deles. *Sua pele deve ser sensível suficiente para o beijo mais suave e dura o bastante para protegê-la do desdém. Se for cuspir na cara do mundo, tenha certeza de estar de costas para o vento* (ANZALDÚA, 2000, p. 236, destaques próprios).

Agradeço a carta encorajadora dedica a nós, mulheres escritoras do terceiro mundo. Também agradeço pelos cuidados, incentivos e recomendações não só dessa autora, mas de todas aquelas que abriram caminho e hoje acolhem as recém chegadas na batalha político-discursiva de re-construção da(s) (Hi/hi/es)tória(s). **Agradeço e peço licença às mulheres que vieram antes de nós.** Aos homens não quero pedir licença, deles quero/exijo apenas respeito.

No Brasil e no mundo estamos vivendo tempos muito difíceis em 2020, companheira Glória. Lamentamos por não saber para qual lado o vento está soprando. A dúvida sobre o vento, entretanto, não é suficiente para me dissipar a vontade de cuspir no mundo-ocidentalizado, cuspir na cara de quem humilha e oprime (Incluindo em mim mesma e em minha ancestralidade branca. Afinal, não posso me eximir do respingo dessa cusparada). Tal qual fez o então deputado federal Jean Wyllys[45], diante de um homem-branco que defendeu e

[45] Jean Wyllys é um homem negro nascido na Bahia. Jornalista, professor universitário e político brasileiro, foi primeiro deputado federal assumidamente gay e crítico ao machismo na Câmara dos Deputados. Filiado ao PSOL-RJ, mesmo depois de eleito, em 2018 não chegou a iniciar o seu terceiro

homenageou um torturador da Ditadura Militar (Golpe de 64) no dia de votação do Impeachment da Presidenta Dilma (Golpe de 2016), quero e PRE-CI-SO cuspir!

Esse texto é como um cuspe. De acordo com o que nos ensinou a escritora brasileira Conceição Evaristo (2007), "*A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para "ninar os da casa grande" e sim para incomodá-los em seus sonhos injustos*" (s/p). Como vimos, a primeira parte desta tese é composta por uma carta utópica-futurista. Como foi possível perceber, neste capítulo me apresento como pesquisadora, bem como algumas referências éticas-políticas-corporais-temporais-geográficas-epistemológicas-metodológicas da pesquisa. Por enquanto, quero dizer que opto por escrever essas palavras atreladas como uma estratégia de denunciar a condição fronteiriça de cada uma delas. Ao longo do texto, outros conjuntos de palavras são apresentados dessa forma. Mais tarde comento sobre isso novamente.

No próximo capítulo há uma breve revisão sobre o "**Políticas Públicas para Mulheres: Estado da arte**". Primeiramente a partir do contexto mundial, depois o contexto nacional e por fim estadual. Em seguida está o capítulo das **discussões metodológicas,** elaborado a partir de **perspectivas qualitativas** para **pesquisas feministas decoloniais.** No decorrer do capítulo é apresentado o campo de pesquisa, as gestoras-interlocutoras e para fechar alguns conceitos/perspectivas teóricas que conheci através dos encontros do campo. Por último, são apresentados alguns caminhos para a construção de uma analítica fanoniana.

Em seguida, três capítulos sobre **resultados e discussões**: 1) **"Memórias da plantação" e do comércio:** ***sobre tornar-se sujeito político; 2)*** **Políticas públicas para mulheres*: sobre gestoras, gestões e território; e 3)* A INSURGÊNCIA "*DAMNÉ*"E (ou sobre *baculralizar*): *estratégias cotidianas para a decolonização no Semiárido.***

O "*Memórias da plantação" e do comércio* aborda reflexões sobre *sujeitos políticos, biografias e famílias negras*. A partir de três relatos biográficos são apresentadas estratégias para a transmissão e o fortalecimento do ser-saber para as mulheres-negras-gestoras de políticas públicas. Nesse capítulo trabalhamos o conceito de *ialodês.* Essa parte problematiza infância, trauma e "*racismo genderizado*". Sobretudo as referências de *Pele Negra, Máscaras Brancas* de Frantz Fanon (2008) e *Memórias da Plantação: episódios de racismo no cotidiano*, de Grada Kilomba (2019), orientam a condução da análise.

Na segunda parte da análise são explanadas as questões referentes aos Organismos de Políticas para Mulheres. O capítulo inicia com uma retomada da discussão sobre *ialodês*. Em

---

mandato devido a perseguições políticas e ameaças explicitas. Pouco tempo depois de sair do Brasil, passou a ministrar aulas como professor e pesquisador residente na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos.

seguida são apresentados o contexto da criação dos Organismos, seus modos de funcionamento, relação com a política local, redes e territórios. Novamente Fanon (2015), em especial através das reflexões apresentadas em “Os Condenados da Terra” contribui com a construção analítica. Como pano de fundo, está o conceito de “damnées” (ou, condenadas da terra).

A terceira e última parte analítica retoma a reflexão sobre “Damnées” e aborda cenas da colonialidade e estratégias para a descolonização do/no Estado. O capítulo é concluído no tópico que aborda a discussão sobre mulheres negras em espaços de poder e suas ações cotidianas contra o racismo genderizado. Novamente a Grada Kilomba contribui de forma central para a construção da análise.

Ao longo do texto, notas de rodapé dialogam com o/a leitor(a): algumas referências bibliográficas, algumas analogias, outros comentários, por vezes lembranças... Um conjunto de artifícios busca atenuar a condição solitária da escrita/leitura. Há aqui uma intencionalidade explicita de transformar a moldura acadêmica-fria-difícil-“objetiva” e, desse modo, contribuir com a construção de um produto marcado por subjetividade e de fácil compreensão. A linguagem é simples e, por vezes, tem um tom informal.

Por fim, como de costume, estão as ditas “considerações finais”, onde retomamos e sintetizamos as reflexões apresentadas ao longo de todo o texto. Mas, para encerrar mesmo, um bilhete de despedida escrito para Turmalina. Espero/Esperamos que seja uma leitura proveitosa!

Há um *recado* que diz “*Se for, vá na paz*". Pra começar, peço licença.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: ESTADO DA ARTE

Este breve capítulo apresenta um pouco do que conheci sobre políticas públicas para mulheres através de estudos anteriores ao que realizei. Aqui irei contar *a história que consigo contar a partir da história que me contaram*. O marco temporal dessa história está circunscrito entre 1945 e 2018. Como disse anteriormente, de 2019 em diante, acho prudente não realizar nenhuma análise a partir da mudança do Governo Federal. Dito isso, sigamos.

Vale registrar que a existência de *políticas para mulheres* dentro do aparato dos *Estados* é um *fenômeno recente* do ponto de vista global, nacional e local. Tomo como marco dessa contextualização o contexto pós 2ª Guerra Mundial.

3.1 CONTEXTO MUNDIAL

Em 1945 foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de estabelecer os termos de convivência entre os países membros, bem como construir mecanismos internacionais de regulação e construção de agendas globais para o *desenvolvimento.* Esse termo controverso passou a ser vocabulário comum nos países de "*terceiro mundo*", nos países "*em desenvolvimento*" – muitos desses também conhecidos por *colônia*. Até os dias atuais a ONU opera em diversas políticas estratégicas, dentre elas as Políticas para Mulheres (ALVAREZ, 1998; CORREA, 2004; ADRIÃO, 2008; CARNEIRO, 2011). A antiga UNIFEM, hoje ONU Mulheres é responsável pela pasta que discute questões de gênero em todo o mundo – inclusive/sobretudo nos países colonizados.

Muitas dessas agendas globais contam com o apoio e financiamento dos Estados Unidos da América. De acordo com Mignolo (2008):

> [...] "desenvolvimento" durante a Guerra Fria foi o nome do projeto global dos EUA no seu estágio inaugural de dominação global. Na América do Sul, a política de desenvolvimento foi denunciada pela própria CEPAL [Comisión Económica para América Latina] (por seu próprio presidente, o economista argentino Raúl Prebisch), e pelos outros sociólogos e economistas com tendência de esquerda que levaram adiante a bem conhecida "teoria da dependência". "Desenvolvimento" também foi criticado na América do Sul pela fundação da Teologia da Libertação e da Filosofia da Libertação (p. 295).

Não por acaso, em muitas das políticas do dito 'terceiro mundo' esse termo foi (e ainda é) massivamente utilizado. A mesma lógica evolucionista que fez questionar a humanidade de

pessoas e colocá-las num estágio de sub-humanidade, passou a compreender a existência de um estágio avançado de desenvolvimento social. Esse estágio avançado foi atingido pelos países de 'Primeiro Mundo'. Entretanto, aqueles que estão no fim da fila da evolução/desenvolvimento, precisam de ações estatais - e principalmente - da 'ajuda' (ou intervenção) da cooperação internacional.

No ano de 1975 houve o lançamento da Década Internacional da Mulher, promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU). No ano de 1976 foi criado o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM). Para muitas feministas, o ano de 1975 é o marco importante para a linha do tempo das políticas para as mulheres.

Um passo antes dessa linha nos leva para o contexto do maio de 1968. As décadas de 60 e 70, do século XX, protagonizaram uma série de transformações sociais. As reflexões produzidas pelas feministas francesas provocaram uma verdadeira revisão nos comportamentos das mulheres e dos homens. O espaço privado e as relações interpessoais tornaram-se palco de disputas políticas.

Seguindo em frente, retomamos aos marcadores internacionais da ONU. Nos anos de 1990 ocorreram grandes conferências mundiais. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em 1993; a Conferência sobre População e Desenvolvimento, em 1994; e a *Conferência Mundial sobre a Mulher*, em 1995. Todas essas Conferências apresentaram fortes impactos nas políticas para as mulheres (ALVAREZ, 1998; ADRIÃO, 2008). Foram os relatórios dessas Conferências que apontaram os caminhos para os recursos internacionais aportados no Brasil (e em outros países 'em desenvolvimento') que deveriam ser destinados às políticas para mulheres e executadas pela sociedade civil organizada através das Organizações Não-Governamentais. Diante disto, é importante destacar dois pontos: 1) as políticas para as mulheres no Brasil têm em seu histórico uma estreita relação com a sociedade civil organizada e 2) as agendas internacionais têm uma importante influência na política para mulheres do Brasil (ALVAREZ, 1998; CORREA, 2004; ADRIÃO, 2008; BARBOSA-ARAUJO, 2013).

Vale registrar que a Declaração de Beijing, ratificada em 1995, no contexto da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Igualdade, Desenvolvimento e Paz, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), estabeleceu marcos programáticos a serem implementados pelos governos de países de todo o mundo. Ao final do encontro foi elaborada uma Plataforma de Ação. De acordo com o documento *Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres*, produzido pela ONU em 1995:

> *O objetivo da Plataforma de Ação, que está em plena consonância com os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional, é o empoderamento de todas as mulheres.* Para atingir esse objetivo, é essencial que todas as mulheres gozem plenamente de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. *Embora seja preciso ter em mente a importância das peculiaridades nacionais e regionais e dos diversos valores históricos, culturais e religiosos, é dever dos Estados, independentemente de seus sistemas políticos, econômicos e culturais, promover e proteger todos os direitos humanos e liberdades fundamentais* (p. 155, destaques próprios).

Desse modo, foi a partir do ano de 1995 que passou a existir o indicativo para que as *políticas para mulheres* se tornassem *políticas públicas para mulheres.* Mais que isso, os Estados membro da ONU passaram a ter a responsabilidade de implementar essa *política pública*, "por meio de leis nacionais e da formulação de estratégias, políticas, programas e prioridades de desenvolvimento" (p. 155) aquilo que foi previsto na Plataforma.

Vale contextualizar ainda que, poucos anos mais tarde, no ano de 2001, ocorreu em Durban (África do Sul) a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância. Logo em seguida, em 2002, o Alto Comissionado das Nações Unidas para os Direitos Humanos realizou na Cidade do México o I Seminário Regional de Especialistas para a América Latina e Caribe sobre o Cumprimento do Programa de Ação Adotado em Durban. Segundo Sueli Carneiro (2011), as recomendações do Seminário reiteraram a necessidade de implementação de Planos Nacionais de Combate ao Racismo e Discriminação Racial, a criação de uma Convenção Interamericana contra a Discriminação Racial e a incorporação dos progressos realizados no que se refere às questões raciais nos relatórios anuais das agências das Nações Unidas e organizações multilaterais.

3.2 CONTEXTO NACIONAL DAS POLÍTICAS PARA MULHERES

Para contar essa parte da história, vou escolher como marco o contexto dos anos 1960. No ano de 1964, ocorreu no Brasil o Golpe Militar, que deixou em suspenso uma série de direitos civis. Pessoas articuladas através de movimentos sociais iniciaram uma forte oposição à Ditadura Civil-Militar e muitos dos atos de resistência passaram a ser criminalizados. Algumas mulheres foram torturadas, exiladas e até mortas (PINTO, 2003; SARTI, 2004 e COSTA, 2005).

Segundo Cynthia Sarti (1988), foi nesse contexto de resistência que, no ano de 1975, foi criado o Movimento Feminino pela Anistia. Outro movimento que se destacou, de acordo com

Lourdes Bandeira (2000) foi o Movimento de Libertação das Mulheres, que através de práticas de radicalidade inspiradas em movimentos feministas franceses, foi capaz de colocar mulheres nas ruas para lutar contra as desigualdades nos espaços de trabalho, a estrutura familiar vigente e as discriminações nas instituições e partidos políticos existentes.

Em 1975, no contexto do lançamento da Década Internacional da Mulher, os movimentos feministas brasileiros passaram a dialogar com instâncias de ação internacional. Também no ano de 1975, as relações raciais ganharam uma nova proporção dentro do movimento feminista. Segundo Kia Lilly Caldwell (2000):

> Divisões raciais dentro do movimento feminista brasileiro fornecem *insights* importantes sobre as divergências de experiências e perspectivas entre mulheres negras e brancas no Brasil. A apresentação do Manifesto das Mulheres Negras durante o Congresso de Mulheres Brasileiras em julho de 1975 marcou o primeiro reconhecimento formal de divisões raciais dentro do movimento feminista brasileiro. Assim como no Ano Internacional da Mulher e a Década da Mulher, 1975 foi um momento importante de mobilização política para feministas brasileiras. Porém, como o Movimento de Mulheres Negras sugeriu, qualquer suposta unidade entre mulheres brasileiras de raças diferentes já era alvo de debates (p. 97).

As feministas negras resgataram as desigualdades históricas que marcam a formação social brasileira e argumentavam que questões relacionadas a sexualidade, saúde reprodutiva e trabalho tinham efeitos diferentes para as mulheres brancas e negras (CALDWELL, 2000).

Toda essa movimentação política provocada pela Década Internacional da Mulher, bem como a possibilidade da construção de uma perspectiva feminista acadêmica (BANDEIRA, 2000), ecoou no aparato do Estado brasileiro nos anos de 1980.

Em 1983, foi lançado pelo Ministério da Saúde o Programa de Assistência Integral à Saúde Mulher (PAISM). Esse foi apresentado como uma nova e diferenciada abordagem da saúde, por propor uma atenção especial à saúde reprodutiva (OSIS, 1998). Nessa passagem é possível identificar que a política pública de saúde de âmbito nacional passou a ter um olhar para as mulheres como *sujeito da saúde reprodutiva.*

Também nos anos de 1980, grupos feministas de Belo Horizonte (MG) foram pioneiros na organização do *Centro de Defesa dos Direitos da Mulher.* Essa iniciativa foi repetida em outras cidades do país. Espaços como esse passaram a exercer uma função de controle social no sentido de reivindicar uma atenção às pautas das mulheres dentro da estrutura administrativa do Estado (SARTI, 1988).

De acordo com Brasil (2011), em 1985, foi instalado o *Conselho Nacional dos Direitos da Mulher* (CNDM), vinculado ao Ministério da Justiça. Esse era um órgão da sociedade civil de caráter consultivo que tinha por objetivo promover um olhar para as questões das mulheres.

Segundo Cynthia Sarti (1988), as Delegacias da Mulher correspondem a um marco histórico. Em 1985 foi criada a primeira Delegacia de Defesa da Mulher, como uma iniciativa do *Conselho Estadual de São Paulo* e Secretaria de Segurança Pública do Estado. Essa Delegacia tinha por objetivo coibir as discriminações e violências contra as mulheres.

Foi, portanto, por meio da *mulher vítima de violência* que o Estado passou a desenvolver uma política pública voltada exclusivamente às mulheres - de forma independente de processos ligados à reprodução (que envolvem, além das mulheres mães, bebês e crianças). A criação das Delegacias foi compreendida como uma resposta às estatísticas que indicavam um número elevado de mulheres que adoeciam ou morriam por sofrer violência.

Com o fim da Ditadura Militar, nos anos 80, muitas mulheres filiaram-se a partidos políticos e disputaram eleições com o propósito de lutar a favor de uma política feminista. Além da inclusão das mulheres como beneficiárias das políticas, as mulheres pleitearam a participação na formulação, implementação e controle das políticas públicas (SARTI, 1988; FARAH, 2004).

A Assembleia Nacional Constituinte, instalada no ano de 1987, mobilizou as mulheres feministas a lançarem a campanha *'Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher'*. As mulheres denunciavam desigualdades de classe e pleiteavam direito à creche, à saúde sexual e reprodutiva, ao aborto legal, ao combate à violência de gênero, dentre outras questões (ADRIÃO, 2008; COSTA, 2005; FARAH, 2004).

As mulheres se organizaram regional e nacionalmente para sistematizar propostas que foram apresentadas por meio da *Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte*. Através de uma ação direta de convencimento de parlamentares que ficou conhecida como *Lobby do Batom*, foi garantida a aprovação de 80% das pautas das mulheres. Assim, o texto final da Constituição Federal de 1988 foi fortemente influenciado pela ação das mulheres (COSTA, 2005). A 'Constituição Cidadã' (como ficou conhecida), foi a primeira a considerar mulheres e homens iguais perante a lei. Outra conquista importante foi a possibilidade de pessoas não alfabetizadas votarem. Portanto, foi apenas em 1988 que a maioria da população preta brasileira passou a ter o direito de votar.

Em paralelo às Conferências Mundiais, em 1993, ocorreu no Brasil a *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher*, que ficou

conhecida como ‘Convenção de Belém do Pará’- por ter sido realizada no Estado do Pará. Representantes de diferentes países americanos reuniram-se com o objetivo traçar metas que buscassem o fim da violência contra mulher (BRASIL, 2011). Aqui destaco que a realização desse evento parece ser consequência das reivindicações das mulheres que, nos anos de 1980, solicitaram a implementação das Delegacias da Mulher. Também vale ressaltar que uma perspectiva de caráter punitivo fica evidenciada no nome da Convenção.

Em agosto de 1996, o Senado Federal promulgou a Convenção no Brasil. Já em seu Capítulo I (Definição e Âmbito de Aplicação), no Artigo 1, o texto da Convenção apresenta:

> Para os efeitos desta Convenção deve-se entender por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause *morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher*, tanto no âmbito *público* como no *privado* (destaques préprios).

No ano de 1999, entrou em vigor, pelo Ministério da Saúde, uma Norma Técnica para prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual. Esta Norma Técnica exige o atendimento a mulheres vítimas de violência sexual nos serviços de saúde, com o propósito de efetivar medidas que devem ser adotadas para reduzir os danos decorrentes dessa violência (BRASIL, 1999).

Os anos 2000 apresentaram novidades significativas no que se refere à incorporação das políticas para mulheres no aparato governamental. Em abril de 2002, restando nove meses para o fim de seu mandato de oito anos, o então Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso (FHC), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) criou a SEDIM – Secretaria Nacional dos Direitos das Mulheres, vinculada ao Ministério da Justiça (SARDENBERG & COSTA, 2011).

Também no ano de 2002, na perspectiva de preparação para a eleição presidencial, as feministas brasileiras se reuniram na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras e produziram um documento nomeado como Plataforma Política Feminista (PPF), o qual foi encaminhado para as pessoas candidatas aos poderes executivo e legislativo. Ainda nesse mesmo ano, foi confirmada eleição do primeiro presidente de um partido tradicionalmente de esquerda - Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), que assumiu a presidência da república em janeiro de 2003 (ADRIÃO, 2008).

No primeiro dia do Governo Lula foi criada a Secretaria de Política para Mulheres, com caráter de Ministério Federal (ADRIÃO, 2008). Em 2003, foi promulgada a Lei Federal 10.778/03, que instituiu a notificação compulsória dos casos de violência contra as mulheres

atendidas nos serviços de saúde, públicos, ou privados. Os dados solicitados na notificação dizem respeito não só as mulheres violentadas, mas também sobre quais os tipos de violência e agravos à saúde (BRASIL, 2003). Isso evidencia o interesse do Estado em compreender o que há de continuidades e descontinuidades no fenômeno da violência, bem como conhecer quais os efeitos que essas violências têm provocado em sua população.

Através de um Decreto Presidencial, em dezembro de 2003, foi convocada pelo então presidente e pela ministra da Secretaria Especial de Política para Mulheres, a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, com objetivo propor diretrizes para fundamentação do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM).

Em abril de 2004, iniciaram-se as etapas municipais ou sub-regionais (no caso das zonas rurais) e etapas estaduais das Conferências de Políticas para as Mulheres. Em 2005, ocorreu a etapa nacional e desta originou-se o I Plano Nacional de Política para as Mulheres (ADRIÃO, 2008). Os Eixos dessa primeira conferência foram: 1 – Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; 2 – Educação inclusiva e não sexista; 3 – Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivas; 4 – Enfrentamento à violência contra as mulheres (BRASIL, 2006).

Os eixos 3 e 4 se afinam com o que já estava posto no campo das políticas para as mulheres no Brasil; a articulação com as políticas de saúde com atenção especial a *mulher sujeito da saúde reprodutiva*, bem como a articulações com políticas de segurança pública com atenção a *mulher vítima de violência*.

Já os eixos 1 e 2 colocam em evidência questões demandadas pelos movimentos feministas e de mulheres que até então não estavam sendo pautadas diretamente pelo Estado – em especial, o direito à autonomia, à educação e ao trabalho. Importante evidenciar que o direito à educação inclusiva e não sexista, além de fazer referência ao acesso à educação, representa uma busca por mudanças de padrões culturais que oprimem as mulheres. Nesse sentido, é possível compreender que esses eixos apresentam um novo sujeito, a *mulher sujeito da cidadania*.

Na redação do I PNPM, no capítulo dedicado aos Pressupostos, Princípios e Diretrizes da Política é possível encontrar o seguinte texto:

> o Estado assume a responsabilidade de implementar políticas públicas que tenham como foco as mulheres, a *consolidação da cidadania e a igualdade de gênero* [....] Reconhecemos que a atuação do Estado, especialmente por meio da formulação e implementação de políticas, *interfere na vida das mulheres,* ao determinar, reproduzir ou alterar as relações de *gênero, raça e etnia* e o *exercício da sexualidade*. A Política Nacional para as Mulheres tem como

> compromisso e desafio interferir nas ações do Estado, de forma a promover a equidade de gênero, com respeito às diversidades (BRASIL, 2004, p. 31, destaques próprios).

Nos grifos acima busquei evidenciar que expressões como cidadania, igualdade de gênero, raça e etnia representam uma importante ampliação do repertório do Estado brasileiro no que se refere às mulheres.

O ano de 2006 tornou-se um marco. Como efeito da pressão do movimento de mulheres, da denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e do julgamento do Estado brasileiro em Corte Internacional da Organização dos Estados Americanos (OEA) pelo caso de violência sofrida por Maria da Penha, entrou em vigor a Lei Federal 11.340/06.

Essa Lei define cinco tipos de violência doméstica; além da violência física, estão previstas na Lei, a violência psicológica, moral, sexual e patrimonial. A violência doméstica deixa de ser um crime comum e passa a ser julgado em juizados especializados. Desde então a rede de atendimento às mulheres passou a ser composta pelas delegacias, casas abrigo (e outros serviços socioassistenciais), serviços de saúde e juizados especializados (BRASIL, 2006).

Em 2007, foi criado o Fórum de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres, no âmbito de uma Política Nacional para as Mulheres, com a finalidade de propor, acompanhar e discutir as políticas dirigidas às mulheres em todo o país (BRASIL, 2014). No ano de 2010, ocorreram novas eleições presidenciais e em janeiro de 2011, Dilma Rousseff (PT), tornou-se a primeira presidenta da república. O primeiro mandato foi cumprido até 2014, ano em que foi legitimamente reeleita presidenta em um processo eleitoral que teve como característica uma forte polarização do país. Em 2015, ela assumiu o segundo mandato e já nesse ano passam a ocorrer fortes retaliações. Forças políticas de oposição passaram a sugerir um processo de Impeachment. Nesse contexto político, o Governo Dilma passou a fazer uma série de concessões à oposição.

No segundo semestre de 2015 houve uma reforma ministerial e a Secretaria de Política para Mulheres (SPM) foi fundida com a Secretaria de Política de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR) e Secretaria de Direitos Humanos (SDH). Foi então criado o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH). A fusão dos ministérios foi bastante criticada por movimentos sociais que avaliaram um significativo retrocesso político nessa ação.

Já no primeiro semestre de 2016, foi dado início ao *Impeachment* da presidenta. No mês de maio, Dilma foi afastada do cargo e o então vice presidente, Michel Temer (PMDB), assumiu o Governo Federal. Muitas foram as denúncias sobre esse processo que, nacional e internacionalmente, foi nomeado como Golpe.

Já no primeiro dia do mandato de Michel Temer, houve uma grande reforma ministerial. A política para as mulheres, juntamente com a política de promoção de igualdade racial e direitos humanos, voltaram a compor o Ministério da Justiça, que passou ser nomeado como Ministério da Justiça e Cidadania. Essa mudança fez parte de um pacote de cortes de outros Ministérios. Além da alteração das pastas, houve uma transformação simbólica notória. O alto escalão do poder executivo foi composto exclusivamente por homens, sendo então excluídas todas as mulheres e pessoas negras.

Com o Governo Temer as mulheres foram censuradas em um verdadeiro massacre político. Nesse sentido, identificamos uma estratégia de governo que coloca os direitos das mulheres – através daquilo que os representa (um Ministério de política para as Mulheres, bem como mulheres no alto escalão do Governo Federal) - como ameaças a um modelo de Estado machista. Parece, então, haver uma tentativa de eliminar as mulheres como *sujeitos da cidadania*. Em paralelo, com o retorno da vinculação da pasta das mulheres ao Ministério da Justiça, ressurge com destaque o *sujeito mulher vítima de violência*. Em 2019 os tempos mudaram. Mas sigamos para a breve explanação sobre as políticas públicas para as mulheres no Estado de Pernambuco.

3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES EM PERNAMBUCO

Em Pernambuco, muito antes da criação de órgãos públicos de políticas para as mulheres, desde os anos de 1970 e 1980, políticas para mulheres já eram executadas através de Organizações Não-Governamentais financiadas pela cooperação internacional.

No ano de 2007, quatro anos após a criação da Secretaria de Política para Mulheres da Presidência da República, o então Governador de Pernambuco, Eduardo Campos (do Partido Socialista Brasileiro – PSB), criou a Secretaria Especial da Mulher de Pernambuco (SecMulher-PE) (PERNAMBUCO, 2007).

De acordo com a primeira publicação lançada pela SecMulher-PE, o *8 de Março - Anuário da Secretaria da Mulher – Ano 1*, este órgão tem como missão "promover os direitos das mulheres no Estado de Pernambuco" e seu objetivo era de "formular, desenvolver, articular, apoiar e monitorar políticas públicas para promover a melhoria das condições de vida das mulheres pernambucanas" (PERNAMBUCO, 2007, p. 05).

Na ocasião da implementação, a SecMulher-PE estava organizada em três gerências: (a) a Gerência de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher; (b) a Gerência de Fortalecimento

Sociopolítico das Mulheres; e (c) a Gerência Executiva de Programas e Ações Temáticas (PERNAMBUCO, 2007).

A Gerência de Fortalecimento Sociopolítico (GEFESP) tem, dentre outras atribuições, o objetivo de ampliação do número de organismos municipais no Estado. Em 2007, havia quatro órgãos municipais de política para as mulheres, todos localizados na Região Metropolitana do Recife (PERNAMBUCO, 2007).

No ano de 2017, dos 184 municípios pernambucanos, 180 contam com Organismos Municipais de Políticas para Mulheres (OMPM) (PERNAMBUCO, 2017). Além dos organismos, há uma Rede Especializada de Atendimento às Mulheres, composta atualmente pelos OMPM. Nela constam 10 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM); 10 Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (VVDFCM); 37 Centros Especializados de Atendimento à Mulher (CEAM); 192 Núcleos de Estudos de Gênero (NEG); e 58 Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher (CONDIM).

Importante destacar que de acordo com as informações contidas no Guia Para Criação e Implementação de Organismos Governamentais de Políticas Para as Mulheres (publicado em dezembro de 2014 pelo Governo Federal), 25 dos 27 estados da Federação contavam com Organismos Estaduais de Políticas para as Mulheres. Até 2014, no que se refere aos municípios, o país contava com 675 Organismos. Desses, 158 localizados no Estado de Pernambuco, o que correspondia a 23,4% do total nacional (BRASIL, 2014).

Sem dúvida, essa porcentagem está desatualizada. Infelizmente, os dados atuais não estão disponibilizados pelo Governo Federal através das páginas da internet e/ou relatórios oficiais. Entretanto, esses números ainda são úteis no sentido de sinalizar que o Estado de Pernambuco, no ano de 2014, se destaca a nível nacional no que se refere à municipalização das políticas públicas para as mulheres. Nesse sentido, estudos e pesquisas sobre o recente fenômeno de interiorização e municipalização da política pública para as mulheres em Pernambuco tornam-se necessários.

Outro aspecto importante de destacar é que esses organismos municipais estão articulados em rede(s). Conforme apresentado anteriormente, nacionalmente, desde 2007, existia um Fórum nacional que reunia os organismos de políticas públicas para as mulheres. Esses Fóruns de gestoras objetivavam realizar a discussão de temáticas compreendidas como prioritárias, bem como para a definição de estratégias de ação conjunta. No Estado de Pernambuco, também foram realizados Fóruns de Gestoras a nível estadual, que articulavam a SecMulher-PE e os organismos municipais.

No ano de 2011, com a significativa ampliação do número de Organismos Municipais, passaram a ocorrer três fóruns regionalizados que reúnem as gestoras municipais: o Fórum da Região Metropolitana e Cidades Polo (composto atualmente pelas cidades da Região Metropolitana do Recife e pelos municípios de Caruaru, Garanhuns, Goiana e Petrolina); o Fórum da Zona Canavieira (46 municípios); e o Fórum da Região do Semiárido (124 municípios) (PERNAMBUCO, 2017). Todos esses Fóruns são apoiados pela GEFESP e muitos deles contam a participação da Gerência de Formação em Gênero.

Em Pernambuco, além da municipalização da política para as mulheres, houve uma estratégia de interiorização que foi planejada de forma regionalizada. Em 2013, a SecMulher-PE criou 12 coordenadorias regionais (correspondente as 12 Regiões de Desenvolvimento do Estado: uma Região Metropolitana, duas Zonas da Mata, três Agrestes e seis Sertões) com o objetivo de trabalhar, junto a GEFESP, pela interiorização e municipalização da política pública para mulheres (PERNAMBUCO, 2014).

Apresentado todo esse contexto espero que tenha sido possível para o(a) leitor(a) uma melhor compreensão do universo onde está pesquisa está circunscrita diante da conjuntura estadual, nacional e mundial. No próximo capítulo serão apresentadas as perspectivas feministas e decoloniais para a realização desta pesquisa qualitativa. Também será apresentado o campo de pesquisa: territórios pesquisados e *sujeitos interlocutores*.

4 DISCUSSÕES METODOLÓGICAS E APRESENTAÇÕES: PERSPECTIVAS QUALITATIVAS PARA PESQUISAS FEMINISTAS DECOLONIAIS

4.1 PSICOLOGIA E POLÍTICAS SOCIAIS

"Doutorado em Psicologia, mas estuda Políticas Públicas?". Escutei essa pergunta de estranhamento (com algumas variações) muitas vezes ao longo dos últimos anos. Para muitas pessoas parecia bem estranha a ideia de que a Psicologia estuda algo além dos fenômenos individuais. De fato, por muito tempo, a Psicologia esteve a serviço de uma lógica individualizante. Como vimos em capítulo anterior, foi mesmo o caráter disciplinador que garantiu seu *status* no mundo Moderno.

"*Se queria estudar Políticas Públicas, não era melhor fazer um Doutorado em Sociologia, ou Ciências Políticas?*". Questionamentos como esse perdiam de vista a importância de olharmos para as subjetividades e relações de poder quando estudamos políticas públicas. Além disso, especialmente no caso das Políticas Públicas para Mulheres (que no contexto contexto nacional e local são fenômenos recentes, dos anos 2000), existe uma série de discussões relacionadas a identidade das mulheres, seus posicionamentos, questões relacionadas à cultura, traumas sociais e desejos de futuro.

Ainda no processo de elaboração do projeto para a seleção do doutorado, passei a ler textos acadêmicos das áreas das ciências políticas e da administração pública. Após o breve contato com essa literatura, pude perceber que muitos dos estudos sobre políticas públicas estão situados no campo das pesquisas quantitativas e ancorados em perspectivas positivistas de fazer ciência. Muitos trabalhos buscam conhecer de forma objetiva os processos de implementação de políticas e calculam seus indicadores de impactos. Parece ser esse o formato que o *senso comum* espera quando pessoas dizem que estudam políticas públicas. Já na abertura desse tópico, gostaria de enfatizar que não tenho por objetivo fazer estudos comparativos e/ou criar critérios para mensurar o sucesso das políticas públicas municipais para as mulheres. Esse estudo está situado em um campo da Psicologia atento as subjetividades, amparado pelas metodologias qualitativas.

No Brasil, em discussões do Sistema Conselhos de Psicologia, pelo menos desde os anos de 1980, o *compromisso social* passou a ser pauta. Psicólogas e psicólogos denunciavam o caráter elitista da profissão, por vezes desatenta às realidades sociais. Há algumas décadas, profissionais críticas(os) vêm defendendo que o campo social das políticas públicas não deve

ser apenas um local de atuação técnica psicológica, mas também um espaço de investigação sobre *sujeitos* e subjetividades (GONÇALVES, 2010).

A psicóloga Maria da Graça Gonçalves (2010) afirma que um dos principais objetivos de uma análise sobre políticas públicas sociais está relacionado à compreensão de como os anseios de grupos de pessoas podem se transformar em reivindicações, direitos sociais e políticas públicas. Ela realça a necessidade de observarmos as formas de resposta do Estado nos seus diferentes períodos históricos. Segundo a autora:

> Nossa proposta é que se trabalhe no campo social das políticas públicas considerando que subjetividades constituídas no processo social e histórico podem ter sua produção compreendida e ser alvo de intervenções. [...] Nesse sentido, a Psicologia pode contribuir para a elaboração de políticas apontando o que constitui a dimensão subjetiva e como esta pode se configurar de acordo com um determinado projeto de sociedade (p. 75).

Proponho-me a analisar condições de possibilidades, relações de poder e processos de negociação subjetivos e políticos. Para cada um dos municípios estudados, busquei entender *por que, por quem*, *como* e *para quem* as políticas públicas para as mulheres existem. A seguir, apresento algumas reflexões que orientam meu olhar de pesquisadora.

4.2 PERSPECTIVAS QUALITATIVAS PARA UMA PESQUISA FEMINISTA

Como apontam Jaileila Menezes e Mônica Costa (2010), as metodologias qualitativas têm como referência os movimentos reformistas que surgiram no meio acadêmico no início dos anos 1970. De acordo com as autoras, estes movimentos se fortaleceram em disciplinas das Ciências Sociais, que começaram a utilizar métodos qualitativos de registro e interpretação. Posteriormente, ramos da Psicologia também incorporaram críticas à forma hegemônica de fazer pesquisa científica - restrita a experimentações de hipóteses e testes estatísticos. Diante disso, novas metodologias são criadas e recriadas.

Parte significativa do campo das metodologias qualitativas se opõem à lógica (ocidental) de objetividade científica que pauta-se numa suposta neutralidade (dos homens brancos). Dessa forma, os estudos qualitativos tornam-se coerentes (objetiva e subjetivamente) na medida em que garantem respostas aos objetivos da pesquisa. Além disso, as metodologias qualitativas não devem ser herméticas, mas precisam estar atentas às demandas que surgem otempo todo; desde o início, no processo do trabalho de campo e depois dele. Desse modo, as estratégias de ação

da pesquisa qualitativa devem ser construídas e reconstruídas através da relação entre campo de pesquisa, *sujeito* pesquisador(a) e *sujeito* pesquisado(a) (MENEZES & COSTA, 2010).

Nesse sentido, a oposição entre pesquisadoras(es) e objeto de estudo torna-se incoerente. No processo de pesquisa passam a existir interlocutoras(es) diferentemente posicionadas(os). De acordo com Norman Denzin e Yvonna Lincoln (2006):

> Os pesquisadores qualitativos ressaltam a natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre o pesquisador e o que é estudado, e as limitações situacionais que influenciam a investigação. Esses pesquisadores enfatizam a natureza repleta de valores da investigação. Buscam soluções para o modo como a experiência social é criada e adquire significado (p.23).

Conforme indicado anteriormente, dialogo com perspectivas feministas pós-estruturais. A noção de conhecimento como espelho da realidade foi substituída pelo conhecimento como construção social. O processo de construção de conhecimento precisa ser horizontal, caso contrário, corre sérios riscos de torna-se machista, racista e/ou antidemocrático. Sendo assim, não é possível pensar a interação da(o) pesquisador(a) com uma realidade pré-existente e neutra, mas sim compreende-se que essa realidade é constantemente criada, recriada e atualizada no processo da pesquisa (GERGEN, 1993). Ainda segundo Denzin e Lincoln (2006):

> A pesquisa qualitativa envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de *materiais empíricos – estudo de caso; experiência pessoal; introspecção; história de vida; entrevista; artefatos; textos e produções culturais; textos observacionais, históricos, interativos e visuais – que descrevem momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos.* Portanto, os pesquisadores dessa área utilizam uma *ampla variedade de práticas interpretativas interligadas, na esperança de (sempre)*[46] *conseguirem compreender melhor o assunto que está ao seu alcance.* Entende-se, contudo, que *cada prática garante uma visibilidade diferente ao mundo*. Logo, geralmente existe um compromisso no sentido do emprego de mais de uma prática interpretativa em qualquer estudo (p. 17, destaques próprios).

Orientada por essas perspectivas, planejei inicialmente três estratégias para a pesquisa: a) *Pesquisa de documentos públicos*; b*) Observações participantes (nos Fóruns de Gestoras, e em diferentes espaços público)s; e* c) *Diálogos com gestoras públicas*. Vale registrar, entretanto, que esses três caminhos não seguiram uma ordem cronológica pré-estabelecida. Ao

[46] Discordo dessa palavra. Não sei se foi uma questão de autoria ou de tradução. De todo modo, o termo remete a uma forma rígida e autoritária que acredita na *possibilidade de 'sempre' acertar*. Penso que a crença nessa *possibilidade* pode ser entendida como um *delírio opressor*. Considero que a humildade é um valor de dignidade importante a ser levado em consideração no campo da ciência.

contrário, na condição de pesquisadora, precisei estar atenta às oportunidades que surgiram durante o campo.

Ao observar *documentos públicos* (Leis, Decretos, Portarias, reportagens jornalísticas, imagens fotográficas, etc.) busquei compreender de que modo suas informações poderiam contribuir para eu me situar no campo de pesquisa. Inicialmente, considerei a possibilidade de realizar uma análise mais densa sobre esses documentos, especialmente no caso de ter acesso negado às observações e diálogos com gestoras municipais. Depois de concluída a fase de vivências e entrevistas, percebi que os documentos reunidos deveriam assumir um papel coadjuvante para a análise da tese.

De inspiração etnográfica (OLIVEIRA, 1996; CLIFFORD, 2011; PEIRANO, 2014), a *observação participante* foi a mais abrangente das estratégias. Em campo, busquei fazer o exercício de observar/experienciar tudo o que fosse possível - com o olhar mais atento que eu era capaz. É de inspiração etnográfica, por exemplo, a percepção que 'experiências' podem ser transformadas em 'interpretação'. Como afirmou James Clifford (2011):

> o etnógrafo sempre vai embora levando com ele textos para posterior interpretação. (...) O texto, diferentes dos discursos, pode viajar. Se muito da escrita etnográfica é produzida no campo, a real elaboração de uma etnografia é feita em outro lugar. Os dados constituídos em condições discursivas, dialógicas, são apropriados apenas por meio de formas textualizadas. Os eventos e os encontros da pesquisa se tornam anotações de campo. As experiências tornam-se narrativas, ocorrências significativas, ou exemplos (p. 38-39).

A *observação participante* utiliza-se da produção de memórias escritas como estratégia metodológica. Outro ponto que diz respeito à inspiração etnográfica remete ao exercício de compreender o sistema de valores e ideias do campo pesquisado no sentido de transformar 'informantes' em 'interlocutoras(es)'. Para isso, torna-se necessário que o(a) pesquisador(a) compreenda-se como sujeito diante de um(a) interlocutor(a). Como afirma Roberto Cardoso de Oliveira (1996), o encontro etnográfico requer espaço para a subjetividade, não para a ingenuidade.

Tal qual é possível observar no trecho de fala a seguir, de acordo com a antropóloga Mariza Peirano (2014), é importante que seja enfatizado que a "etnografia não é método".

> Etnografia não é método; toda etnografia é também teoria. *Monografias resultam do diálogo dos pesquisadores com os sujeitos, a etnografia abala nossos estilos de vida e nossas ideias de existência;* abala nossa crença

> moderna na referencialidade dos sentidos e impõe uma reflexão sobre a multiplicidade de modos de vida. (...) Resta uma questão incômoda: toda etnografia é boa? *Boas etnografias cumprem, pelo menos, três condições: i) consideram a comunicação no contexto da situação (cf. Malinowski); ii) transformam, de maneira feliz, para a linguagem escrita o que foi vivo e intenso na pesquisa de campo, transformando experiência em texto; e iii) detectam a eficácia social das ações de forma analítica* (p. 285-386, destaques próprios).

Ao final dos dias de *observação participante* (especialmente após os Fóruns de Gestoras ou atividades das *semanas de vivências* nos municípios), eram comuns escritas catárticas. Busquei registrar impressões gerais do que experimentei, fiz anotações sobre as sensações de campo que a memória permitiu re-criar e me dediquei a registrar informações oficiais, números e detalhes que poderiam ser úteis de alguma forma. Além dos apontamentos em agendas ou papéis soltos, utilizei dois cadernos de páginas numeradas nos quais fiz anotações sistemáticas. Foram diferentes tentativas de construir fios condutores para a análise do material. Ao todo, são pouco mais que 150 páginas de registros desde a preparação para abertura até o encerramento das atividades de campo.

A estratégia de *diálogos com gestoras públicas* foi a mais desafiadora do ponto de vista humano e burocrático. Além do consentimento das gestoras, por estas ocuparem um cargo público, eu precisaria de autorização das gestões municipais. O objetivo desses diálogos era conhecer o ponto de vista das interlocutoras sobre as vivência cotidianas das mulheres dos municípios estudados e também os contextos de produção e gestão das políticas públicas locais.

No desenho inicial da pesquisa foi prevista a realização de entrevistas semi-estruturadas que seriam audiogravadas e transcritas. Para isso, após a autorização formal das gestoras e das gestões, eu precisei submeter o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFPE[47]. Utilizando uma metáfora, foi como uma equação matemática; eu precisei equilibrar questões relacionadas ao vínculo entre pessoas e trâmites burocráticos impessoais e desatentos a especificidades das pesquisas qualitativas participativas. O roteiro dessas entrevistas foi produzido a partir dos documentos públicos, das observações no cotidiano e diálogos iniciais com as gestoras municipais. Mas à frente retomo esse processo.

Outro aspecto importante a ser abordado nessa apresentação diz a respeito à perspectiva de ação política que as metodologias qualitativas possibilitam. Em diálogo com feministas pós

[47] Obtivemos parecer final de autorização para a realização de entrevistas em novembro de 2018. Parecer nº: 3.007.633.

estruturalistas Karla Galvão Adrião (2014) propõe que o legado dos latino americanos Martin Baró e Paulo Freire podem contribuir com a forma de pensarmos a pesquisa e nos posicionarmos diante de nossas(os) interlocutoras(es) e fenômenos estudados. A autora defende a pesquisa-intervenção-pesquisa como um ciclo, conforme é possível acompanhar no trecho abaixo:

> O termo "pesquisa-intervenção-pesquisa" é uma tentativa de construção de um significante que marque discursivamente a *busca de um fazer contínuo e que trate de um continuum que sela a coalizão entre pesquisa e intervenção*. Nestes termos, não há um início nem um final pré-demarcados, ou seja, a pesquisa não é o início, assim como tampouco a intervenção é a conclusão de um processo. Antes, *pesquisa e intervenção atuam reflexivamente e co-participativamente como dispositivos que possuem especificidades, mas que necessitam um do outro no cotidiano dos fazeres, saberes e poderes* (s/p, destaques próprios).

Nesse sentido, nossa práxis como pesquisadoras é pautada em metodologias que buscam potencializar a participação política coletiva. No processo da pesquisa há a necessidade de *fazer com*. Assim, as(os) interlocutoras(os) da pesquisa tornam-se também protagonistas, podem apontar novos objetivos e sugestões de caminhos para a realização do estudo. Para isso, é necessário um conjunto de negociações que levam em conta o tempo disponível, os custos financeiros, a disponibilidade de pessoal, etc. Toda a negociação entre pesquisadoras(es) e interlocutoras(es) pode se transformar em dados a serem considerados na análise dos resultados.

Pautadas(os) na compreensão de atuação da *pesquisa-ação-participativa-critica* Michelle Fine et al. (2006) propõem no texto "Para quem? Pesquisa qualitativa, representações e responsabilidades sociais" uma série de reflexões a respeito do lugar do(a) pesquisador(a), suas responsabilidades éticas, cuidados possíveis e compromissos a serem assumidos. As(os) autoras(es) colocam em evidência que pesquisadores(as) precisam ter ousadia para dizer "duras verdades com rigor teórico e compreensão política" (p. 134). Inclusive, apontam para a necessidade de reconhecermos os pontos imperfeitos do trabalho e darmos abertura às críticas fundamentadas.

Abaixo reproduzi (com pequenas edições) alguns questionamentos que Michelle Fine et al. (2006) sugerem para que pesquisadoras e pesquisadores comprometidas(os) em fazer ciência como estratégia de construção de justiça social se perguntem a todo tempo: *1) Fiz com que 'histórias' do campo voltassem a ser associadas ao conjunto de relações históricas, estruturais*

e econômicas no qual se situam[48]*? 2) Utilizei múltiplos métodos de modo que diferentes tipos de análise poderiam ser construidas? 3) Descrevi o mundo que vi? 4) As interlocutoras da pesquisa influenciaram, revisaram o material da pesquisa, ou tiveram oportunidade de discordar das minhas interpretações? 5) Até onde pretendo ir na teorização das palavras das informantes? 6) Examinei o modo como os dados da pesquisa poderiam ser utilizados por diferentes pontos de vista políticos; democráticos ou antidemocráticos? 7) De que modo corro o risco de me desresponsabilizar das minhas análises? 8) A quem tenho medo de mostrar minha análise e por quê? 9) Quais sonhos eu tenho com o material apresentado? 10) Até que ponto minha análise pode oferecer uma alternativa ao 'senso comum' ou 'discursos dominantes de opressão'?* Todas essas questões orientaram-me durante o fazer da pesquisa. Essas são perguntas que convido o(a) leitor(a) a não esquecer. Pretendo retomá-las na sessão das considerações finais deste trabalho.

4.3 SOBRE O CAMPO DE PESQUISA

Conforme anunciado anteriormente, as primeiras reflexões que deram origem a essa tese surgiram a partir da experiência de trabalho na Gerência de Formação em Gênero da SecMulher-PE, através das vivências como *facilitadora de debates* nos Fóruns de Gestoras. Abaixo apresentarei brevemente o percurso desde a formulação do desenho da pesquisa até a fase pós-campo e análise do material produzido.

4.3.1 (Re)encontro com o campo

Participar de alguns Fóruns de Gestoras na condição de *facilitadora* proporcionou-me a condição de observar que espaços como esses podem convidar as gestoras municipais a dialogarem com as prefeituras de seus respectivos municípios no sentido de influenciar a

[48] Um dilema ético para o qual eu não tenho a resposta diz respeito a forma de citar intelectuais, artistas e ativistas afro. Fazer referência à raça pode ser uma forma de contribuir com a visibilidade das produções político-acadêmicas pretas. Mas uma pessoa branca está necessariamente na condição de uma pessoa branca que ao nomear/diferenciar/racializar, reforça a lógica opressora de dominação - ao silenciar, também reforça a lógica opressora de dominação. Qualquer adjetivação que parta de pessoas brancas é em si problemática. Penso que não há como escapar da colonialidade agora, com essa linguagem limitada que temos. Busquei seguir o caminho que me indicaram as interlocutoras da pesquisa - de evidenciar a negritude. Outro exercício paralelo foi adjetivar também pessoas brancas, racializadas a partir da branquitude. Essa foi a estratégia, mas é importante registrar que sinto dúvidas quanto a essas questões. "A consciência da exclusão que é produzida por meio do ato da nomeação é aguda (...) Não existe nada no fato de ser" (HARAWAY, 2009, p.47).

política local. Outra tônica que marca os Fóruns se refere à formação técnico-política das gestoras através de palestras e debates. São discutidos temas com o objetivo de instrumentalizar a elaboração de projetos que irão concorrer no contexto local, estadual e nacional - seja por recursos financeiros ou visibilidade para o Organismo.

Ao longo de quase dois anos de experiência na SecMulher-PE e de alguns encontros com gestoras municipais e estaduais, pude perceber que há uma multiplicidade de questões que envolvem as políticas públicas para as mulheres. Dois exemplos de Fóruns do ano de 2014 são bastante emblemáticos. Certa altura, enquanto as mulheres urbanas demandavam projetos referentes à segurança pública nas cidades (iluminação das vias e transportes públicos livres de violência), as mulheres rurais da região do semiárido (responsáveis pelos recursos hídricos da agricultura familiar) debatiam modelos de cisternas para a reserva da água e secagem de sementes. Todas elas discutiam sobre as estratégias de convencimento para que as prefeituras municipais trabalhassem no sentido de ampliar a vida das mulheres - seja através da segurança pública ou da otimização do trabalho rural doméstico. Diante de situações como essas foi possível observar a diversidade de possibilidades de atuação das gestoras de políticas para mulheres e de como demandas variadas estão situadas nos diferentes territórios.

Havia também uma significativa pluralidade no que se refere às prioridades da atuação política. Tenho lembranças de Fóruns em que as falas das gestoras municipais ora pareciam complementares, ora dissonantes. Processualmente, passei a observar com curiosidade os discursos das gestoras públicas no sentido de buscar compreender como essas se referiam às suas próprias funções a formas de funcionamentos das gestões municipais.

3.3.1.1 Abertura de campo

Para alcançar os objetivos traçados pelo projeto de pesquisa parecia fundamental conhecer as atuais gestoras municipais de Pernambuco. Buscar conhecê-las através dos Fóruns de Gestoras foi o primeiro passo. Então, eu precisaria entrar em contato com a Secretaria do Estado para apresentar a pesquisa e solicitar participação nos Fóruns na condição de pesquisadora observadora.

Em março de 2018 (semestre acadêmico seguinte ao exame de qualificação), iniciei o contato com a Secretaria da Mulher do Estado[49]. Fiz um primeiro contato por telefone, através

[49] No diário de campo, cheguei a registrar que estava sentindo muito medo e que tive insônia no dia anterior a entrar em contato com a SecMulher-PE. Eu sabia que a não autorização da participação nos

da Ouvidoria da Mulher[50] para confirmar o contato da Gerência de Fortalecimento Sócio Político (GEFESP) e também saber quem era sua atual gestora. Já com o contato da gestora, foram algumas tentativas até conseguir falar diretamente para marcarmos uma reunião para o início do mês de abril.

No dia dessa primeira reunião cheguei à SecMulher-PE com uma *Carta de Solicitação*[51] que continha os objetivos da pesquisa e a solicitação de acompanhar as reuniões dos Fóruns de Gestoras. Chegar na Secretaria foi nostálgico e desafiador. Primeiro fui ao Gabinete da Secretária, onde protocolei minha Carta e em seguida fui a sala da GEFESP. Na ocasião da reunião foi possível perceber um clima de abertura e cooperação. Entreguei uma cópia da *Carta de Solicitação* em mãos e falei brevemente sobre a pesquisa. Tive oportunidade de explicar que o desenho inicial da pesquisa não previa um estudo sobre a Secretaria Estadual, mas sobre os Organismos Municipais de Política para Mulheres. Desse modo, se concordasse com a proposta, o Estado poderia ter um papel de articulação.

Quando apresentei o projeto da pesquisa, a gestora estadual pareceu bem animada, especialmente quando fiz referência à comparação entre as porcentagens de Organismos locais e os dados nacionais. Conforme apresentado em capítulo anterior, 23,4% do total Organismos do país estão localizados em nosso Estado (BRASIL, 2014). Busquei argumentar que Pernambuco é um fenômeno a nível nacional, o que justificaria a relevância e necessidade de uma pesquisa acadêmica.

Nessa conversa, a gestora confirmou o aumento do número de Organismos. *Em 2018, 100% dos municípios em Pernambuco contam com Organismos de Políticas para Mulheres.* Ao que tudo indica, o único Estado brasileiro a atingir essa porcentagem. A gestora da GEFESP atribuiu, dentre outras questões, o alcance da totalidade dos municípios à estratégia do Governo de Pernambuco de repasse de recursos financeiros. Cinco por cento (5%) do repasse estadual está vinculado à exigência do município ter um Organismo de Política para Mulheres. De todo modo, *há um nítido comprometimento político do atual Governo do Estado para consolidar as políticas públicas para as mulheres em Pernambuco.*

Fóruns poderia dificultar o acesso às gestoras municipais. Em muitas passagens do diário, ao longo do mês de março, eu relatei o medo de como seria esse re-encontro com a Secretaria. Não era um campo de pesquisa 'neutro' - mas um antigo espaço de atuação profissional, marcado por afetos, desafetos, desafios, conquistas e tudo aquilo que costuma ser um local de trabalho.

[50] Serviço de ligação gratuita que pode ser acessado 24 horas para tirar dúvidas, solicitar ajuda, ou fazer denúncias a SecMulher-PE e rede de gestoras municipais (0800 281 81 87).

[51] Ver Apêndice C.

Nessa ocasião a gestora também apresentou o desafio da Coordenação do Fórum de Gestoras (eleitas pelo Fórum) tem enfrentado para garantir continuidade na formação sociopolítica das gestoras municipais. Se algumas gestoras que atuam há alguns anos já conhecem a formação básica e demandam conteúdos mais avançados nos espaços de encontro entre as gestoras, existem aquelas recém chegadas, algumas no seu primeiro cargo público. Há uma imensa rotatividade, mesmo uma vulnerabilidade das políticas públicas para mulheres nos contextos locais. Em algum municípios, por exemplo, as gestoras são contratadas por apenas um ano - ou até o balanço das contas - depois seriam recontratadas. Esse fenômeno gera alguns períodos de vacância entre uma gestão e outra - além da mudança eventual das gestoras, caso não haja recontratação. Não é difícil imaginar que para qualquer municipalização de política pública seja necessário mais tempo e continuidade para uma efetiva consolidação. Esse comportamento das gestões municipais pode sinalizar falta de interesse político em contextos coronelistas-patriarcais.

Já a partir dessa primeira conversa, ela autorizou informalmente minha participação no próximo Fórum de Gestoras da Região Metropolitana e Cidades Pólo (que aconteceria naquele mesmo mês, abril de 2018). Porém, a gestora colocou a condição de uma reunião com a secretária para a autorização definitiva e formal no que se refere à participação nos Fóruns.

No dia do Fórum cheguei cedo para me ambientar. A atividade aconteceu na Plenária da Assembléia Legislativa de Pernambuco (ALEPE). O local foi reformado recentemente. Aos meus olhos, esse espaço é amplo, alto, claro e, em alguma medida, frio[52] e impessoal. As cadeiras estão dispostas como um anfiteatro. À frente da plateia, há uma mesa onde existem microfones, ao lado dessa mesa, um púlpito, onde deve falar de pé quem está com a palavra. Tudo aquilo parecia imponente e intimidador.

Quando a secretária chegou, nos cuprimentamos ainda no corredor. Nós nos conhecíamos porque havíamos participado de muitas atividades juntas - seja na época em que ela era secretária do Recife, ou mesmo em sua gestão no Estado. Ela havia assumido a pasta quando eu ainda trabalhava na SecMulher-PE. Solicitei sua autorização para apresentar a pesquisa para as gestoras municipais ali presentes.

Aquele era um dia especial e tinha uma Programação bastante densa. Nesse evento seria eleita a nova Coordenação do Fórum da Metropolitana (os mandatos têm cerca de dois anos e são compostos por uma coordenadora e uma vice - de diferentes municípios). Além disso,

[52] Inclusive, literalmente faz frio. O ar condicionado é bastante potente - contrastando com o clima local do litoral nordestino. Essa parece ser uma estratégia para que os trajes formais de paletó e blêizer possam ser utilizados nas audiências.

também teria uma atividade de Formação sobre ‘Mulheres e Mídia’. Estavam presentes na mesa uma jornalista e ex-apresentadora da Rede TV, uma jornalista diretora de um blog local de jornalismo político, uma professora de jornalismo da UFPE e a coordenadora do jornalismo da Globo Nordeste. Entre gestoras e assessoras, cerca de 50 ou 60 pessoas estavam presentes.

A secretária me cedeu um tempo de sua fala. “Menos de cinco minutos” foi a recomendação. Como de costume em casas legislativas, quando o microfone é ligado, se inicia uma contagem de tempo em um cronómetro a vista de todo o público. Subi no púlpito, apresentei-me e falei dos objetivos da pesquisa. Disse que o estudo seria apenas de uma amostra; três municípios das regiões *Metropolitana e Cidades Pólo*, *Zona da Mata* e *Semiárido* e que, provavelmente, apenas um daqueles municípios do Fórum da Metropolitana iria compor o escopo da pesquisa.

O auditório ficou agitado e parecia haver entusiasmo com a possibilidade dos municípios serem estudados. Logo após minha apresentação, foi a fala da secretária - com elogios e recomendações: “Essa jovem é feminista. Já compôs o quadro da Secretaria Ela é competente e responsável. Vocês gestoras agora devem entrar em contato com ela. Todas devem apresentar os motivos para que seu município seja escolhido para o estudo”. Vale contextualizar que atual secretária costuma imprimir um clima de leveza e informalidade aos espaços da gestão. Então, não foi surpreendente sua reação entusiasmada. De todo modo, fiquei bem assustada após a colocação porque tive medo das expectativas que poderiam ser geradas.

Desde daquele momento senti que o campo estava sendo aberto, o que provocava uma sensação boa de entusiasmo. Mas ali também me vi diante de uma possível encrenca - caso os municípios quisessem disputar algo. Ainda na mesa de abertura, uma gestora da capital (Recife) apresentou a agenda lançada no mês anterior, no ‘8 de março’, dia internacional da mulher[53]. Ela disse ter trazido algumas amostras para presentear a mesa, mas fez questão de me chamar ao ‘palco’. No microfone ela falou: “Essa agenda vai para nossa pesquisadora”. Esse gesto me deixou novamente feliz e confusa. O que ela quis dizer com ‘nossa pesquisadora’? Ela se referia

[53] Nas páginas iniciais, a agenda traz um breve histórico da política para mulheres no Recife desde o ano de sua criação. Nas capas de cada mês são apresentadas datas importantes para as mulheres e dados numéricos como a participação das mulheres nas câmaras legislativas, na área da literatura, nos esportes, etc. Ao final, estão as páginas com telefones de serviços úteis referentes à rede de atendimento à mulher vítima de violência e os nomes das pessoas que compõem o Conselho Municipal de Política para Mulheres - representantes da sociedade civil e da gestão municipal. Em 2018 a agenda foi elaborada em homenagem a Júlia Santiago, liderança na luta sindical que, dentre outros pleitos, defendia que a aposentadoria das mulheres deveria ocorrer 10 anos antes dos homens, uma vez que estas têm dupla jornada de trabalho devido ao trabalho doméstico. A agenda é acompanhada de adesivos com frases como “Não é não”, “Feminismo é revolução” e “Lugar de Mulher é nas Câmaras, Assembléias e Presidência”.

ao grupo de gestoras, ou a sua cidade? Haveria aí uma disputa colocada? Até o fim do dia algumas gestoras vieram falar comigo informalmente. Eu me comprometi a estudar todas possibilidades. Cheguei a ficar preocupada de ter gerado muitas expectativas e receber muitos contatos. Entretanto, nenhuma dessas gestoras prosseguiu a comunicação por e-mail.

Ao final do mês de Abril tivemos uma nova reunião na SecMulher-PE. Estavam presentes a secretária, as gestoras da GEFESP e da Gerência de Formação em Gênero (meu antigo local de trabalho). Além disso, fui acompanhada por uma estudante de graduação, que na altura era minha orientanda na disciplina 'Prática de Pesquisa'[54]. No gabinete da secretária, novamente apresentei o projeto da pesquisa. Dessa vez, de forma mais detalhada. Não parecia estar em dúvida a autorização para a realização da pesquisa nos Fóruns, mas havia a necessidade de cumprir os protocolos e firmarmos alguns acordos. Ao final da reunião, a secretária orientou que a gerente[55] de Formação em Gênero fizesse uma visita guiada com a estudante de graduação - apresentado cada um dos setores da Secretaria e suas atribuições. Por fim, saímos da SecMulher-PE com o relatório dos 10 primeiros anos de gestão de políticas para mulheres de Pernambuco, o 'Anuário 8 de Março', de 2017.

Depois dessa reunião, por e-mail e telefone, mantive o contato com a gestora da GEFESP, que me indicou dois municípios para compor o estudo; um da Região do Semiárido e outro localizado no Agreste (este, por ser uma das cidades-pólo de Pernambuco, integra o Fórum da Região Metropolitana). Faltava apenas uma sugestão, a do município da Região Canavieira. No mês de maio haveria um novo Fórum unificado (das Zonas Canavieira e Semiárido), então combinamos que eu participaria e poderia me apresentar novamente para as gestoras presentes.

O Fórum de Gestoras unificado aconteceu no Recife em maio de 2018, em um auditório da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Diferente do ambiente da ALEPE, o espaço dessa vez parecia mais horizontal. No centro havia uma mesa e as cadeiras dispostas em formato de U, de modo que todas as pessoas poderiam ver umas as outras.

Esse Fórum[56] teve uma programação de dois dias e tinha objetivo de realizar uma atividade de formação em gênero e também uma atividade de formação em gestão junto a

[54] Foi realmente especial ter ido acompanhada pela estudante. Seu olhar de estranhamento para tudo aquilo em muito contribuiu para o exercício de tornar exótico aquilo que parecia familiar em alguma medida.

[55] Essa atual gerente havia sido minha colega de equipe. Nos reencontrarmos foi especial e acolhedor. Ela chegou a tirar fotos dessa reunião para nos enviar e fez o tour pela Secretaria com bastante entusiasmo.

[56] Um fato curioso que aconteceu antes da abertura do evento foi a chegada da primeira secretária da Mulher de Pernambuco, responsável pela estruturação da política nas duas primeiras gestões do

Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) do Governo do Estado. As gestoras municipais tinham a tarefa de construir os Planos de Trabalho para a solicitação de um recurso estadual (o FEM-Mulher: correspondente a porcentagem do repasse estadual para os municípios).

A apresentação da pesquisa ocorreu antes da atividade de formação. Novamente, de forma breve. Não sei se pelo ensaio do Fórum anterior, ou pela arquitetura do local, mas nesse dia me senti mais tranquila. Algumas gestoras vieram falar nos intervalos, nenhuma de forma mais incisiva. Não tive acesso a ata de presença dos dois dias. Pude perceber que nos diferentes turnos do Fórum o público variou. Tenho a impressão que cerca de 70 pessoas circularam entre os dias da atividade.

A gestora municipal do Semiárido que havia sido indicado pela gerente da GEFESP estava presente e então combinamos de conversar ao final do evento. Agendar essa conversa para segundo dia da programação foi uma estratégia de ganhar tempo e ter oportunidade de conhecer outras gestoras ao longo dos dias.

3.3.1.2 Primeiro acontecimento

A ex-secretária da Mulher foi convidada como palestrante da atividade de formação em gênero. No momento em que apresentava sua versão sobre a história do feminismo (baseada em sua tese de doutorado), apontou que esse movimento havia surgido de forma embrionária no contexto da perseguição às mulheres consideradas bruxas. Ela fez referência ao termo *generocídio* para se referir ao momento que se instala a autorização para a perseguição e matança de mulheres. E argumentou que na Europa pré-Moderna, na altura da Inquisição, houve algo inédito na história da humanidade. Ela (mulher branca) defendeu que em nenhum outro lugar do mundo e em nenhum outro tempo houve algo similar - um ataque destinado exclusivamente aos corpos das mulheres. Esse contexto havia proporcionado *algo que só poderia ter nascido ali*[57] - uma reação conjunta protagonizada por mulheres. A conclusão foi que *"o feminismo só poderia ter surgido na Europa"*.

Estado. Muitas das gestoras de política para mulheres a respeitam bastante e veem nela uma referência política e acadêmica. Da porta de entrada até a mesa, ela foi abordada inúmeras vezes para cumprimentos e fotografias.

[57] Aqui vale uma contextualização: Ramón Grosfoguel (2016) apresenta as bases racistas/sexistas que estruturam o conhecimento epistêmico ocidental. Ele afirma que foi através de quatro genocídios/epistemicídios que o pensamento europeu cartesiano conseguiu se impor em todo o mundo. No final do século XV houve o genocídio de muçulmanos e judeus, com a queima de bibliotecas na Península Ibérica (antes das grandes navegações colonizadoras). Em seguida, o autor apresenta o genocídio/epistemicídio dos povos indígenas e também dos povos africanos (através dos processos

Nessa ocasião uma das gestoras municipais reagiu. Ela se apresentou como mulher negra e fez um convite para todas as presentes: "Precisamos recontar essa história a partir do ponto de vista da população negra"[58]. Ela ousou dizer que discordava da versão que estava sendo apresentada sobre a única origem possível para o feminismo e forças de resistência das mulheres. Houve um breve momento de tensão, mas logo a palestrante argumentou que precisaria seguir sua apresentação. Ao final desse bloco, no horário do almoço, fui ao encontro dessa gestora e perguntei se poderíamos conversar ao final do evento. Eu me sentia constrangida pelo que tinha acabado de acontecer - um silenciamento. A gestora parecia ter muito mais para falar.

3.3.1.3 Diálogos iniciais com as gestoras municipais

Ao final do Fórum, tive oportunidade de conversar com duas gestoras; a indicada pela SecMulher-PE e aquela que ousou discordar do maior expoente das políticas públicas para mulheres de Pernambuco. Vale destacar que ambas as gestoras são mulheres negras. Foram duas conversas muito boas.

A primeira entrevista foi com a gestora que se posicionou durante o Fórum. Nos conhecemos na hora do almoço, na fila do restaurante. Ela me reconheceu, eu havia me apresentado a todas no dia anterior. Perguntei se poderíamos conversar um pouco ao final do evento. Combinamos e assim o fizemos. Nos sentamos em um sofá da recepção da FUNDAJ e falei que tive vontade de conversar com ela depois daquela situação. Eu disse que fiquei um pouco constrangida e queria saber como ela se sentiu. Sua resposta veio em formato de perguntas "Você já leu Lélia Gonzalez? E Fanon?". Eu tive acesso a essas leituras poucos meses antes daquele encontro. Por pouco, pude responder que sim. Com esses questionamentos iniciais, estava dito o que deveria pautar nosso encontro. A partir daí nosso diálogo fluiu e ela me contou brevemente como se tornou gestora no sertão de Pernambuco, depois de sair do Sul

---

colonizadores). Por fim, ele apresenta o genocídio/epistemicídio que ocorreu no século XVI: o genocídio das mulheres que transmitiam o conhecimento indo-europeu (alquimia, biologia, astrologia, etc) nos territórios europeus. Nesse caso, como não havia bibliotecas, corpos das mulheres e seus conhecimentos foram queimados em fogueiras. *Há, portanto, uma base comum nos projetos que 'justificam' o extermínio das bruxas/mulheres e a colonização da população africana*. Precisamos perceber essas conexões. Caso contrário, poderemos estar aderindo ao projeto que mata a todas(os) nós.

[58] Essa gestora é uma mulher gaúcha de sotaque forte. Ela ficou em pé para falar e falou com o tom de voz firme. Vestia uma roupa amarela, brincos que brilhavam, um torço na cabeça e cabelos entrançados. Parecia uma postura insurgente.

do país. Ela falou que a Secretaria Executiva onde trabalha foi criada em 2015 e atua atenta não só às questões de gênero mas também às questões de raça. Nosso breve encontro me proporcionou a sensação de que estudar sobre essa gestão municipal junto a essa gestora poderia ser bastante interessante.

Fui para a segunda entrevista um pouco descrente, confesso. Eu imaginei que essa conversa seria menos proveitosa. A gestora tinha uma fala serena e parecia ter mesma idade que eu. Pedi que ela me contasse um pouco como foi o surgimento do Organismo de Política para Mulheres de sua cidade - que atualmente funciona como uma Coordenadoria ligada ao Gabinete do Prefeito. Ela então mostrou a força imensa do movimento de mulheres de sua região. Ela se colocou como uma sertaneja que veio do movimento feminista para a gestão pública e retornará para o movimento toda sua atuação política. A gestora apresentou que o diferencial da sua gestão é que ela funciona de forma colegiada, junto ao movimento de mulheres, através do Conselho Municipal de Política para Mulheres.

Ao final do dia eu estava absolutamente surpresa com a potência dos encontros. Porém, ambas eram gestoras do semiárido. E, no desenho inicial da pesquisa, não caberia duas cidades representantes da mesma região.

Em junho viajei para o interior com o objetivo de conhecer a outra gestora indicada pela SecMulher-PE. Eu não tive oportunidade de conhecê-la no Fórum da Metropolitana e Cidades Pólo do mês de Abril, porque houve um choque de agenda que inviabilizou sua participação. Combinamos então que iríamos nos conhecer em sua cidade - localizada na região do Agreste pernambucano. Essa foi a única realizada fora da cidade do Recife e também minha primeira oportunidade de conhecer a sede de um Organismo Municipal[59].

Chegando ao local, percebi que ao lado da Secretaria da Mulher funcionava o Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM). Tudo parecia bem equipado e organizado. Apresentei a pesquisa e ela se prontificou a contribuir com todo o processo burocrático de Carta de Anuência. Aqui também a gestora era uma mulher negra. Ela contou que o Organismo foi criado em 2013, tornou-se Secretaria em 2015 e, desde então, não para de crescer. A gestora parecia animada e disposta a contribuir.

Também no mês de junho participei do Fórum de Gestoras da Zona Canavieira, na cidade de Água Preta. O evento ocorreu na Câmara de Vereadores da cidade. No espaço havia uma mesa em formato de U e uma plenária com cerca de 50 cadeiras. Novamente me apresentei

[59] Nunca havia visitado nenhum outro Organismo, nem mesmo no tempo em que trabalhei na SecMulher-PE.

como pesquisadora. Diferente dos outros Fóruns, não fui abordada por nenhuma gestora depois da apresentação da pesquisa.

Esse Fórum teve como principal foco a discussão sobre a Rede de Enfrentamento à Violência contra Mulher. Na condição de palestrantes estavam presentes gestoras da Diretoria de Enfrentamento da SecMulher-PE. A região da Mata Sul de Pernambuco é a única que não conta com uma Delegacia da Mulher. Muitos dos debates giraram em torno das estratégias de garantia de proteção nos casos de violência.

Nos três Fóruns de Gestoras dessa fase inicial da pesquisa, contei com o apoio da gerente da GEFESP e da secretária do Estado. Além disso, reencontrei com antigas *coordenadoras regionais*, que conhecia da altura em que trabalhei na SecMulher-PE[60]. Em todas as atividades que participei como observadora a gerente da GEFESP foi uma figura ativa no sentido de encorajar debates entre as gestoras, elucidar dúvidas e estimular estratégias políticas diante das dificuldades da gestão pública.

Nos encontros de abertura de campo, Fóruns ou entrevistas individuais, falei que teria uma reunião com minha orientadora para definirmos juntas os critérios de seleção dos municípios. Até então eu tinha três entrevistas iniciais bastante animadoras e um mapa (em planilha de excel) fornecido pela Ouvidoria das Mulheres[61] com informações sobre os 184 Organismos de Pernambuco. Desse modo, era possível saber o ano de criação de todos os Organismos, como também os partidos políticos das gestões municipais (prefeito e vice), a quantidade de vereadoras na Câmara Municipal, além de informações sobre Conselhos Municipais de Política para Mulheres, Câmaras Técnicas de Enfrentamento à Violência de Gênero, Delegacias da Mulher do Estado e demais equipamentos da Rede de Enfrentamento à Violência.

3.3.1.4 O (re)Encontro com Jurema[62]

[60] No Estado a rotatividade de profissionais é bem menor. Quase quatro anos depois, pude reencontrar profissionais conhecidas.

[61] Quando fiz o primeiro contato e solicitei informações sobre os Organismos Municipais de Pernambuco por e-mail. Vale pontuar que essa solicitação pode ser feita por qualquer cidadã pernambucana.

[62] Um nome fictício para uma história real. Jurema pode ser o nome de uma mulher, mas é também o nome de uma árvore das regiões Nordeste e Norte do Brasil. A jurema é considerada sagrada por diferentes grupos originários (população indígena) e também foi incorporada em rituais afro-brasileiros. A jurema guarda segredos e o uso de bebidas preparadas podem ter poderes de revelação. A escolha desse nome é uma homenagem à natureza da jurema. Essa é também uma reverência a Jurema da Silva Batista que, em 2002, foi eleita deputada estadual e durante seu mandato na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), presidiu a Comissão de Combate à Discriminação de Etnia,

Neste breve tópico, apresento um episódio ‘paralelo’ aos processos de definição do desenho da pesquisa. Digo paralelo por não ter sido planejado e nem mesmo ter ocorrido em um espaço formal de discussão sobre políticas públicas para mulheres. Este episódio corresponde a um reencontro com uma antiga colega de trabalho no banheiro de um cinema.

Era fim do mês de junho de 2018, eu estava prestes a formalizar o processo do Estágio de Mobilidade Acadêmica para Moçambique. Fiquei sabendo de um filme moçambicano que estava sendo exibido no Cinema São Luiz[63], o “Comboio de Sal e Açúcar” (2018). Era sobre um casal que precisava fugir do norte do país no contexto da última guerra, na década de 1980.

Eu que não gosto de romances e nem de filmes de guerra, adorei a oportunidade de conhecer uma produção cinematográfica do meu futuro país. Eu queria ver paisagens, arquiteturas, queria ver as roupas, ouvir o sotaque, perceber as palavras moçambicanas que não conhecia... Nessa altura eu queria começar a me conectar a Moçambique como forma de me preparar para a viagem. Entretanto, essa ida ao cinema não só me rendeu imagens do continente africano do final do século passado. Acabei por encontrar também imagens do Brasil colonial – não do passado, mas do presente[64].

Ao final da sessão eu fui ao banheiro e lá encontrei Jurema. “Nossa, que bom vê-la depois de tanto tempo!” Já havia três anos desde minha saída da SecMulher-PE. Ela perguntou sobre o que eu fazia desde então. Eu perguntei sobre ela também. Jurema disse que pediu transferência para a empresa de terceirização que a contratava. Ela agora trabalhava como auxiliar de serviços gerais no Cinema São Luiz. Perguntei se ela estava gostando do novo espaço de trabalho. Ela disse que sim, porque lá se sentia bem tratada. Logo em seguida ela disse: “Lá tem preconceito de classe”. Depois repetiu: “Laaaa, tem preconceito de classe!”. Então apontou para o lado do Rio Capibaribe. Do outro lado do rio, estava nosso antigo espaço de trabalho.

Em seguida, Jurema falou em tom mais baixo, como um segredo: “Eu tinha muitos problemas com algumas pessoas lá. Você via, eu chegava antes de todo mundo. Quando vocês chegavam, todas as mesas de todas as salas já estavam arrumadas. Mas tinha gente que achava que eu era empregada particular. Dona X, sempre queria que eu voltasse para limpar a sala dela

---

Religião e Procedência Nacional. Ela é membro do Movimento Negro Unificado, onde exerce o cargo de coordenadora de formação política.

[63] O São Luiz, inaugurado em 1952, é um cinema de rua brasileiro localizado na cidade do Recife-PE. Um importante equipamento cultural público que atualmente é administrado em parceria com uma faculdade particular com cursos nas áreas de áudio visual.

[64] Grada Kilomba (2019) faz uma discussão sobre tempo. Segundo a autora, na Colonialidade, apenas alguns segundos são necessários para levar uma pessoa para uma cena colonial que remete a memórias traumáticas seculares.

outra vez. Tive muitos problemas com ela, até que fui falar com a Secretária e disse que ia pedir as contas."

Dona X era uma mulher mais velha, antiga funcionária do Estado, cedida para a SecMulher. Profissional respeitada por muitas pessoas, inclusive por mim. Fomos parceiras numa tarefa burocrática junto a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e, por vezes, ela contava com orgulho sobre nosso trabalho em parceria: "Essa menina se dedicou muito ao caso. Achei que era advogada, só depois descobri que era psicóloga." Por vezes me chamava de advogada e parecia querer me elogiar com isso – como se eu pudesse valer mais sendo advogada que psicóloga. Eu respondia que lá eu era 'subcoordenadora regional' – nem psicóloga, nem advogada. Eu achava graça e deixava passar sem maiores problematizações. Essa confusão sobre as profissões e seus *status* não chegou a ser ofensiva pra mim, que nunca tive dúvidas sobre a profissão de psicóloga ser tão digna quanto a de advogada.

Quando me dei conta que a pessoa que me tratava bem e até se empenhava em fazer elogios sempre que me encontrava era a mesma pessoa que, segundo Jurema, gostava de humilhar 'trabalhadoras de outra classe', senti uma enorme sensação de constrangimento. Meus pensamentos estavam fervilhando: "Será que Dona X já me tratou bem daquele jeito na frente de Jurema? Será que em alguma daquelas situações que ela rasgava elogios pra mim, antes ou depois, tinha tratado mal alguma outra pessoa. Que vergonha! Que vergonha!"

Só depois do encontro com Jurema pude entender que aquilo que fazia graça pra mim, não tinha graça nenhuma. Só depois daquele dia me dei conta que, quando Dona X me chamava de advogada, era para me aproximar dela. Sendo advogada, eu subiria alguns pontos numa escala que tem como topo a elite branca. Aquilo era colonialismo. Era elogio de branca para branca, era racismo, era pacto branco (BENTO, 2014). E eu fiz parte desse racismo. Sem nem perceber, eu ganhava algo com isso. Eu ganhava algo que nunca tive medo de não ter, chance de ser respeitada como gente.

Logo em seguida, Jurema seguiu o argumento sobre "Lá ter preconceito de classe". Ela então relembrou que a SecMulher tem a cultura institucional de fazer atividades de formação com toda equipe. TODA A EQUIPE, cerca de 150 pessoas, exceto as terceirizadas, que são justamente aquelas que trabalham como auxiliares de serviços gerais e copeiras (como diria Lélia Gonzalez, as atuais mucamas do regime que se diz pós escravocrata). O argumento é que não são funcionárias da SecMulher, mas da empresa que as contratam de forma terceirizada para prestar serviços para o Estado.

Não teria a SecMulher nenhum poder de agência sobre isso? Era realmente necessário manter as funcionárias terceirizadas presas na sede, mesmo sem ninguém trabalhando por lá? Não seria interessante considerar que mesmo não sendo funcionárias da SecMulher, elas são cidadãs pernambucanas (pessoas para quem a Secretaria trabalha)?

Naquele dia, saí do cinema pensando mais no Brasil que em Moçambique e na minha responsabilidade sobre tudo isso...

Lembrei de situações em que estava toda a equipe de saída para as atividades de formação da SecMulher e eu perguntava se elas (auxiliares de serviços gerais e copeiras) iriam conosco. Elas diziam que preferiam ficar[65]. Depois da conversa com Jurema muitas perguntas ecoavam na minha cabeça: "Preferiam??? Eu acreditava nisso??? O que eu poderia ter feito? O que eu ainda posso fazer?"

Sobre quem não ia para as atividades de formação: quase todas elas pessoas pretas... Ou não seria mais honesto assumir que para o mundo branco todas elas são *quase pessoas*? Como disse Fanon (2008), *sujeitos que habitam a zona do não ser*. Diante do encontro com Jurema, senti-me motivada a não negligenciar que o campo da pesquisa me apontou a importância de seguir atenta às relações raciais internas às políticas para mulheres.

3.3.1.5 Um novo desenho para a pesquisa

Na reunião com minha orientadora construímos um redirecionamento do campo. Em vez de buscar a diversidade em diferentes regiões do Estado (Metropolitana, Zona Canavieira e Semiárido), entendemos que poderia ser interessante produzir um estudo sobre a diversidade interna da região do semiárido (onde estão localizados os municípios do Agreste e Sertão). Além disso, o fato das três gestoras entrevistadas serem mulheres negras (que se posicionam politicamente como mulheres negras) parecia indicar um fértil terreno para a pesquisa[66].

Como mencionei no primeiro capítulo, fui testemunha ocular dos efeitos de embranquecimento de uma equipe do Organismo Estadual de política para Mulheres após a demissão de uma gestora negra. Também a conversa com a gestora que convocou todo o Fórum a "Recontar a história a partir do ponto de vista da população negra" parecia indicar a

[65] Aqui lembro do Filme "Que Horas Ela Volta?", da cineasta Anna Muylaert (2015), que aborda sobre os pactos de silêncio e respostas programadas para negar incômodos referente ao lugar de subalternidade de trabalhadoras(es) domesticas(os) racializadas(os) a partir da negritude da figura da *mucama* (GONZALEZ, 2019).

[66] O modelo da Carta de Anuência pode ser encontrado no Apêndice D do trabalho.

necessidade de um redirecionamento do campo e de alguns objetivos da pesquisa. Além disso, como é possível observar no quadro abaixo, a população não branca pernambucana, em 2009, ano do último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE)[67], correspondia a 63,3%. Desse modo, tornou-se evidente a relevância de conversar com mulheres negras gestoras em uma região onde a maioria da população não é branca.

Quadro 1: População total e respectiva distribuição percentual por cor ou raça

População total e respectiva distribuição percentual, por cor ou raça - 2009

Territótio	População					
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por cor ou raça (%)				
		Branca	Preta	Parda	Amarela ou indígena	Não branca
Brasil	**191 796**	**48,2**	**6,9**	**44,2**	**0,7**	51,8
Pernambuco	8 820	36,6	5,4	57,6	0,3	63,3

Diante desse novo direcionamento, entrei em contato com as três gestoras entrevistadas inicialmente e solicitei autorização formal dos municípios para darmos entrada no processo do Comitê de Ética em Pesquisa. A todas as gestoras relembrei os passos previstos para a pesquisa e expliquei como iríamos trabalhar a partir de uma perspectiva participativa. No mês de Julho recebi a última das Cartas de Anuência e pude dar entrada no Comitê.

Autorizada a realização da pesquisa pelos municípios, iniciei os diálogos com a gestoras no sentido de planejar o campo da pesquisa. Criamos juntas um calendário de semanas de vivências e coleta dos documentos públicos. Um passo que não era possível prever datas inicialmente era a entrevista semiestruturada, que precisaria da autorização do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPE.

Entre os meses de junho, julho e agosto, ocorreram as semanas de vivências nos municípios e tive a oportunidade de acompanhar o cotidiano das gestoras. Também foi possível conversar (com maior ou menor intensidade) com pessoas anônimas das cidades e profissionais que compõem a rede das políticas públicas para mulheres; técnicas(os) dos serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência, uma delegada da mulher, diferentes membros dos secretariados municipais e dois vice prefeitos[68].

[67] Fonte: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45700.pdf, acessado em janeiro de 2020.
[68] O vice prefeito de uma das cidades também é psicólogo e pudemos trocar nossas impressões sobre o plantão psicológico oferecido pelo Organismo de Políticas para Mulheres do município.

Em dois dos municípios pude participar de eventos; um espaço de gestão pública - o Fórum de Gestoras e um encontro do movimento social - o Fórum de Mulheres Negras do Sertão. A partir das semanas de vivências foi reformulado o roteiro de entrevista previsto inicialmente. Após a autorização do Comitê de Ética, retornei aos municípios para realizar as entrevistas semi-estruturadas[69] - exceto com uma das gestoras, que tive oportunidade de encontrar no Recife[70]. Na tabela abaixo é possível observar o percurso da pesquisa:

Tabela 2: Atividades do campo da pesquisa

Situação	**Atividade**	**Responsáveis**
Concluída	Participação nos Fóruns de Gestoras	Pesquisadora
Concluída	Entrevista inicial e diálogo sobre Carta de Anuência dos Municípios	Pesquisadora e Interlocutoras
Concluída	Articulação municipal para obtenção das Cartas de Anuência	Interlocutoras
Concluída	Calendário das visitas nos municípios	Pesquisadora e Interlocutoras
Concluída	Semanas de vivência	Pesquisadora e Interlocutoras
Concluída	Elaboração do Roteiro de Entrevista	Pesquisadora
Concluída	Revisão do Roteiro de Entrevista	Interlocutoras
Concluída	Entrevistas	Pesquisadora e Interlocutoras
Concluída	Transcrição dos áudios	Pesquisadora
Concluída	Revisão do conteúdo das transcrições e autorização do nome fictícios das gestoras	Interlocutoras
Concluída	Envio do texto da tese para a banca examinadora e interlocutoras	Pesquisadora
Em aberto[71]	Devolutiva da pesquisa para o campo	Pesquisadora

[69] O Roteiro da Entrevista e o modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido está no Apêndice A do trabalho.
[70] Todas as viagens foram custeadas com a bolsa de estudos do doutorado. Desse modo, o município localizado mais distante de Recife foi prejudicado. Por gerar um custo mais alto com a passagem, só consegui realizar uma visita.
[71] Etapa prevista para ser concluída no ano de 2020.

		(Se possível, em parceria com as interlocutoras)

3.3.1.6 Sobre viajar

Para as duas cidades mais próximas de Recife (uma no Agreste, outra no Sertão) fui de carro, sozinha. A principal estrada que liga Recife ao interior (BR 232) foi duplicada há alguns anos e está com a manutenção defasada. A duplicação só chega até a cidade de São Caetano, no Agreste. A partir daí, quanto mais longe de Recife, pior a qualidade das rodovias estaduais.

A cidade mais distante que visitei de carro fica no Sertão do Pajeú - uma viagem que dura em torno de cinco horas partindo do Recife[72]. Na altura do município de Sertânia é fácil perder a pista, que se transformou numa estradinha de barro. De volta ao asfalto, os buracos são tantos que a velocidade do carro se torna extremamente limitada (por volta de 30 km/h). Os buracos são profundos e o risco de furar os pneus é real. Por vezes era necessário variar entre mão e contramão, na tentativa de estar no lado mais preservado da estrada. Em muitos trechos eu tive a sensação de estar sozinha no nada - poucos carros cruzavam o caminho. Para a cidade que fica no extremo oeste do Estado (no Sertão do São Francisco), fui de avião até o aeroporto mais próximo, depois segui de ônibus e, por fim, de moto-táxi. Compreender a dinâmica de funcionamento da rodoviária local não foi fácil. A venda de bilhetes intermunicipais ocorre a partir de uma lógica muito própria, com horários não definidos. Foi necessária a criação de uma pequena rede de ajuda para a realização do translado[73].

Ao todo, foram cinco viagens: duas viagens para cada uma das cidades mais próximas e uma viagem para o município mais distante. Em todas elas fiquei hospedada em pousadas no

[72] Viajar sozinha proporcionou uma satisfação pessoal, uma sensação rara para nós mulheres. Percebi que nunca havia chegado tão longe sem a condução de um homem (no carro, ônibus ou avião). A percepção de ser uma mulher na estrada foi tão prazerosa quanto aterrorizadora. Tive oportunidade de ver paisagens lindas da caatinga, o nascer e o pôr do sol, o luar e as estrelas no Sertão, entretanto, os medos de assalto e estupro nunca me deixavam descansar. Ver Apêndice F.

[73] Interessante perceber que situação similar experimentei no Malawi, numa viagem que fiz durante o período de mobilidade acadêmica na África. Existem algumas similitudes estéticas nessas experiências. Sem dúvidas, o contraste da minha cor de pele com a população local gera uma série de estranhamentos e dúvidas sobre o motivo de eu estar ali. Em um desses pontos de transporte, na cidade de Mangochi, quando eu buscava uma informação, um senhor condutor do transporte decidiu me ajudar. Antes de responder minhas dúvidas ela repetia baixinho, com algum espanto "*A white, a white...*" (Uma branca, uma branca...).

centro das cidades. Vale registrar que todos os custos com transporte e hospedagem foram pagos com a bolsa de doutorado, não houve nenhuma outra fonte de financiamento[74].

3.3.1.7 Borrando as fronteiras: discussão sobre ética e nomes fictícios

Como é de praxe nas pesquisas acadêmicas, o projeto que deu origem a esse trabalho previa a utilização de nomes fictícios para as interlocutoras que seriam entrevistadas - além da omissão de nomes de pessoas sempre que possível. Os nomes fictícios das gestoras foram definidos junto a estas após a realização das entrevistas. Alguns nomes foram sugeridos por mim a partir do conteúdo abordado.

Depois de concluído o campo, percebi que seria bastante complicado informar os nomes dos municípios estudados. Informações como distância da capital, região do Estado onde estão situados, quilometragem quadrada, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), população total, proporção urbano *x* rural são fundamentais para a compreensão da análise dos dados da pesquisa, no entanto eu não poderia apresentá-los com precisão. Caso contrário, seriam facilmente identificados os municípios e, por consequência, as gestoras. Assim as identidades das interlocutoras não seriam preservadas, quebrando o compromisso assumido no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, onde me comprometi em garantir o anonimato.

Outra estratégia utilizada foi borrar a precisão dos números referentes aos dados municipais. Por exemplo, se uma cidade ficasse à 98 km de Recife e outra à 322 km, eu arredondaria para para 100 km e 300 km. No caso do mapa de Pernambuco, apontei a região onde estão localizados, mas não o município.

3.3.1.8 Apresentações iniciais: Brasil-Nordeste-Pernambuco-Semiárido

Para análises geopolíticas, precisamos nos situar no espaço. No quadro abaixo apresento dois mapas do Brasil[75]; em um deles está pintada a região Nordeste. No segundo mapa, o Estado de Pernambuco está em destaque. As imagens têm como origem uma cópia do *Google Maps* editadas e coloridas por mim.

---

[74] Esse foi um dos desafios postos no processo de pesquisa. Foi necessário calcular os custos da pesquisa dentros da minha organização financeira pessoal.

[75] Imagem do Google Maps. Fonte: https://www.google.com.br/maps, acessado em janeiro de 2020.

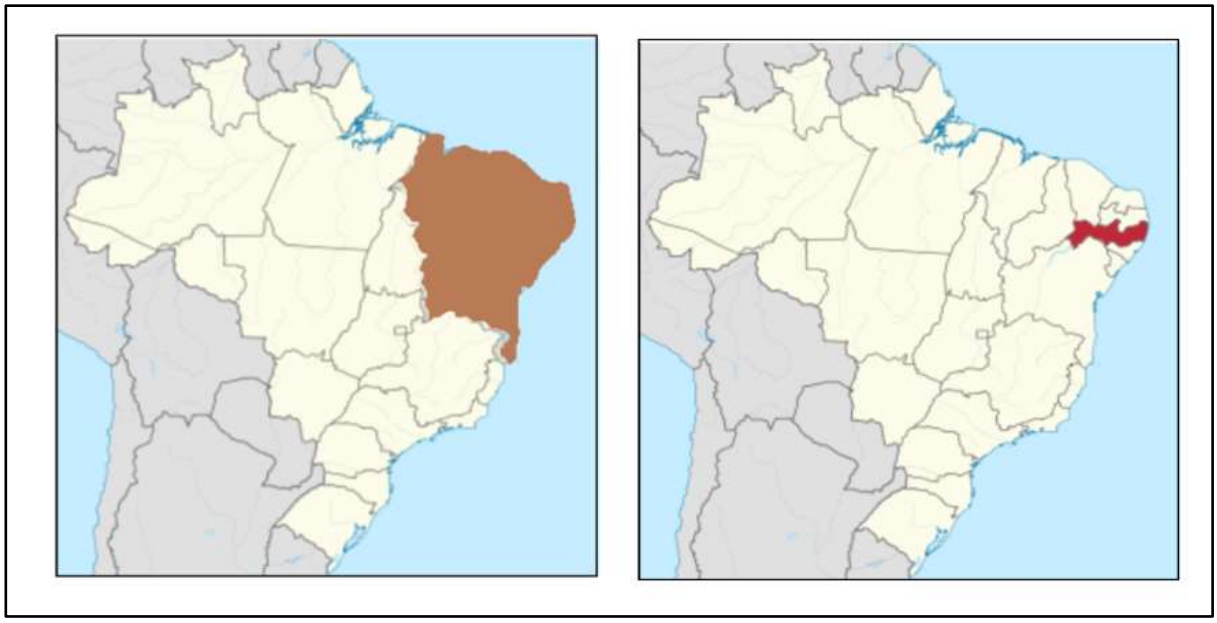

Figura 1. Brasil – Nordeste - Pernambuco. Fonte: Google Maps.

As imagens emparelhadas ajudam o(a) leitor(a) a compreender a proporção geográfica de Pernambuco em comparação ao Nordeste e ao Brasil. Essa é uma estratégia de resistência à lógica do sudescentrismo[76], que acredita que é '*o Nordeste é uma coisa só'.* Na região Nordeste estão localizados nove dos 27 Estados brasileiros. *Paraíba* ou *Bahia* não são formas corretas de se referir a nordestinas(os). Pernambuco faz fronteira com os Estados da Paraíba, Ceará, Piauí, Bahia e Alagoas. Não faz fronteira com Rio Grande do Norte, Sergipe e Maranhão, embora temos profundo respeito por este Estado[77].

Quanto a Pernambuco, conforme apresentado anteriormente, há 12 regiões político-administrativas no Estado: uma região metropolitana, duas zonas da mata, três agrestes e seis sertões. A área total é de 98.312 km². O mapa abaixo é uma recorte de imagem copiada do Anuário 8 de Março (PERNAMBUCO, 2017). Fiz algumas intervenções utilizando setas para sinalizar onde estão localizadas as regiões dos três municípios estudados, bem como as outras duas cidades visitadas pela pesquisa nos Fóruns de Gestoras.

[76] Termo que proponho para descrever o eurocentrismo à brasileira, efeito da colonialidade do poder. Trata-se de uma perspectiva a partir da qual pessoas das regiões Sul e Sudeste do país (onde está a maioria dos(as) descendentes de europeus) racializam a população do Nordeste (em sua maioria afrodiaspórica) - inclusive nas produções acadêmicas.

[77] Essa é uma resposta para um político brasileiro que em 2019 declarou o seguinte sobre os governadores do nordeste: "*Dos paraíba, o do Maranhão é o pior que tem*".

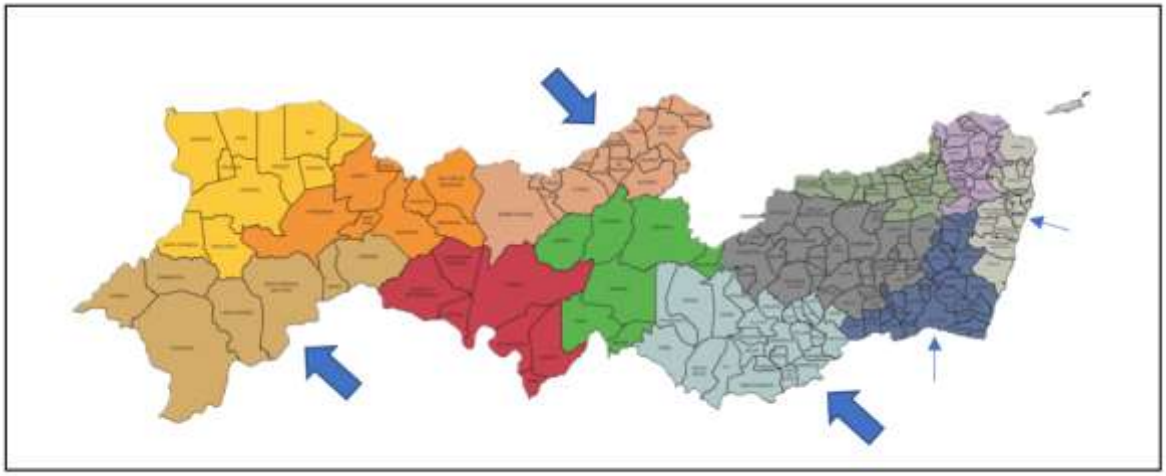

Figura 2. As doze regiões de Pernambuco. Fonte: SecMulher-PE

Ao olhar esse mapa é possível perceber que os municípios estudados se distanciam da de forma diferenciada de Recife, que está posicionada na margem direita do mapa, no litoral. Também é fácil observar que na medida em que se distanciam da capital, os municípios passam a ter uma maior dimensão territorial.

3.3.1.9 Passeios pelo Semiárido: Carcará do Sertão, Várzea da Caatinga e Noruega do Sul

Respectivamente, do sertão ao litoral, os nomes fictícios dos municípios são: *Carcará do Sertão*, *Várzea da Caatinga* e *Noruega do Sul*. Optei por criar nomes compostos que não correspondem a nomes de cidades que existem no Brasil. De forma poética, busquei recriar sensações experimentadas no campo da pesquisa. Segue abaixo uma breve apresentação dos municípios:

a) Carcará do Sertão (Sertão do São Francisco)

A escolha desse nome foi uma homenagem a uma música cantada no espetáculo Opinião[78], dirigido por Augusto Boal[79] na década de 1960. A letra[80] faz referência à ave[81] do sertão que sobrevive à seca com bravura. Um dos trechos da música diz:

> Carcará!
> Pega, mata e come
> Carcará!
> Num vai morrer de fome
> Carcará!
> **Mais coragem do que homem**
> Carcará!
> Pega, mata e come!

A experiência nesse sertão, especialmente nas áreas de assentamento rural do perímetro irrigado pelo Rio São Francisco, proporcionou-me a sensação de um clima no qual é preciso muita coragem. A diáspora da diáspora da diáspora[82] empurrou comunidades inteiras para o extremo oeste do Estado - inclusive para a região do sequeiro. O município estudado encontra-se no perímetro do conhecido como 'polígono da maconha'[83], onde paira um clima bélico. Inúmeras são as violências cotidianas como roubos, assassinatos e estupros. Mas também há resistência, coragem e astúcia sertaneja, que garantem força para vencer a vida, apesar das '*condenações*' impostas pela colonialidade.

No site do IBGE, onde estão os dados sociodemográficos das cidades brasileiras, há uma aba que apresenta um histórico resumido e fotografias dos municípios do país. De acordo com as informações do site, há registros de que no território da região do São Francisco, por volta de 1600, havia várias aldeias indígenas das etnias Coripós e Cariris. O município

---

[78] O espetáculo foi primeiramente estrelado por Nara Leão e depois por Maria Bethânia. Em cena, após cantar a música 'Carcará' eram apresentados números do êxodo rural do Nordeste.

[79] Augusto Pinto Boal foi uma das grandes figuras do teatro brasileiro e fundador do Teatro do Oprimido, que alia o teatro à ação social. Suas técnicas são empregadas em diferentes países como instrumento de emancipação política.

[80] Composição de João do Vale.

[81] No contexto da Ditadura Militar 'carcará' era uma metáfora para os militares. O uso que proponho compreende como carcará não a força opressora, mas a força de resistência à opressão.

[82] Refiro-me às comunidades expulsas da área inundada pela Barragem de Itaparica, para a Construção da Unidade Hidrelétrica Luiz Gonzaga. Essa população, que vivia em regiões ribeirinhas, foi deslocada para a zona do sequeiro (regiões distantes da água potável). Nessa região há um perímetro irrigado pelo Rio São Francisco. São mais de 50 comunidades rurais separadas por quilômetros de distância. Quanto mais distante do rio, menor a chance da água chegar sem desvios na comunidade. A maioria dessa população é oriunda de comunidades quilombolas, que se formaram na região no período de fuga da escravidão - depois do sequestro do continente africano.

[83] Como efeito da política proibicionista das drogas, o comércio se configura como tráfico. A população é marginalizada e criminalizada. Nessa região o Estado se ausenta, há uma baixa arrecadação de impostos e as condições de vida e trabalho são extremamente precárias e vulnerabilizadas. Também nessa região a 'guerra às drogas' produz o genocídio da população negra.

inicialmente era uma fazenda de gado. Primeiramente de uma família, depois de outra. Em 1762 era uma Freguesia e em 1909 foi elevada à condição de cidade.

b) Várzea da Caatinga (Sertão do Pajeú)

Este foi um nome pensado a partir da metáfora da várzea como uma terra fértil próxima a um rio que alimenta a terra. Essa é uma referência a gestora e ao movimento de mulheres de sua região. Nesse município, as ações do Organismo de Política para Mulheres se iniciam no movimento, passam pela gestão e voltam para as mulheres - como um ciclo. O segundo nome é uma homenagem à caatinga. A caatinga ocupa mais de 10% do território nacional e é o único bioma exclusivamente brasileiro, com espécies de fauna e flora que não são encontradas em nenhum outro lugar do mundo. Devido à exploração predatória, alguns animais da região já estão ameaçados de extinção, como a onça pintada e a arara azul[84].

De acordo com o site do IBGE citado anteriormente, o município originou-se em 1836, como um povoado próximo a uma cidade maior. Primeiramente um Distrito, foi elevado à categoria de vila em 1852 e à categoria de município em 1909.

Há entre as regiões do São Francisco e do Pajeú uma série de semelhanças no que se refere ao clima e a vegetação. Entretanto, há diferenças quanto ao povoamento dos municípios estudados. Enquanto o primeiro é majoritariamente rural, o segundo município é prioritariamente urbano. Também há uma significativa mudança no que se refere à segurança pública.

Para melhor ilustrar o cenário do sertão pernambucano, abaixo apresento o trecho de um estudo do Ministério do Desenvolvimento Agrário em parceria com a UFPE (2012):

> Dados históricos revelam que o início da exploração econômica do Sertão Pernambucano ocorreu através da atividade pecuária. Estudos sobre essa questão informam que tal fato foi decorrente da proibição, por parte da coroa portuguesa, da exploração da pecuária nas áreas próximas ao litoral (Zona da Mata) da capitania de Pernambuco que se destinavam apenas para o cultivo da cana-de-açúcar. Assim, induzia-se o deslocamento do gado para o Sertão, seguindo o caminho inverso das águas do Rio São Francisco e dos seus afluentes, tendo o Rio Pajeú como um deles. Tal fato trouxe para a região, juntamente com o gado, o povoamento dessas terras, a formação de latifúndios, ocupando extensas áreas e as formas de convivência.
> As relações de poder foram organizadas a partir das formações das estruturas fundiárias e delas surgiram as cidades sertanejas, tendo na figura do dono das

[84] Sugestão: Documentário 'Ser Tão Velho Cerrado'. Direção: André D'Elia, 2018. O filme contribuiu para a perspectiva do meio ambiente como um grande sistema e aborda a questão da preservação da caatinga (especialmente no cerrado brasileiro) como uma estratégia de suma importância para a manutenção do equilíbrio hídrico da Floresta Amazônica.

> terras e do gado a expressão do poder autoritário e paternalista que ainda permanece (p. 1-2).

c) Noruega do Sul (Agreste Meridional)

A cidade tem um clima tropical de altitude e as temperaturas são mais baixas que na maioria dos municípios pernambucanos. No projeto urbanístico do centro da cidade há jardins e muitas flores. Algumas casas e prédios buscam imitar os padrões de arquitetura alemã.

Esse nome foi criado com o objetivo de provocar certa sensação de incoerência entre a palavra 'Noruega' (nome de país europeu que significa *caminho para o norte*) e o termo 'do Sul'. Para melhor ilustrar o que motivou essa nomeação, trago um trecho da entrevista com a gestora do município.

> É uma cidade que vestiu a roupa de pacata, de religiosa e aí tem dificuldade de enxergar isso (o racismo). E se você tem dificuldade de enxergar, você tem dificuldade de enfrentar isso, não é? É uma cidade que, meio que quer ter padrões europeus, embora rodeada de quilombo, né? Nós somos a *Noruega do Sul*[85], embora rodeada de quilombo, né? São seis comunidades. A cidade surgiu a partir de um quilombo, mas mesmo assim… Você nota, assim, essa dicotomia.

Também busquei conhecer o município através do site acima mencionado. De acordo com as informações do IBGE, a formação da cidade remonta ao século XVII, quando a população portuguesa saiu do litoral fugida da dominação dos holandeses. A região era habitada inicialmente por indígenas Cariri. Para minha surpresa, as marcas da colonialidade estão presentes na própria narrativa da história da cidade, conforme é possível observar no trecho a seguir destacado do site do IBGE:

> *Tudo indica estivesse em franco desenvolvimento quando, por volta de 1670, foi destruída pelos quilombolas* dos mocambos de Curica Zumbi, Alto do Magano e outros. A Guerra dos Palmares prejudicou sensivelmente o progresso da região, pois as fazendas ali localizadas estavam sob a ameaça constante de depredações, saques e morticínios, que obrigavam seus proprietários a abandoná-las, juntamente com a população branca. *Exterminados,* em 1696, *os últimos redutos negros*, parece que *a região se recuperou* rapidamente, porquanto já em 1699 era expedida Carta Régia criando varas de Juízo[86] (destaques próprios).

[85] Aqui o termo original foi substituído por nome fictício. Há uma alcunha para a cidade que faz referência a país europeu.
[86] Fonte IBGE: https://cidades.ibge.gov.br

Vale observar que a região fica às margens do atual Estado de Alagoas, onde estava situada a República dos Palmares[87], liderada por Zumbi. O clima de tensão paira no ar silenciosamente, mas o ranço da população branca não acabou. O desejo de *extermínio de redutos negros* parece estar vivo na paisagem, nas flores, na arquitetura européia e nos discursos tradicionais da cidade. Na pesquisa de campo foi possível observar que a negação da negritude faz parte do cotidiano da cidade.

Contextualizados os municípios, apresentarei a seguir as informações referentes aos dados sócio-demográficos dos mesmos e às gestões municipais de Políticas para Mulheres.

4.4 INFORMAÇÕES SOBRE AS GESTÕES MUNICIPAIS DE POLÍTICAS PARA MULHERES

Para facilitar a compreensão do estudo desenvolvido, apresento abaixo uma tabela com dados sócio-demográficos. As informações foram colhidas no Anuário '8 de Março' (PERNAMBUCO, 2017), no já referido site do IBGE e também no próprio campo da pesquisa. A partir desses dados é possível compreender localização geográfica e político-administrativa, também a média da distância da capital, da população total, a dimensão territorial e o IDH dos municípios.

Enquanto dois dos municípios tem menos de 500Km², outro deles tem mais de três mil km² - sendo este o município com maior população rural, que proporciona uma baixa densidade demográfica. O menor dos municípios em termo de território é também aquele com maior população - são mais que cem mil habitantes que contam com o comércio como principal fonte de renda. O município intermediário no que diz respeito a território e população também tem no comércio a maior força da economia local.

Outro aspecto que merece destaque é que todos os municípios possuem comunidades quilombolas. Em um deles, a gestora afirma que 98% da população é preta. Infelizmente, não consegui ter acesso a estudos ou dados oficiais quanto à raça/etnia de nenhum dos municípios. Vale registrar que no início da década de 80 Lélia Gonzalez já denunciava esse apagamento:

> O censo de 1950 foi o último a nos fornecer dados objetivos, indicadores básicos relativos à educação e aos setores de atividade da mulher negra. (...) Quanto aos censos seguintes, apenas do de 1960 conservou o quesito *cor*, no sentido de avaliar sua distribuição nos estados brasileiros. O de 1970 simplesmente o excluiu (e o de 1980 o reincluirá apenas como amostra). As

[87] De acordo com Abdias do Nascimento (2019) esse foi o primeiro Estado independente das Américas, uma vez que em Palmares havia uma organização política própria – 'livre' do regime colonial.

> rações apresentadas como justificativa para tal exclusão denominam-se "dificuldades técnicas". Por aí, pode-se constatar como se delineia a intenção de escamotear as informações a respeito da chamada população de "*cor"* de nosso país (GONZALEZ, 2019, p. 43).

De todo modo, pelo próprio perfil de Pernambuco é possível supor que em todos eles a maior parte da população é não branca (preta, parda, ou indígena).

Tabela 3: Sobre os municípios estudados

	Carcará do Sertão	Várzea da Caatinga	Noruega do Sul
Região de Pernambuco (Fonte: SecMulher-PE)	Sertão do São Francisco	Sertão do Pajeú	Agreste Meridional
Região Macropolítica da Política para Mulheres (Fonte: SecMulher-PE)	Semiárido	Semiárido	Metropolitana e Cidades Pólo
Clima / Vegetação (Fonte: campo de pesquisa)	Semiárido / Caatinga	Semiárido / Caatinga	Tropical de Altitude / Mata Atlântica e Caatinga
Distância de Recife (Fonte: Google Maps)	600 km	380 km	230 km
População Total (estimativa do IBGE para 2019)	42 mil hab	37 mil hab	140 mil hab
População Negra[88]	98% da população, de acordo com gestora	-	-
KM² (Fonte: IBGE)	3.000 Km²	380 Km²	450 Km²
IDH (Fonte: IBGE)	0,590	0,657	0,664
Relação Urbano x Rural (Fonte: IBGE)	Majoritariamente rural 25 mil - rural 15 mil – urbana	Majoritariamente urbana 8 mil - rural 28 mil – urbana	Majoritariamente urbana 15 mil - rural 122 mil - urbana

[88] Informação omissa no site do IBGE referente às populações dos municípios.

Comunidades Quilombolas no Território Municipal (Fonte: gestoras entrevistadas)	4 (+3 em processo de autodeterminação)	2	6

Na tabela seguinte apresento as gestões de políticas para mulheres dos municípios estudados. As primeiras informações dizem respeito aos Organismos, como estão alocados nas gestões municipais e os anos de criação. É possível perceber que em cada uma das gestões, as políticas para mulheres tem um *status* diferenciado - sendo uma Secretaria, uma Secretaria Executiva e uma Coordenadoria. Nos municípios de Carcará e Noruega anteriormente havia Organismos no formato de coordenadoria. Em ambos, no ano de 2015, os Organismos foram transformados em Secretaria Executiva e Secretaria, respectivamente.

Também na tabela abaixo é possível acompanhar quais cargos ocupam as interlocutoras entrevistadas, bem como a equipe dos Organismos e os orçamentos médios anuais. Enquanto um dos municípios do Sertão conta com uma equipe de duas pessoas e um orçamento anual incalculável (vulnerável à disponibilidade, depois de serem atendidas demandas prioritárias), outro município conta com uma equipe de 5 pessoas e um orçamento médio anual de 15 a 20 mil reais. O município do Agreste tem uma equipe de 15 pessoas e uma dotação orçamentária que ultrapassa meio milhão de reais por ano.

No que se refere à participação social, dos três Organismos, apenas um deles conta com um Conselho Municipal de Política para Mulheres. Quanto à Rede de Enfrentamento à Violência contra Mulher, dois municípios contam com Delegacias da Mulher - uma delas inaugurada há alguns anos, outra inaugurada meses antes da semana de vivência no município. Apenas um dos Organismos estudados compõe uma Câmara Técnica de Enfrentamento à Violência contra Mulher[89].

No que se refere ao poder legislativo, há uma reduzida participação de mulheres nas Câmaras municipais. Vale registrar que, em todas as entrevistas, foi ressaltada a importância de vereadoras para a elaboração de leis que criam e sustentam os Organismos de Políticas para Mulheres. Mesmo o município que não conta com nenhuma vereadora atualmente, a gestora fez questão de enfatizar que na gestão anterior da vereança foi uma mulher quem assinou o projeto de criação do Conselho Municipal.

[89] Instância de discussão técnica de casos de violência contra mulher. Compõe a Câmara o próprio Organismo, representantes da Delegacia, Varas e Juizados, além da polícia civil e militar que acompanham os casos de violência contra mulher. Outros(as) agentes do poder executivo podem ser convocados(as) para discussão dos casos. Há uma Câmara Técnica no Estado bem como em outros municípios pernambucanos.

Tabela 4: Sobre os Organismos de Políticas para Mulheres

	Carcará do Sertão	Várzea da Caatinga	Noruega do Sul
Organismo de Política para Mulheres	Secretaria Executiva de Mulheres e Políticas Afirmativas _____ Vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Mulheres e Políticas Afirmativas	Coordenadoria da Mulher _____ Vinculada ao Gabinete do Prefeito	Secretaria da Mulher _____ Primeiro escalão da Prefeitura municipal
Ano de criação do organismo	2015 (gestora desde 2015)	2015 (gestora desde 2015)	2013 (gestora desde 2015)
Gestora (interlocutora)	Secretária Executiva	Coordenadora	Secretária
Equipe	Gestora Auxiliar administrativo _____ 2 pessoas	Equipe permanente: Gestora Assessora Equipe temporária: Três estagiárias de Psicologia _____ 5 pessoas	Gestora (1) Coordenadora do CEAM (1) Psicólogas (2) Advogadas (2) Assist. Sociais (2) Outros cargos comissionados e estagiárias/os (7) _____ 15 pessoas
Orçamento Médio Anual do Organismo	Não é possível calcular - vulnerável à disponibilidade da Secretaria a qual está subordinado	Entre 15.000,00 e 20.000,00 (R$) (Entre quinze e vinte mil reais- sem incluir recursos humanos)	Entre 600.000,00 e 800.000,00 (R$) (Entre seiscentos e setecentos milhões de reais - incluindo recursos humanos)
Conselho Municip. de Polit. Mulheres	-	Sim	-
Câmara Técnica	-	-	Sim
Delegacia da Mulher	-	Sim	Sim

Vereadora(s) no Município	Uma	-	Três

A próxima tabela corresponde à estrutura do Organismo municipal. Busquei apresentar a localização, infraestrutura e também as condições relacionadas ao acesso à transporte para a realização de atividades da gestão. Novamente é possível observar algo de destoante entre os municípios. Se um deles não conta com espaços para atendimentos técnicos, ar-condicionado na sede, ou mesmo carros, os outros dois municípios têm acesso a uma melhor estrutura - seja com recursos próprios ou através do apoio de outra secretaria.

Tabela 5: Estrutura dos Organismos Municipais

	Carcará do Sertão	Várzea da Caatinga	Noruega do Sul
Localização do Organismo	Centro urbano – praça principal da cidade	Centro urbano	Centro urbano – bairro de classe média
Infraestrutura	Dispõe de uma sala ao fundo de prédio da prefeitura. A sala, sem parede divisória, é dividida em duas áreas: de um lado fica a bancada da auxiliar administrativa (onde está o computador da Secretaria). De um lado há um espaço que funciona como recepção, do outro lado, está localizado o birô da Secretária. Na parede lateral existem estantes onde estão armazenados folders, banners e outros materiais de escritório. Nesse vão é possível realizar reuniões – pouco menos de 10 cadeiras. A sala não dispõe de ar condicionado, o que torna as condições de trabalho precárias devido às altas temperaturas.	Dispõe de uma pequena sala com ar condicionado no prédio da Secretaria de Assistência Social da cidade (antigo prédio do antigo Fórum de Justiça que foi cedido ao município). Na sala da Coordenadoria há dois birôs com computadores. A sala tem pouco espaço para armazenamento do material de escritório. É possível realizar atendimentos individuais com discrição. Reuniões e/ou atividades de grupo ocorrem na estrutura externa, na sede da Secretaria de Assistência Social Há também uma sala de atendimento individual localizada na Delegacia da Mulher da cidade, onde acontece um plantão psicológico.	Em um mesmo prédio funcionam a Secretaria e o CEAM. A casa dispõe de diferentes salas adaptadas para o acolhimento das mulheres, ou trabalhos técnico- administrativo. Os ambientes são confortáveis e dispõem de computadores, impressoras e scanner. Há salas de atendimento individual com ar condicionado e salas de atividades de grupo sem ar condicionado. Para as mulheres em atendimento existe um espaço de repouso e banheiros. A estrutura está adaptada para acolher crianças acompanhadas das mães. Existe ainda uma pequena biblioteca e, para a área dos fundos da casa, planeja-se uma pequena plantação horta.

Estrutura de Transporte	Não há carros disponíveis para a Secretaria Executiva. No caso de atividades planejadas com antecedência, é possível solicitar transporte à Secretaria de Ação Social. Também existe a possibilidade do empréstimo do carro do vice prefeito. Existe também um ônibus para atividades conjuntas da Ação Social.	Não há um carro disponível exclusivamente para a Coordenadoria, mas a proximidade com a Secretaria de Assistência, facilita o deslocamento. Muitas ações acontecem de forma combinada de modo a otimizar o uso do transporte. Também existem casos em que o vice prefeito cede o carro. De acordo com a gestora, a maioria das solicitações é atendida.	Há mais de um carro disponível para a Secretaria e CEAM. Na ocasião da entrevista a Secretaria estava sem nenhum carro disponível, devido a fase de renovação do contrato com a empresa de locação contratada pela Prefeitura.

Ao final dessas tabelas espera-se que seja possível vislumbrar os cenários onde a pesquisa foi desenvolvida. É possível que muitas dessas informações tornem-se mais compreensíveis no decorrer da leitura do capítulo seguinte. No tópico abaixo discorrerei sobre as interlocutoras da pesquisa.

4.4.1 Pra começo de conversa: Lélia, Vanete e Judite

Conforme anunciei anteriormente, os nomes fictícios das interlocutoras foram dialogados com elas. Esses nomes são uma forma de reverência a Lélia Gonzalez, Vanete Almeida e Judite, personagem bíblica do Antigo Testamento. Abaixo apresento brevemente essas referências bem como o que nos motivou à escolha dos nomes.

Lélia Gonzalez foi uma mulher negra, ativista política e acadêmica (1935-1994). Segundo a historiadora Raquel Barreto (2019), Lélia foi uma intérprete que construiu uma re-leitura sobre o Brasil. Nascida em Minas Gerais, foi para o Rio de Janeiro com sua família de origem. No Rio estudou, formou-se em Ciências Sociais e contribuiu com a formação do Movimento Negro Unificado (MNU) - sendo uma das principais lideranças femininas a nível nacional. Lélia filiou-se a partidos políticos (Partido dos Trabalhadores - PT e Partido Democrático Trabalhista - PDT) e chegou a se candidatar a deputada. Participou da primeira composição do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), entre 1985 e 1989. Como mulher negra, buscou um olhar afro-latino-americano para o feminismo.

Lélia (interlocutora) também é uma mulher negra, ativista e acadêmica. Ela é bailarina e coreógrafa de dança afro e formou-se em Sociologia. Na altura da entrevista, era mestranda da Universidade Federal próxima à região onde mora. “A minha linha de pesquisa tem os micro territórios negros como potência civilizatória para as populações negras”, disse a gestora em

entrevista. Ela compreende os quilombos e terreiros como campos de desenvolvimento espiritual, político e filosófico.

A gestora entrevistada é uma mulher gaúcha que há alguns anos mora no Sertão. Lélia percorreu o Brasil; nasceu no Sul, viveu no Centro Oeste e Norte e atualmente mora no Nordeste. Assim como Lélia Gonzalez, nossa interlocutora é militante do movimento negro e filiada ao PT. Ambas compreendem o feminismo (branco) de forma crítica. Lélia (interlocutora) apresentou-me ao *mulherismo africana*[90] e a uma série de leituras importantes para esse trabalho. Sem dúvidas, conhecê-la foi um grande acontecimento.

Além de sua rica trajetória e respeitável generosidade em compartilhar saberes, Lélia tem propriedade para falar sobre um Sertão profundo, quase sempre ignorado pelas poderosas metrópoles. Conforme é possível acompanhar no trecho abaixo, ela denuncia a necessidade urgente das políticas sociais atentarem para as especificidades das mulheres negras em territórios rurais.

> Nós precisamos especificar, especificar! Que políticas universalistas não vão atingir aquelas mulheres do sequeiro não. Vão nada! Em primeiro lugar, elas estão num espaço de difícil acesso. Difícil acesso! Pra eu chegar hoje... Pra sair da sede do município e chegar no Brejo da Onça[91], pra chegar no Brejo da Onça... *Geeente*, eu preciso ter estrutura! E pra mim sair da sede e chegar nos assentamentos, no perímetro irrigado, eu caminho uma hora por dentro de uma caatinga serrada e com medo dos assaltos. Porque assaltam! Então é difícil assim.

Vanete Almeida foi uma ativista política do Sertão Central de Pernambuco e liderança no movimento de mulheres trabalhadoras rurais (1943-2012). Mulher negra nascida em uma região em que as cidades não tinham bibliotecas, seguiu estudando por persistência e cultivou o amor aos livros. Ela também foi integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (entre 1996 e 2003) e uma das fundadoras e coordenadoras da Rede LAC (Rede de Mulheres Rurais Latina e do Caribe). Com sua militância, convidou as mulheres rurais sertanejas a pensarem a relação com o corpo e a auto estima e foi indicada ao Prêmio Nobel da Paz, em 2005. Depois de sua morte, através de um projeto da UFPE, foi criada uma biblioteca virtual onde está arquivado o seu acervo (REDE LAC e MUSEU DA PESSOA, 2006; CORDEIRO, MELO & SILVEIRA, 2017).

[90] Mais a frente discorrerei sobre o Mulherismo Africana.
[91] Nome fictício da localidade a qual se referia a gestora em seu depoimento.

A Vanete (interlocutora) também é uma mulher negra sertaneja. Oriunda de uma família trabalhadora rural sem terra, assim como nossa inspiração, perseverou nos estudos contrariando a lógica opressora de alienação e exploração da população do campo. Não cheguei a conhecer Vanete Almeida pessoalmente, apenas por textos e vídeos[92]. Sua voz é calma, serena e precisa. O sotaque sertanejo, a forma didática de organizar as ideias e a amorosidade são marcantes características de ambas, Vanete Almeida e gestora estrevistada.

Importante pontuar que os princípios da *Teologia da Libertação* e da *Educação Popular* contribuiram para a formação de um *feminismo popular* no Sertão pernambucano (CORDEIRO, 2004). A rede de solidariedade entre as mulheres e o compromisso coletivo com a construção de um mundo menos desigual, são possíveis de serem notados no trecho de fala a seguir, no qual Vanete conta o motivo de ter ingressado na gestão pública:

> Porque foi um compromisso político. A gente cobrou, cobrou (o Organismo de Política para Mulheres) e na hora de fazer isso, era necessário, de assumir esse lugar. E também é um comprometimento com o Movimento. O Fórum de Mulheres do Pajeú se comprometeu em me ajudar na atuação de gestora em Várzea da Caatinga. Isso também pesou e eu contava e conto com esse Movimento até hoje. Não é um cargo de Vanete, ele foi entregue ao Movimento e a gestão dele é também de responsabilidade do Movimento.

A atmosfera da gestão pública nesse município pareceu favorável para o *aquilombamento* (NASCIMENTO, 2016; 2019; VEIGA, 2018) conceito libertador afrodiaspórico que será apresentado no tópico seguinte.

Judite é uma personagem bíblica a qual fui apresentada pela nossa interlocutora, na ocasião da entrevista. Ao contar sua história de vida e como tornou-se feminista, a gestora disse que no contexto da cidade religiosa em que vivia e devido a sua formação católica, ela buscava na Bíblia mulheres-inspiração. Aqui temos um trecho de sua fala:

> Tem uma história na Bíblia que não contaram. Que é a história de Judite. E era minha ídola. Judite era *top de linha*. Judite foi inteligente, organizou um povo. Matou o algoz do povo dela naquele momento. Aí ela tá na Bíblia católica. Na retirada dos livros protestantes ela não está. Mas Judite cortou a cabeça de Holofernes, entendeu? (...) Se aproveitou do assédio desse homem, Holofernes, e conseguiu entrar e sair do acampamento dele, cortar a cabeça dele, levar para o povo e assim incitar o povo a uma revolta, a atacar aquele exército. Então é bem interessante. Depois lê o livro de Judite, é bem fininho, mas é bem *interessante pra gente ver como desde sempre a gente vem sendo invisibilizada e nossa história não é contada. A história é contada por homens e para homens* (destaques próprios).

[92] Ver: https://www.youtube.com/watch?v=n5rAkF4HXug .Entrevista com Vanete Almeida no documentário "Eu maior", dirigido por Fernando Schultz e Paulo Schultz (2013).

Depois de concluída a entrevista, ao estudar o material, eu e a gestora tivemos uma conversa sobre a possibilidade de utilizarmos Judite como nome fictício para a gestora. Como resposta a uma pergunta que fiz ela disse: "*Judite cortou a cabeça de Holofernes, gosto de pensar nisso como uma referência à morte do patriarcado*". Em situações limite, ainda que metaforicamente, pessoas oprimidas precisam fazer uso da raiva (LORDE, 2018; HOOKS, 2019; FANON, 2015) para lidar com a realidade.

O uso da violência como estratégia de sobrevivência, é possível ser observada na seguinte passagem bíblica; livro de Judite, capítulo 16, versículos de 5 a 10.

> O Senhor todo-poderoso os desprezou, e os envergonhou *pela mão de uma mulher.* Seu herói não caiu às mãos de jovens, nem os filhos dos Titãs o abateram, nem gigantes enormes o sobrepujaram. *Mas foi Judite*, a filha de Merari, *que o derrotou* com a beleza do seu rosto. Ela depôs o seu vestido de viúva, para a exaltação dos aflitos de Israel. Ungiu seu rosto com perfumes, prendeu seus cabelos com o diadema, e se vestiu de linho para seduzi-lo. Sua sandália arrebatou-lhe os olhos, sua beleza cativou-lhe a alma e com sua espada cortou-lhe a cabeça. Os persas assustaram-se com a sua audácia, e os medos perturbaram-se com a sua coragem (destaques próprios).

Agora, gostaria novamente de utilizar uma "máquina do tempo" metafórica. Estima-se que a cena descrita acima tenha cerca de 2200 anos. A seguir, faço o convite para observarmos duas imagens. Uma dela é a "*Judith e Holofernes*", produzida há cerca de 500 anos, entre 1571-1610, pelo pintor barroco italiano Michelangelo Caravaggio. A outra imagem é bem atual, uma cena do filme Bacurau (2019).

Figura 3. "Judith e Holofernes", de autoria de Michelangelo Caravaggio.

Figura 4. Lunga em Bacurau, Kléber Mendonça Filho, 2019.

Na figura 1 (que tem um lapso temporal da cena original de cerca de 1700 anos), vejo uma Judite/Judith embranquecida. Parece que o pintor modificou suas roupas e tornou angelicalmente barroco o seu semblante de assassina no ato no crime. A penumbra contribui

com o contraste da cor de sua pele. Na sombra, ao lado da Judith-branca-europeia-barroca há uma companheira que lhe *apoia-aconselha-(?).* A Judith com sua espada em punho parece *bela, recatada e do lar.* Holofernes, já quase sem cabeça, espirra sangue depois de um golpe preciso. Ele agoniza. A ironia é que Judith, por ter matado Holofernes, salvou seu povo e tornou-se a mãe dos judeus. Justo dos judeus, os pais do patriarcado judaico-cristão.

A segunda imagem é de 2019 e não se trata de uma recriação da hi(es)stórica cena da Judite bíblica, mas de uma distopia encenada em um contexto árido. Sobre a imagem em si. Novamente uma penumbra. Há duas pessoas em posição de vigilância, prontas para "dar o bote". São dois facões que parecem rudimentares. Os olhares das potenciais assassinas não parecem nada barroco-angelicais.

Para finalizar essa digressão, trago o seguinte trecho do poema "As armas milagrosas (e os cães ficaram em silêncio)[93]" do martinicano Áime Césaire *apud* Fanon (2015):

> Então, atacamos a casa do senhor. Atiravam, das janelas. Forçamos as portas. O quarto do senhor estava aberto. O quarto do senhor estava brilhantemente iluminado, e o senhor estava lá, muito calmo... e os nossos pararam... era o senhor... Entrei. É você, me disse ele, muito calmo... Era eu, era mesmo eu, eu lhe disse, o bom escravo, o fiel escravo, o escravo escravo, e logo os seus olhos foram duas baratas apavoradas nos dias de chuva... golpeei, o sangue esguichou: é o único batismo que eu me lembro hoje (p. 106).

Prestemos atenção em todos esses exemplos. Especialmente nos dois últimos, produzidos a partir de perspectivas decoloniais. De acordo com Frantz Fanon (2015): "O homem[94] colonizado se liberta na e pela violência" (p. 104).

Retomando a apresentação das interlocutoras, Judite (interlocutora) é uma mulher negra que vive em uma cidade *embranquecida e, por consequência, alienante*[95]. Sua força, no entanto, é transformadora. Ao longo da entrevista, ela relatou uma série de 'jogos de cintura' necessários na gestão da política para mulheres. No capítulo analítico, há uma seção que apresenta estratégias para a decolonização da gestão pública que foram relatadas pelas interlocutoras.

Com bravura e resistência, ela tem contribuído para a utópica morte do patriarcado. Em poucos anos de gestão pública, conseguiu alcançar mulheres negras, quilombolas e a população

---

[93] Las Armes Miraculueses (Et les chiens se taisaient), Gallimard, p. 137.
[94] E a mulher? Parece que também!
[95] No tópico irei apresentar algumas discussões da Psicologia Preta. Aqui utilizo o termo *alienante* em referência ao conceito de "*desordem do ego alienado*" do psicólogo Na'im Akbar (NOBLES, 2009).

em geral. A Secretaria, desde o início de sua administração, tem crescido em visibilidade, respeito e orçamento.

Na tabela abaixo é possível conhecer um pouco mais sobre as gestoras. Vale observar que as colunas desta tabela correspondem às tabelas dos municípios. Da esquerda para direita, são as gestoras de Carcará do Sertão, Várzea da Caatinga e Noruega do Sul.

Tabela 6: Sobre as interlocutoras

	Lélia	Vanete	Judite
Idade	Entre 50 e 55 anos	Entre 30 e 35 anos	Entre 40 e 45 anos
Classe social de origem	Popular	Popular	Popular
	Mãe e Pai trabalhavam na agricultura de subsistência	Pai trabalhava na agricultura de subsistência e mãe como auxiliar de serviços gerais	Mãe trabalhava como vendedora no comércio
Território de origem	Quilombo	Assentamento de comunidade sem terra	Região urbana de cidade
	Interior do Rio Grande do Sul	Sertão de Pernambuco	Agreste de Pernambuco
Família(s) de origem / Ancestralidade	Povo preto / Comunidade quilombola / Família do Terreiro / Pai, Mãe e 8 filhos(as)	Pai, Mãe, 2 filhas e um filho / Comunidade de agricultores(as)	Família nuclear formada por mãe solo e 4 filhas
Atual configuração familiar	Casada, mora com esposo e enteada	Casada, mora com esposo e filho	Solteira, mora sozinha
Filhas(os)	Uma filha (entre 35 e 40 anos) e uma enteada adolescente	Um filho criança	-

Como é possível observar, todas as gestoras têm origem nas classes populares, duas delas vêm de área rural e uma urbana. Suas idades variam entre 30 e 55 anos. Duas são mães e atualmente estão casadas, outra é solteira e não é mãe. Na tabela, como família de origem, não estão apenas suas famílias nucleares. Especialmente Lélia destacou por muitas vezes a

importância da compreensão ampliada de família africana. Segundo ela, todo o povo preto da diáspora compõe uma família.

Na tabela abaixo estão as referências políticas das gestoras. Familiares, acadêmicas(os) e figuras públicas locais, estão com os nomes omitidos pela questão ética do sigilo.

Tabela 7: Sobre as redes das interlocutoras

	Lélia	Judite	Vanete
Referências políticas	Referências familiares: - Pai, militante do PDT - Mulheres de terreiro Referências públicas: - Carlos Prestes - Leonel Brizola - Lula - José Dirceu - José Genoino - Tarso Genro - Eleonora Menicucci Referências acadêmicas: - Abdias do Nascimento - Clóvis Moura - Helena Teodoro - Muniz Sodré - Angela Davis - Cheikh Anta Diop - Clenora Hudson-Weems - Frantz Fanon - Nelson Mandela - Steve Biko	Referências familiares: - Mãe Referências públicas: - Judite (personagem bíblica) - Dandara dos Palmares - Lula Referências acadêmicas: -Professora de Sociologia da faculdade onde estudou e primeira gestora de política para mulheres do município - Heleieth Saffioti	Referências familiares: - Pai, liderança do assentamento rural - Mãe Referências públicas: - Atual prefeito, militante do Movimento de Trabalhadores Rurais - Referência feminina no Movimento de Trabalhadores Rurais - Mulher do Movimento Negro - Mulher do Movimento Feminista
Posicionamento Político na atuação como gestora	Mulherista Africana	Feminista negra	Feminista negra

Lélia trouxe uma série de referências políticas e acadêmicas. Muitas das suas referências políticas nacionais, especialmente do PT, ela tem como pessoas próximas com as quais já trabalhou diretamente no Rio Grande do Sul e posteriormente em Brasília. Judite apresenta sua mãe, irmãs e professora de Sociologia como figuras basilares para sua formação. Vanete cita especialmente nomes de lideranças políticas locais com algumas das quais atua politicamente no presente - seja na gestão pública, ou no movimento de mulheres. Lélia e Vanete referem-se

ao pai como principal responsável pela formação política, conforme será possível acompanhar no próximo capítulo. Lélia reconhece sua formação como feminista negra, mas hoje se identifica como mulherista africana. Judite e Vanete se apresentam como feministas negras.

No próximo capítulo, dedico-me a refletir sobre as dinâmicas familiares que garantiram a formação política das gestoras e também sobre as estratégias para o acesso à educação formal. Nossa última tabela refere-se à formação política e acadêmica. Todas elas concluíram o curso superior e se mantêm estudando. É possível perceber que duas das interlocutoras têm formação em Psicologia; Judite e Vanete. Ambas relatam aproveitar seu conhecimento técnico para a atuação como gestoras de políticas públicas para mulheres.

Tabela 8: Sobre a formação das gestoras

	Lélia	Judite	Vanete
Formação acadêmica	- Iniciou o curso de medicina na Bolívia (não concluído) - Formação em Sociologia - Especialização em Microterritórios Negros com Potência de Vida - Atualmente mestranda	- Técnica em contabilidade - Formação em Secretariado Executivo Bilíngue - Graduação em Psicologia - Especialização em Gestão de Negócios e Pessoas	- Magistério - Graduação em Letras - Formação Psicologia (fase de conclusão do curso na ocasião da entrevista) - Falou sobre o desejo de cursar o mestrado em Psicologia
Formação e Atuação política	- Quilombo - Terreiro: CENARAB - Partido dos Trabalhadores (PT) - Movimento Negro - Feminismo Negro - Mulherismo africana	- Não foi formada organicamente em um movimento social. Disse ter se desenvolvido politicamente através dos estudos e também pela internet, onde busca atuar como “Militante das mulheres e pelas causas sociais”	- Sindicato dos(as) trabalhadores(as) rurais - Movimento de Juventude Rural - Fórum de Juventude Negra de Pernambuco - Fórum de Mulheres do Pajeú - Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)
Atuação profissional anterior	- Trabalho doméstico - Banco - Prefeitura no interior do RS - Governo do RS - Ministério da Educação - SEPPIR - Secretaria de Cultura Municipal (em Pernambuco)	- Comércio - CRAS Municipal - CEAM	- Magistério - ONG feminista - Grupo Mulher Maravilha

Por fim, a última linha da tabela trata das suas experiências profissionais. Estão elencados os espaços de atuação profissional lembrados pelas interlocutoras no decorrer das entrevistas. É possível observar que Lélia já atuou nos três níveis do poder executivo - municipal, estadual e nacional. Enquanto Vanete e Judite, tiverem experiência a nível local. Vanete em Organização Não Governamental Feminista e Judite na assistência social municipal. Todas apresentaram alguma das suas experiências profissionais anteriores como imprescindíveis para a atuação como gestoras públicas.

4.5 PÓS CAMPO E PRÉ ANÁLISE

Em campo, conheci trajetórias de vida de mulheres negras e seus modos de (re)construção de respeito, dignidade e solidariedade - desde a infância até a gestão nas prefeituras municipais. *Tudo me parecia grandioso e eu não sabia por onde começar a análise da pesquisa.* Primeiramente precisei estudar sobre o **Mulherismo Africana**. Em seguida, conheci dois conceitos que contribuíram com a transformação do meu olhar; ***ialodês*** e ***pulsão palmarina*** (conceituações africanas pré e pós diáspora - respectivamente). Abaixo segue breve explanação sobre os temas.

4.5.1 Mulherismo Africana

Através do capítulo "Cheikh Anta Diop confirmado" (FINCH III, 2009) da coleção "SANKOFA: matrizes africanas da cultura brasileira" pude conhecer o legado do senegalês Cheikh Anta Diop - muitas vezes citado por Lélia (interlocutora). Segundo a gestora, a produção acadêmico-política de Diop foi basilar para a construção do conceito *Mulherismo Africana*.

Na década de 1940 Cheikh Anta Diop iniciou-se nos estudos de egiptologia (sobre Kemet)[96]. Em 1966, no Primeiro Festival Mundial das Artes Negras, realizado em Dakar (capital do Senegal), Diop e Du Bois (norte-americano) foram reconhecidos como os intelectuais negros mais influentes do mundo. Na altura de sua morte, no final da década de 80, era considerado por algumas pessoas o maior intelectual africano do século XX (FINCH III, 2009).

[96] Sobre Kemet, sugiro o vídeo "(RE)ancestralizar as vozes através das filosofias africanas", com fala de Katiúcia Ribeiro sobre filosofia kemética (filosofia egípcia) e ancestralidade africana: https://www.youtube.com/watch?v=7rsIUDAMJI4

Diop doutorou-se em Física na França, tendo estudado com os mais prestigiados etnólogos e especialistas em pré-história de sua época. Com publicações como "*A origem africana da civilização: mito ou realidade?"(1974)* o autor apresentou argumentos históricos, antropológicos e linguísticos que explicavam a origem africana de civilização egípcia.

Segundo Diop, os povos africanos são como pessoas amnésicas, que perderam a memória do passado por um trauma. Esse apagamento resulta em *profundo senso de cisma psíquico*, *alienação* e *falta de propósito que alimenta o mal-estar contemporâneo do espírito africano*. '*Ele acreditava que para "conhecer o futuro é preciso olhar para o passado*[97]" (FINCH III, 2009, p. 89).

Para ilustrar as organizações sociais pré-históricas, Diop formulou a teoria dos *berços norte e sul*, como é possível acompanhar no trecho abaixo:

> *No berço do sul*, onde teve início a civilização, como exemplificam as civilizações negras da África (Egito, Cush), Irã (Elam), vale do rio Indo (Harappan) e Suméria mesopotâmia, a agricultura atingiu elevado grau de desenvolvimento. *As estruturas clânicas e sociais eram altamente matriarcais, caracterizadas por ênfase na solidariedade familiar, harmonia e cooperação intragrupais, ligação estreita com a natureza e primazia da mulher em todas as esferas da vida.* Em contraste, o berço norte, em função da hostilidade ambiental, apresentou maior lentidão no desenvolvimento da agricultura e da civilização. Surgiram sociedades nômades e pastoris, criando a competição por pastagens e recursos hídricos e promovendo a ênfase nas habilidades masculinas de pastorear, lutar e montar a cavalo. O valor e o papel das mulheres eram decididamente inferiores, e essas culturas se tornaram rigidamente patriarcais. Com a aproximação dos tempos históricos, desenvolveu-se entre esses dois berços uma "zona de confluência" que exibia a influência de ambos (FINCH III, p.77, 2009, destaques próprios).

Lélia (interlocutora) me convidou a compreender as sociedades africanas (do continente e da diáspora) como *matrigeradoras* e *matrigestoras*. Algumas vezes em nossos diálogos ela repetia com seu sotaque gaúcho *"Raííssa, precisamos suliar os nossos pensamentos, Raíssa!"*. Foi precisamente a partir do encontro com Lélia (interlocutora) que conheci o *Mulherismo Africana*, perspectiva teórica-político-filosófica a qual se filia a gestora pública de Carcará do Sertão.

O *Mulherismo Africana* (Womanist Afrikana) é termo cunhado na década de 1980 pela norte-americana Clenora Hudson-Weems (2018; 2019). Essa perspectiva propõe um olhar centrado nas mulheres negras africanas (do continente e da diáspora) para fortalecer a luta

[97] Significado do termo SANKOFA, representado no idiograma adinkra por um símbolo que faz referência a uma ave que gira o pescoço pra trás e assim, metaforicamente, olha para o passado.

antirracista e garantir a manutenção da vida do povo preto. O conceito está situado no paradigma da afrocentricidade proposto pelo afro-americano Molefi Asante (2009). A Afrocentricidade interessa-se pela localização psicológica dos *sujeitos*. Como afirma Molefi Asante (2009, p 96-97):

> Para o[98] afrocentrista a análise de uma pessoa com frequência se relaciona com o lugar onde sua mente está situada. Por exemplo, normalmente é possível determinar se uma pessoa está localizada em uma posição central em relação ao mundo africano pelo modo como ela se relaciona com a informação africana. Se ela se refere aos africanos como os "outros", percebemos que os vê como diferente de si mesma. Essa é uma das formas pelas quais funciona o deslocamento. Evidentemente, se a pessoa não é africana mas tenta fazer uma análise afrocêntrica, o que se observa é sua capacidade de olhar os fenômenos do ponto de vista dos próprios africanos. Quem tenta construir um currículo escolar, uma prática de serviço social ou uma literatura afrocentrados deve prestar atenção à localização psicológica ou cultural.
> "Localização" no sentido afrocêntrico, refere-se ao lugar psicológico, cultural, histórico, ou individual ocupado por uma pessoa em dado momento da história. Assim, estar em uma localização é estar fincado, temporária ou permanentemente, em determinado espaço. Quando o afrocentrista afirma ser necessário descobrir a localização de alguém, refere-se a saber se essa pessoa está em um lugar central ou marginal com respeito à sua cultura. Uma pessoa oprimida está deslocada quando opera de uma localização centrada nas experiências do opressor. [...] Evidentemente, o objetivo do afrocentrista é manter o africano dentro, e no centro, de sua própria história.

Além disso, Asante faz um convite para um refinamento léxico "a linguagem usada em um texto é baseada na ideia dos(as)[99] africanos(as) como *sujeitos*" (p.98)[100]. O Mulherismo Africana pauta a ideia afrocentrada de *agência negra*. Sendo assim, partindo das suas próprias experiências, compreende-se que *são as mulheres negras que devem avaliar os princípios e caminhos para a emancipação da população negra* (HUDSON-WEEMS, 2018; 2019).

Clenora Hudson-Weems (2018; 2019) diferencia os termos 'mulherismo' e mulherismo africana', sendo o primeiro termo cunhado por Alice Walker no livro "Em Busca dos Jardins de Nossas Mães", onde ela explica que mulheristas são "feministas pretas ou feministas de cor que amam outras mulheres sexual e/ou não sexualmente". As mulheristas africanas rompem com o feminismo, por entender que esse movimento/teoria, para as mulheres negras, gera conflitos de interesse cultural. Ela compreende que *o feminismo está fundado em visões de mundo brancas e ocidentais, necessariamente opressoras às mulheres africanas.* Então, o

[98] Novamente, o texto ao qual tive acesso não fez flexão de gênero. Não sei se por escolha do autor, ou da tradução.
[99] Flexão de gênero não presente no texto original.
[100] O feminismo, não sendo uma expressão dessa centralidade africana, não poderia então garantir às mulheres pretas uma política verdadeiramente emancipadora, na melhor das hipóteses, paliativa.

mulherismo africana propõe uma agenda própria para as mulheres pretas. De acordo com a autora (2019):

> Os problemas das mulheres africanas, incluindo a brutalidade física, o assédio e a subjugação das mulheres em geral, perpetradas tanto dentro quanto fora das questões de raça, têm de ser resolvidos numa base coletiva e dentro das próprias comunidades africanas (p. 172).

Enquanto as brancas lutam pelo direito a trabalhar, as mulheres negras não só trabalham desde sempre, como até os dias de hoje sustentam emocional e financeiramente as famílias. Enquanto brancas e negras pautam direito ao aborto, só sabem a dor e temor pela vida das(os) filhas(os), alvo do genocídio que atinge toda a população negra (NASCIMENTO, 2016) pela fome, pela sede, pela bala. E quando as mulheres brancas passam a ocupar espaços públicos de poder, as negras continuam sendo mucamas e mulatas (GONZALEZ, 2019). Nesse sentido, é possível imaginar que a libertação das mulheres-negras não será pela via do feminismo-branco-ocidental.

Para finalizar esse tópico, trago as palavras de Aza Njeri e Katiúcia Ribeiro (2019) no artigo acadêmico; "*Mulherismo Africana: práticas na diáspora brasileira"*:

> Vale atentar que genocídio é algo que tange a um povo/raça, e devemos, logo, entender que a emancipação político-econômica-identitária-cultural somente ocorrerá quando negras e negros estiverem cientes da dinâmica de vida na qual estão inseridos e a influência do Ocidente sobre si, tornando-se agentes de sua própria história, os leões que contam sua própria história, conforme o proverbio bantu 'Até que os leões inventem suas próprias histórias, os caçadores sempre serão os heróis das narrativas de caça'. *A população negra afro-brasileira precisa em caráter de urgência ser aquela que narra suas próprias realidades, possibilitando, assim, novas vias para o reestabelecimento de sua humanidade, defesa e sobrevivência* (p 599, destaques próprios).

4.5.2 *Ialodês* Afrodiaspóricas

Através de Jurema Werneck (médica e feminista negra brasileira), conheci a imagem das *ialodês*. Trata-se de um termo de origem yorubá que se refere às lideranças das mulheres que tinham cargos políticos no conselho supremo de chefes urbanos nas cidades pré-coloniais. De acordo com Jurema Werneck (2009):

> ao contrário do que afirmam muitas e muitos, a ação política das mulheres negras nas diferentes regiões não foi novidade inaugurada pela invasão européia e a instauração da hegemonia cristã. *O que torna fácil compreender*

> *que tais ações precederam a criação do feminismo* (p.157, destaques próprios).

O objetivo das i*alodês* africanas era proteger as mulheres e defender seus direitos públicos - sobretudo os direitos comerciais[101] (PRANDI, 2001; BERNARDO, 2005; WERNECK, 2009). O conceito trouxe uma virada para a concepção sobre *mulheres negras nos espaços políticos.* A *cultura yorubá* (originária da região sudoeste da atual Nigéria) não só legitima como tem um *nome próprio para cargos públicos das mulheres*. Essa compreensão muda o ponto de partida da história e fortalece a *evidência da dimensão colonial da exclusão das mulheres negras dos cargos públicos nas organizações estatais ocidentalizadas*[102]. Foram muitos os esforços brancos de extermínio, mas *a cultura africana (yorubá/banto) está viva nas(os) afrobrasileiras(os).* Passei a compreender as *gestoras negras de políticas públicas para mulheres do semiárido pernambucano* como *ialodês afrodiaspóricas.*

Se na cultura brasileira contemporânea o espaço da política não é reconhecido como sendo próprio das mulheres (nem das pessoas negras e indígenas, ainda menos das mulheres), é possível pensar, a partir de uma outra perspectiva, que *a ocupação de mulheres negras nos espaços de poder* não deve ser considerada uma conquista recente, mas sim uma *retomada histórica depois do secular sequestro colonial.*

4.5.3 Pulsão Palmarina

Outro encontro teórico que o campo da pesquisa convidou diz respeito à Psicologia. Conforme anunciei anteriormente, fiz um curso introdutório sobre *Psicologia Preta* com o psicólogo fluminense Lucas Veiga[103]. Em suas aulas[104], ele contextualiza que este ramo surge

---

[101] Um parêntese: a *cultura banto* tem como matriz o território sudeste da atual Nigéria e se expandiu para demais regiões do sul da África (incluindo Moçambique e Angola e, por consequência violenta da colonização, também chegou ao Brasil). Embora profundamente afetada pelos efeitos da colonialidade, *a cultura africana é matrigeradora e matrigestora. Um bom exemplo da atualidade é o xitique.* Segundo a antropóloga feminista moçambicana Catarina Casimiro Trindade (2015), está é uma prática que tem por objetivo construir uma poupança coletiva de crédito rotativo e também se configura como um espaço de *convívio e controle intrafamiliar. Os xitiques* são encontros que envolvem música e dança, são reuniões/festas itinerantes que agregam famílias - em sua maioria lideradas por '*mamãs'*. Acontecem comumente na cidade de Maputo (Moçambique) e, como afirma a autora, podem proporcionar poder de decisão para as mulheres, pois é o *dinheiro em poder delas.*

[102] Aqui vale lembrar que o Brasil é o país do mundo onde vive a maior parte da população africana fora da África. Entretanto, por consequência da colonialidade, essa realidade não corresponde à participação política e poder de decisão para as pessoas pretas.

[103] O curso foi ministrado em junho de 2019, no Museu da República (Rio de Janeiro-RJ).

[104] Lucas Veiga tem ministrado esse curso em cidades de diferentes regiões do Brasil. Ele chegou a comentar com a nossa turma sobre o entusiasmo que tem sentido ao pensar na Psicologia Preta como

nos *Estados Unidos, no contexto da luta pelos direitos civis*, entre os anos 60 e 70, em espaços universitários compostos por pessoas negras.

A Psicologia Preta (ou Psicologia Africana) está inserida no campo da **Afrocentricidade** (ASANTE, 2009) - que pode ser compreendida como um *pensamento, prática ou perspectiva* que pauta, dentre outras questões, a importância de *pessoas negras* como *sujeitos autoras(es) da história*, ao contrário da condição de *objeto*, imposta pela colonização[105].

O psicólogo Wade Nobles (2009), no campo da Psicologia Preta dos Estados Unidos, apresenta o conceito de "pulsão palmarina". Em referência à República dos Palmares[106]. O termo pode ser traduzido como *"o desejo de ser africano(a)[107] e livre"*. Segundo o autor, um desejo tão irresistível quanto comer e beber água. Ele chega a afirmar que foi esse desejo que estimulou Zumbi e outras pessoas negras a construírem os *quilombos* como uma recriação da África - *um lugar para ser africano.*

Nobles (2009) afirma que a força opressora branca tentou esvaziar o significado de ser africano(a), provocando um "pavoroso ataque contra o senso de ser" (p. 277). Ele afirma ainda que a psicologia ocidental, como parte dessa força branca, parte de um tipo de compreensão humana limitada e incapaz de fornecer subsídios para a libertação das pessoas negras.

A antropóloga pan-africanista norte-americana, Marimba Ani (2019) cunhou o termo *MAAFA,* para explicar o *grande desastre de morte e destruição do povo preto no contexto da colonização dos territórios e diáspora africana.* Para Nobles (2009), o grande efeito psicológico da maafa é a perpetuação da autorização de um processo sistemático de massacre físico e espiritual de africanas(os) - individual e coletivamente. Como efeito desse "descarrilhamento e desafricanização", o psicólogo clínico norte-americano Na'im Akbar (*apud* NOBLES, 2009) propõe quatro *distorções ou desordens experienciados por pessoas pretas;* a *desordem do ego alienado*, a *desordem do ego contra si mesmo*, *desordem de personalidade autodestrutiva* e, por fim;

---

uma realidade que tem se fortalecido no Brasil. Mais de 400 pessoas (especialmente negras) já fizeram essa formação.

[105] Uma questão epistemológica-metodológica-ética-política: na condição de branca, a Psicologia Preta me inspira, mas nunca poderei falar a partir de um lugar afrocentrado.

[106] A República dos Palmares foi a primeira república independente das Américas (NASCIMENTO, 2019). Aqui vale lembrar da proximidade geográfica de Palmares com o nosso campo de pesquisa. O Quilombo de Zumbi era inimigo da dominação branca e detestado em Noruega do Sul (nome fictício de município estudado).

[107] A flexão de gênero não está presente no texto original do autor - ou é um problema de tradução (?).

> disfunções fisiológicas, neurológicas e bioquímicas provocadoras de desordens da personalidade que se devem a desigualdades raciais de longa data no atendimento médico e na educação, habitação e outras condições socioeconômicas de vida" (AKBAR apud NOBLES, 2009, p. 290).

Maria Aparecida Bento (2014), nos seus estudos sobre psicologia e identidade racial, nos ajuda a compreender que a branquitude proporciona para pessoas não-brancas um *encontro interracial opressor* – com potencial para a reprodução do racismo. Nesse sentido, para o psicólogo preto Lucas Veiga, o **aquilombamento** é uma ferramenta libertadora. Nas *relações entre pessoas pretas, projetos terapêuticos* podem ser construídos com o objetivo potencializar a *pulsão palmarina* (VEIGA, 2018). Para além da experiência de viver em comunidades quilombolas, o aquilombamento pode acontecer através de encontros entre pessoas pretas - em relações familiares, de amizade, de trabalho, com os espaços de moradia, na religiosidade, filosofia, política, etc.

No campo da pesquisa, conheci *histórias de vida dramaticamente atropeladas pela maafa.* No encontro com as interlocutoras, estive diante de *mulheres cujas primeiras memórias da infância as tornam pessoas inconformadas com os processos de injustiça social vividos à flor da pele;* seja a criança que trabalhou como doméstica na casa de uma família branca de origem alemã, chorava e queria se libertar dessa condição de opressão; ou aquela que por ser a irmã mais velha tornou-se guardiã das irmãs mais novas e se privou de estudar até que todas as irmãs pudessem ir juntas à escola; ou ainda a que, junto a uma irmã-parceira, aprendeu a ler e escrever para ajudar o pai não alfabetizado líder de um assentamento rural a fazer registros de atas e assim se fortalecer na luta pelos direitos à terra e ao trabalho.

Por outro lado, *ainda crianças elas iniciaram uma uma espécie de formação (intrafamiliar) para tornarem-se defensoras do seu povo* e, em especial, das mulheres. Todas elas trouxeram em seus discursos o desejo generoso e solidário de erradicar as histórias de sofrimentos pela qual passaram quando crianças e já viram outras tantas pessoas passarem. Em todas elas vi pulsar *desejos de decolonização. Como gestoras de políticas para mulheres, elas contribuem com o fortalecimento da pulsão palmarina.*

4.6 CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ANÁLISE DECOLONIAL: ESTÉTICAS E ESTRATÉGIAS

Nelson Maldonado-Torres (2019) propõe uma analítica decolonial a partir da leitura fanoniana (de Frantz Fanon). Ele sugere que análises sejam realizadas a partir de olhares atentos a colonialidade do ser, do saber e do poder:

> Uma exploração da *colonialidade do ser,* portanto, requer uma averiguação da colonialidade do tempo e espaço, bem como das subjetividades, incluindo a colonialidade do ver, do sentir e do experienciar. A colonialidade do saber e a colonialidade do poder envolvem a mesma operação em relação aos elementos que as constituem. O mais direto e óbvio fio que unifica a colonialidade de poder, do saber e do ser é o *sujeito* colonizado, que eu proponho que concebamos, seguindo Fanon, como um *damné*, ou condenado. (...) Os condenados não podem assumir uma posição de produtores de conhecimento, e a eles é dito que não possuem objetividade. Do mesmo modo, os condenados são representados em formas que os fazem se rejeitar e, enquanto mantidos abaixo das dinâmicas usuais de acumulação e exploração, podem apenas aspirar ascender na estrutura do poder por modos de assimilação que nunca são inteiramente exitosos (p. 44, destaques próprios).

Na tentativa de compreender *efeitos da colonialidade,* as *mulheres negras da região do semiárido nordestino,* foram interpretadas como *damnées, ou 'condenadas da terra'.* No caso das interlocutoras da pesquisa, apesar da condição de *damnée,* elas adentraram nos espaços acadêmicos e nas estruturas do poder público. De acordo com Maldonado-Torres, a *decolonialidade "tem a ver com a emergência do condenado como um pensador, criador e ativista e com a formação de comunidades que se juntem à luta pela descolonização como um projeto inacabado* (p.46)." Assim, busquei entender as gestões municipais por (e para) mulheres negras como estratégicas para a decolonização.

A primeira re-aproximação com o material da análise aconteceu ao escutar e transcrever os áudios das entrevistas. Depois dessa etapa, fui estudar textos de autoras(es) negras(os) e, em paralelo, busquei entrar em contato com diferentes expressões artísticas que pudessem inspirar a criatividade de alguma forma. Entre a conclusão da transcrição e início da análise passaram-se alguns meses de leituras e tentativas de aproximação com o universo pesquisado[108].

Vale lembrar que entre as semanas de vivências no campo e conclusão das entrevistas está o período de mobilidade acadêmica em Moçambique. Tudo aconteceu de forma rápida e intensa e eu precisei de tempo para começar a sentir a sensação de organizar os pensamentos. Todo o campo (incluindo o intercâmbio) exigia uma série de (re)leituras sobre relações raciais

[108] Aqui vale registrar que, além de livros, vi muitos programas na internet (YouTube) em canais variados; entrevistas com pessoas como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Abdias do Nascimento, Neusa Santos Souza, dentre outras personalidades acadêmicas, políticas e artísticas negras. Vi também alguns programas da Fiocruz (Ciência e Letras) e o programas "Espelho' (dirigido por Lázaro Ramos) e 'Amigos, sons e palavras' (apresentado por Gilberto Gil) - esses dois últimos, do Canal Brasil.

e formação cultural do brasileira. Muitas vezes eu senti (e sinto) estar começando do zero, tamanha a minha defasagem acadêmica no que se refere à leitura de autoras e autores afrodescendentes.

O ponto inicial dessa nova fase de leituras foi o livro "*Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras*", organizado pelos Coletivos Pan-Africanistas e publicado pela Editora Filhos da África[109]. A obra reúne boa parte da produção acadêmica da autora, além de cartas e registros fotográficos históricos. Quando entrei em contato, fui apresentada as outros livros produzidos, como os três volumes da "Coleção do Pensamento Preto", publicados pela mesma editora. Todos esses livros foram fundamentais para que eu pudesse conhecer autoras(es) citadas(os) pelas interlocutoras nos diálogos da pesquisa. É de suma importância contextualizar que estas são *publicações independentes, organizadas por movimentos sociais africanos.*

Por fim, e não menos importante, o livro "Memórias da Plantação: episódios de racismo no cotidiano" da psicóloga feminista negra e decolonial Grada Kilomba foi um divisor de águas para que eu pudesse iniciar o treino para um olhar que busca estar atento ao racismo sorrateiro que facilmente escapa aos olhos das mulheres brancas (inclusive porque muitas vezes somos nós mulheres brancas as protagonistas do racismo). A autora parte de uma leitura crítica fanoniana para descrever o que nomeia como 'racismo genderizado' e convoca estudos de (ou com) mulheres pretas, conforme é possível acompanhar no trecho a seguir:

> Assim como nos estudos de outros grupos sociais até então desconsiderados, *estudos de e com mulheres negras* são capazes de gerar materiais que tenham implicações tanto para as maneiras para as quais "raça" e gênero têm sido teorizados até agora quanto para a teoria social em geral (p. 109, destaques próprios).

Após uma série de novas leituras, voltei para escutar as entrevistas. Dediquei-me a escutar uma atrás da outra com o propósito de compreender o conjunto (ao todo, cerca de 9 horas). Ao final, retomei ao roteiro de entrevista e aos textos transcritos. Inicialmente eu tinha três arquivos: um para cada entrevista. As reuni numa mesma matriz (com pouco mais que 160 páginas). Criei então três novos arquivos: um para as *respostas do roteiro da entrevista* (busquei

[109] Foi a partir da leitura do conjunto de textos de Lélia que comecei a me situar nos estudos sobre mulheres negras brasileiras. Para comprar esse livro, percorri um caminho diferente do que estava acostumada. Não fui a uma livraria, ou visitei sites da internet. Dessa vez, foi através do *Whatsapp (a*través de um número divulgado no Programa Ciências e Letras, da FIOCRUZ). Entrei em contato com o *Território Afrikano* (um dos Coletivos Pan-Africanistas com sede em São Paulo).

agrupar a respostas por gestoras e organizá-las cronologicamente), outro arquivo dedicado aos *episódios de colonialidade* e, no último, *episódios de decolonialidade*.

Ao final, percebi a necessidade de criar um novo arquivo, agrupando os trechos de fala a respeito da infância das interlocutoras e as estratégias familiares para acessar a educação formal. Parece ter sido a partir da educação que, para o mundo ocidental, essas mulheres passaram a ser reconhecidas na condição de *sujeito*. *Os passos das gestoras públicas vem de longe*, remetem às suas infâncias e ancestralidade (WERNECK, 2009). Nesse tópico da análise eu busquei destacar relações familiares.

Aqui vale contextualizar que para a entrevista com interlocutores, foram previstos sete blocos de perguntas[110]. O primeiro tinha o objetivo conhecer a trajetória política, pessoal e profissional da gestora. No bloco seguinte, nos dedicamos à gestão da política. No terceiro, tivemos por objetivo conhecer um pouco mais a Rede que compõe a política em seu município. No quarto bloco, conversamos sobre o território no qual essa política está inserida. No quinto bloco, discorremos sobre ser mulher negra em espaços de poder. O penúltimo bloco abordou temas diversos (opiniões e ações) e, no último bloco, reservamos espaço para as considerações 'temporárias' sobre o conteúdo trabalhado na entrevista.

Faz-se necessário registrar que não conseguir concluir o roteiro com Lélia (interlocutora). Como disse anteriormente, não pude viajar para o Sertão para a realização da entrevista. A entrevista foi realizada em dois intervalos de uma viagem sua a Recife. Infelizmente, só chegamos até a conclusão do quinto bloco. Nesse sentido, o arquivo conjunto que elaborei com as respostas do roteiro, vai até o quinto bloco. As respostas das demais gestoras para as perguntas do sexto e sétimo bloco, foram diluídos nos arquivos sobre colonialidade e decolonialidade. Conforme será possível observar no decorrer do capítulo analítico, os documentos públicos e o diário de campo tornaram-se complementares para a análise do material produzido através das entrevistas.

[110] Retomar Apêndice A.

5 "MEMÓRIAS DA PLANTAÇÃO" E DO COMÉRCIO: *sobre tornar-se*[111] *sujeito político*

> *Peço que me considerem a partir do meu Desejo.* Eu não sou apenas aqui-agora, enclausurado na minha coisidade. Sou para além e para outra coisa. Exijo que levem em consideração minha atividade negadora, na medida que eu persigo algo além da vida imediata; *na medida em que luto pelo nascimento de um mundo humano, isso é, um mundo de reconhecimentos recíprocos* (FANON, 2008, p. 181, destaques próprios).

Neste capítulo irei trabalhar com três narrativas construídas junto a mulheres-negras-*sujeitos políticos*[112] a respeito de memórias que remetem a um tempo anterior à chegada na gestão pública. Como foi dito anteriormente, os passos das mulheres-negras *vêm de longe* (WERNECK, 2009). Conhecer um pouco da história das interlocutoras da pesquisa ajuda-nos a entender quem são esses sujeitos hoje sem desconsiderar o longo caminho (coletivo) percorrido anteriormente.

A citação de "Pele Negra, Máscaras Brancas"[113] na abertura do capítulo nos ajuda a perceber as fronteiras entre a realidade imediata e a luta por um novo mundo de reconhecimentos recíprocos. *O Desejo de ser,* é colocado como um grande desafio para pessoas não brancas que vivem em um mundo no qual todos os valores humanos são associados ao referencial do homem-branco. Como argumenta o autor "Os cientistas, após muitas reticências, admitiram que *'o preto' era ser humano"* (FANON, 2008).

Sobre a natureza da obra supracitada, Lewis Gordon (2008), no prefácio da edição brasileira, afirma que o livro traz um texto bastante intrigante no qual é construída uma narrativa "através de si e contra si mesmo" (p.14). Gordon argumenta que através dessa linguagem Fanon provoca desconfortos e aguça olhares críticos. O livro aborda a questão da língua e sua importância para a constituição de *sujeitos*. A crítica fanoniana propõe que o processo da

---

[111] Como aponta Kilomba (2019), "O conceito de '*tornar-se* tem sido utilizado pelos Estudos Culturais e Pós-Coloniais para elaborar a *relação entre o eu e a/o 'Outra/o"* (p. 28, grifos próprios).

[112] Uma sequência de palavras que pode soar como um contrassenso para a racionalidade/modernidade.

[113] Esse texto foi uma Tese do doutorado apresentada por Fanon. Não sendo aceita pelos membros da banca julgadora, ele precisou fazer um novo texto, com o qual obteve o título de Doutor. Em 1952 publicou esse livro, hoje uma das maiores referências sobre colonialidade e subjetividades (ROCHA, 2015).

colonização é muito mais profundo que a subordinação material de um povo, está "no cerne na linguagem e até nos métodos pelos quais as ciências são construídas" (p.15).

Ainda sobre essa obra, Gabriel Rocha (2015) argumenta que se trata de um ensaio interdisciplinar que ultrapassa contornos acadêmicos e apresenta um *caráter sociológico, epistemológico, político e poético.* No texto, o médico martinicano apresenta análises clínicas a partir da psicanálise (faz referência a autores como Freud, Lacan e Jung) e ainda disserta sobre diagnósticos sociais - em diálogo com textos científicos e com produções literárias e cinematográficas do seu tempo.

A construção analítica fanoniana é visceralmente narrada em primeira pessoa. Ele busca compreender mecanismos da linguagem que constituem as relações entre pessoas negras e brancas. Mas, para além disso, ele propõe *uma transformação metodológica para as escritas acadêmicas marginais.* Com apresenta Grada Kilomba (2019):

> Como um homem *negro*, ele não está procurando o universal; ele simplesmente descreve o que vê. Em seus escritos ele nos convida para seu universo, não para o universal, e *essa subjetividade é uma dimensão importante dos discursos marginais e uma forma criativa de descolonização do conhecimento* (p. 90, destaques próprios).

Em meados do século passado, mesmo antes do 'Giro Linguístico' (mencionado em capítulo anterior), Fanon revolucionou. As duas obras fanonianas mais conhecidas no Brasil "Pele Negra, máscaras brancas" e "Os Condenados da terra" combinam *objetividade científica* com conteúdo e *experiências subjetivas*. Seu legado é inquestionável e tornou-se base para a construção de reflexões críticas decoloniais (MALDONADO-TORRES, 2019).

De acordo com Rocha (2015), Paulo Freire possivelmente foi o primeiro intelectual brasileiro de reconhecimento notório a difundir as ideias de Fanon. 'Os Condenados da Terra' aparece em 'Pedagogia do Oprimido', escrito no Chile durante o exílio - entre 1965 e 1968 (ROCHA, 2015). Gordon (2008) corrobora essa perspectiva e afirma que "uma leitura cuidadosa de Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire revela o quanto esta obra sofre influência de Fanon" (p.11).

Fanon estimula problematizações a respeito das relações humano/não-humano e sujeito/objeto. Sobre essas questões Aníbal Quijano (1992) argumenta que no mundo-ocidental-moderno-branco a ciência contribuiu com a produção de uma noção de *sujeito* que ganha um caráter individual/individualista, nega a intersubjetividade e a totalidade dos tecidos sociais e, desse modo, é produzida e re-produz uma referência única - branca. Assim, aquilo que não é

(ou não se adapta) à referência de *sujeito-homem-branco*, torna-se *objeto (*propriedade do *sujeito).*

> y en consecuencia no hay mucho lugar para una idea de identidad, de originalidad ontológicamente irreductible, al margen de un campo de relaciones. (...) *las relaciones entre "sujeto" y "objeto", fundada en diferencias de naturaleza, es una exacerbación arbitraria de las diferencias* (p. 15, destaques próprios).

No título desse capítulo, faço referência à obra de Grada Kilomba "Memórias da plantação" (2019). A autora afirma que o nome da sua tese de doutorado (transformada em livro) é uma referência direta às plantações das colônias (*plantation*) - espaços de exploração do trabalho da população preta escravizada. A partir da "teoria psicanalítica de Fanon" (p.90), Kilomba dedica-se a compreender a constituição psíquica de *sujeitos* negros. Ela, junto a Fanon, postula que o *trauma* das pessoas negras não se instaura apenas por eventos de base familiar (como considera a psicanálise européia-branca-freudiana), "mas sim do traumatizante contato com a violenta barbaridade do mundo **branco**[114], que é a irracionalidade do racismo que nos coloca sempre como a/o **Outra/o**" (2019, p.40). Tanto o autor quanto a autora criticam o campo psi no que diz respeito às negações e aos silenciamentos sobre os efeitos psíquicos do racismo.

> A realidade experienciada do racismo, os encontros subjetivos, as experiências, as lutas, o conhecimento, a compreensão e os sentimentos dos *negros* no que diz respeito ao racismo, assim como as cicatrizes psíquicas que o racismo causa, têm sido amplamente negligenciados" (KILOMBA, 2019, p.72).

Sobre essa questão escreveu Fanon (2008), "Gostaria de ter chegado puro e jovem em um mundo nosso, ajudando a edificá-lo conjuntamente" (p.106). O autor menciona o *trauma* de tornar-se negro depois da saída das fronteiras do seu país, de seu contexto familiar martinicano. Foi o contato com a França que o fez perceber que não era um francês como acreditara. Foi a partir desse *trauma* que ele percebeu sua condição racializada de colonizado. Ele então argumenta: "Para um homem que só tem como arma a razão, não há nada mais neurotizante do que o contato com o irracional" (p.110). Mais à frente completa, "A razão assegurava a vitória em todas as frentes. (...), mas tive que perder as ilusões" (p.111).

[114] No original às palavras em negrito estão em itálico, como destaques da autora.

A *irracionalidade ocidental-européia-branca* é um dos pontos cruciais da crítica decolonial. Na década de 50 do século XIX, o martinicano Aimé Césaire (2010) escrevia "Discurso Sobre o Colonialismo". O autor sintetiza sua reflexão da seguinte forma: "Cabe agora levantar uma equação: colonização = coisificação" (p.31). Nesse texto ele ratifica que a Europa destruiu lugares, linguagens, culturas e assim *desperdiçou* culturas reduziu o mundo a um "monólogo" (p. 78). Aqui vale recordar que Césaire foi um dos líderes do Movimento de Negritude, responsável por cunhar o termo que hoje é amplamente utilizado pelos movimentos negros (CÉSAIRE, 2010; GONZALEZ, 2019).

Dois campos do saber são apontados pelo autor como ferramentas cruciais para a consolidação do projeto de colonização; a psicologia e a antropologia. Césaire (2010) argumenta que através da psicologia foi possível operar a colonização.

> cristalino como a água, que a colonização está fundada na psicologia; que no mundo existem grupos de homens atacados, não se sabe como, por um complexo que bem podia chamar-se *complexo de dependência*; que estes grupos estão feitos psicologicamente para serem dependentes; que necessitam a dependência; que a postulam, a reclamam, a exigem (p.55).

Mais à frente ele complementa: "Gobineau dizia: "Só há história branca". O senhor Caillois, por sua vez constata: "Só há etnografia branca". É o Ocidente quem faz a etnografia dos outros, e não os outros que fazem a etnografia do Ocidente" (p.73). Diante dessa forma moderna/colonial de fazer ciência, com essa tese proponho um giro. Não busco lançar o meu olhar (branco) sobre as mulheres-negras. Mas, *na medida do (im)possível*[115]*,* tenho por objetivo construir uma parceria plurirracial para, junto às interlocutoras, olharmos de forma crítica para a (ir)racionalidade do Estado (branco-patriarcal).

O autor nos convida para repensarmos as *'ciências humanas'*: suas formas, conteúdos, objetivos e efeitos. Embora datadas no século passado, suas provocações permanecem tão atuais quanto urgentes. Ambas as críticas têm imensa relevância para esse trabalho; tanto pelo seu contexto de produção (na área da psicologia), bem como pela minha condição de autora branca. Há uma brutal chance de perpetuação da violência colonial, precisamos nos manter vigilantes. Sigamos com a crítica do autor.

Césaire (2010) considera a Europa desleal e indefensável. "Uma civilização que se mostra incapaz de resolver os problemas que suscita é uma civilização decadente" (p.15).

[115] Trago essa palavra dessa forma no sentido de evidenciar que o desejo de não contribuir com a colonialidade, a princípio, não nos garante nada. Utopia? Talvez! É o que temos no horizonte.

Segundo o autor, a distância entre a colonização, onde "não se pode resgatar nem mesmo um valor humano" (p.19), e a civilização é infinita. Ele argumenta que são dois os principais problemas herdados de séculos de regime burguês - o *problema do proletariado* e o *problema colonial*.

A respeito dessas problemáticas, Lélia Gonzalez (2019)[116] declara que no contexto brasileiro neoliberal da segunda metade do século XIX, a população negra foi tratada como "exército industrial de reserva". A precarização das relações de trabalho convém à classe dominante-eurodescendente-colonizadora. A autora argumenta que nos contextos em que há um contingente de pessoas desempregadas/subempregadas (na reserva) é possível ajustar *para baixo* os salários/pagamentos das(os) trabalhadoras(es) subalternizados[117]. Sobre essas questões Gonzalez (2019) apresenta um panorama do Brasil:

> Em termos históricos sabemos que o regime escravista teve sua ação mais ampla e profunda nas regiões brasileiras onde a *plantation* e as atividades mineradoras se desenvolveram. (...) Ora, na medida em que a *população escravizada*[118] *sofreu deslocamentos geográficos* que obedeciam às exigências da produção econômica (ciclos do açúcar, mineração, etc.), *a população de cor livre permaneceu nas regiões de origem*[119] *e reverteu-se para as atividades de subsistência* (p. 66, destaques próprios).

O regime de *plantation* citado pela autora foi estruturador para todo o tecido social do Nordeste brasileiro. Quando faz referência a população que ficou no lugar de origem, é possível perceber porque parte significativa da população rural (que é negra) passou a viver de agricultura de subsistência - embora muitas vezes não tendo a posse da terra.

Segundo Gonzalez (2019), após 1888 a população brasileira preta e pobre passou a sofrer as consequências do "desenvolvimento desigual e combinado", que inicialmente não incorporou essa população no processo de industrialização.

---

[116] Em muitos dos textos da autora o sociólogo e político brasileiro Florestan Fernandes é citado como referência acadêmica. Aqui destaco duas obras: "O negro no mundo dos brancos" (1972) e "A integração do negro na sociedade de classes" (1965).

[117] Vale registrar que o trabalho intermitente foi umas das grandes novidades da reforma trabalhista brasileira de 2017. O novo artigo 443 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) em seu parágrafo 3º que diz: "*Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria*". Nesse sentido é possível perceber que a crítica de Lélia Gonzalez, datada em 1979, infelizmente, é bastante atual.

[118] No original havia 'escrava', por uma questão ética de respeito a realidade do processo histórico, substituí a palavra por 'escravizada'.

[119] Como vimos anteriormente, após a Maafa a população negra africana perdeu seu lugar de origem (ANI, 2019). Nessa passagem Lélia refere-se especificamente ao local de 'origem' já no contexto pós-diaspórico.

Em paralelo a classe dominante passou a se utilizar dessa "massa marginal" para garantir a manutenção de formas produtivas anteriores e assim atender a demandas de uma "dependência colonial". Enquanto isso, as mulheres negras continuaram prioritariamente destinadas aos trabalhos domésticos (não remunerados, ou mal remunerados) e de exploração sexual - ela então faz referência às *mucamas* e *mulatas*. Como disse Césaire (2010), nas colônias houve uma "fabricação apressada de alguns milhares de funcionários subalternos, de empregados domésticos, de artesãos, de empregados do comércio" (p.31).

Intelectuais negras feministas afrodiaspóricas como Angela Davis (2016), bell hocks (2017; 2018; 2019), Audre Lorde (2018), Patricia Hill Collins (2018) nos Estados Unidos, e Lélia Gonzalez (2019), Jurema Werneck (2009), Sueli Carneiro (2011), Djamila Ribeiro (2019), no Brasil, corroboram com a crítica a respeito das questões de raça e classe (decorrentes da colonização e posterior industrialização) e somam a estas problemáticas as questões de gênero, como parte de um tripé analítico *gênero-raça-classe*.

A nigeriana Oyèronké Oyěwùmí (2019) reconhece que estudiosas feministas são as mais importantes receptoras e produtoras de conhecimento focado nas mulheres. Ela avalia que foi a partir dos esforços de teóricas feministas (que estudam sobre hierarquias e *questões de gênero)* que dificuldades aparentemente particulares vividas por mulheres passaram a receber um tratamento analítico, crítico e politicamente contextualizado. Desse modo, teóricas feministas proporcionaram uma nova leitura sobre a sociedade ocidental. Como alega a autora: "Como resultado de seus esforços, gênero tornou-se uma das categorias analíticas mais importantes do trabalho acadêmico para a descrição do mundo e prescrição de soluções para as políticas públicas" (p.172).

Em seguida Oyěwùmí (2019) complementa seu argumento afirmando que os conceitos feministas estão enraizados na noção de família nuclear européia. "os três conceitos centrais que têm sido o pilar da teoria feminista: mulher, gênero e irmandade apenas são inteligíveis quando se dá atenção especial à família nuclear da qual eles surgiram" (p. 174). Por fim, conclui que "a mulher que está no coração da teoria feminista, a esposa, nunca sai da unidade doméstica"[120] (p.175).

Oyěwùmí (2019) pondera que "É evidente que as experiências de mulheres euro/estadunidenses e seus desejos de transformação forneceram a base para questões, conceitos, teorias e preocupações que produziram a pesquisa de gênero" (p. 173). Diante disto,

[120] Aqui vale lembrar de um exemplo brasileiro. A *Lei Maria da Penha*, a lei sobre violência de gênero, é uma *lei sobre violência de gênero em âmbito doméstico*.

autoras afrodiaspóricas insistem criticamente na importância da compreensão das questões de gênero articuladas (ou interseccionalizadas[121]) às noções de raça e classe. Essa questão não apenas dialoga com a discussão sobre legitimidade e 'lugar de fala' (RIBEIRO, 2019), mas também diz respeito à relação entre cultura, visões de mundo e condições de possibilidades para a construção de epistemologias e metodologias.

A seguir estão relatos de memórias que são como pontes para a re-construção de linhas do tempo. No início da tese há uma 'carta futurista', na tentativa de refletir sobre política públicas para mulheres em diálogo com um projeto de democracia plurirracial (NASCIMENTO, 2019). Para iniciar a análise do material da pesquisa, proponho um olhar para o *presente* que começa pelo *passado* (tal qual o ideograma 'sankofa' mencionado no capítulo anterior).

5.1 SOBRE *SUJEITOS POLÍTICOS*, BIOGRAFIAS E FAMILIAS NEGRAS

Os breves relatos biográficos apresentados adiante foram extraídos de diálogos com mulheres que hoje ocupam a gestão pública. Resgatar trajetórias anteriores a chegada no Organismo de Política Pública para Mulheres é uma forma de compreender as gestoras para além do momento presente e de uma condição individualizante. Essas mulheres tornaram-se *sujeitos políticos* a partir de projetos coletivos. Sendo assim, imprescindível registrar que para além dos ícones-gestoras, existem tantas outras pessoas que contribuíram com seus processos formativos. Seus 'passos vêm de longe' (WERNECK, 2009), não são apenas 'aqui-agora' (FANON, 2008).

As gestoras da pesquisa estão sendo lidas como *ialodês da diáspora.* Conforme vimos no capítulo anterior, no Brasil esse termo foi apropriado pelo movimento de mulheres negras para nomear lideranças e representações de mulheres, uma vez que as *ialodês* do continente pré-Maafa (ANI, 2019) são aquelas que protegem as mulheres e defendem seus direitos públicos - sobretudo os direitos comerciais (WERNECK, 2009).

Nossas interlocutoras relataram *memórias da plantação* e do *comércio* - espaços de trabalho de seus pais e mães. Como vimos no capítulo anterior, duas delas têm origem rural e uma cresceu no contexto de uma cidade comercial. Nas nossas conversas informais e/ou

[121] Aqui faço referência ao conceito *interseccionalidade*, cunhado no contexto do feminismo negro norte-americano através da intelectual Kilberé Crenshaw (2002).

entrevistas audiogravadas, elas mostraram que suas primeiras referências políticas provêm de laços familiares.

No capítulo "Mulheres negras Revolucionárias: nos transformando em sujeitas[122]" do livro "Olhares Negros: raça e representação", bell hooks (2019) afirma:

> Atingir o poder, a identidade, a subjetividade radical não pode acontecer no isolamento. Mulheres negras precisam estudar as obras, críticas e autobiografias, daquelas mulheres que desenvolveram seu potencial e escolheram ser sujeitas radicais (2019, p. 120).

Ela também nos convida a perceber que existem diferenças nas experiências das mulheres negras - a depender da classe social, localização geográfica, formação religiosa, dentre outras questões. Mas, apesar das diferenças, ela identifica o protagonismo das mulheres negras para a construção de uma subjetividade negra radical.

hooks (2019) refere-se ao potencial de produções autobiográficas negras. Porém a autora argumenta sobre o cuidado necessário para que experiências das mulheres negras sejam lidas para além do registro da dor e da falta. Do contrário, jovens mulheres negras podem acabar por compreender que 'ser quem é' pode levar a destruição. Para exemplificar, hooks cita algumas obras cinematográficas norte-americanas que abordam essa questão de forma problemática.

A autora também disserta sobre as consequências negativas da *iconização* de *sujeitos* (sobretudo pelas mídias de massa), que passam a ser entendidos como 'excepcionais'. O trecho a seguir trata sobre o exemplo da Angela Davis:

> Transformada em ícone cultural, um gesto que não estava de acordo com sua insistência na importância da coletividade, ela passou a ser apresentada pela mídia de massa como mulher negra 'excepcional'. Sua experiência não era vista como modelo com o qual as mulheres negras pudessem aprender. Muitos pais consideravam a sua sentença de prisão que ela não cumpriu como motivo suficiente para que as jovens negras não seguissem seus passos (2019, p. 120).

Outro ponto abordado por hooks (2019), ao refletir sobre biografias de mulheres negras, diz respeito à importância dos estudos. Ela então cita novamente o caso de Angela Davis:

[122] Aqui a autora (ou tradutora) optou por utilizar a palavra sujeita com o objetivo de genderizar a palavra *sujeito*.

“Lendo sua autobiografia, fica claro que ler e estudar tinha um papel essencial na formação de sua consciência política radical (p.119)”.

hooks (2019) compreende que textos biográficos e produções audiovisuais por/sobre mulheres negras revolucionárias contribuem como inspiração para outras mulheres negras. Entretanto, é importante atentarmos para o risco de formação de ídolos-inatingíveis, ou heroínas. A intelectual feminista defende que mulheres negras se fortalecem quando conhecem umas às outras. Aqui vale lembrar que ela vive em um país em que pouco mais que 10% da população é negra.

Ao tratarmos essa questão sobre o ponto de vista que no Brasil, o cenário muda bastante. Como informa a agência de notícias do IBGE[123]: “Entre 2012 e 2016, a participação percentual dos brancos na população do país caiu de 46,6% para 44,2%, enquanto a participação dos pardos aumentou de 45,3% para 46,7% e a dos pretos, de 7,4% para 8,2%”. Na realidade de nosso país, onde a população negra é maioria (cerca de 55%), penso que conhecer a história de mulheres (e homens negros) torna-se importante para a toda população. Embora embranquecido pela colonialidade, o Brasil é um país negro e precisa se (re)conhecer como tal.

No tópico a seguir são apresentadas narrativas das gestoras sobre a formação de uma consciência política pautada na solidariedade e no investimento conjunto e continuado em processos educativos. Essas consciências políticas foram construídas a partir de núcleos familiares (formados a partir de diferentes arranjos). Importante diferenciar a compreensão de *núcleo familiar* do conceito de *família nuclear* que, de acordo com Oyěwùmí (2019), é uma forma de organização social genuinamente europeia. Um *núcleo familiar* corresponde a toda uma comunidade que estabelece relações de parentesco fluidas e constantemente (re)posicionadas.

5.1.1 Estratégias familiares para a transmissão e fortalecimento do ser-saber

A mão que balança o berço governa a nação e o destino[124]

Aqui estão os depoimentos de cada uma das gestoras. Em negrito, frases marcantes são destacadas. Palavras como: pai, mãe, família, irmãos, irmãs, nós e mulheres foram grifadas no

[123] https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos

[124] Provérbio africano. Fonte: https://almapreta.com/editorias/o-quilombo/mulher-preta-mulherismo-africana-e-outras-perspectivas-de-dialogo

sentido de facilitar a identificação da rede de pessoas que contribuiu com a formação dos *sujeitos políticos* com quem a pesquisa dialogou.

Todas as interlocutoras referem-se a familiares que contribuíram com sua formação. Por exemplo, duas delas precisaram migrar do território rural, uma delas pôde estudar na própria cidade, mas precisou esperar um tempo. Em situações como essa esforços coletivos de ordem familiar foram empreendidos. Elas também apresentam *traumas*: em todos os casos, a experiência de trabalhar 'desde cedo' se atravessa, tarda ou até mesmo chega a interromper os estudos. Ainda assim, elas persistem e retornam.

Os três subtópicos abaixo trazem as narrativas das interlocutoras. Os trechos de fala foram pinçados das transcrições das entrevistas e organizados de modo a seguir uma sequência cronológica. As narrativas são aqui apresentadas em formato de mini autobiografias. Optei por trazer em texto corrido com o propósito de respeitar a inteireza de cada um dos depoimentos.

Além disso, a interrupção de falas de mulheres, sobretudo de mulheres negras, é recorrente no mundo ocidental - que insiste não só em irracionalidades, mas também em deselegâncias[125]. Ao menos nesse capítulo, evitarei a prática de interromper falas para analisar. Esse é um cuidado/provocação ético/a-estético/a-político/a. Com o objetivo de dar seguimento à leitura analítica, em seguida retomamos as interlocuções com textos acadêmicos.

5.1.1.1 Lélia (entre 50 e 55 anos)

Eu sou quilombola.

(...)

Eu acho que algumas **mulheres de <u>terreiro</u>**, pra mim, são referência. Porque **os terreiros são um dos espaços de cognição, assim... São espaços de transformação, são espaços de organização, são espaços de reflexão. Os terreiros não são só espaços religioso, são espaços filosóficos de vida. Porque no terreiro nós temos uma filosofia de vida.** E que isso foi invisível, né? **Aos olhos da sociedade brasileira que, historicamente, marginalizou às religiões de matriz africana. Mas não no sentido de entender que nós tínhamos um projeto civilizatório ali dentro. Uma filosofia de vida, o respeito ao outro, à coletividade. O acolhimento, né?**

(...)

[125] *Deselegância* foi uma palavra ironicamente escolhida. Essa é uma tentativa de denúncia. Embora afirme justo o contrário, além de ir*<u>racional</u>* o mundo branco-ocidental é também des*<u>elegante</u>*.

Minha mãe é uma mulher extremamente guerreira. Minha mãe é uma mulher incentivadora. Uma mulher que constituiu uma família negra, porque ela carregava nós. Ela e meu pai, né? Numa colônia alemã agricultora. Aí criavam. Eles trabalhavam na área de ovinocaprinocultura, né? Meu **pai** criava, né? **Ele** plantava, mas também criava. E arrendava uma terra de um alemão lá. Mas a nossa vida, **nós** tínhamos pra... Era agricultura de subsistência, né? Nós criávamos pra comer, plantava pra colher. E a vida era essa assim.

Sempre fui uma mulher negra de classe baixa. Sempre trabalhei muito, sempre ralei muito assim, desde menina, como toda mulher e homem negro, né? Que **nós começamos a trabalhar muito cedo pra poder sobreviver.** Nós morávamos no interior do Rio Grande e meu **pai** sempre dizia que nós tínhamos que estudar. **E pra nós estudar, nós tinha que ir pra cidade. No interior não tinha…**

(...)

E essa cidade, ela tinha... Nessa cidade nós ficamos um tempo, aí **vivemos numa região, uma colônia alemã. Sofremos muito racismo! Muito muito mesmo, desde criança. Racismo, perseguição, humilhação. Terrível!** E aí, meu **pai** sempre dizia: **"Se vocês não estudar, vocês vão trabalhar pra eles. Nós temos que estudar".** Aí nós fomos pra cidade.

Eu fui pra cidade com 11 anos pra trabalhar como babá. 11 anos já era[126]... Como babá. E já limpava casa com uma patroa extremamente rigorosa. E aí eu fui... E sempre com o objetivo assim. Eu chorava de noite, pra ir embora pra casa, mas aí eu me lembrava do que meu pai dizia: "Estudem!" E alí, tanto eu quanto os **meus irmãos**, **todos nós** estudamos. Todos nós temos curso.

(....)

Sim. Porque **meu pai**... **Nós somos em oito filhos.** Éramos oito filhos, hoje somos sete. **E meu pai sempre dizia que nossa grande saída enquanto povo negro era estudar. Porque nós tínhamos que aprender a decifrar os códigos da sociedade capitalista pra poder sobreviver. Ou, nós iríamos estar sempre nos sub trabalho, né? Sendo empregada doméstica, babá, faxineira. Que é o lugar de acesso ao trabalho que as populações negras têm. E o sonho dele era fazer Sociologia. O sonho do meu pai. Ele era um autodidata, assim, ele estudava, ele lia muito.** E **ele** já era um sociólogo, assim, de... Por estudo. Assim, né? E aí, em cima dessa questão que **ele** dizia. **Ele dizia: "Olha, eu preciso ter um filho engenheiro, um filho médico, um advogado e um sociólogo". Em seguida disso ele morreu. E aí eu segui essa trajetória, de fazer sociologia.**

[126] Aqui vale lembrar do conceito de *mucama* atualizado por Lélia Gonzalez (2019).

(...)

Eu comecei na militância, quando eu tinha 25 pra 26 anos. Na realidade, meu **pai** era militante. **Meu pai era militante da luta antirracista. Meu pai foi preso, foi perseguido politicamente pela Ditadura (Militar).** E depois, né? A partir disso, eu comecei a militar com **ele**. **Eu militava dentro dos terreiros de matriz africana.**

(...)

E depois eu comecei a militar no movimento negro, discutindo a questão de mulheres negras, né? E depois eu entrei para o CENARAB, que era o *Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afrobrasileira*, que discutia **os espaços de terreiro como um território de potência, de auto-organização, civilidade e vida.** E aí, a partir do **CENERAB** eu comecei a militar na luta antirracista, em todos os espaços de discussão. Nós militamos no movimento de mulheres, juventude negra, terreiros, quilombos.

(...)

É... **e na área da dança, porque eu também sou bailarina e coreógrafa. Dança Afro, né? E, a partir da dança, nós trabalhávamos a questão do enfrentamento às violências contra a juventude negra** (...) mas sempre trabalhando as outras questões: a questão do preconceito, racismo, intolerância com relação aos terreiros de **matriz africana**. Em relação à juventude negra, em relação às mulheres - geração trabalho e renda pras mulheres. Que, finalmente... **Porque nós militantes da causa, da luta antirracista, nós dialogamos, né? Dialogamos com todas essas problemáticas da população negra.**

(...)

Nós temos, assim, eu tenho **três irmãos** que são políticos. Assim, de oito, né? **Mas nós sempre entendemos sobre política, sempre líamos muito sobre política. Meu pai era um homem que sentava embaixo de um árvore. Ele lia as revistas para nós, quando éramos criança. Nós tínhamos referencial. Meu pai era extremamente politizado. E aí ele passou isso pra gente. E eu passei isso pra minha filha[127].**

(...)

Não consegui passar na Federal, fui pra Sucre. Porque lá não fazia vestibular.

Eu fui pra Bolívia, estudei dois anos de Medicina em Sucre. E então eu vi que não tinha nada a ver. Nada a ver! Que eu não era pra área de saúde física, assim. Deus do céu! O primeiro teste que eu fui fazer pra ver uma anatomia de um corpo, eu quase morri. Que não era

[127] A título de informação, ela é uma das referências bibliográficas desta tese.

pra mim isso aí. E que eu tinha que estudar essa área social mesmo. Então **a saúde social é pra mim**.

Fui sozinha. Eu já tinha minha filha. Deixei a minha filha com minha mãe e fui estudar. Cheguei lá e vi que não era... **O primeiro ano eu aguentei. O segundo ano eu disse: "Não!" E também a vida em Sucre, né? É muito pesada, muito pesada, assim**. Aí na época eu não tava preparada pra fazer mesmo a faculdade lá. Mas aí eu queria vir pro Brasil, porque meu sonho era ir pra Federal.

(...)

Acabei voltando e aí fui estudar, fui fazer cursinho pra fazer... E aí acabei passando numa faculdade privada, numa colônia alemã, no Rio Grande do Sul. E caríssima a faculdade, né? E aí eu era bancária ainda. Trabalhava como bancária.

(...)

Lá eu comecei a trabalhar dentro do setor de **associativismo e cooperativismo. E a universidade que eu estudava, é pioneira em cooperativas e associações**. Aí tem a sede de um centro especializado pra trabalhar em **geração de renda cooperativa**[128]. E aí eu fui. Desse espaço, fazia estágio nas comunidades circunvizinhas da Universidade. Aí eu acabei ficando três anos. Me formei e aí saí dali. Depois dali eu fui trabalhar. Fui dar aula, fui trabalhar na organização social com a experiência que eu já tinha. **Juntando a questão da cooperação, associação, a luta antirracista. E a partir disso eu comecei a construir uma caminhada**. Aí trabalhei no Governo do Estado do Rio Grande do Sul, nas Prefeituras e fiquei até ir pra Brasília.

(...)

E aí eu saí de Brasília como **consultora técnica da SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), com o Ministério da Integração Nacional e vim trabalhar aqui no Sertão**.

(...)

Eu sou licenciada e bacharel em Ciências Sociais e tenho especialização, em microterritórios negros com potência de vida. **Hoje eu sou mestranda, não é?** (de uma Federal criada nos anos 2000, no Sertão). E a minha linha de pesquisa, também os microterritórios negros como potência civilizatória para as populações negras, né? Então eu discuti esse tema na graduação, trouxe para a especialização, e tô trazendo pro mestrado e vou levar pro doutorado.

---

[128] Lembra o *xitique* moçambicano citado no capítulo anterior.

5.1.1.2 Vanete (entre 30 e 35 anos)

Eu venho do movimento de juventude rural, **eu sou filha de assentado.** Eu venho de uma área de assentamento aqui do município.

(...)

Eu lembro da minha primeira mobilização que eu participei. Eu tinha sete anos, ia fazer oito, em 92. Foi a *Diretas Já,* a questão do *Fora Collor.* Eu não entendi nada que tava se passando, mas eu fui. E eu achava muito interessante aquilo. E eu perguntava pra **ele** (pai) o que era e **ele**… **Não sei se ele ia imaginar que mesmo não entendendo eu podia compreender depois, mas ele me explicava o que era tudo!** Quando eu escutava jornal no rádio, todos os dias ele escutava a Voz do Brasil, era um jornal noturno, e eu perguntava, né? Que eu não entendia nada! **E ele me explicava tudo, tinha essa história votou com o governo, votou contra o governo e eu perguntava a ele o que era isso, e ele me explicava. Eu não entendia nada na época, mas depois eu…**

E nessa mobilização, de 92, eu lembro da roupa que eu estava, foi tão marcante que eu lembro da roupa que eu estava! Lembro dos horários, de como foi. Foi muito interessante! Essa foi minha primeira experiência de mobilização. Desde então, eu sempre queria acompanhar. Eu lembro uma vez que **eles** (lideranças do assentamento rural) foram fazer uma ocupação *numa região próxima*[129] e eu queria ir pra essa ocupação, mas **eles** iam com foice e **ele** não deixou. **Porque era perigoso e eu era só uma criança. "Você não vai…" "Mas eu quero ir!"** Porque achava que era a mesma coisa. E eu sempre acompanhei essas questões de organização comunitária, da Associação, da comunidade, que desde que foi formada (o assentamento rural) que tem, e desde então eu não parei. **Comecei quando criança e meu pai foi a referência disso.**

(...)

No movimento sindical tem as lideranças, né? Que foi quando eu comecei minha trajetória no movimento social… E eu gostava muito de assistir as palestras, essas coisas. **A primeira palestra que eu assisti sobre… globalização, eu lembro! Foi um encontro de juventude**. Foi o primeiro que eu fiquei inclusive, na cidade, de um dia pra outro.

(...)

Eu saí da zona rural, da área de **assentamento** com 15 (anos). **Eu precisava estudar e estar na cidade facilitaria mais. Eu não tive condições de ficar no assentamento porque**

[129] Aqui ela diz o nome da cidade, pela questão do sigilo, optei por omitir.

algumas vezes a gente precisava ir e voltar a pé. É longe, 17km... E eu tinha que... Eu adolescente, com 14, 15 anos, não tinha condição de estudar tudo.

A minha mãe, ela é funcionária pública. Ela conseguiu passar num concurso e trabalha lá na zona rural, na Prefeitura, como auxiliar de serviços gerais. E **ela** conseguiu financiar uma casa pra eu ficar na cidade. **Ela** gostou muito, acabou vindo, acompanhando e nós ficamos aqui. **E depois disso, eu tive que… comecei a trabalhar muito cedo. O objetivo era estudar, mas eu tinha também que contribuir em casa. Porque um salário mínimo não segurava minha família completa.**

(...)

Meu pai não é alfabetizado[130], né? Ele conseguiu aprender a assinar o nome. Mas no **assentamento** que tinha as reuniões, organizações de mobilização, inclusive. **Ele ingressou na Diretoria da Associação como secretário**. Era muito interessante isso. E eu ajudava nas atas das reuniões, **então eu comecei a militância no movimento social por conta disso, né? Meu pai era líder comunitário.**

(...)

Tinha meu **pai**, minha **mãe**, um **irmão** que vem depois de mim e uma **irmã** que é mais nova. E claro que nossa condição era contribuir, por não se contentar com… não se contentar com a situação que se vive. **Não se contentar com a condição da cidade, buscar melhorias. Não só pra vida da gente, mas pra o bem comum, que afeta a família, isso fez com que a gente fizesse essa atuação de militância. Não se conformar…**

A nossa primeira casa no assentamento era de pau a pique. **A gente morou lá uns dez anos nessa casa, e a casa de alvenaria que a gente conseguiu foi através de projetos que o assentamento tinha, quem construiu foi meu pai, com a gente ajudando. Tudo isso contribui, né?**

(...)

Sim, **eu sou professora de formação. Eu venho ainda do magistério, minha vida profissional começou no magistério,** inclusive. **Quando fiz faculdade de Letras, eu comecei a pagar a faculdade com as aulinhas particulares porta a porta que eu fazia** também. O magistério eu terminei fazendo desenhos. Eu desenhava e aí eu fazia painéis de aniversário, essas coisas. Foi como eu consegui terminar o magistério. Aí depois do magistério, eu peguei a profissão, peguei aulas no município, peguei alguns contratos, mas eu dependia mesmo das aulas particulares que eu fazia de porta em porta.

[130] No texto original: “analfabeto”. A alteração foi uma opção ético-política.

(...)

Depois disso eu já entrei em ONGs e projetos sociais. Então eu passei aí mais de dez anos atuando em projetos sociais. **A gente** (ela e a irmã)**, inclusive, trabalhou juntas, as duas. Também feminista, tinha essa atuação, no movimento de juventude negra, mulher negra.** E a gente foi pro mesmo canto, trabalhamos juntas na mesma ONG.

Na organização que eu trabalhava, que eu comecei como educadora. Eu também tive um trabalho direto em comunidades quilombolas, e esse trabalho… **Foi um trabalho de seis anos que eu acompanhei dez comunidades quilombolas no Pajeú, em seis municípios. Isso também contribuiu pra me ver.** Se eu não me reconhecesse como negra, sendo negra, isso não seria equiparado a minha conduta, né?

(...)

Eu fui primeiro me conhecer, saber das minhas origens e a minha origem é negra, **eu sou descendente de negros escravizados[131]. Eu sou bisneta de *cabocla pega de cachorro*[132],** como fala aqui na região, que a gente sabe que isso é resultado de **estupro**, não é? **De uma cultura branca que pensam que as mulheres são objetos, que podem se apoderar de seu corpo.** E todas essas reflexões enquanto pessoa ela acaba refletindo na sua atuação pessoal, profissional aliás. Foi resultado de tudo isso, todo um conjunto.

(...)

Nós, enquanto população negra, demoramos muito a chegar no curso superior. Tanto que eu não estou na universidade pública, também é consequência disso. A educação que não foi preparada pra isso. Trabalhar e estudar, isso é realidade do povo negro e da mulher negra!

Então tudo isso é resultado, trajetória de vida… E **aí quanto mais a gente lê, ou busca sobre os nossos registros… Infelizmente, foram sabotados, né? A gente nem pode ir pra aula de história, nem a história falou da gente. Nós tivemos que descobrir sozinhos, a nossa história.** E ela foi sabotada nos livros e na oralidade acaba se perdendo, porque nós somos seres finitos, né?

(...)

Então eu venho da juventude (sindical) rural, ingresso no movimento feminista, tenho contato com o movimento de juventude negra, e aí a gente vai…

(...)

---

[131] Novamente substituí a palavra *escravo* por *escravizado.*

[132] Aqui vale lembrar do conceito de *mulata* atualizado por Lélia Gonzalez (2019).

Agora **estou cursando Psicologia**, quase lá… **Também porque é um outro sonho pessoal, né? De qualificação. E eu tinha muito essa vontade, mas não tinha condições nem possibilidades de fazer porque na região não tinha oferta de curso.** E eu tinha que me deslocar para Recife, ou outro local que tivesse. E aí não tive como, **nem financeiramente, nem pessoalmente, né? Porque eu sou arrimo de <u>família</u>, então eu não tinha como deixar a <u>família</u> e ir.** Então, por conta disso, eu fiquei aqui. Em 2010, o curso de psicologia veio (para cidade próxima), eu vi a possibilidade e acabei fazendo. Terminando, quase lá!

4.1.1.3 Judite (entre 40 e 45 anos)

Então só era <u>ela (mãe)</u> e <u>nós</u>.

(...)

Porque assim, lá em casa era só minha mãe e nós quatro, né? Então assim, minha principal referência sempre foi ela. Eu vou chorar... (silêncio) **E aí ela foi muito forte, né? Só nós quatro e ela teve que dar conta de tudo.** (voz trêmula) **Então sempre foi uma pessoa muito dinâmica, muito prática. Tinha que ser!** (voz firme seguida de silêncio)[133]

(...)

Porque **<u>ela</u>** não tinha apoio. **Não tinha <u>família dela</u> aqui e também não tinha como contar com a <u>família de meu pai</u>.** Porque, assim... **A separação já não foi ótima, por causa da questão de violência doméstica mesmo, né? Meu <u>pai</u> bebia e tinha alteração da senso-percepção, então em casa era briga.** Uma situação terrível! Então tinha violência psicológica muita dentro de casa. Então, já teve essa separação e a **<u>família dele</u>** não tava perto.

(...)

Então a gente ficava em casa trancada mesmo. Ela saía e ia trabalhar. <u>Ela</u> trabalhou a vida toda em farmácia. **Quando precisava trabalhar à noite, dar plantão, aí ela levava nós quatro pra farmácia. Ficava lá, <u>nós quatro</u>, pequenininhas**. São quatro anos de diferença de mim pra mais nova. É uma atrás da outra. Então ficava **<u>nós quatro</u>** lá no balcão, bem quietinhas, enquanto **<u>ela</u>** trabalhava. **Quando dava dez, onze horas, o patrão dela trazia a gente pra casa. Então, sempre foi muito complicado.**

(...)

[133] A mãe de Judite faleceu há não muito tempo; cerca de um ou dois anos antes. Evidentemente esse silêncio estava atravessado por uma enorme dor. Diante daqueles segundos de silêncio de desamparo, senti uma forte sensação de impotência. Esse foi um momento muito difícil da entrevista.

Eu tive que esperar as minhas irmãs. Eu entrei tarde na escola porque como eu era a mais velha, eu tinha que cuidar das outras. Então eu tive que esperar **elas** crescerem, ter uma idade pra estudar, pra entrar todo mundo na mesma época na escola**. Então eu acho que era por isso que eu gostava de estudar. Porque eu era triste por não ir pra escola. Aí esperou e pronto, a gente começou a estudar de manhã!**

(...)

Ela deixava todo mundo na escola. **E todo mundo com um cabelinho assim, bem curtinho como o teu[134], porque quatro cabelinhos assim** (ela apontou para seu cabelo crespo), **não dá pra ela pentear de manhã quando ia levar pra escola. Todo mundo com o cabelinho bem curtinho, Joãozinho mesmo.** Até menor que o teu. Raspadinho pelo pé (risos). E aí quando era na hora do almoço ela passava pra pegar e a gente ficava em casa trancada e **ela** ia trabalhar. Então foi assim durante muito tempo pra **ela** poder trabalhar e cuidar da gente. Tinha uma vizinha que às vezes ia lá, abria a porta, via como a gente tava.

(...)

Quando eu fui fazer o ensino médio... Aí você me lembrou... No meu tempo ainda era o científico. Tinha científico, tinha o magistério e tinha contabilidade. **E aí eu fiz minha matrícula no científico, né? É plano meu, eu vou pra faculdade, não é? *Noviiinha*!** E aí minha **tia** estava de férias aqui e ouviu. Aí convenceu minha **mãe**. **"Não, ela tem que fazer magistério, tem que fazer alguma coisa que ela possa trabalhar logo, né?**" E aí eu não pude fazer o científico. Porque minha **mãe** disse **"Tem que fazer algo que você possa trabalhar logo, que você arrume um emprego logo, não é?"** E aí, no meio termo, eu fiz contabilidade.

Não fiz o científico, porque você tinha que obrigatoriamente fazer uma faculdade, porque ele era genérico, né? Magistério não, porque era nível técnico. Aí eu disse **"Não, não vou fazer magistério". Aí eu fiz contabilidade.** Quando eu terminei, parei, né? Fui trabalhar. Mas teve esse olhar também. Eu não pude fazer no primeiro momento o científico, porque não preparava pra nada. **Tinha que ser o objetivo. Tinha que trabalhar e ocupar o meu lugar, não é?** E isso é bem interessante. **Foi bem marcante porque eu disse: "Não vou fazer!"** Mas teve toda essa questão e eu tive que fazer... Aí eu disse: **"Então eu faço contabilidade".** Minha **mãe** deixou porque era um curso técnico. De toda forma, ia ser útil para trabalhar e ocupar esse espaço.

(....)

[134] Na altura da entrevista meu cabelo estava bem curto.

Eu parei de estudar pra trabalhar. Parei de estudar com 15 anos. Quando eu comecei o ensino médio eu tive que parar para trabalhar mesmo. E aí já depois de 30 eu voltei a estudar. Eu sempre quis estudar, mas nem tinha área. Aqui antes tinha a faculdade de administração e a formação de professores. Não tinha o curso de Psicologia nem tinha esse outro curso que eu fiz. **E aí veja como as políticas sociais são importantes. Depois do Governo Lula que houve essas possibilidades e chegaram novos cursos na cidade e a população teve uma maior oportunidade e aí eu pude parar de trabalhar.** Eu trabalhei como vendedora, auxiliar administrativo, caixa…

(...)

E aí depois de um tempo eu pude. Eu tinha 36. Aí o que acontece? Aí eu decidi ver o que estava acontecendo nos vestibulares, para ver se ainda eu estou antenada. **Aí eu fiz primeiro de Secretariado Executivo Bilíngüe, aqui na cidade. E aí eu fiz e passei em primeiro lugar. Aí eu comecei a fazer o curso e gostei.** Era uma área muito abrangente. Tinha muita coisa administrativa, tinha área do Direito. É bem amplo o curso. **Quando abriu o vestibular de Psicologia (na faculdade pública da região), eu decidi fazer. Aí fiz e passei.**

Mas eu já tava gostando do curso (Secretariado), porque ele é muito amplo, tem muita coisa. Tem Relações Internacionais e cadeiras de Administração aí eu já tinha feito o primeiro período aí eu disse que não vou desistir mais. **Aí eu fiz as duas graduações ao mesmo tempo. Psicologia de manhã e Secretariado à noite. E de toda forma um terminava ajudando o outro. Então foi um período de muito aprendizado pra mim. Aprendizado pessoal mesmo. De conseguir falar, de conseguir me colocar.**

Mas aí eu continuei e terminei lá primeiro, porque o curso é de três anos e meio – Bacharelado. E aí eu fui aluna laureada lá e aí ganhei a especialização lá – que é uma política da (faculdade particular da região), dar a bolsa pra aluno laureado. E eu não poderia pagar, porque como é curso de especialização eu não podia recorrer a nenhum financiamento. E eu já tinha pago a faculdade. Quer dizer, minha **mãe** e **minhas irmãs** ajudando. Eu parei de trabalhar, mas o aperto para uma **família** de poder aquisitivo baixo como a minha, não tinha como. Aí então, minha **mãe** trabalhava e era aposentada e **minhas irmãs** me ajudaram a concluir.

E elas (as irmãs) são muito corajosas e valentes. E foi uma coisa importante esse suporte que elas me deram para eu poder estudar. Eu fui estudar e todo mundo ficou no ensino médio. Inclusive duas terminaram depois, em EJA (Educação de Jovens e Adultos). Mas assim... **"A gente não foi, mas você vai!".** Então, foi muito importante. Porque mesmo com

todo esse avanço que teve no Governo Lula, da dívida da classe pobre, da classe pobre mesmo poder ter mais acesso a bens e serviços.

(...)

A condição da minha casa mudou por causa dos salários mesmo, né? De você conseguir trabalhar e ter uma renda melhor pra fazer qualquer coisa. Então, foi nesse sentido. Porque antes você trabalhava para comer. Acabou-se e pronto. Mas aí essa renda melhorou. E aí, por causa disso, eu consegui deixar (de trabalhar). Eu não tive financiamento da faculdade. A gente pagou mesmo. Teve um período que eu dava aula, quando eu comecei na faculdade. Depois eu passei no vestibular da (faculdade pública) e aí é de dia, aí eu não pude mais. Mas minha **mãe** pagava e **minhas irmãs** ajudavam. Tinha xérox, livro, tinha roupa, não é? Tudo isso foi graças às **minhas irmãs** que me deram o maior amor, o maior suporte. Portanto, **são mulheres que merecem uma menção honrosa.**

Porque a vida toda só foi a gente junto, né? Não tinham muito horizontes.

(...)

Até eu ir pra faculdade, não tinham outras pessoas. Quer dizer, além dos professores, né? Principalmente logo no início, quando eu comecei a estudar. Que era só **professoras e eram meio que modelos essas mulheres.**

A maestra[135] Luiza[136] se tornou uma referência pra mim. Porque eu dizia "Já tô velha pra fazer tanta coisa", eu dizia a ela, né? **E ela dizia "Menina..."** Porque ela também teve seus momentos, né? Aí ela dizia "**Eu mesma só comecei na minha vida a andar depois dos 40 anos, a conseguir ter êxitos profissionais. Consegui andar depois dos 40 anos!"**. Aí ela é uma referência muito forte. **Foi minha professora de sociologia, então também despertou muita coisa lá na faculdade. É uma referência[137]**!

Porque menina, na faculdade, tive que mudar. Isso foi importante na faculdade. A gente tinha que apresentar muitos trabalhos, nas duas faculdades. Então isso me obrigou a sair desse meu lugar de antes. Na escola, por exemplo, eu não dizia "Presente!" em sala de aula. Porque como era uma boa aluna e os professores sempre olham para as notas boas, né? E às vezes o professor constrange a pessoa. "Por que você não fazem que nem fulaninha que tira nota boa?" Um horror, eu detestava. Isso silencia mais você na sala de aula, né? Mas na

[135] Forma carinhosa de nomear e referenciar Luiza. Expressão utilizada recorrentemente por Judite.
[136] Luiza é o nome fictício para essa professora, mulher branca. Coloqueio-o em referência à Luiza Erundina de Sousa, uma mulher branca paraibana, com formação em Serviço Social e política brasileira, filiada ao Partido Socialismo e Liberdade. Atualmente deputada federal pelo estado de São Paulo.
[137] E também foi a primeira gestora do Organismo de Política para Mulheres do município.

faculdade como tinha que apresentar "seminário, seminário, seminário". **Então bom, aí eu tinha que estudar muito, como minha defesa.** Para apresentar o trabalho se você souber muito, você vai poder falar sem gaguejar, sem ficar nervosa, sem desmaiar. **Então nisso a faculdade me ajudou muito. Hoje em dia eu não me calo mais! E quando se trata dessas questões sociais, a questão da mulher.. Pronto, aí eu não me calo mais nunca. Desconto o tempo!**

(...)

E aí na especialização eu fiz Gestão de Negócios e Pessoas. E terminei também a graduação em Psicologia (na faculdade pública da região) e aí foi muito bom. Então essa questão de você fazer a universidade abre muito a sua cabeça. Você passa a enxergar muitas coisas que você não conseguia. (...) E aí quando você está na universidade você começa a se abrir pra essas coisas. **E aí foi muito bom. Um aprendizado não só teórico, que é o aporte que a Universidade dá, mas de vida. Faz você perceber muitas questões que antes você sente na pele, mas você não pára para refletir.** A Universidade me deu isso.

5.1.2 Reflexões sobre biografias *ialodês*

> Tudo isso é um modo de divisão, aí me recordo de Simone de Beauvoir que diz que "a gente não nasce mulher, a gente torna-se mulher". *Penso da mesma maneira em relação ao negro. A gente não nasce negro, a gente torna-se negro. É uma conquista dura, cruel e que se desenvolve pela vida da gente afora* (GONZALEZ, 2019, p.273, destaques próprios).

Como foi possível acompanhar, todas nossas interlocutoras percorreram um longo percurso até tornarem-se *sujeitos políticos, ialodês, gestoras de políticas públicas*. Como argumenta Fanon (2008), "Há uma zona do não-ser, uma região extraordinariamente estéril e árida, uma rampa essencialmente despojada, onde um autêntico ressurgimento pode acontecer. A maioria dos negros não desfruta do benefício de realizar esta descida aos verdadeiros Infernos" (p.26).

Nos depoimentos do tópico anterior é possível perceber uma constante a alusão à ancestralidade. Palavras como mãe, pai, tia, avó, bisavó, família, matriz africana foram muitas vezes mencionadas. Segundo Oyěwùmí (2019) é necessário observar as dinâmicas intrafamiliares africanas para compreender as relações de poder e lugares ocupados pelas mulheres negras. Junto a outras(os) autoras(es), ela tem indicado que são precisamente as epistemologias africanas que podem oferecer subsídios para estudos de/com *sujeitos africanos*.

A autora argumenta que "Quando às realidades africanas são interpretadas com base em demandas ocidentais, o que consideramos são distorções, disfarces na linguagem e, muitas vezes, uma total falta de compreensão devido à incomensurabilidade das categorias sociais e institucionais" (p.179).

De acordo com Oyěwùmí (2019), a referência européia patriarcal de família nuclear não contempla a realidade de famílias africanas. Até mesmo a categoria *mãe* ganha contornos difusos no mundo ocidental, pois é compreendida/referenciada a partir do homem. A *mãe* é a *esposa-do-patriarca*. A autora exemplifica: "Parece não haver uma compreensão do papel da mãe independente de seus laços afetivos com um pai. (...) Essa é a única explicação para a popularidade desse oxímoro: mãe solteira" (p.176). A autora traz uma série de problematizações a partir da cultura yorubá e seu aparato linguístico para nomear *sujeitos*:

> A tradicional família Yorùbá pode ser descrita como uma família não marcada por gênero, já que os papéis de parentesco e suas categorias não são diferenciadas por gênero. Significativamente, os núcleos de poder dentro da família são difusos e não especificados por gênero. Isso porque o princípio fundamental da organização familiar é a senioridade, que se baseia na idade relativa, e não no gênero; ou seja, às categorias de parentesco codificam as relações de senioridade, e não de gênero. *Senioridade é o ranking social da pessoa baseado em suas idades cronológicas.* Portanto, a palavra "*egbon*" refere-se ao irmão ou irmã mais velha(o), e "*aburo*" ao irmão ou irmã mais nova(o), independente do gênero. (...) *os relacionamentos são fluidos e os papéis sociais são situacionais, colocando continuamente os indivíduos em funções variáveis, hierárquicas e não hierárquicas, a depender do contexto* (p.177, destaques próprios).

Aqui vale resgatar a discussão sobre *mulherismo africana*. Como argumenta a filósofa afrobrasileira Katiúcia Ribeiro (2016), essa perspectiva teórico-política visa o resgate de uma organização social pautada no matriarcado africano pré-Maafa (ANI, 2019). A autora compreende que a estrutura social africana foi modificada violentamente pelo patriarcado colonial. Então ela afirma: "O patriarcado como ideologia dominante Ocidental foi muito bem arquitetado para dividir e dominar. Se lembrarmos que estamos falando de um povo que vivia em comunidade regido pelo matriarcado perceberemos a veracidade dessa mudança" (s/p). Ribeiro, assim como outras(os) autoras(es) afrodiaspóricas(os) (DOVE, 2018; URASSE, 2019; HUDSON-WEEMS, 2018; 2019), defende que apenas através do resgate e recriação dos modelos de organização social e familiar africanos que será possível a construção de uma efetiva emancipação para o povo preto.

As estratégias objetivas e subjetivas do "aquilombamento", como referidas no capítulo anterior, são potentes para a descolonização (VEIGA, 2018). Nos contextos brasileiros, as

famílias afrosdiaspóricas foram colonizadas, ocidentalizadas, desestruturadas, miscigenadas e embranquecidas. Apesar dos esforços destrutivos colonizadores, algo foi preservado. É interessante perceber que nos relatos das interlocutoras existem semelhanças àquela descrição dos arranjos yorubás descritos pela autora nigeriana.

As famílias das gestoras foram apresentadas como uma coletividade tanto fluida quanto fortemente entrelaçada. Por exemplo, se em um momento uma mulher mãe precisa estudar fora, sua filha fica sob os cuidados de sua mãe. Se a conjuntura econômica familiar muda, o lugar de "arrimo de família", pode ser substituído pela filha mais velha. Outro exemplo, no caso da família composta exclusivamente por mulheres, se não havia dinheiro suficiente para subsidiar os estudos para todas, um esforço coletivo foi desempenhado para que a irmã mais velha conseguisse estudar para se destacar profissionalmente e, desse modo, fortalecer a família como um todo.

Em todos esses percursos está destacada a importância dos laços de solidariedade e fraternidade entre familiares. Sobre essa questão, Kilomba (2019) afirma: "Devido a essa fragmentação histórica, e ao seu esmagador sentimento de separação, o amor e a união emergem como uma tarefa política para reparar nossa historicidade individual e coletiva de perda e isolamento" (p. 222).

Na tabela abaixo apresento algumas palavras citadas nas entrevistas. Na coluna esquerda, estão as palavras pinçadas do texto transcrito, na coluna direita, algumas *associações*. Nessa coluna direita há também palavras que não foram ditas pelas interlocutoras entrevistadas, mas são conceitos apresentados por Ribeiro (2016) e Oyěwùmí (2019).

Tabela 9: Sobre a família das interlocutoras

Mãe	incentivadora - guerreira - trabalhadora
Pai	líder comunitário - autodidata - trabalhador
família - irmãos - irmãs - nós - a gente	*pertencimento - ancestralidade comum*
irmã mais velha	*egbon*
minha filha	*nossa* filha
mulher – mulheres	referências - professoras - *matriarcas*
matriz africana - povo negro - populações negras	terreiro - quilombo - assentamento

De acordo com a afrobrasileira *mulherista africana* Anin Urasse (2019), faz-se necessário levar em consideração que as famílias africanas são compostas por *ancestrais*, *pessoas nascidas* e *pessoas que ainda irão nascer*. Abaixo retomo os 18 princípios do *mulherismo africana* elencados pela autora. Interessante perceber que muitos deles podem ser identificados nos relatos acima.

> 1) uma terminologia própria; 2) autodefinição; 3) centralidade na família; 4) genuína irmandade no feminino; 5) fortaleza; 6) colaboração com os homens na luta por emancipação; 7) unidade; 8) autenticidade; 9) flexibilidade de papéis; 10) respeito; 11) reconhecimento pelo outro; 12) espiritualidade; 13) compatibilidade com o homem; 14) respeito pelos mais velhos; 15) adaptabilidade; 16) ambição; 17) maternidade; 18) sustento dos filhos (p.33).

Urasse (2019) argumenta que esses princípios do mulherismo não foram construídos como um *projeto de futuro*, mas são características reais e observáveis nas comunidades africanas em geral - no continente, ou na diáspora.

Os dois primeiros princípios remetem a criação de uma terminologia própria para nomear a luta política das mulheres africanas. Os princípios 3 e 4 são mais gerais e facilmente identificáveis nos relatos das interlocutoras da pesquisa. No caso de Judite o princípio 4 é muito marcante devido a sua estreita relação com as irmãs.

Quanto aos princípios 6 e 13, Lélia e Vanete fazem muitas referências aos seus pais. Estes relatos não remetem a figura caricata do patriarca - que permanece distante das crianças e desconsidera a importância da politização das mulheres. Nem mesmo eles se assemelham à figura do homem que abandona a mulher preta com sua prole, como observamos no depoimento de Judite, ou nos depoimentos de trabalhadoras domésticas negras na tese de Mariana Rodrigues (2019). Ao contrário, esses homens foram fundamentais para a formação política das *ialodês* com as quais dialogamos. Elas guardam memórias afetivas; seja com livros embaixo de uma árvore, ou ao lado do rádio escutando a *Voz do Brasi*l. De acordo com Urasse (2019), um homem africano admirável é aquele que se preocupa com as condições do seu povo e move estruturas para melhorá-las.

No campo do feminismo, em referência a uma fala de bell hooks, Grada Kilomba (2019) comenta sobre um ponto sensível para as feministas negras e brancas - a relação com os homens negros:

> o sistema patriarcal no âmbito das diferenças raciais é mais complexo, assim com a posição de homens *negros* e de mulheres *negras* dentro do patriarcado racial. Nesse ponto, feministas *negras* divergem de feministas brancas, ao insistirem que não veem necessariamente homens *negros* como antagonistas patriarcais, mas sentem que sua opressão racial é compartilhada por homens negros. *Isso sugere, obviamente uma nova definição de patriarcado que inclua as complexas estruturas de "raça" e "gênero"* (p.105-106, grifos próprios).

Parece mesmo evidente que considerar os homens negros como patriarcas, tal qual os homens brancos, é um erro histórico-político-ético. As questões de gênero não podem ser apartadas da questão de raça.

Os princípios de 7 a 10 (unidade, autenticidade, flexibilidade de papéis e respeito) merecem destaque por serem facilmente observáveis em todos os contextos familiares apresentados. Urasse (2019) afirma que o princípio 10, o 'respeito', deve ser interpretado como o 'respeito aos mais velhos': *"um jovem que está recebendo as instruções de um mais velho está recebendo a sabedoria, a filosofia e os princípios éticos fundamentais que governam os ancestrais*" (p.311). Em seguida a autora complementa que não só as pessoas mais velhas devem ser respeitadas, como também árvores, animais, rios, objetos antigos. Um exemplo é o respeito ao baobá (embondeiro), árvore que pode viver até seis mil anos. O princípio 12 foi fortemente indicado por Lélia, que circunscreve sua luta política a partir dos princípios da espiritualidade africana.

O 14º princípio também pode ser notado em todos os relatos - nos quais as gestoras fazem referência à transmissão e fortalecimento do saber e dos modos de ser. Também é possível identificar os princípios 15, 16 e 18; a *adaptabilidade* pode ser lida como resiliência diante de situações adversas, a *ambição* como resposta de indignação - especialmente o desejo por estudar para transformar a realidade. Também a responsabilidade com o *sustento*, não só individual, estão presentes nas falas das três interlocutoras.

O item 17, que faz reverência à maternidade, foi aquele que tive mais dificuldade para articular com os conteúdos apresentados nas entrevistas no que diz respeito à constituição desses *sujeitos políticos*. Lélia e Vanete são mães. Durante as entrevistas nenhuma delas trouxe a maternidade como uma dimensão central para a organização de sua luta política. Lélia chegou a fazer uma menção direta à filha, indicando o desejo de repassar os valores que aprendeu com a ancestralidade. Vanete não fez referência ao filho na entrevista audiogravada, mas ao longo de nossas conversas anteriores ela falou da preocupação de formá-lo politicamente de modo coerente aos seus princípios feministas.

Por fim, vale retomar que Lélia e Vanete tem como origem famílias rurais. Elas fazem referência a um sentimento de pertença a famílias expandidas pelo quilombo e pelo assentamento: "*Sou quilombola", "Sou filha de assentado*". Suas noções de coletividade são ampliadas. Judite vem de uma família apartada do seu povo em uma cidade embranquecida, a *Noruega do Sul*. Sua noção de coletividade, a princípio, esteve circunscrita entre sua mãe e irmãs: "*Então só era ela (mãe) e nós", "Não tinha família dela aqui e também não tinha como contar com a família de meu pai", "Não tinham muito horizontes", "Até eu ir pra faculdade, não tinham outras pessoas*". Ela refere-se à faculdade como espaço onde foi possível expandir sua rede de solidariedade.

Para fechar esse tópico, novamente trago a Grada Kilomba (2019). A autora defende a importância de estudos acadêmicos se dedicarem a observar experiências individuais a partir de relatos subjetivos. Ela argumenta que essa é uma estratégia para que o racismo seja compreendido como uma memória histórica coletiva. Kilomba enfatiza que as experiências de racialização colonial não são vividas de forma pontual, mas cotidianamente. Ao contrário, o racismo se atravessa, expande e marca diferentes momentos da vida de pessoas de pele negra. O trecho a seguir aborda o termo "cotidiano". De acordo com Kilomba (2019):

> O racismo no cotidiano não é um "ataque único" ou um "evento discreto", mas sim uma "constelação de experiências de vida", uma "exposição constante ao perigo", um "padrão contínuo de abuso" que se repete incessantemente ao longo da biografia de alguém - no ônibus, no supermercado, em uma festa, no jardim, na família (p. 80, destaques da autora).

Nos depoimentos acima são inúmeros os relatos de racismo no cotidiano. Por exemplo, precisar mudar de cidade para estudar é um efeito do racismo, tornar-se trabalhadora doméstica ainda criança para estudar também, não ter direito à terra para a agricultura também, andar mais de 15 km para estudar também, atrasar o início em alguns anos e depois interromper os estudos para trabalhar também. Ter o cabelo cortado porque a mãe não tempo e nem uma rede de apoio para dividir os cuidados das crianças também é um efeito racismo. Sentir-se isolada e sem horizonte também, precisar "estudar muito como minha defesa" também… Todas essas e tantas outras experiências narradas por pessoas negras são evidências dos efeitos da colonialidade e constituem *traumas.*

5.1.3 Sobre o *trauma*

Inspirada na teoria psicanalítica fanoniana, proponho um olhar sobre o ‘não dito’ das entrevistas. Associações de palavras e conceitos que são possíveis de serem *percebidos* e *sentidos*. Utilizo essas duas palavras na tentativa de fazer o lembrete sobre posicionamento (HARAWAY, 1995). O racismo é um fenômeno sentido por pessoas negras. O racismo pode ser percebido, mas jamais sentido por pessoas brancas.

Abaixo apresento uma tabela com palavras ditas e não ditas. Do lado esquerdo da tabela estão palavras utilizadas pelas interlocutoras ao longo das entrevistas. Do lado direito, em itálico, algumas associações. As associações são um recurso para a analítica fanoniana (FANON, 2008, 2015; KILOMBA, 2019). Fanon (2008) defende que profissionais psi estejam atentas(os) aos efeitos do racismo para as subjetividades e que ajam no sentido de “conscientizar o inconsciente”.

Tabela 10: *Malditas palavras*

- as palavras ditas -	*- o não dito que tá alí/aqui, dá pra perceber/sentir! -*
Pele	*negra* (racialização, colonização, coisificação)
criança-jovem-adulta-idosa **‘negra trabalhadora’**	*“mucama”* (exploração do trabalho infantil)
mulher negra ‘**cabocla pega pra cachorro**’	*“mulata”* (exploração sexual e miscigenação)
terra do alemão - **farmácia do patrão**	*patriarca* *homem-branco* (“problema do proletariado e da colonização”)
patroa alemã	*“esposa-do-patriarca”* *mulher-branca* (“problema do proletariado e da colonização”)

Fanon (2008, 2015), Gonzalez (2019), Kilomba (2019), Césaire (2010) ajudam a compor a coluna dos ‘não dito’. As palavras entre aspas trazem os conceitos abordados anteriormente neste capítulo.

Sobre o racismo Kilomba (2019) argumenta: “não é biológico, mas discursivo. Ele funciona através de um regime discursivo, uma cadeia de palavras e imagens por associação”

(p. 131). Não por acaso, até mesmo no 'não dito' é possível perceber/sentir os efeitos da racialização colonial.

Tal qual apresentado anteriormente, o *trauma* do racismo se dá no encontro com a colonialidade. Esse é o trauma que gera um corte e transforma o *sujeito de pele negra* em "Outro/a" da pessoa branca. Como argumenta Fanon (2008), "é na corporeidade que se atinge o preto. É enquanto personalidade concreta que ele é linchado" (p. 142).

Abaixo trago uma outra citação de Fanon, que nos ajuda a contextualizar falas como: "Eu chorava de noite, pra ir embora pra casa, mas aí eu me lembrava do que meu pai dizia" e "Eu era triste por não ir pra escola".

> Na Europa e em todos os países ditos civilizados ou civilizadores, a família é um pedaço da nação. A criança (branca) que deixa o meio familiar reencontra as mesmas leis, os mesmos princípios, os mesmos valores. *Uma criança normal, crescida numa família normal, será um homem normal*[138]. Não há desproporções entre a vida familiar e a vida nacional. (...) *Uma criança negra, normal, tendo crescido no seio de uma família normal, ficará anormal ao menor contato com o mundo branco* (FANON, 2008, p. 128-129, destaques próprios).

Tanto Lélia quanto Judite trouxeram lembranças do que sentiram ao entrar em contato com os interditos que a colonialidade impõe até mesmo para as crianças negras. Em ambas as experiências o racismo provocou sentimentos de solidão e impotência. Em outro trecho da entrevista Vanete complementou: "O Brasil não está preparado nem para se reconhecer como racista, nem para devolver o prejuízo que deu pra população negra". Para finalizar esse tópico, novamente a Grada Kilomba (2019):

> *O racismo cotidiano não é um evento* violento na biografia individual, como se acredita - algo que "poderia ter acontecido uma ou duas vezes" - *mas sim um acúmulo de eventos violentos que, ao mesmo tempo, revelam um padrão histórico de abuso racial* que envolve não apenas os horrores da violência racista, mas às memórias coletivas e o trauma colonial (KILOMBA, 2019, p. 215, destaques próprios).

No último tópico deste capítulo será abordado o cruzamento da experiência de ser *mulher* **e** *negra* no contexto da colonialidade.

5.1.4 Racismo genderizado

[138] Fanon faz uma provocação na nota de rodapé do texto explicando que não é sua intenção explicar o que é normal.

Autoras como Lélia Gonzalez (2019) e Grada Kilomba (2019) defendem que a separação dos debates de raça e de gênero nos meios acadêmicos e políticos contribuem para a invisibilidade das *mulheres-negras*. Há aí duas problemáticas envolvidas: precisamente *gênero e raça*. Quando feministas brancas conceituam gênero, muitas vezes negligenciam as questões de raça. Do mesmo modo, ao abordar o racismo, teóricos negros omitem às mulheres e até mesmo confundem a palavra 'homem' com 'pessoa'. Kilomba (2019) exemplifica essa questão na obra de Fanon (2008). Ambas as autoras, Gonzalez e Kilomba - seja no final do século passado, ou início desse século - denunciam o reduzido número de estudos de/com *mulheres negras* e convidam estudiosas e estudiosos à autocrítica[139].

Precisamos (pessoas de diferentes cores) reconhecer e valorizar a história e resistência das mulheres negras. Como afirmou Lélia Gonzalez (2019): "A mulher negra tem uma tradição de "segurar a barra" da comunidade. Imagine uma comunidade quilombola. Quem segurava essa barra? Quem provia a alimentação? A mulher, que trabalhava no sentido da manutenção da sua própria comunidade" (p. 376).

O trabalho ora apresentado, com todas as ressalvas de ser uma produção acadêmica de autoria branca, busca dialogar com o convite das autoras. E, na condição de tese de doutorado, ousa ser propositivo. Melhor dizendo, propositivo-repetitivo. Por exemplo, já foi dito pelo intelectual, político e artista Abdias do Nascimento (2016; 2019) que precisamos de uma democracia plurirracial. Aqui atualizo esse indicativo e sugiro que para uma verdadeira/ética/justa democracia faz-se necessário que seja observada a proporcionalidade da população negra nas gestões públicas municipais, estaduais e federal.

Também gostaria de ser propositiva-repetitiva e lembrar da importância da paridade de gênero em toda e qualquer esfera pública. No caso das políticas públicas para mulheres, se a gestão só tiver vaga pra uma pessoa, se existir a dúvida entre uma mulher branca e uma mulher preta, que as dúvidas acabem. A prioridade deve ser da mulher preta (se assim ela desejar!). Mulheres brancas no poder, por mais bem intencionadas, correm um risco muito maior de negligenciar as questões de raça, desse modo, a maior parte da população de mulheres, as mulheres negras, podem não ser contempladas. Segundo a ex ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil (2011-2014), Luiza Bairros *apud* Sonia

[139] Aqui vale lembrar que entendo que nesses estudos mulheres negras e brancas produzem a partir de lugares bem diferentes. Também queria registrar que no plano ideal, penso que pessoas negras produzam textos como esse, apenas com interlocutoras-negras. Entretanto, vejo que existe uma lacuna na academia. Isso é silenciamento e omissão. E a descolonização tem urgência. É na perspectiva de "*uma vai e puxa a outra*" que eu gostaria de pedir licença.

Alvarez (2012): “O ponto de partida é a questão racial mesmo. Em minha opinião, se você especifica o racismo, tem uma possibilidade maior de dar conta das questões das mulheres negras mais do que quando você especifica o sexismo” (p.840).

Como aprendemos com Jurema Werneck (2009), as mulheres negras acumulam uma bagagem histórica de atuação política matrigestora que é muito anterior a tragédia colonial (ANI, 2019). Para finalizar esse capítulo, mais uma vez, peço emprestadas as palavras de Grada Kilomba:

> Esse trabalho é um espaço para performar a subjetividade, para reconhecer mulheres *negras*, em particular, e pessoas *negras* em geral, como *sujeitos* desta sociedade - em todos os sentidos dessa palavra (2019, p.81).

A partir dessas provocações, concluímos esse capítulo que teve por objeto observar as diferentes dimensões de *sujeito* (individual, coletivo e político) das gestoras interlocutoras. Começamos a abordar as discussões sobre *colonialidade do ser* e do *colonialidade do saber*. No capítulo seguinte, “*Políticas públicas para mulheres no semiárido pernambucano: sobre gestoras, redes e territórios”*, nos aprofundaremos em temas relativos à *colonialidade do poder*.

6 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO*: SOBRE GESTORAS, REDES E TERRITÓRIOS*

Este capítulo busca seguir a apresentação das interlocutoras da pesquisa. Aqui proponho um deslocamento do foco da análise do espaço privado (o interior de famílias afrodispóricas) para o espaço público (especialmente as gestões públicas). Também serão abordados os contextos municipais onde as gestoras-interlocutoras atuam; desde a criação do Organismo Municipal de Políticas para Mulheres até os dias de hoje (ou pelo menos até a realização das entrevistas).

Antes de seguir, gostaria de apresentar um breve panorama do que eu conhecia a respeito de outros estudos sobre políticas públicas para mulheres. Na altura do fechamento do projeto de pesquisa para o exame de qualificação, precisei definir que os "*sujeitos políticos*" das "*políticas públicas para mulheres*" seriam meu *objeto*[140] de pesquisa. Busquei artigos científicos na biblioteca eletrônica *Scielo* a partir do mecanismo de busca avançada utilizando duas palavras: 'política(s)' e 'mulher(es)'. Encontrei um total de 305 artigos publicados em periódicos brasileiros. Desses, percebi que cinco concentravam o maior número de publicações: Revista de Estudos Feministas (com 44 artigos), Revista Brasileira de Ciência Política (25 artigos), Caderno de Saúde Pública (19 artigos), Cadernos Pagu (17 artigos), e Ciência e Saúde Coletiva (12 artigos). Além disso, importante destacar a Revista Psicologia & Sociedade, com um total de oito artigos, sendo o décimo periódico com maior número de publicações. Vale observar que nenhum desses trabalhos que encontrei faz referência direta às *políticas públicas* para as mulheres *em Pernambuco*; seja no âmbito estadual, ou municipal.

O resultado dessa busca nos ajuda também a compreender que a articulação entre 'política(s)' e 'mulher(es)' tem se fortalecido a partir de campos de estudos interdisciplinares – sobretudo os campos de estudos de gênero e estudos da saúde coletiva. As áreas de Ciência Política e Sociologia também se destacam pelo número de trabalhos. No que se refere à Psicologia, a articulação entre 'política(s)' e 'mulher(es)' ganhou destaque especialmente nas últimas décadas, através do campo da Psicologia Social. Essa última observação dialoga com

[140] Esse termo é muito complexo. Metodologicamente nos ajuda a circunscrever aquilo que foi o foco do estudo. Entretanto, a partir da lógica de escrita acadêmica colonizada, eurocêntrica embranquecida e embranquecedora. Na história da ciência moderna sistematicamente se incorre no erro da objetificação de corpos e subjetividades.

as reflexões do estudo apresentado anteriormente, de Santos et al. (2016), sobre os estudos feministas e de gênero na área da Psicologia.

Em seguida realizei uma busca no Banco de Dados de Teses e Dissertações (BDTD) a partir das palavras: 'política(s)' e 'mulher(es)'. Encontrei um total de 716 trabalhos. Desses, 512 dissertações e 204 teses. Achei interessante perceber que a UFPE está entre as universidades que mais produziram sobre política(s) e mulher(es). Temos o seguinte cenário: UNB (com 73 trabalhos), USP (70 trabalhos) e UFPE (46 trabalhos). Em seguida, a UFSC (44 trabalhos) e UFBA (43 trabalhos), sendo essas duas universidades reconhecidas nacionalmente no campo dos estudos de gênero.

De todos esses trabalhos, apenas dois faziam referência a organismos de políticas para as mulheres de âmbito municipal; uma dissertação de mestrado na área de Ciência Política, que focou a rede de enfrentamento à violência contra a mulher no município de São Carlos (São Paulo) e uma tese de doutorado, desenvolvida no Programa de Pós Graduação na área de Serviço Social da UFPE, que apresentou o contexto de implementação da Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres no município de João Pessoa (PB). Esse último trabalho se propôs olhar de forma ampliada a política pública para mulheres e, por fim, focar na política desenvolvida na capital paraibana.

Em sua tese, Elisângela Inácio (2009) apresenta uma discussão sobre o Estado e a 'Questão Social'; em seguida faz uma interlocução entre a 'Questão de Gênero' e o Movimento Feminista. Inácio dedica o último capítulo de sua tese para refletir sobre *gênero e violência,* implantação da Política Nacional e finaliza apresentado a criação e funcionamento da Coordenadoria de João Pessoa. A autora argumenta que as políticas para as mulheres têm operado de forma compensatória, a partir da lógica da vulnerabilidade. Avalio que essa seja uma crítica extremamente pertinente, no sentido de sugerir que as políticas públicas para as mulheres podem atuar em outros âmbitos que não só do enfrentamento à violência (doméstica), mas também no combate às desigualdades nos campos da educação, saúde, trabalho, acesso à cidade, cultura, meio ambiente, geração de renda, dentre outras possibilidades.

Inácio (2009) defende que a 'Questão de Gênero' vai além do enfrentamento à violência e então a autora propõe a *universalização de acesso à política para as mulheres*. Ao findar a leitura de sua tese, senti–me estimulada a refletir sobre o que seria essa universalização. Para complexificar essa problemática, trago a seguinte provocação de Mayorga, Coura, Miralles e Cunha (2013):

> Fazer do feminismo uma posição e ação plurais não é um exercício simples e que se reduz à retórica do *"vamos incluir todas as mulheres". É preciso problematizar e analisar quais dinâmicas de poder separam as mulheres e colocam, em disputa, a (re)construção de um projeto feminista.* O feminismo possibilitou a politização da sociedade ao desnaturalizar relações de poder que determinam a vida das mulheres na vida privada e pública, nas diversas instituições baseadas em subordinação compreendida como natural; é necessário também desnaturalizar e constantemente politizar o próprio feminismo (p. 481-182, destaques próprios).

Conforme apresentado anteriormente, com este estudo tenho o objetivo de provocar uma reflexão sobre os *sujeitos políticos* das políticas para as mulheres - gostaria então de realçar as dinâmicas de poder da disputa política sobre quem são as mulheres. O que seria então a universalização para as *políticas públicas para as mulheres*? E afinal o que são as *políticas públicas para as mulheres* nos contextos municipais? Quem são as pessoas que são compreendidas como mulheres? Para quem essas políticas devem atuar? Como podem atuar? Quem vai atuar? Por quê? Antes de tentar responder a essas perguntas, recuperemos a discussão sobre *ialodês*.

6.1 *IALODÊS* NA GESTÃO COLETIVA

> *Logo que o mundo foi criado, todos os orixás vieram a Terra e começaram a tomar decisões e dividir os encargos entre eles, em conciliábulos nos quais somente os homens podiam participar. Oxum não se conforma com essa situação. Ressentida pela exclusão, ela vingou-se dos orixás masculinos. Condenou todas as mulheres à esterilidade (...). Odolumaré soube, então, que Oxum foi excluída das reuniões. Ele aconselhou os orixás a convidá-la, e às outras mulheres, pois sem Oxum e seu poder sobre a fecundidade nada poderia adiantar.*[141]

De acordo com Jurema Werneck (2009) (já mencionada feminista negra brasileira, médica e doutora em comunicação), internamente às comunidades africanas afrodiaspóricas as *ialodês* permaneceram fortalecidas (fortalecendo e fortalecendo-se). Aqui vale retomar algumas reflexões da intelectual a respeito do termo:

---

[141] *Mitologia dos Orixás* de Reginaldo Prandi (2001, p. 345): "*Oxum faz as mulheres estéreis em represália aos homens*".

> *Trata-se, originalmente, de um título designativo da liderança feminina que, segundo registros historiográficos precários, existiu nas cidades iorubás pré-coloniais.* Ialodê indicava a representante das mulheres nos organismos de decisão pública coletiva. Algumas fontes assinalam que o termo ialodê nomeava também a associação pública a que diferentes mulheres se vinculavam. *Esta figura foi preservada em território brasileiro, no interior das comunidades tradicionais religiosas, passando a habitar a esfera do sagrado.* Nesta incorporação, ele se vincula às divindades femininas, *Oxum e Nanã,* a quem já me referi, assinalando seu *poder de ligar passado e futuro, unindo fecundidade e morte desde uma perspectiva de tempo cíclico, suas continuidades e transformações. E do protagonismo das mulheres* (p.156-157, destaques próprios).

Aqui vale retomar um argumento apresentado anteriormente: a ocupação de mulheres no Estado-branco é uma novidade, mas o fenômeno social *mulheres na política pública coletiva* não é nada novo para a cultura africana (a matriz filosófica/espiritual do povo preto brasileiro). Pelas palavras de Jurema Werneck, conheçamos/relembremos *Nanã* e *Oxum*:

> Nanã[142]: é a responsável pela *matéria de que é feita todo ser humano, a terra úmida, a lama e o lodo.* Insubordinada, *recusou-se a reconhecer e a aceitar a supremacia masculina* de Ogum, o senhor dos metais e das guerras, sobre as demais divindades. Esta recusa é simbolizada pela proibição do uso de metais em suas cerimônias até hoje. Nanã, mulher idosa, *está ligada também à morte, ao passado e à preservação da tradição* (WERNECK, 2009, p. 154, destaques próprios).

Sem dúvidas, uma ousadia do ponto de vista espiritual referir-me a orixás sem pedir licença. Espero que as palavras que vem a seguir não sejam desrespeitosas para as orixás e suas descendentes. Faço reverência e peço licença à ancestralidade africana[143]. Dito isto, gostaria de propor um olhar atento aos três grifos acima: *a terra, a lama e o lodo* são matéria prima do ser humano, mas também destino da matéria após a morte. Essa dimensão filosófica cíclica parece contribuir com um olhar atento para o passado que não perde de vista a conexão com a "preservação", necessária para o futuro.

Ao longo dos nossos diálogos, as gestoras-interlocutoras por vezes fizeram referência aos seus aprendizados e atuação junto a outras mulheres como base fundamental para a atuação política. Para ilustrar, trago passagens de falas de Vanete:

---

[142] Sugestão de leitura: "*Ogum conquista para os homens o poder das mulheres*", "*Nanã tem um filho com Oxalufã*" e *"Nanã proíbe instrumentos de metal no seu culto*" (PRANDI, 2001).

[143] Na condição de mulher branca e acadêmica, humildemente assumo que não sei exatamente a melhor forma de pedir essa licença. Busquei manter-me alerta à minha grande chance de errar e espero ter sido prudente com as palavras.

> *Não vou trair de onde eu venho, que é o movimento de mulheres, eu preciso aceitar as reivindicações.*
>
> Foi um compromisso político, a gente cobrou, cobrou e na hora de fazer isso era necessário, de assumir esse lugar. Também é um comprometimento com o movimento. *O Fórum de Mulheres do Pajeú se comprometeram em ajudar Vanete na atuação de gestora em Várzea da Caatinga. Isso também pesou.* Eu contava e conto com esse movimento até hoje. *É um cargo de Vanete, mas ele foi entregue ao movimento e a gestão dele é também de responsabilidade do movimento.*

Lélia e Vanete trazem com muita força a dimensão cíclica da gestão pública em relação ao movimento de mulheres e ao movimento negro. Elas compreendem que a política pública para mulheres/pessoas negras nasce nos movimentos sociais. Então, é para atender as demandas desses movimentos que elas atuam como gestoras públicas. Outro aspecto destacado no trecho acima de Werneck (2009) faz menção à postura de insubordinação à supremacia masculina. Através dos diálogos com as gestoras-interlocutoras foi possível observar o mesmo.

Seguindo os passos de Jurema, sigamos para a apresentação de Oxum:

> Oxum[144]: *travou uma disputa* com Orixalá, o rei, por seus poderes. Dessa disputa *saiu vitoriosa,* tornando-se a senhora do ouro e da riqueza. Como *Nanã, é chamada de Ialodê, a que fala pelas mulheres*. Está ligada à fecundidade, à menstruação e ao *futuro. E à instabilidade simbolizada pelo curso dos rios.* Uma das características mais expressivas de Oxum é sua sensualidade, sua *sabedoria* (WERNECK, 2009, p. 155, destaques próprios).

A orixá Oxum é associada a imagem do espelho (PRANDI, 2001). Através do espelho é possível olhar para si, mas também para o que está a nossa frente e também atrás de nós. Aqui lembro mais uma vez do idiograma adinkra que simboliza o giro do pescoço de uma ave, o Sankofa. No chão, os pássaros viram o pescoço e assim podem olhar para trás (o passado). A mensagem que fica é que são os conhecedores do passado e quem podem voar (para o futuro). Ou, chega-se no futuro a partir do olhar atento ao passado.

Ainda sobre o espelho de Oxum, gostaria de retomar a passagem da abertura do campo dessa pesquisa (mencionada no capítulo metodológico). Lélia nos convidou para olharmos para o passado a partir de uma nova perspectiva. Ela propõe que a população negra olhe para si e

---

144 Sugestão de leitura: mito "*Oxum dança para Ogum na floresta e o traz de volta a forja*" e "*Oxum difama Oxalá e ele a faz rica para se livrar dela*" (PRANDI, 2001).

para sua própria história. Podemos supor que metaforicamente ela propõe um espelho para a população negra. De pé, em voz alta, com a coluna reta, vestida de amarelo, cabelos entrançados e brincos que brilham, Lélia falou para todas as presentes no Fórum de Gestoras do Semiárido em Maio de 2018 no Recife: "*Precisamos recontar essa história a partir do ponto de vista da população negra".*

Muitas são as associações possíveis entre as gestoras interlocutoras desta pesquisa e as referências das *ialodês* apresentadas por Jurema Werneck (2009). Para finalizar o argumento, gostaria de afirmar que compreendo que através da tradição oral ancestral as *ialodês afrodiaspóricas* tornaram-se mulheres com uma diferenciada preparação filosófica (pré-colonial) para a gestão públicas. Como defende a autora:

> A ialodê reafirma e valoriza a presença e a ação das mulheres individual e coletivamente nos espaços públicos, sua capacidade de liderança, de ação política. Valoriza também as características individuais que Oxum e Nanã carreiam: a capacidade de enfrentar ou contornar obstáculos, a negociação, a luta e sua força de vontade para realizar aquilo a que se propõem e que outras mulheres negras e a população negra esperam que façam, contra as variadas formas de violência, estereótipos e desqualificação que lhes são contrapostos. Valorizando também a capacidade de realização, de criação do novo ou da modernização, como *Oxum* assinala, o que inclui a preservação da tradição, atributo de *Nanã*.
>
> Não se trata de contrapor ao mito de fundação patriarcal ou da branquitude burguesa do feminismo um outro que simbolize seu oposto radical, quer dizer, que reitere essencialismos e estereótipos com sinais trocados. Ao propor uma interpretação a partir e através das ialodês e dos diferentes repertórios identitários a que lançamos mão, o que pretendo é mostrar o caráter contingente do relato patriarcal e racista, naturalizado e reiterado nas historiografias da cultura, do antirracismo e do feminismo. E, principalmente, recolocar o lugar das mulheres negras e o impacto de sua atuação para a constituição da diáspora negra. Como também para as disputas ainda em desenvolvimento, que podem ser capazes de impactar, inclusive, a cultura global (p.161).

A sabedoria das *ialodês* precisa ser conhecida e respeitada por todas(os) que vivemos neste território colonizado chamado Brasil. Como nos alerta Abdias do Nascimento (2016), nós intelectuais brasileiras(os) não podemos contribuir com a 'bastardização' da cultura afro-brasileira. Além disso, como disse Aimé Césaire (2010), os saberes europeus são incapazes de resolver o problema que a própria Europa criou.

> A empresa colonial é para o mundo moderno o que o imperialismo romano foi para o mundo antigo: precursor do desastre e da catástrofe. Os índios

> massacrados, o mundo muçulmano esvaziado de si mesmo, o mundo chinês desonrado e desnaturado durante todo um século; o mundo negro desacreditado; vozes imensas apagadas para sempre; lugares atirados ao vento; todo esse serviço mal feito, todo esse desperdício, a humanidade reduzida a um monólogo, e vocês creem que tudo isto não se paga? A verdade é que nesta política "está inscrita a perdição da própria Europa", e que a Europa, se não tomar precauções, perecerá pelo vazio que criou ao redor de si (p. 78-79).

Aqui convém lembrar que sabemos que a população brasileira é majoritariamente negra[145]. As referências filosóficas de matriz africanas precisam ter sua real importância finalmente reconhecida nesse país - não só pelas pessoas negras, mas por todo o conjunto da população (NASCIMENTO, 2016; GONZALEZ, 2019; BENTO, 2014). Caso contrário, continuaremos a ser 'uma sociedade culturalmente alienada' (GONZALEZ, 2019) e repetiremos/ampliaremos o 'monólogo genocida' (CÉSAIRE, 2010; NASCIMENTO, 2016). Como disse a gestora-interlocutora Lélia:

> A nível de Brasil, teve Abdias do Nascimento, dentro do movimento negro. Abdias do Nascimento, né? Fazendo essa política ferrenha. Porque, eu acho assim, que um dos maiores quadros que o movimento negro teve é Clóvis Moura, um sociólogo. *Sociologia do Negro Brasileiro*[146]. Muniz Sodré, Helena Teodoro... Se eu for nominar as referências negras que nós temos aí, são muitas. Aí, fora, nós temos Angela Davis, Steve Biko, Nelson Mandela e aí... *Cheikh Anta Diop!* (voz de entusiasmo) Que são os filósofos negros que, infelizmente, a gente não... Nós não conhecemos dentro da academia. Esses caras têm uma produção teórica belíssima e a academia do Ocidente não conhece.

Nós, pessoas humanas de diferentes cores, se não queremos piorar a vida de nossas(os) descendentes diretas(os) e/ou apressar o fim de nossa espécie, precisamos ouvir outras vozes que não a incompetente e unívoca branca-européia-ocidental.

6.1.1 *Ialodês afrodiaspóricas* e políticas para mulheres no Agreste e no Sertão

O lindo prá mim é céu cinzento
Com clarão entoando o seu refrão
Prenúncio que vem trazendo alento
Da chegada das chuvas no sertão
Ver a terra rachada amolecendo
A terra antes pobre enriquecendo
O milho pro céu apontando

[145] Ver Quadro 1 do IBGE (2009) População total e respectiva distribuição percentual por cor ou raça do capítulo metodológico.
[146] A gestora fez referência ao título da obra do autor.

O feijão pelo chão enramando[147]

O trecho da música "*Ver a terra rachada amolecendo A terra antes pobre enriquecendo"* pode ser uma metáfora que simboliza a festa por cada retorno das *ialodês* aos negócios públicos - depois de anos de distância provocados pela colonialidade. No que se refere à chegada à gestão de política para mulheres, todas as interlocutoras fizeram referência às suas atuações como militante política e profissional como motivo do convite para assumir a gestão do Organismo. Antes de iniciar, vale um quadro síntese para nos lembrarmos dos nomes (fictícios) das gestoras e dos municípios e nome da região correspondente:

Tabela 11: Relembrando: gestoras, municípios e regiões

Gestora	**Município onde atua**	**Região**
Lélia	Carcará do Sertão	Sertão do São Francisco (extremo oeste de PE)
Vanete	Várzea da Caatinga	Sertão do Pajeú (região central de PE)
Judite	Noruega do Sul	Agreste Meridional (entre o sertão e o litoral de PE, próximo a AL, região próxima à extinta República dos Palmares)

Na fala de **Lélia** é possível perceber que ela iniciou a trajetória na *gestão municipal* a partir da *Política Pública de Cultura*. Além disso, ela ganhou *respaldo junto às comunidades quilombolas da cidade* a partir do trabalho que começou a desenvolver ainda como profissional do *Programa Produzir*, uma parceria da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) com o Ministério da Integração Nacional do *Governo Federal*.

> Quando eu cheguei, em 2007, nós tínhamos algumas ações, assim, importantes pra ser trabalhadas. E uma delas é a questão de gênero e de raça. *Carcará do*

[147] Trecho da música 'Festa', de Gonzaguinha, cantada junto a Luiz Gonzaga, seu pai e um dos maiores compositores e intérpretes do Brasil. 'Gonzagão', entre as décadas 70 a 80, construiu narrativas que apresentaram perspectivas estéticas sertanejas - até então desconhecidas para as demais regiões do país. Em maior, ou menor proporção, Luiz Gonzaga faz parte do imaginário de todas(os) nós; nordestinas(os,) ou brasileiras(os).

> *Sertão* é uma cidade negra, né? 98% da população é negra. E nós não tínhamos... O Município não tinha uma ação que trabalhasse a questão de gênero, de raça e de etnia. E aí, como eu estava enquanto Ministério e eu propus essa discussão pra dentro da Prefeitura e a Prefeitura... Na época, né? Não... E aí eu comecei a fazer trabalhos pontuais em cima da Prefeitura, né? Assessoria, palestra, assessoria, palestra... E aí, a partir disso, eu fui começando a criar núcleos de discussão, assim. *Autodefinimos as quatro Comunidades Quilombolas e hoje tem mais três em processo de autodefinição.* E a partir dessa definição das comunidades quilombolas nós começamos a construir multiplicadores nas comunidades. Hoje as comunidades discutem racialidade, né? Hoje nós temos uma parceria pra discutir racialidade. E, inclusive, *quem me indicou também pra ser Secretária, foram as comunidades quilombolas. Elas, né? Me ajudaram a fazer.*
>
> Foi a partir das minhas vivências de militante que eu fui indicada pra ser. *Eu fui indicada em 2011 em Carcará do Sertão pra ser Diretora de Cultura. Porque eu tinha essas vivências, né? Com as culturas, com as culturas negras, com as culturas indígenas. E essa diversidade de olhares sobre as culturas foi que fez eu ir pra dentro do departamento de cultura em 2011, onde eu atuei por um ano e meio.* E depois eu retornei, agora na gestão, como Secretária Executiva de Mulheres e Políticas de Ações Afirmativas. Por causa da luta organizada que eu tenho dentro dos movimentos, dentro dos partidos, dentro do partido político, nas comunidades, nos terreiros, nos quilombos, né? Então, influenciou muito pra minha ocupação nesse cargo hoje.

Vanete não havia atuado anteriormente na gestão municipal. Sua chegada no setor público tem como ponto de partida a *militância política no movimento feminista* e pressão da sociedade civil para a criação do Organismo de Política para Mulheres.

> Antes de estar gestora, eu integrava, inclusive, a coordenação do Fórum de Mulheres do Pajeú. Também integrava a AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras), e aí a gente tinha uma atuação no que tange os direitos das mulheres na região, no estado e também na conjuntura do país.
> R: A senhora avalia que *essas experiências no movimento feminista, no movimento de mulheres te levaram a gestão de política pública pras mulheres?*
> *- Foi a razão de ser, né?* Dentro dessas reivindicações enquanto feminista, enquanto militante do movimento social, a gente cobrava dos gestores a implantação dos Organismos de Políticas para as Mulheres na região.
>
> *Estar como gestora pública foi em função da militância.* E a minha vida profissional também, foi em função da militância política. *Então uma coisa está sempre atrelada a outra, elas se entrelaçam.*
>
> R: Tem mais alguma consideração que tu tem vontade de fazer a respeito da tua militância política e que forma essa militância te levou a ser gestora hoje?
> *- A vontade de que nenhuma mulher passasse por uma situação de violência.* A minha atuação política de militante ela contribuiu, mas a possibilidade de diminuir o sofrimento das mulheres diretamente, isso possibilitou bastante, e além… Da militância política às questões pessoais, elas influenciam bastante.

> *Pessoalmente eu já passei por situação de violência doméstica e isso também contribuiu; poder ajudar uma mulher que esteja de situação de sofrimento.* Isso é uma possibilidade de diminuir o sofrimento de outra pessoa, é uma possibilidade que alimenta o ego. *Se eu puder fazer o que fizeram comigo. Retribuir, na verdade…*

Vanete trata a experiência como militante feminista como 'a razão de ser' hoje ser gestora de política para mulheres. E na passagem 'elas se entrelaçam' novamente é possível perceber a dimensão cíclica da sua atuação política. Todo o conjunto das falas nos ajuda a perceber que não só ela entender que se formou politicamente pela militância feminista-negra-rural e precisa construir uma devolutiva para essa militância. Como pessoa, ela também entende este gesto como uma retribuição às mulheres, pois foram as mulheres que lhe ajudaram quando ela foi vítima de violência doméstica e precisou de ajuda.

Feministas como bell hooks (2017), Grada Kilomba (2019), Lélia Gonzalez (2019) ou Vanete Almeida[148] corroboram com a perspectiva de fortalecimento da amorosidade como prática libertadora. Ângela Figueiredo (2019) em um texto sobre a Marcha das Mulheres Negras recorda a importância do "uma sobe, puxa outra…" (p.217). Aqui também poderíamos utilizar o (por vezes controverso) termo feminista 'sororidade'.

Sobre o motivo do convite para assumir a gestão, **Judite** faz alusão ao seu trabalho como profissional de psicologia na *Política Pública de Assistência Social*. Quando perguntei sobre militância política, ela fez referência à 'militância pelas questões sociais':

> R: Antes de ser gestora, a senhora se considerava uma militante política?
> - Sim, me considerava. Não só da causa da mulher, mas de questões sociais mesmo. Então eu já tinha feito trabalho voluntário no CRAS[149]. O Meu estágio obrigatório também eu fiz no CRAS, numa das regiões, inclusive, numa das áreas mais... Assim, já foi uma área muito violenta.
>
> Com esse aprendizado de luta que você tem que olhar o sujeito não só na sua individualidade, mas em todo o contexto cultural, político, econômico e religioso. Isso é... Pelo menos no meu caso a Universidade, principalmente na (faculdade pública da região), me deu isso. Esse olhar macro. Pode não acontecer como todo aluno, mas no meu caso aconteceu de ter essa abertura para uma percepção maior. *Até pelo curso de Psicologia. Você não vê o sujeito individual, mas como fruto de todo um conjunto de condições e fatores. Então foi muito importante. Você passa a compreender certos fenômenos e não passa a individualizar o adoecimento. Então você vê que tudo vem de um contexto social muito maior.*

[148] Conforme dito anteriormente, Vanete foi uma mulher sertaneja que trabalhou para fortalecer a autoestima das mulheres rurais.
[149] Centro de Referência de Assistência Social.

Ela também se refere à relação de confiança com a antiga gestora, sua professora de sociologia na faculdade. Como psicóloga e pessoa sensível a questões relacionadas à violência doméstica[150], Judite ofereceu-se para trabalhar como voluntária na execução da política pública para mulheres.

> *Luiza* era presidente lá (na faculdade particular da região) e já me conhecia como aluna e tinham alguns trabalhos que a gente fazia e ela me conhecia lá na faculdade. Então, você vai se destacando. *Por exemplo, nos meus trabalhos eu trazia essa questão social, trazia reflexões sobre Marx. Então quando ela soube que eu tava no CRAS, perguntei se poderia fazer algum trabalho voluntário aqui com as mulheres, enquanto psicóloga.* E ela disse "Claro que pode!". *Aí eu vim primeiro como voluntária.*
>
> Eu já tinha me formado e então eu disse "eu vou ver a condição dessas mulheres pra ver o que eu posso fazer sobre isso". Então eu vim e passei aqui acho que três ou quatro meses como voluntária. E aí *uma coisa que eu fui percebendo aqui foi como as mulheres que estavam em acompanhamento psicológico... Ela começava a se dar conta do que vivia, ela não voltava pra situação de violência, mesmo tendo a dependência econômica. Mas quando ela tinha esse espaço de escuta e tinha esse espaço de se enxergar como sujeito de direito... Porque ela não se enxerga... É como pra ela só fosse essa situação que é construída culturalmente, né? Esse olhar que se tem sobre a mulher.* Então... ela não voltava. Então *Luiza* me contratou e foi bem legal essa minha trajetória aqui.
>
> *Eu comecei como técnica, nesses atendimentos. Aí, em seguida, o meu cargo mudou e eu passei a ser a Coordenadora do Centro de Referência* (Especializado em Atendimento à Mulher), que funciona aqui (na Secretaria da Mulher).

Judite diz que essa passagem de voluntária para Coordenadora foi rápida e causou estranhamento em parte da equipe que chegou a dizer algo como "Poxa... A pessoa chega ontem e de repente passa a coordenar uma equipe que já estava há mais tempo, que é todo mundo mais velho, todo mundo tem mais experiência". Ela disse que a psicóloga anterior era muito boa, mas por ser uma profissional cedida pela Secretaria de Saúde, só estava no CEAM duas vezes na semana. Desse modo, com a chegada de Judite, o serviço amplia a possibilidade de atuação. Em paralelo, ela passou também a trabalhar em atividades de prevenção à violência - através de palestras. Essas atividades ganharam destaque e promoveram o Organismo no cenário local.

Nos três percursos acima mencionados é possível perceber uma ação ativa e direta dessas mulheres para a ocupação de um espaço na gestão pública. O convite para assumir o cargo não foi tratado como surpresa para nenhuma delas, mas sim como a consequência de uma ação planejada. Um caminho passa pela *política pública de cultura e movimento quilombola*,

[150] Como vimos, ela conheceu essa realidade ainda quando criança, antes da separação dos pais.

outro pelo *movimento feminista* e outro pela *política pública de assistência social.* Em todos os municípios estudados essas gestoras são reconhecidas pela população como mulheres com legitimidade para ocupar o cargo da política para mulheres.

Interessante observar que os percursos apresentados acima parecem dialogar com o caminho de outras mulheres até a gestão pública - essas trajetórias passam pela militância política. Sônia Alvarez (2012), pesquisadora feminista latino-americana, entrevistou Luiza Bairros na altura em que esta era ministra chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR). Luiza Bairros (que faleceu em 2016), além de gestora, era uma intelectual especialista nos estudos feministas e relações raciais. Quando questionada sobre o que a levou a um cargo de tamanha magnitude no Governo Federal era responde:

> É difícil saber o que exatamente lhe traz para o lugar que você ocupa no momento. Até porque não havia uma intencionalidade nesse sentido. *Toda a minha trajetória de militância se deu em primeiro lugar no movimento negro.* E, pelas contradições que aí a gente identificava nas relações entre homens e mulheres militantes, passamos, *sob a influência de Lélia Gonzalez, a nos reunir num grupo de mulheres negras* (p. 835, destaques meus).

Nessa passagem é possível ainda observar o papel de Lélia Gonzalez não só como intelectual intérprete do Brasil, mas também como uma militante de suma importância para a organização das *mulheres negras* como segmento político. A seguir será apresentada uma discussão sobre a políticas públicas e semiárido do Nordeste brasileiro.

6.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES NO SEMIÁRIDO NORDESTINO: REFLEXÕES SOBRE AS *'CIDADES DAS COLONIZADAS'*

Para abrir a discussão dos dois subtópicos a seguir, gostaria de problematizar o termo 'semiárido nordestino' ao qual me refiro no título deste tópico. Sem dúvidas, faço alusão a um lugar físico, um espaço geográfico, com coordenadas definidas (latitude e longitude). Mas, especialmente, gostaria de pensar no semiárido como um território de existência subjetiva. Trago duas referências que nos ajudam a pensar essa *zona do não ser*. No livro "Os Condenados da Terra" Fanon (2015) trabalha a noção de *cidade do colonizado*. Vamos à descrição produzida pelo autor em 1968:

> A cidade do colono é uma cidade sólida, toda de pedra e ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada, onde as latas de lixo transbordam sempre de restos desconhecidos, nunca vistos, nem mesmo sonhados. (...) A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, *a aldeia negra,* a *Medina*, a reserva é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Ali nasce-se em qualquer lugar, de qualquer maneira. Morre-se em qualquer lugar, de qualquer coisa. (...) *A cidade do colonizado é uma cidade faminta, esfomeada de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade agachada, uma cidade de joelhos, uma cidade prostrada. É uma cidade de pretos* (FANON, 2015, p. 55-56, destaques próprios).

A segunda referência com a qual gostaria de dialogar é de autoria de Lélia Gonzalez (2019): 'o Brasil subdesenvolvido de localização periférica'. Em 1979, cerca de uma década depois das palavras de Fanon, Gonzalez faz as seguintes observações a respeito do contexto brasileiro:

> Um dos legados concretos da escravidão diz respeito à *distribuição geográfica da população negra,* isto é, à sua *localização periférica* em relação às regiões e setores hegemônicos. Em outras palavras, a maior concentração da população negra ocorre exatamente no chamado *Brasil subdesenvolvido,* nas regiões que predominam as formas pré-capitalistas de produção (GONZALEZ, 2019, p. 65, destaques próprios).

Poucos anos depois, em 1982, Gonzalez (2019) atualiza sua reflexão:

> *As condições de existência material dessa população negra remetem a condicionamentos psicológicos que devem ser atacados e desmascarados.* Os diferentes modos de dominação das diferentes fases de produção econômica do Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do lugar na teoria de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje; a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O *lugar natural do branco dominante* são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegida por diferentes tipos e policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas, etc. até a polícia formalmente constituída. (...) Já o *lugar natural do negro* é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porções, invasões, alagados e conjuntos 'habitacionais" (...) o critério tem sido o mesmo: *a divisão racial do espaço* (GONZALEZ, 2019, p. 145, destaques próprios).

Para Fanon, Gonzalez e tantas(os) outras(os) intelectuais já mencionadas(os) existe o consenso que todo território colonizado pela cultura ocidental foi *racializado*. Não por acaso, embora se utilizem de termos diferentes *cidade do colono/lugar natural do branco dominante* e *cidade do colonizado/lugar natural do negro,* as descrições do autor e da autora são absolutamente semelhantes. Gonzalez (2019) também nos alerta para o*s "condicionamentos*

psicológicos que devem ser atacados e desmascarados". Todas essas passagens ajudam-nos a conectar com alguns argumentos centrais desta tese: que há uma *divisão racial do espaço* e que esta segregação tem os efeitos subjetivos nocivos para as pessoas mais vulneráveis do semiárido nordestino, sobretudo as *mulheres negras.*

6.2.1 Sobre a municipalização e interiorização das políticas públicas para mulheres em Pernambuco

Para retomar o diálogo com nossas gestoras-interlocutoras, gostaria de apresentar suas respostas para a seguinte pergunta: "Em sua opinião, qual a importância da interiorização e municipalização das políticas públicas para mulheres?". Ao responder essa pergunta Lélia referiu-se aos efeitos da municipalização no Sertão do São Francisco:

> *Fundamental importância, fundamental importância!* (...) Quando a companheira Madalena[151] (primeira gestora do Organismo), *ela vai na rádio, e ela fala que aqui tava criando um Organismo, isso cria um impacto, né? Eles podem debochar:* "A Lei Maria da... da..." Né? Botam um nome...
> R: Peia[152]?
> - Peia. Outros nomes assim pejorativos em relação à Lei. *Mas eles têm hoje... Hoje já existe no reflexo dos homens.*

Vanete discorreu sobre o Sertão do Pajeú:

> *O acesso a elas, né?* Pelas mulheres. *De você saber, por exemplo, mulheres populares saberem que existe uma política específica que pode atender... De saber que aquilo é direito e ir atrás, isso já é...* porque têm uma aproximação no território alcançado. *Uma coisa que fica à nível Federal, Estadual, só no Recife, pras mulheres mais populares é inalcançável. Elas compreendem que não conseguem chegar até...* Enquanto ela é *municipalizada, ela é mais alcançável, palpável e acessível.*
>
> *A primeira reivindicação era: Organismos específicos em todos os municípios, a segunda era a implantação da Delegacia da Mulher Região.* Porque na delegacia comum muitas mulheres não conseguiam registrar boletim de ocorrência, se a violência fosse violência doméstica. (...) E foram as duas principais bandeiras de reivindicação do movimento regional, do Fórum das Mulheres do Pajeú: implantação do Organismo de políticas para as mulheres nos municípios - e não só em (nome do município) - e a implantação da Delegacia Regional especializada em atendimento à mulher.

[151] Nome fictício.
[152] Peia: corda ou peça de ferro que prende os pés dos animais. O termo "levar uma peia" significa passar por uma situação de violência, de açoite. Esse foi o termo associado por homens sertanejos à Lei Federal que busca coibir os casos de violência contra mulher.

E Judite apresentou o contexto do Agreste Meridional:

> *Nós já tivemos em nossa cidade, a gente entrando e avançando, mulheres abrigadas* (nas casas de acolhida para mulheres vítimas de violência da SecMulher-PE) *que eram de comunidades rurais, ou de comunidades quilombolas. Então, isso é importante porque tá chegando.* A gente sabe que isso acontece ali, mas *se não chega à política pública, se não chega o serviço, aquela mulher morre sem nem ter tentado acessar qualquer tipo de serviço.* Se não chega até aquela mulher, inclusive o Organismo é importante para o reconhecimento da *situação de violência,* porque a gente sabe que *isso é tão naturalizado, que as mulheres, a comunidade, a gente enquanto sociedade, não reconhece violência, como sendo um caso grave.*

Todas às gestoras-interlocutoras fazem referência direta a uma mudança no cenário local; seja a incorporação da Lei Maria da Penha no imaginário "existe no reflexo dos homens", ou mesmo a possibilidade de acesso à política pública para mulheres. Elas destacam como beneficiárias da interiorização e municipalização as mulheres *populares, rurais* e *quilombolas*. A partir desses exemplos é possível perceber um contexto de expansão do alcance do Estado. Entretanto, aqui vale um alerta de um recém estudo publicado pelo IBGE[153] em 2019:

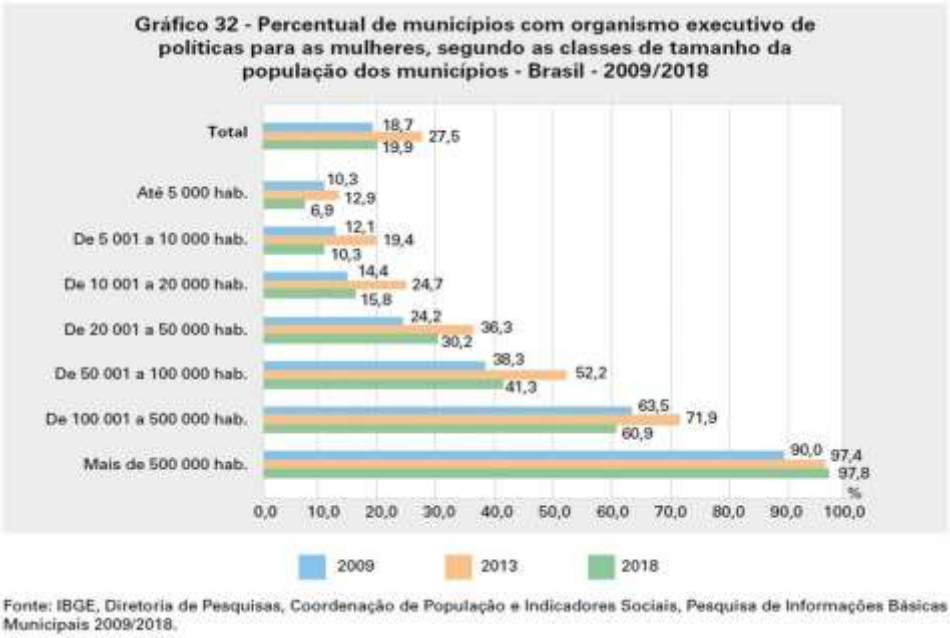

Figura 5. Gráfico IBGE 2009/2018.

[153] Complemento 1: 2018, ISBN: 9788524045042, Tipo de material: livro, Título: Perfil dos municípios brasileiros : 2018, Local: Rio de Janeiro, Editor: IBGE, Ano: 2019, Descrição física: 127 p. Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

Conforme é possível observar, entre os anos de 2009 e 2013 houve uma expansão geral no número de Organismos Municipais, contudo entre os anos de 2013 e 2018 esse movimento prosseguiu apenas dentre as cidades com mais de 500 mil habitantes. Nos municípios menores houve uma retração significativa. Ainda segundo o IBGE em 2018, doze anos de vigência da Lei Maria da Penha, apenas 8,3% dos municípios brasileiros têm delegacias especializadas de atendimento à mulher. Trago esses dados já no início deste capítulo para registrar o cenário atual de vulnerabilidade das políticas públicas para mulheres no Brasil.

Quando perguntei às gestoras-interlocutoras se existem particularidades da sua região que influenciam a forma de fazer política pública para mulheres duas delas (Lélia e Judite) trouxeram pontos negativos. Lélia destacou a questão da vulnerabilidade diante da brutal violência no Sertão:

> Nos municípios, pra mostrar assim, o papel da Secretaria… E mostrar os números do município. *Que até, às vezes, até é perigoso nós tornar público, sabia? É, porque nós temos que ter um certo cuidado com isso. Porque nós lidamos com uma questão que é muito forte, que é a questão das violências. Aí é complicado.*

Como é possível acompanhar a seguir, Judite primeiro referiu-se ao machismo do 'Nordeste todo', depois lançou uma problematização a respeito da possibilidade de existir uma forma específica de patriarcado no Agreste pernambucano:

> *O Nordeste todo, né? Tem essa questão muito machista e da preservação do casamento a todo custo. E da obrigatoriedade da manutenção do relacionamento ser da mulher. Eu não sei se isso é uma particularidade do Agreste, mas a gente vê muito muito muito isso*. E assim, a gente vê isso muito representado no judiciário e nas polícias também. E aí, a gente vê a dificuldade da mulher realizar um Boletim de Ocorrência. É uma dificuldade gigantesca. Dessa mulher chegar na Delegacia e escutar: "Se acalme! Tentem resolver. Se ele fizer de novo, a senhora volta aqui".

Em seguida ela especifica o contexto de Noruega do Sul (a frase grifada foi mencionada no capítulo metodológico):

> Então, *é uma cidade que vestiu a roupa de pacata, de religiosa e aí tem dificuldade de enxergar isso. E se você tem dificuldade de enxergar, você tem dificuldade de enfrentar isso, não é? É uma cidade que, meio que quer ter padrões europeus, embora rodeada de quilombo, né? São seis comunidades.* A cidade surgiu a partir de um quilombo, mas mesmo assim… Você nota,

> assim, essa dicotomia. Isso dificulta no enfrentamento (violência contra a mulher), a partir do momento que: *"Não, mas nós somos pacatos, nós somos religiosos, nós somos tranquilos..." E aí, a gente tem o número gigantesco de violência que não condiz com isso.*

Por fim ela aborda uma questão relacionada à cultura e religiosidade católica:

> *E outra coisa que a gente busca sempre desconstruir é meio que uma santificação dessa violência, sabe? A gente escuta muito: "Todo mundo tem uma cruz para carregar". E, se a mulher consegue carregar essa cruz, meio que ela santifica.* No final ela vai ter uma recompensa. E aí isso é muito ruim, porque aí, essa mulher, ela demora mais a buscar qualquer tipo de suporte, qualquer tipo de apoio. Só quando a situação está muito, muito, muito grave que busca.

Judite denuncia que a "*santificação da violência"* pode ser considerada um agravo no que diz respeito à saúde/dignidade/vida da mulher vítima de violência. Aqui novamente vemos um exemplo da colonialidade patriarcal. Aqui vale lembrar que a religião a qual Judite refere-se é aquela herdada dos colonizadores.

Em seguida perguntei às gestoras-interlocutoras que considerações elas poderiam fazer sobre o seu município no que se refere à relação rural/urbano, à dimensão territorial do município e à possibilidade de alcance da política para mulheres. A respeito dessa questão Lélia respondeu sobre peculiaridades de Carcará do Sertão, município com maior território rural dentre os estudados nesta pesquisa. Lélia conta de que modo tem trabalhado na tentativa de abranger o máximo possível todo o território municipal.

> *A zona de sequeiro, ela é maior que a zona ribeirinha, né? E na zona de sequeiro nós temos difícil acesso pra chegar, sem estrutura, né? Então é um desafio muito grande!* Na cidade, nós conseguimos já fazer essas discussões e aí nós temos um apoio mais efetivo. É o Conselho Tutelar, é o CRAS, é o CREAS que tem um trabalho dentro da própria, da própria cidade, da área urbana. O que nós não temos no município é na área rural.

Abaixo Vanete apresenta seu depoimento sobre Várzea da Caatinga:

> *Não, a gente não consegue o território completo, a gente tem feito...* algumas referências base, né? Por exemplo, alguma ação educativa na zona rural. A gente vai pra um povoado que atenda aquela região ali no entorno (...) *a gente tem se valido de lideranças comunitárias pra fazer essa articulação, mas a gente diretamente, não consegue atender em sua totalidade. (...) Tem ações, por exemplo, na zona rural que a gente não têm condições de atender pela falta de transporte. (...)* Acho que se a gente tivesse um veículo a gente teria

> uma programação mensal pra atender de um modo mais direto a população feminina rural.

As duas gestoras do Sertão mencionam a impossibilidade de alcançar todo o território municipal. Ambas se referem aos limites colocados pela precariedade da estrutura de transporte. A respeito da realidade de Noruega do Sul, Judite tem um relato um pouco diferente:

> É uma zona rural grande. Se a gente pensar nos padrões da cidade é, ela é grande, mas a gente consegue. E, assim, vale ressaltar que tem a política pública que chega nessa zona rural, não é? *Tem as Unidades de Saúde que estão lá, tem a Assistência Social que chega. Consegue chegar tanto na zona rural, quanto nas Comunidades Quilombolas, né? Quando a gente tem Unidade de Saúde para o Quilombo e quando a gente tem CRAS que chega especificamente para as Comunidades Quilombolas, então a política pública tem chegado.* (...) A gente pensa em estreitar mais e chegar mais. Porque nesses lugares, eu percebo, que é como que a violência fosse mais naturalizada. E dificulta a percepção dessa mulher, em situação de violência, para reconhecer e chegar até a gente.

Como é possível perceber já ao final de sua fala, ela compreende a necessidade de "chegar mais". Ela avalia que nas áreas rurais há uma certa naturalização da violência contra mulher que dificulta o reconhecimento da necessidade de pedir ajuda e/ou buscar diretamente um serviço público. No tópico a seguir irei abordar especificamente questões relacionadas aos Organismos Municipais.

6.2.2 Sobre Organismos municipais de políticas públicas para mulheres

Já na abertura deste tópico vale relembrar que *Organismos de Política para Mulheres* são *"órgãos executores da gestão de políticas públicas voltadas para garantir direitos, promover a igualdade e incorporar as mulheres como sujeitos políticos"* (BRASIL, 2014, p. 7). Nos subtópico a seguir irei me ater a criação do organismo de política pública para mulheres, o funcionamento atual do organismo, o modelo da gestão municipal e seus desafios, as principais ações da atual gestão do Organismo, a opinião das gestoras-interlocutoras sobre " para quem" as políticas para mulheres devem atuar e, para finalizar o capítulo, irei resgatar a discussão sobre a "cidade das(os) colonizadas(os)" através de uma passagem do campo em Carcará do Sertão.

6.2.2.1 Criação do Organismo de Política Pública para Mulheres

Lélia conta que quando chegou em *Carcará do Sertão*, em 2007, as discussões sobre gênero e raça estavam adormecidas/inexistentes. Como seu trabalho (no Governo Federal) era junto às comunidades tradicionais, ela entendeu que seria estratégico fomentar essa discussão no município. Ela nos relata porque:

> (...) o índice de violência do município era terrível. Sempre foi! A cultura do vaqueiro é uma cultura muito machista, não é? As violências psicológicas eram normais, na rua, né? Violências patrimoniais... Eu assisti umas dez na rua. Dos companheiros rasgando as companheiras, quebrando, enfim... E outras e outras situações de violência que nós identificávamos no município.

A gestora conta que, na altura, chamou o prefeito local para uma conversa e propôs um trabalho junto às escolas municipais. Entretanto, não foi nessa ocasião que o Organismo foi criado. Ao contrário, ela relata uma situação em que foi profissional e politicamente desrespeitada. Seu trabalho/militância foi utilizado-apropriado-explorado pelo prefeito da época exclusivamente para ampliar a popularidade e garantir uma reeleição - sem cumprir o compromisso com Lélia.

> E ele foi simpático à causa, até porque ele era um cara que tinha conhecimento nessas questões dos movimentos sociais. E aí abrimos e nós fizemos um trabalho em todas as escolas do município. Partindo dali ele se reelegeu. *E ele havia garantido, ele fez uma garantia de campanha que ele iria, na sua próxima gestão, incluir um Organismo de Mulheres. Aí nós começamos a discutir e discutir... E ele não implementou. Aí depois o outro governo, a outra gestão também.*

Em seguida ela explica que a luta não foi em vão, uma vez que foi possível garantir na gestão municipal um Departamento de Igualdade Racial:

> Nós tivemos um avanço porque criaram o feriado de 20 de novembro. Criaram o Departamento da Igualdade Racial. Mas não criaram de Mulheres. Porque, na realidade, eu estava de dentro da gestão e eu fazia a discussão de mulheres junto com a cultura, não é? Então eu... mas nós entendíamos que seria necessário ter um Organismo específico pelo alarmante índice de violência que o município apresentava. Todos os momentos, todos os dias. *Era cotidianamente uma violência de mulheres no município. E nós sempre nessa luta de organizar. Aí foi a primeira vez que nós começamos a ter essa interação com o Governo do Estado. Cobrar do Governo do Estado ações efetivas no município. Que se fazia necessário fazer uma ação efetiva no município. E aí a gente começou nessa interação a discutir e discutir. Em todos os espaços que nós trabalhávamos, né?* Nós, enquanto mulheres negras que pensavam o feminismo e o feminismo negro, nós discutíamos e incitávamos essa discussão. Então, esse caminho foi construído

> gradativamente em todas as gestões, nas duas gestões. Aí na gestão de Gení[154] (nome de antiga prefeita), que foi em 2012, acho que foi em 2012, ou 2016... Ela cria (o Organismo), por muita pressão política. A primeira mulher prefeita no município.

Durante nossa entrevista, Lélia retomou uma questão que havíamos conversado na semana de vivência em *Carcará do Sertão*, sobre a violência contra mulher no município ser forte a tal ponto de não poupar nem mesmo figuras públicas. Ela então explica por que a primeira prefeita eleita pela cidade não ter podido criar um Organismo Municipal de Política para Mulheres com *status* de Secretaria e porque o Organismo criado, um Departamento de Gênero, não pôde ter uma ação efetiva:

> Não tinha o entendimento de se construir o Organismo pras Mulheres, até porque o companheiro dela é extremamente machista. Ela era agredida pelo seu companheiro. É, a prefeita! Então, eu acho que ela não tinha... Ela não queria fazer essa discussão porque isso era o reflexo da vida dela, né? Aí então pra ela, incomodava muito ela. *Mas aí nós conseguimos implementar a Coordenadoria, o Departamento de Gênero. A companheira Madalena[155], foi a primeira gestora desse Departamento. Mas ele não tinha uma ação efetiva. A companheira Bel[156] (Coordenadora Regional da SecMulher-PE), né? Na realidade, quem fazia todo trabalho era a companheira Bel. Porque a Bel vivia no município, pressionando o Organismo pra que construísse espaços de discussões, né? Sobre a questão das violências no município, que sempre foi uma coisa absurda. E aí a gente... Aí nós entramos nessa luta com ela, né?* Incentivando ela pra nós... Madalena também era violentada pelo seu companheiro. Ela tinha dificuldade, né? Também de tocar esse Organismo. Mas enfim...

Por fim, Lélia abordou a questão da diluição-negligência-apagamento de pautas políticas e questões sociais relacionadas às racilidades. Esse fenômeno parece evidenciar o reduzido interesse político local nas pautas genuínas da população negra.

> Quando chegou nessa atual gestão, aí nós dizíamos: *"Pô... Agora nós temos um governo, identificado com as diferenças, porque o PT vai ser vice do (nome do partido), esse partido não tem essa discussão. Não tem, eles não fazem, no universo do partido, essa discussão. Mas nós enquanto petistas, nós enquanto mulheres e homens de esquerda, nós temos que fomentar essa discussão, nós temos que fazer a diferença"*. E aí *nós fizemos um projeto e enviamos pro prefeito e ele institui uma Secretaria Executiva ligada à Secretaria de Ação Social e de Políticas de Ações Afirmativas. Que seria Mulher e Igualdade Racial, mas aí ele diluiu a luta da igualdade racial, que*

[154] Nome fictício.
[155] Nome fictício.
[156] Nome fictício.

> *nós temos discutido com ele isso hoje, e construiu a Mulheres e Políticas de Ações Afirmativas, né? Mas nós estamos lá fazendo o trabalho!*

Além do machismo endêmico na região, os trechos de fala acima nos ajudam a perceber três pontos sobre o contexto de criação do Organismo de Política para Mulheres em *Carcará do Sertão*: 1) que existe uma forte resistência política para a transformação social - especialmente para a discussão sobre raça. A pauta é apagada do título do Organismo e, desse modo, inviabilizada como prioridade municipal, apesar de haver uma profissional/militante disponível e com competência técnica, política e acadêmica para atuar na execução da política; 2) embora apoiada externamente por grupos sociais organizados (em especial as comunidades quilombolas), internamente, na gestão pública, Lélia permanece de certo modo isolada, precisando construir um trabalho junto a parcerias restritas e precárias; e 3) em um trabalho de parceria, o papel da Coordenadora Regional da Secretaria Estadual foi de grande importância para a pressão política e consolidação do Organismo local.

Vanete também apresentou o percurso até a criação do Organismo de Política para Mulheres em *Várzea da Caatinga*. Como vimos anteriormente, esse município se diferencia pela atuação coletiva das mulheres. Essa ação é construída conjuntamente com outras mulheres da região do Sertão do Pajeú. Vamos ao seu relato:

> Todo mês de março a gente (da sociedade civil) fazia um Fórum regional de políticas para as mulheres e nesse Fórum a gente olhava pras ações direcionadas para as mulheres existentes e das pesquisas, as ideais. *"O que é que tem pra mulher que não é suficiente. E como poderia ser?" E aí nos vários campos, nas várias áreas, principalmente saúde, educação, previdência social e enfrentamento à violência e geração de renda.* Então a gente elegia as principais bandeiras, trabalhava nesses Fóruns. *E aí a gente percebeu que a política pra mulher não era priorizada pelos gestores. Então, violência obstétrica, institucional, o acesso à educação, várias situações…*

Nessa passagem é possível perceber que a dinâmica dos Fóruns que agrega mulheres, tal qual é possível observar na gestão pública de Pernambuco (o Fórum de Gestoras), tem a referência do movimento feminista e de mulheres. Aqui, existe o Fórum de Mulheres de Pernambuco, formado por diversas organizações sociais populares (CORDEIRO, 2004; ADRIÃO, 2008; BARBOSA-ARAUJO, 2013; ALMEIDA, 2019), que se reúnem para discutir e planejar pautas de atuação da sociedade civil organizada.

> *Dentro dessas reivindicações enquanto feminista, enquanto militante do movimento social, a gente cobrava dos gestores a implantação dos Organismos de Políticas para as Mulheres na Região do Pajeú.* Todas as

> campanhas eleitorais eram feitas. Pelo menos umas duas, não tenho certeza se três… mas considerando que em pelo menos duas campanhas foi entregue um documento a candidatos e candidatas da região, inclusive da minha cidade, que prometeram implantar o Organismo de Política para Mulheres nesses municípios. A maioria deles, conseguimos. Apresentávamos esse documento, nós fazíamos caravanas nesses municípios, tinha reunião com candidatos e candidatas. Em um dado momento a gente fez, inclusive em *Várzea da Caating*a, uma grande mobilização pra se implantar o Organismo.

Faz-se necessário registrar também que em uma das semanas de vivência em *Várzea da Caatinga,* Vanete mostrou uma cartilha com as mesmas reivindicações desse documento, a "*MULHERES E POLÍTICA: Propostas de Políticas Públicas para o Território do Sertão do Pajeú - PE"* (CASA DA MULHER DO NORDESTE, 2008). Um material produzido pelo movimento de mulheres local em parceria com uma Organização Não Governamental com sede em Recife (uma tiragem de 500 exemplares). O material tem cerca de 60 páginas. Em suas referências bibliográficas estão produções de duas grandes organizações sociais feministas: a Casa da Mulher do Nordeste[157] e SOS CORPO: Instituto Feminista para a Democracia[158]. O material foi uma parceria entre Intermón - Oxfam, Univerdad de Madrid, Projeto Dom Helder Câmara, Ministério do Desenvolvimento Agrário (PPIGRE) e Fórum de Mulheres do Pajeú.

Na capa, uma ilustração de xilogravura de J. Borges, uma das maiores referência nessa arte de talhar madeira para criar gravuras. Esse material exemplifica o potencial de articulação do movimento feminista e de mulheres. Compõem a rede da publicação organizações da sociedade civil (brasileiras e espanhola), uma universidade da Espanha, o movimento de mulheres local e o Governo Federal do Brasil através de um Ministério (ALVAREZ, 1998; ADRIÃO, 2008; BARBOSA-ARAUJO, 2013; ALMEIDA, 2019).

[158] Organização feminista pernambucana de reconhecimento nacional e com mais de 30 anos de atuação.

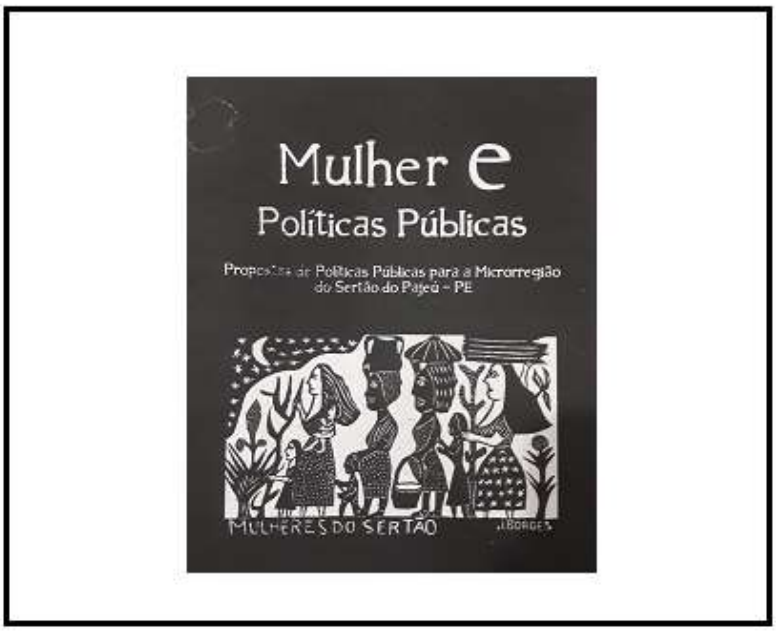

Figura 6. Capa da publicação Mulheres e Políticas Públicas – Sertão do Pajeú.

A primeira parte do texto é dedicada a explicar "*O que é o Fórum de Mulheres do Pajeú*". O material apresenta ainda propostas para '*educação', 'saúde', 'erradicação da violência contra as mulheres', 'geração de trabalho e renda', 'meio ambiente'* e *'participação política das mulheres'*[159].

Voltemos ao percurso da construção do Organismo. Ainda segundo Vanete:

> Ele (o prefeito) tomou posse em janeiro de 2013 e anunciou a criação da Secretaria da Mulher, com indicação inclusive de que, quem tomaria posse desse cargo. Porém, o município passava ainda por uma discussão, um diálogo com o legislativo, da reforma administrativa do município. E não foi possível, administrativamente, abrir, criar esse Organismo. E aí levou-se dois anos, inclusive, nessa discussão. Foi quando *o movimento de mulheres solicitou uma Audiência com o Ministério Público e prefeito, pra que a gente pudesse dialogar sobre a criação desse Organismo - que foi anunciado e que não foi criado.*
>
> *A gente tinha também, um diálogo com a Câmara de Vereadores, da possibilidade ou impossibilidade de criar.* Porque a intenção do prefeito era, na gestão anterior, de criar esse Organismo. Então havia várias impossibilidades pra isso. Uma justificativa era financeira, a outra é que também que "*Para criar uma teria que criar outras*". E começou esse diálogo entre o legislativo para desmembrar o Organismo de Políticas para Mulheres para o administrativo geral e ver essa possibilidade.

[159] Aqui vale registrar que, embora sejam mencionadas, questões de raça não ganha centralidade no material.

Nos trechos acima percebemos novamente a falta de interesse político se utilizando do álibi do entrave burocrático[160]. Para nós mulheres, não só é difícil alcançar, mas também permanecer na máquina pública. Dois exemplos recentes marcaram a história do Brasil: aqui lembro que 'pedaladas fiscais' destituíram Dilma Rousseff, Presidenta da República que foi golpeada politicamente em 2016. Também recordo o atentado étnico-político-misógino-lesbofóbico-racista-machista-patriarcal-miliciano contra Marielle Franco, em 14 de março de 2018.

O Estado brasileiro parece estar vulnerável a atuação do poder de coronéis da política, ou do soberano do *fazer morrer e deixar viver* de Foucault (2010). Seja como for, os homens estão na máquina política, parecem satisfeitos em estar ali, mas insistem em manter uma postura que exclui mulheres - sobretudo *mulheres negras*. Vanete segue seu relato sobre dar '*nó em pingo d'água*'. Ela conta que o prefeito ficou receoso com os efeitos do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) e Audiência Pública solicitada pela sociedade civil e então agiu:

> *A Audiência nem chegou a acontecer. Estava previsto pra novembro de 2014... Ela não chegou a acontecer. Em função desses diálogos que tivemos uma conversa com o gestor, em seu gabinete. Ele chamou pra conversar antes da Audiência, inclusive, e pedir ao movimento que tudo bem. (O prefeito disse que) ia criar um Organismo, sem votação orçamentárias específica para. (Disse) que não dava pra ser Secretaria, mas que a gente escolhesse: ou diretoria, ou coordenadoria.*
>
> Em função desses diálogos que tivemos, uma conversa com o gestor, em seu gabinete. Ele chamou pra conversar, antes da Audiência, inclusive, e pedir ao movimento que tudo bem, ia criar um Organismo, sem votações orçamentárias específica para… Que não dava pra ser Secretaria, mas que a gente escolhesse: ou diretoria, ou coordenadoria. *E o movimento (de mulheres) também indicasse quem assumiria esse Organismo. Nesses diálogos, nessas negociações, foi quando surgiu meu nome para o movimento. Ele pediu dois nomes, o movimento apresentou um. Um nome e esse nome era meu.* Eu tive que pesar se assumiria, ou não. Porque eu já estaria em outro lugar, né? Eu sairia do lugar de sociedade civil, dessas cobranças, ao lugar de governo e de gestora, para atender essas cobranças, e não é fácil. Então a gente teve que… foram muitas ponderações. *Aí em março de 2015, eu assumi oficialmente o Organismo do município, na gestão anterior.* E aí ele (o prefeito) foi reeleito na gestão seguinte e permaneceu mantido meu nome no mesmo lugar movimento indicou.

[160] Estamos em 2020 e até hoje não sabemos: "Quem mandou matar Marielle e Anderson?"

O depoimento de Vanete ilustra um momento político em que as mulheres do Sertão do Pajeú passam a se apropriar dos dispositivos do Estado e, entendendo seu funcionamento, agem através de instrumentos legais. E então, ao chegar no setor público, o que elas encontram?

> Quando eu assumi, não se tinha nada, né? Não se tinha uma Coordenadoria da Mulher, no município, não se tinha lugar, não se tinha móveis… *O Estado de Pernambuco dava uma bonificação aos municípios que criassem um Organismo que era de computador, mesa, cadeira… uma estrutura.* Nós não tivemos essa bonificação, por conta do período partido de implantação. Não se tinha mais, então nós não ganhamos, o *kit* pela Secretaria da Mulher do Estado. Nada disso nós tivemos. *Então foi começar do zero.*
>
> *Eu nunca tinha sido gestora pública, não sabia nem pra onde ia… Eu era muito… Eu sei da militância, sei de cobrar, elencar a proposta e tem que fazer, mas esse lugar de gestora era novo e eu não sabia o que fazer.* Então, eu tive um apoio pra entrar na gestão, eu tive um apoio muito grande da Secretária de Assistência Social, que foi a pessoa indicada pra ocupar a Secretaria da Mulher, quando ela foi divulgada lá no ínicio do governo em 2013. Não conseguiu criar e ela assumiu a Assistência Social depois. *Ela já tem uma experiência, ela vem do movimento de mulheres também, já vem com experiência de gestão, tinha aí dois mandatos de vereadora, ou eram três… estava na gestão e eu tinha que me aliar com quem sabia, pra aprender.*

Vanete relata acima um fenômeno comumente observado na atualidade, no contexto de interiorização e municipalização das políticas públicas para mulheres: pessoas que assumem gestões municipais de política para mulheres sem uma anterior experiência em cargos do poder públicos. Esse fenômeno foi mencionado não só nessa entrevista, como também pelas demais interlocutoras municipais e do Estado com as quais dialoguei ao longo da pesquisa.

O caso de Vanete é um exemplo típico de uma mulher com experiência de atuação técnico-política feminista que foi convidada a assumir um cargo público de política para mulheres no Brasil (FARAH, 2004; SANTOS, 2006; ADRIÃO, 2008; MATOS & PARADIS, 2014; ALMEIDA, 2019). Exemplos similares foram observados pela socióloga Gabriela Almeida (2019), a respeito da prefeitura do Recife e Governo do Estado, bem como por Karla Adrião et al. (2019) no livro 'A política para as mulheres em Recife (2001-2016): memórias e olhares'.

Vanete junto às demais mulheres do Pajeú inegavelmente existia um projeto, uma agenda, pautas e prioridades. De acordo com a gestora-interlocutora de Carcará do Sertão, o desafio não está no afinamento do projeto político construído coletivamente pelo movimento de mulheres, mas sim no manejo dos entraves burocráticos da administração pública. Entraves, que por sua vez são discursos de homens/brancos operando no Estado. Como aponta Sônia

Alvarez apud Gabriela Almeida (2019), mesmo que as gestoras estejam inseridas em "governos amigos"[161], é necessário que haja um trabalho contracorrente no sentido de contribuir com novas falas e práticas do Estado. Segundo Alvarez (apud ALMEIDA) há a necessidade de provocar *transformações culturais e políticas* na *engenharia institucional.*

Embora não tivesse experiência prévia como gestora, Vanete já compreendia que uma instância deliberativa participativa (como um Conselho Municipal) poderia fortalecer sua gestão, como é possível observar no relato abaixo:

> Quando a gente entrou na Coordenadoria, o primeiro desafio foi a parte legal… *"Vamos cuidar da estruturação!" A Coordenadoria foi implantada num ano de Conferência das Mulheres. E aí ano de Conferência de Política para Mulheres, foi em 2015…* Nós fizemos a municipal, teve aquela articulação pra regional, (...) de *estruturação do Conselho da Mulher*[162]*, começar do zero.* Pegar lei e tal… *"Vamos cuidar dos marcos legais locais, depois a gente vai pra estruturação de políticas!" E foi isso que a gente fez.* E pegar uma pessoa (para assessoria) que já vinha também no movimento, que já tinha passado por esse processo de formação política feminista e tudo, foi importante pra isso.
>
> *Mas essas articulações são possíveis sim. É difícil executar. É muito difícil executar políticas para as mulheres, mas você pode articular e direcionar, a partir de instrumentos legais. O Conselho da Mulher, ele não é apenas consultivo, ele é deliberativo também. Você pode usar o Conselho como aparato de articulação de políticas para as mulheres.* Então eu vejo caminhos e possibilidades, mas só posso afirmar uma coisa assim: "Não é fácil!". É desafiador, você tem que ganhar de um lado, mas perder de outro, tem que que ter muito jogo de cintura, tem que ser diplomata o tempo todo, principalmente aqui na região. *A gente precisa ser diplomata com o movimento de mulheres, a gente precisa ser diplomata dentro da gestão. Mesmo que tenha aceitação, esse diálogo aberto com a gestão, mas o tempo todo a gente tem que estar mediando. Eu acho isso das maiores dificuldades. É que a gente fica no centro, né?*

Vanete reconhece a complexidade de lidar com as pressões externas e internas à gestão pública, entretanto, compreende o papel do Conselho como fundamental para que a política pública para mulheres esteja afinada com a demanda da população "*Você pode usar o Conselho como aparato de articulação de políticas para as mulheres*". Essa reflexão corrobora e atualiza o que observou Karla Adrião (2008): "O movimento feminista aparece reinventando a democracia participativa, bem como criticando as desigualdades de gênero no sistema representativo" (p.135). Outra observação que parece pertinente registrar diz respeito à

[161] Aspas de Sônia Alvarez.
[162] Sobre os Conselhos, retomaremos a discussão no próximo capítulo no tópico sobre Redes.

linguagem. Por vezes Vanete refere-se a ações executadas pelo Organismo na primeira pessoa do plural; incluindo a si e as mulheres feministas conselheiras municipais.

Gabriela Almeida (2019) ao realizar um resgate histórico sobre dispositivos de controle social tais como Conselhos e Conferências no Brasil e ratificou a importância de órgãos de caráter consultivo como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Vale lembrar que na Constituinte de 1988 o CNDM assumiu não apenas uma função consultiva mais articuladora e, desse modo, garantiu passar às pautas de reivindicação das mulheres no que ficou conhecido como "lobby do batom" (FARAH; 2004; ADRIÃO, 2008; MATOS & PARADISES, 2014[163]; ALMEIDA 2019).

Sigamos para o próximo relato. A seguir, Judite discorre sobre a criação de um Organismo municipal em *Noruega do Sul*:

> *Foi criado como Coordenadoria e foi interessante porque teve uma luta de movimentos de mulheres daqui. É importante que se diga. Nós temos a vereadora que apresentou a Lei para a criação do Organismo para mulher. Mas teve toda uma luta de outras mulheres, de se cobrar que isso fosse feito.* Inclusive antes da eleição do atual prefeito essas mulheres procuraram ele e aí disseram que…. *Perguntaram se ele tava por dentro dessa política pública… E (disseram) que era necessário aqui um Organismo de Política Pública para Mulheres.* Já tinha a Delegacia da Mulher. E aí elas foram e perguntaram se ele estava disposto a criar esse organismo. Eu sei que elas consultaram três candidatos e assim, até onde eu sei, foi ele que concordou. Teve um que disse assim, que ia consultar a Câmara, consultar a população, ver se isso era importante. Outro disse que não. Já foi logo dizendo de cara que isso não era necessário, porque o cidadão era todo igual. E aí o atual prefeito foi o único que disse que sim, que faria sim. E aí ele criou como Coordenadoria, em 2013. E aí a Maestra Luiza[164] foi logo convidada. Foi quando ela saiu da presidência da faculdade particular.

Nesse trecho podemos observar, mais uma vez, que a sociedade civil organizada teve uma importância fundamental para a criação dos Organismos de Política para Mulheres.

> *R: Elas eram do movimento de mulheres? Quem fez essa pressão?*
> *- Não era. Eram outras mulheres.* Tinha gente que era lá da faculdade também, mas diretamente ela não tava ligada. *Eram outras mulheres.* E aí esse grupo fez com que ele prometesse que ia criar. E aí ele disse que não tem problema, eu crio. *Nem ele mesmo sabia o que era. Mas quando elas levaram número da violência que a Delegacia, (mostraram que) era importante que tivesse um Órgão que articulasse com ela (a Delegacia). Então ele concordou e criou.* Quando criou não tinha nem lugar físico.

[163] Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. Marlise Matos e Clarisse Paradis. 2014. Cad. Pagu no.43 Campinas July/Dec. 2014.
[164] Nome fictício.

Diferente dos casos anteriores, é difícil perceber quem foram essas pessoas que trabalharam pela criação do Organismo. Segundo a gestora-interlocutora não há um movimento feminista orgânico na cidade. Judite não fez parte desse processo diretamente e parece ter dificuldade identificar quem eram essas "*outras mulheres*".

> *Maestra Luiza conta sempre que a primeira sede foi o carro dela.* Porque foi ela... Inclusive ela chamou Dra. Elisabeth[165], como advogada que ela conhecia. E aí ela também foi conhecer desse movimento. *Luiza conheceu a primeira gestora da Secretaria da Mulher de Pernambuco. Mulher fantástica, top de empoderada.* Coisa que admiro muito é que ela é bem incisiva. *E aí foi quando ela começou a conhecer tanto esses movimentos mais concretos de mulheres. Porque Luiza enquanto socióloga conhecia, assim superficialmente, né?* Mas aí foi estar na luta, conhecer a Lei do Enfrentamento à Violência... Foi a partir desses encontros.

Ao que tudo indica, essas "*outras mulheres*" que fizeram pressão em *Noruega do Sul* estavam articuladas com a própria Secretaria Estadual, ou aos movimentos feministas e de mulheres das regiões circunvizinhas.

> R: *Então, de certa forma, a Secretaria Estadual contribuiu?*
> *- Contribuiu com esse empoderamento, com esse conhecimento da causa, do que é uma Coordenadoria e do que é uma Secretaria. Foi muito importante isso. Porque foi formação mesmo.* De não saber o que, o que faz uma Coordenadoria, uma Secretaria, de verdade. E aí a partir dessas formações começa a se desenvolver um trabalho aqui. E aí se conseguiu ter uma sala ali perto do IML (Instituto Médico Legal). *Era vizinho, tinha a sala do IML e a sala da Coordenadoria (da Mulher). E aí depois foi crescendo, precisava de salas de atendimento. E contratou outra profissional, que era assistente social.* Aí a gente conseguiu a sede ali, na mesma da Delegacia da Mulher.
> No ano que criou a Secretaria foi pra lá. E já foi um avanço, né? Uma sala. E aí em 2015 eu cheguei para fazer esse trabalho. E aí foi bem importante. Foi um momento que estava se ampliando, não é?

Judite refere-se à importância do "*empoderamento*" e do "*conhecimento da causa*" que aqui vou traduzir como *expertise da SecMulher-PE* para a transformação da política local. Em destaque sublinhado estão os dois momentos do Organismo de Política para mulheres. No primeiro momento, uma Coordenadoria sem sede que dependia do empenho e mesmo dos recursos pessoais da gestora: "*a primeira sede foi o carro dela*". No segundo momento uma Secretaria com sede limitada, a sala vizinha ao IML. E, na atualidade, um prédio que comporta a Secretaria e um equipamento especializado para o atendimento às mulheres (CEAM).

[165] Nome fictício. Essa primeira assessora hoje é a atual coordenadora do CEAM. "Dra." é a forma que Judite faz referência a Elisabeth, que é uma mulher branca da área do Direito.

Parece mesmo ter havido uma *ação orquestrada* em um tempo circunscrito entre os anos de 2007 e 2015. Esse período corresponde às duas primeiras gestões da SecMulher-PE. quando; 1) foi criado o cargo da Coordenadora Regional[166] para articular com a política local e 2) passaram a ser disponibilizados kits (com material de escritório como computador, birô, cadeiras) que bonificavam as prefeituras que tomassem a iniciativa de criar um Organismo. Em nível nacional, Karla Adrião (2008) percebeu esse fenômeno já nos primeiros anos dos anos 2000, conforme é possível perceber na passagem a seguir:

> As mulheres chegaram no século XXI acumulando um aprendizado sobre organização, na prática do diálogo com outros segmentos sociais e políticos, bem como com os poderes públicos federal, estadual e municipal. Formular, propor e monitorar políticas públicas com o enfoque de gênero é, hoje, tarefa permanente dos movimentos de mulheres, o que tanto requer o uso de mecanismos de controle social cada vez mais efetivos, quanto uma presença maior e mais ativa das mulheres (p. 135-136).

Ao observar as políticas para mulheres no Brasil tendo em vista o contexto internacional, Marta Farah (2004) identificou que muitas das políticas desenvolvida na virada do século pareciam estar afinadas com a Plataforma de Ação Política Feminista pós Conferência Mundial da Mulher (Beijin, China - 1995). Segundo a autora, questões relacionadas a: "violência, saúde, meninas e adolescentes, geração de emprego e renda (combate à pobreza), educação, direitos trabalhistas, infra-estrutura urbana e habitação, questão agrária, incorporação da perspectiva de gênero (transversalidade), e acesso ao poder político" (p. 58), não por acaso, pautaram a ação dos Estados Nacionais e governos locais. No próximo bloco discorrerei sobre o modo como pautas como essas são manejadas gestões municipais de maior ou menor porte.

6.2.2.2 Funcionamento atual do Organismo

Quanto ao funcionamento dos Organismos, como vimos no capítulo metodológico, nas tabelas 4 e 5 (Sobre os Organismos de Políticas para Mulheres e Estrutura dos Organismos Municipais), há uma diversidade significativa entre os municípios no que se refere à estrutura, pessoal e orçamento. Iniciemos pelo relato de Lélia sobre a realidade de *Carcará do Sertão*:

> *A estrutura da equipe atual é uma secretaria executiva e uma assessora.* (...) Minha equipe é: eu e outra companheira. *É preciso operar essa questão burocrática e eu faço a parte política.* Então, nós enganchamos em algumas

[166] Doze mulheres foram contratadas para assumir esses cargos nas 12 *Regiões de Desenvolvimento*. Cada uma delas ficou responsável por uma região. Relembrando: uma metropolitana, duas matas, três agrestes e seis sertões (PERNAMBUCO, 2017).

> ações por conta disso. *Não temos estrutura dentro da Secretaria, né? Como tu viu, estrutura mínima!* Mas através das parcerias, né? Com o Governo do Estado, com a UNIVASF (Universidade Federal do Vale do São Francisco), a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Ministério da Agricultura) que são organismos que nos ajudam a fazer essa discussão no município, mas como muita dificuldade. Precisamos avançar mais!

A gestora-interlocutora refere-se a dificuldade de executar a política diante de recursos humanos limitados. A política para mulheres não conta com nenhum(a) técnico além da própria gestora (socióloga, com especialização e experiência com comunidades tradicionais e em associativismo). Ela comenta que por um período de meses foi possível firmar uma parceria com uma faculdade particular de ensino à distância e, nesse período, contou com algumas estagiárias do curso de Serviço Social. Ao findar o estágio curricular, a equipe voltou a ser composta por apenas duas pessoas[167] - secretária (que '*faz a parte política*') e assessora (que '*opera às questões burocráticas'*).

Quando perguntei a respeito de limitações que a gestora identifica para a execução da política Lélia respondeu:

> Nós dependemos totalmente da Secretaria de Ação Social. Eu acho que as limitações, é ela não ter autonomia, né? Esse problema tá.. Ela ser ligada a uma outra Secretaria que precisa, que eu preciso operar a partir de outra Secretaria.
> Porque *nós teria que ter autonomia. A nossa grande luta enquanto mulheres é pra que ela seja desprendida da outra Secretaria. Ela tem que ter autonomia. E nós estamos começando a lutar, nós estamos fazendo discussões em todas as regiões do município, pautando isso. Organizando as mulheres pra ter força política pra nós cobrar na próxima gestão.*

Ela identifica que autonomia é fundamental para uma política. Para isso, a política para Mulheres precisaria ser desmembrada da política de Assistência Social e ganhar uma pasta própria.

Vanete tem um relato semelhante ao de Lélia. Sua equipe é composta por duas pessoas: a coordenadora e a assessora. No trecho seguinte, a gestora disserta sobre a realidade de *Várzea da Caatinga*:

> *Então a gente tem algumas dificuldades em executar sim. É pouca gente pra muita coisa. Às vezes a gente consegue, às vezes não consegue…* A gente não vai dizer que é tudo lindo, não é. Essas limitações, inclusive, dificultam

[167] Através do diálogo com Lélia é possível perceber que ela acumula funções técnicas e políticas. Diante de uma realidade de áridos recursos, dentre as interlocutoras da pesquisa, essa gestora parece a mais sobrecarregada no que diz respeito ao acúmulo de funções.

> algumas ações, algumas coisas acontecerem e isso não legal. A questão de recursos, que a gente às vezes precisa, tem que tá se programando o tempo todo…

Como é possível perceber no trecho de fala abaixo, houve diálogo entre a Prefeitura e o Fórum de Mulheres do Pajeú para a composição da equipe da Coordenadoria. Não apenas a coordenadora, mas também a assessora da gestora municipal são militantes do movimento feminista.

> *Para a coordenadora e para a assessora, é cargo comissionado, que vem diretamente do prefeito. A indicação, né?* O que diz a Lei… Ele fez diferente, porque ele pediu indicação do movimento, aí eu entrei como cargo comissionado por indicação do movimento e trouxe uma pessoa também do movimento pra me ajudar na assessoria. *Não foi assim aleatório, até porque se a gente trouxesse uma pessoa só por indicação política, talvez, ainda que ela fosse entender como funciona a questão da política e a gente precisava correr pra tirar o atraso, né?*

A frase final do trecho acima evidencia a preocupação de Vanete de garantir uma assessora do movimento de mulheres que pudesse contribuir para "*tirar o atraso*" do tempo em que o município não tinha um Organismo de Política para Mulheres. Na fala a seguir Vanete relata a estratégia que utilizou para definir onde estaria localizado o seu trabalho (física e politicamente).

> *Várzea da Caatinga* foi um dos últimos municípios, não foi o último, mas está entre os últimos que implantou um organismo de política para as mulheres (em Pernambuco). *Observando a atuação dos outros, a gente percebeu que limitava muito deixar o Organismo ligado à Secretaria de Assistência Social, não que são poucos, mas que a autonomia das gestões eram limitadas de certa forma. E uma das reivindicações era que o Organismo estivesse ligado diretamente ao Gabinete do Prefeito, pra facilitar esse acesso e esse diálogo né?* Do movimento, das reivindicações da pauta das mulheres diretamente.

Vanete avaliou que a proximidade física com um equipamento da Política de Assistência Social poderia proporcionar para o Organismo não só uma maior facilidade para consultorias técnicas como também ampliaria o acesso às mulheres que ela avaliava ser a prioridade da política pública.

> *Quando o prefeito conversou comigo, ele perguntou se eu queria que alugasse uma casa pra funcionar o Organismo, um local pra começar a estruturar e tudo. Eu escolhi ficar na Assistência Social, pra eu ver como funcionava.* Nesse mesmo ano, o município conseguiu a cedência do antigo Fórum (de

> Justiça): salas amplas, com sala de reunião, com auditório. Então já tem uma estrutura pronta.
>
> Então eu preferi ficar dentro do prédio da Assistência Social, nesse primeiro momento, para compreender melhor da política mesmo me articulando com outras Secretarias… Secretaria de Saúde e com outras. *Eu queria esse contato mais direto com as mulheres e o local ideal é a Secretaria de Assistência Social, que é onde elas… Se elas estão em situação de vulnerabilidade, elas vão procurar a Assistência Social para atender suas necessidades urgentes.* E aí eu pegava a partir dessas necessidades e fazia o outro trabalho. Tem dado certo, foi dessa forma.

Novamente é possível perceber o poder de agência de Vanete no que se refere aos direcionamentos da política pública local. Repetidas vezes ela retoma diálogos com o prefeito para explicar como foram tomadas decisões da gestão.

A realidade de *Noruega do Sul* destaca-se no que se refere à dimensão da política e da equipe de trabalho. Diferente dos relatos anteriores, Judite refere-se a dois diferentes setores onde estão alocados o pessoal que atua na política pública para mulheres do município.

> *É uma Secretaria mesmo. Não está ligada a nenhuma outra, nem ao Gabinete (do Prefeito). É uma Secretaria mesmo, municipal.* O que foi um avanço muito grande, porque a gente vê aí.. ou é Secretaria Executiva, ou tá ligada ao Gabinete, ou a outras Secretarias. Essa não, *é uma Secretaria tão autônoma quanto as outras.*
>
> *Funciona junto: a Secretaria e o Centro de Referência.* Porque em alguns lugares é separado. Mas aqui foi importante que a gente tenha junto. *Porque a gente participa disso. Por exemplo, eu sou técnica, né?* Eu agora estou a secretária, mas eu ainda atendo casos, entendeu? *E as meninas que fazem parte do Centro também e trabalham em ações preventivas junto comigo.*
>
> *Existe a equipe da Secretaria e aí ela é... Tem uma parte de administrativo mesmo, que é do funcionamento da Secretaria e de pensar política pública, de propor alguma coisa, de buscar essa articulação com os outros equipamentos da rede, né? Judiciário e outras Secretarias.* E todo esse movimento de prevenção, ele tá dentro da Secretaria, que é coordenada por mim, né? *E a equipe do CEAM,* que a diretora é *Dra. Elisabeth, que trabalha nesse acolhimento, na ouvida da mulher (vítima de violência), nos encaminhamentos, na presença na Delegacia, nos Fóruns e também nos grupos que tem aqui dentro da Secretaria.* O grupo de psicologia... E o *Grupo Mulheres e Direito*, que é maior e a equipe toda participa. Tem um momento com advogada para tirar dúvidas, falar dos processos, dos trâmites legais… E o momento com a psicóloga e com assistente social, para ver essa questão: 'Violência, o que é?', ' O que é um relacionamento abusivo?'. Então são momentos que são feitos pela equipe do Centro de Referência (CEAM).

> São 15 pessoas. Tem contratos e cargos comissionados. Nos dois lugares. Mas no Centro de Referência cargo comissionado tem (2 pessoas). As outras meninas (equipe técnica) são contratadas.

Judite faz menção a diferentes setores; um político-administrativo ligado à Secretaria e um técnico-social, vinculado ao CEAM. Contudo, a uma boa comunicação entre ambas às equipes contribui para um clima de cooperação. Ela ressalta a importância de a política pública para mulheres ser executada por uma Secretaria autônoma: "*foi um avanço muito grande*".

Os três relatos acima nos ajudam a perceber três pontos: 1) o papel da sociedade civil organizada; 2) o modelo de gestão municipal (maior, ou menor diálogo com prefeito/a); e 3) o *status* do Organismo de política para mulheres no organograma da Prefeitura. São exemplos de diferentes conjunturas locais, como é possível acompanhar na tabela-síntese abaixo:

Tabela 12: Relação da gestão municipal com as políticas para mulheres

Município (gestora)	***Status* na gestão municipal**	**Relação com a Prefeitura**	**Sobre autonomia do Organismo**
Sertão do Carcará (Lélia)	Secretaria Executiva (segundo escalão com acesso ao prefeito intermediado por Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Mulheres e Políticas Afirmativas)	Gestão municipal com menor abertura para o diálogo	"queria ter autonomia"
Várzea da Caatinga (Vanete)	Coordenadoria - Gabinete do Prefeito (segundo escalão com acesso direto ao prefeito)	Dialogo fortalecido entre prefeito e secretariado Organismo fortalecido pelo respaldo do movimento de mulheres através do Conselho Municipal de Política para Mulheres	"autonomia limitada"
Noruega do Sul (Judite)	Secretaria (primeiro escalão com acesso direto ao prefeito)	Dialogo fortalecido entre prefeito e secretariado Autonomia de Secretaria	"autonomia como outras Secretarias"

Como ponto de partida temos o entendimento de que o interesse político da gestão municipal é fundamental para qualquer que seja a política pública executada. Como afirmaram as feministas Marlise Matos e Clarisse Paradis (2014): "Em suma, movimentos de mulheres fortes e autônomos e MIM efetivo se reforçariam mutuamente e provocariam, afinal, a

possibilidade de um aumento na representação dos reais interesses das mulheres" (p.99). Podemos aqui perceber três elementos fortalecedores para um Organismo de Políticas para Mulheres: 1) controle social através do movimento feminista e de mulheres; 2) acesso direto à(ao) prefeita(o); e 3) autonomia para pasta de política para mulheres.

A partir das realidades que conhecemos através de *Várzea da Caatinga*, ao que tudo indica, o ponto 1 (controle social) pode influenciar de tal modo que pode viabilizar o ponto 2 (acesso a instâncias máximas de debate e deliberações da gestão) e, por consequência, ganhar força para pleitear o ponto 3 (autonomia para a pasta - ainda que, de acordo com o organograma, o poder de decisão da Coordenadoria oficialmente esteja subjugado ao Gabinete do Prefeito).

Ou, como no caso de *Noruega do Sul*, depois de um relampejo de pressão social daquelas tais "*outras mulheres*" (que mal sabemos quem), tornou-se possível o ponto 1 (pressão social) abrindo caminho para o ponto 3 (desde o início, mesmo com recursos restritos, parece ter sido garantida alguma brecha para fortalecer a autonomia da gestora). A gestão cresceu ao ponto de a pasta subir no organograma municipal; de Coordenadoria para Secretaria. Aqui reitero as palavras das gestoras, "*foi um avanço muito grande*". Não só grande, como muito rápido.

O próximo ponto que eu gostaria de abordar diz respeito a produção de memórias institucionais. Na ocasião em que fomos convidadas pela Prefeitura do Recife para organizar uma publicação para registrar uma síntese dos 15 primeiros anos da Secretaria da Mulher do município através do livro 'A política para as mulheres em Recife (2001-2016): memórias e olhares' (ADRIÃO et al., 2019) pudemos perceber que até mesmo uma gestão situada na capital de Pernambuco, diante de demandas históricas e urgentes, encontra limitações de recursos financeiros e até mesmo quantitativo de pessoal para o registro sistematizado de memórias e produção de publicações institucionais.

Penso que esse não é um tema irrelevante. No contexto de desmonte pelo qual passam as políticas públicas para mulheres em nível federal, o registro das experiências das mulheres na máquina estatal torna-se ainda mais significativa. Neste cenário estamos diante de eminentes rupturas e descontinuidades. Os registros de memórias políticas (e afetivas) têm grandes chances de se tornarem pontos de re-começo. Seja na transição direta entre uma gestão e outra, ou mesmo nos casos de intervalos. Sobre essa questão, Lélia (gestora-interlocutora) faz os seguintes apontamentos a respeito de Carcará do Sertão:

> Todas as nossas reuniões, né? São registradas com memórias, com foto. E nós estamos criando pastas agora. Porque eu acho que é isso, nós temos que deixar isso.

> Pastas físicas. Pra que nós... deixar esse instrumento pra próxima gestão. Pra dizer que nós existimos. *Nós não herdamos nada da outra Coordenadoria. Não se sabe. O que se tem é de boca. Então nós estamos criando esses arquivos, a pasta, pra ter esse histórico, né? Porque a partir desse histórico nós conseguimos buscar outras perspectivas.* Eu acho que é isso é importante.

Vanete também comenta sobre Várzea da Caatinga e lamenta pela impossibilidade da atual gestão da Coordenadoria[168] produzir um relatório sistematizado sobre as atividades desenvolvidas até então.

> A gente faz uma lista de atividades executadas, com a memória de assinaturas, quando a gente realiza. E fotografias. Na verdade, a gente faz uma matriz da atividade, da data e do local, porque a gente repassa isso também pra vigilância socioassistencial. E a gente repassa pra o financeiro… Porque a gente precisa dar conta do que faz, por conta do dinheiro que é gasto com as atividades… *Mas com relatório sistematizado ainda, atualmente... Passou despercebido, ou a gente não teve perna. Não há um relatório sistematizado específico ainda.*
>
> *Anual, a gente tem separados esses registros, de fotografia e tudo e tem todos eles separados, mas condensados a gente não conseguiu ainda.*

A seguir, Judite apresenta a realidade de Noruega do Sul:

> *A gente conseguiu criar aqui um banco de dados já.* Que foi uma coisa importante! Porque a gente tem uma ficha para mulher, a ficha escrita, não é? Mas aí a gente conseguiu criar um banco de dados. *Que aí é para, desse banco de dados, a gente tirar o perfil informações estatísticas.* Então, todas as mulheres que estão na ficha, estão também nesse banco de dados. O que é importante. *Aí a gente tem tudo isso. Tá guardado no computador e também a ficha, no arquivo que fica no Centro de Referência. Memória fotográfica, a gente tem bem.* Porque aí Lúcia[169] registra tudo, guarda tudo. Porque é importante, né? *São muitas informações que a gente tem, né? Eu espero que aqui a gente consiga depois até fazer um resgate histórico de tudo que a gente realizou. E também arquivar todos os projetos que a gente escreve, que a gente faz. Tudo tem que ficar bem organizadinho, porque, né? A próxima gestora que vier... Encontrar tudo arrumadinho, ter acesso a informações, compreender, né? E dar continuidade. E ampliar, se deus quiser. É importante que haja sempre o caminhar e ampliação. A gente faz questão de ter tudo, tudo, tudo. Tudo é registrado, tudo é guardado.* Tanto no computador... Aí computador, pen drive, CD, porque vai que acontece alguma coisa, né? *E as fichas, porque ainda precisa de papel. Enquanto a gente não consegue um programa que permita armazenar tudo nas nuvens, por exemplo.* E assim, que contenha todas as informações. *Porque a gente tem muito documento, muitos dados. Os tipos de encaminhamento, de documentos que a mulher assina, aceitando, ou não, alguns serviços.* Então, tem muito papel,

[168] Aqui vale lembrar que é uma equipe formada por uma gestora e uma assessora.
[169] Nome fictício.

> muita ficha, muita informação. *Aí a nossa ideia é que a gente conseguisse um programa, que todo mundo conseguisse acessar, atender essa mulher e não utilizar mais papel.*

No relato acima é possível perceber aquilo que Foucault (2009) refere-se como "*arte de governar", "governamentalidade"* ou *"racionalidade própria do Estado".* Para Judite os registros de memórias institucionais são compreendidos apenas a partir de sua utilidade histórica no futuro, mas sim um instrumento de gestão que produz estatísticas que podem fortalecer os argumentos da gestão de política para mulheres. Aqui também vale lembrar das palavras de Marlise Matos e Clarisse Paradis (2014):

> A unidade estatal também costuma ser tradicionalmente significada como o espaço institucional para o processamento e a transação legítima de dissensos/conflitos entre diferentes atores/atoras sócio-políticos/as; uma instituição responsável por atuar como mediadora dos interesses, definindo, ao fim e ao cabo, aquilo que seria (ou não) legítimo em sua esfera de atuação (MATOS & PARADIS, 2014, p. 72).

Judite parece estar a todo tempo atenta à questão da "legitimidade" na esfera pública. Na sua fala acima é possível perceber que ela compreende que argumentos que podem ser construídos com bases numéricas ampliam seu potencial de convencimento e permeabilidade na máquina estatal.

Prestemos atenção agora nas relações internas à gestão da política. Lélia disserta sobre suas articulações com a Secretaria municipal de *Carcará do Sertão* à qual a Secretaria Executiva está subordinada.

> Nós temos um diálogo junto com os Programas da Secretaria de Ação Social, Desenvolvimento Social, né? Porque, por falta de estrutura, qualquer encaminhamento pra Secretaria (de Mulheres e Políticas de Ações Afirmativas), de violência, nós encaminhamos pro CRAS. Porque o CRAS tem o atendimento de advogado, de psicóloga, de assistentes sociais. Então os Programas são fundamentais até pra roda girar dentro da Secretaria. É através... Nós hoje funcionamos junto com os *Programas*, assim.

O atendimento de "*advogado, de psicóloga, de assistentes sociai*s" torna-se viável através do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e do CREAS (Centro Especializada de Referência de Assistência Social). Desse modo, não há no município uma escuta especializada para casos de vítimas de violência de gênero - por exemplo. A palavra "*Programas*" refere-se aos Programas da Assistência Social. Por exemplo, o "*Criança Feliz*", criado pelo Governo Federal na gestão Temer. Ao final deste capítulo apresentarei um breve

relato sobre minha experiência de acompanhar as atividades do *Programa Criança Feliz* na zona rural do município, em uma das comunidades do perímetro irrigado do Sertão do São Francisco.

Diante da limitação estrutural da Secretaria Especial, Lélia percebe a importância estratégica da articulação com outras políticas que podem contribuir como um suporte de estrutura para o Organismo de Política para Mulheres e, desse modo, minimizar a distância entre a gestão/a gestora e a população de mulheres da cidade.

> *E temos esse diálogo permanente com a Secretaria de Educação, de Cultura, Ação Social, Agricultura...* Porque nós, as mulheres... Porque Carcará do Sertão é um município que tem uma expressão de ruralidade muito grande. Então nós fazemo essa parceria constantemente, né?
>
> *Quando a (Secretaria de) Saúde for, a Saúde tem estrutura. A Saúde tem que levar alguém que se discuta essa questão da mulher, né verdade. Porque tem estrutura. Quando a (Secretaria de) Agricultura for, tem que ter estrutura. Então a nossa grande articulação é essa.* É como é que, quando esses organismos… *A (Secretaria de) Infra-estrutura, ela caminha as regiões do município.* Vai que nós vamos poder estar juntos nessa discussão. Isso nós estamos tentando fazer. *Pra tentar diminuir esse impacto entre o rural e o urbano, que é demais.* (...) Outra... São *aquelas ações itinerantes (da Secretaria de Ação Social). Aquilo ali é a perspectiva de nós poder tá veiculando a Secretaria, escutando as mulheres e passando informações.*
>
> Tem informação que a gente faz pelos *Agentes de Saúde,* que eles têm que estar qualificado pra poder nos ajudar nessa identificação de violência. Porque eles estão em toda reunião do município. As ACS, né?
> R: E tem sido uma boa parceria?
> - Muito ruim, muito ruim! E aí *nós estamos chamando de novo, chamando pra dentro da Rede (de Enfrentamento à Violência), pra ver como é que a gente qualifica pessoas. Porque eles estão na ponta e eles podem fazer esse espaço de discussão com a gente.*

Outra estratégia que a gestora lança mão é a divulgação do trabalho através da rádio local. Na cidade existem duas estações de rádio. Ela consegue contar com o apoio de uma dessas rádios e assim divulga o trabalho do Organismo até mesmo onde não é possível chegar fisicamente. *"É, a rádio ela é uma parceira, né*[170]*? E é isso. E têm informações que, assim, a*

[170] Passagem do diário (26 de julho de 2019): urbana que sou, mal podia imaginar a repercussão de uma fala na rádio da cidade. De tardezinha, na padaria da cidade, uma moça veio me perguntar: "A senhora é a pesquisadora que falou na rádio hoje?". - Oi! Sim, sou eu. "Oi! (sorriso)" [Fim]. Ela *só* queria saber se eu era aquela moça da rádio. Passei um tempo sem saber se eu tinha entendido o que acabara de acontecer. Depois entendi. Ela chegou pra me dizer que já era sabido que eu cheguei na cidade. Mais que isso: ela me ajudou a perceber o quanto era fácil eu ser reconhecida. Senti medo. [*Digressão: Já no processo da escrita da tese repensei esse episódio. Foi como se estivesse comigo um drone de Bacurau. O drone deixa evidente que há alguém observando algo. O quê? Quem?*]

gente faz pela rádio". Em outro trecho da entrevista ela retoma a questão e comenta: "*Nós temos uma parceria com a rádio também, né? Que agora nós... Inclusive agora não pagamos, mas a rádio é um importante de divulgar, assim".* Nesse recorte de fala é possível perceber que a parceria com a rádio se mostra como uma excelente estratégia para o município: além do custo zero, um potente alcance. Se aqui recordamos que as *políticas para mulheres* atuam promovendo uma *mudança de cultura*, compreendemos a magnitude da possibilidade de difundir reflexões a respeito dos direitos das mulheres, divulgar de eventos do calendário das mulheres e da população negra (a exemplo do 8 de Março e do 20 de Novembro), ou informar a população de como buscar ajuda se estiver em situação de violência doméstica.

Aqui recordo de minha passagem em Carcará do Sertão. Antes de chegar em cada cidade, para a semana de vivência, eu conversava com as gestoras no sentido de planejarmos o calendário das atividades. No dia que eu cheguei, a gestora veio me falar muito animada que havia conseguido uma pauta na rádio local e perguntou se eu queria ir com ela. Entendi que seria uma oportunidade incrível e não hesitei em aceitar o convite. Lá eu descobri que, além da divulgação da Atividade do Programa Criança Feliz (que aconteceria na comunidade rural X dias depois) e do II Fórum de Mulheres Negras do Sertão (que aconteceria na sede do município no final da semana), um dos motivos da pauta na rádio era a chegada de uma pesquisadora na cidade. Lélia entendeu que seria estratégico divulgar esse evento no sentido de fortalecer seu argumento sobre a importância da política pública para mulheres na região. Quando me dei conta, eu seria a entrevista do programa da rádio. Eu, que nunca havia entrado ao vivo numa rádio e não conhecia mais que duas ou três ruas da cidade, tive pouco tempo para me acostumar com a ideia. Respirei fundo, criei coragem e falei para um público que não conhecia. *Que sorte!* A experiência no programa foi muito rica. Lélia sempre muito generosa conduziu o debate e nossas falas tornaram-se complementares. Quando saímos da rádio, eu sentia que algo havia mudado em nossa relação. Foi pouco tempo de convivência da hora que cheguei até aquele momento. Nessa ocasião pude perceber com melhor nitidez a leveza que ela conduz a gestão junto às mulheres. Ao manter uma postura matrigestora, contribui para um clima de trabalho de companheirismo, cuidado e cumplicidade.

Sobre as relações com outras pastas da gestão municipal de *Várzea da Caatinga* Vanete relata o seguinte:

> A gente se articula também, como eu coloquei com as outras Secretarias através de outros projetos. Então a gente tem as Campanhas de prevenção à violência contra a mulher, junto com a Secretaria de Educação. (...) E junto com a Secretaria de Cultura. *Nas festas tradicionais da cidade, a Secretaria*

> *de Cultura. A gente tem a blitz educativa, que é um trabalho de panfletagem, de informação que a gente usa os espaços culturais e de apresentação pra atuar. Tem uma Lei no município aprovada que foi apresentada por uma vereadora do mandato, que proíbe o município de financiar qualquer artista que use palavras de baixo calão, de incentivo à violência ou coisa desse tipo, que diminua a imagem da mulher. E a gente faz esse monitoramento, tem essa Lei como argumento pra atuar, isso é muito interessante. Então a gente pega os eventos tradicionais da cidade se alia com Secretaria de Cultura e faz as campanhas.* A gente pega as datas importantes e celebrativas do calendário feminista e vai pra dentro das escolas, com o *Projeto Maria da Penha vai à Escola. Nesse caso é a parte de prevenção.*

Nessa fala Vanete diferencia atividades de *prevenção* e atividades de *enfrentamento* à violência contra mulher. Se a atividade de *prevenção* está relacionada às políticas de cultura e educação, o *enfrentamento* conta prioritariamente com apoio com as políticas de assistência social e da saúde.

> E a gente tem a parte de enfrentamento e como aliados principais, a Secretaria de Saúde e a Assistência Social, a partir dos equipamentos para a mulher que está em situação de vulnerabilidade e violência. (...) *Pra tirá-la dessa situação, a gente se vale dessas outras Secretarias, que é o que a gente chama de rede. É a rede que nos apoia. E o Poder Judiciário… além do Poder Judiciário também, a gente conta com Polícia Civil e Militar e com os programas do Estado (de Pernambuco) para apoiar na Política de Enfrentamento (à Violência contra Mulher).*

A seguir, novamente um relato a respeito da importância das rádios locais. Além disso, Vanete me apresenta outra estratégia de diálogo com a população; a participação da gestora em espaços que reúnem a sociedade civil organizada: "*a gente ocupa esses espaços*".

> A gente faz entrevistas, geralmente quando tem ações específicas, *a gente faz entrevistas nas rádios, ou ocupa as reuniões com lideranças.* Tem reuniões estratégicas, por exemplo, tem Conselhos específicos que têm uma representação rural e urbana, tem o *Conselho de Desenvolvimento Rural e Urbano uma vez por mês. Então um recado, alguma questão específica, a gente dá o recado nesse Conselho, que as lideranças vão levar pras suas comunidades. A gente ocupa esses espaços,* de lideranças comunitárias. *A gente tem uma Relação com Sindicato Rural. A Comissão de Mulheres se reúne uma vez por mês, a gente vai lá pede espaço, tem espaço pra gente... então a gente faz essas articulações.*

A todo tempo a gestora parece coerente com sua formação política feminista e sindicalista rural. Vanete outra vez exemplifica uma atuação política democrática que articula os interesses coletivos da sociedade civil organizada e a máquina da gestão pública. Ou, pelo

menos, na condição de gestora-interlocutora-cidadã ela torna-se receptora das demandas da sociedade e, uma vez conhecedora, pode encaminhá-las para o prefeito. Novamente recordo reflexões apontadas por Matos e Paradises (2014): "Quanto mais independência, recursos próprios, autoridade e canais de interlocução com o movimento de mulheres, mais efetivo o MIM poderá ser para representá-las" (p.98).

Também sua formação acadêmica em Psicologia parece contribuir com uma escuta atenta à desejos, atenta à diversidade de leituras e interpretações sobre a realidade, sensível para perceber estratégias traçadas por *sujeitos* para lidar com problemas da vida cotidiana, dentre outras observações sutis às quais nós psicólogas(os) somos convidadas(os) a treinar para o exercício da profissão.

No que se refere às relações internas ao município, em *Noruega do Sul*, não é diferente. Judite também fez referência às Secretarias de Assistência Social, Saúde e Educação, conforme é possível acompanhar abaixo:

> A gente tem conseguido realmente estreitar isso. *Principalmente com a Assistência Social, com a Saúde e com a Educação.*
> *A mulher percorre muito tudo isso, não é? Ela então muitas vezes precisa de direitos que estão na Assistência Social, da Política da Saúde. Então a gente tem conseguido estreitar isso. Inclusive, com a Saúde, principalmente - num âmbito de saúde mental. Porque muitas vezes essa mulher chega muito fragilizada e ela está numa condição muito... de adoecimento psíquico gigantesco.* Então constantemente a gente tá precisando acessar esses serviços.
>
> *O CAPS, o CAPS-AD a gente tem conseguido para mulheres e até alguns autores de violência também.* A gente tem conseguido encaminhar para acompanhamento. *E aí tem dado certo com esse respaldo da gestão municipal.*

Assim como Vanete, Judite também diferencia às ações de prevenção:

> Porque a gente trabalha na prevenção (à violência) com muito panfleto, com folders e com esses livretinhos. Que é preciso... E a gente sai todo dia, então é muito material. Então tem que recorrer a Administração e como ela tinha licitado, fez pra gente sem... *Assim, hoje dentro da gestão, e junto às outras Secretarias, o que a gente percebe é que não tem um olhar mais... Como já foi um dia e como é em outras cidades, como é no país. Um olhar assim de 'menos', entendeu? É uma Secretaria menos importante. Não tem mais isso! Inclusive a gente já fez palestras e ações preventivas pra outras Secretarias e isso foi importante.*

A gestora atual nos mostra como começou sua estratégia para fortalecer o respaldo da política para mulheres na gestão anterior, quando ainda não tinha sido criada a Secretaria 'com

autonomia'. Ela compreendeu que ao conquistar o respeito do secretariado a política poderia crescer dentro do município. Ela justifica a necessidade do convencimento a respeito da situação de vulnerabilidade das mulheres.

> Eu conversei com Luiza (gestora anterior). *"Maestra, reúna esses secretários pra gente falar do nosso trabalho". E foi uma coisa importante, porque ela conseguiu.* Porque pense numa coisa difícil é juntar todos os secretários, né? E aí a gente teve um momento. (...) *Pra gente mostrar nossos números, mostrar o nosso trabalho, essa demanda diária de caos, de violência. E aí foi bom porque a maioria dos secretários da época.* E a maioria está, acho que um ou dois que não estão mais. Eles viram o que é. Eu pude apresentar a Secretaria, o nosso trabalho, o que é que faz. *Então isso: "Ave Maria, tem isso (violência contra mulher) em Noruega do Sul?"*

Judite também falou sobre a situação controversa do aumento repentino de denúncias de casos de violência contra mulher desde que a política pública passou a ser executada na cidade.

> Um maior número de denúncia. E gerou até mesmo que um reboliço assim.. "Poxa vida!" Porque assim, *Noruega do Sul* é uma cidade que é... Tradicional. *É uma cidade, assim, tradicional.*
>
> *E aí a gente sair em terceiro lugar no Estado (em número de denúncia de violência contra mulher). Principalmente uma cidade que você não sabia que tinha isso.*

A gestora de *Noruega do Sul*, assim como Lélia e Vanete, compreende a importância de disputar a opinião pública e promover mudanças da cultura tradicional-machista através do acesso à informação. Mais uma vez às rádios locais são citadas como instrumento auxiliar das políticas públicas para mulheres no agreste e sertão pernambucano.

> *Porque tinha a Delegacia. Mas o que acontece com a Delegacia?* Ela trabalha dentro desse acolhimento a essa mulher. *Então o trabalho dela não tem ações preventivas, não tem divulgação de discussão sobre a violência. Ela tá lá pra acolher a demanda que chega.* Depois que acontece. *E ela não divulga que existe, né?* Como a gente. *Nós saímos todos os dias dizendo "Esse serviço existe!" e hoje a gente sai "A Delegacia existe, a Secretaria existe!".* E veja, as vezes a gente chega em lugares... (...) *então tem lugares que não sabem da nossa existência. E eu vivo nas rádios.*
>
> *Quando cheguei eu disse: 'A gente precisa mostrar que existe isso!'* Porque tinha muita gente que não sabia que existia a Secretaria. Como ainda tem. *A gente chega em lugares que 'Não, não sabia que tinha. Uma Secretaria da Mulher?' Precisa divulgar isso todos os dias.* Então por isso esse aumento (de denúncias). Eu reforço sempre: 'Minha gente, não tá acontecendo mais violência não. A gente que tá denunciando'.

Para além da rede com as políticas executivas mencionadas acima, o secretariado e as rádios locais, Judite faz alusão à importância de uma boa articulação política com a máquina administrativa da gestão.

> Com as outras Secretarias também. Por exemplo, *a Administração nos dá um suporte muito grande. Quando a gente, por exemplo, tem um material que não seja licitado e a gente recorre e não há questionamentos nem... nem tornar o nosso trabalho desimportante.*

O exemplo de *Noruega do Sul* novamente nos ajuda a perceber o potencial de uma gestora que articula o posicionamento político feminista com uma formação em secretariado e especialização em gestão de negócios e pessoas (que lhe instrumentaliza para atuar tanto na administração pública quanto com as relações públicas da gestão). A todo tempo ela articula a política e administração pública e desse modo garante visibilidade para as pautas das mulheres. Judite parece estar afinada com o que apontam as feministas Matos e Paradises (2014) a respeito da gestão de organismos de políticas públicas para mulheres:

> As pesquisas fornecem apontamentos importantes para se pensar a representação exercida pelos mecanismos institucionais de mulheres. É possível perceber que essa empreitada só é possível e só tem algum sucesso quando os MIMs possuem interlocuções com o movimento de mulheres e com o legislativo e quando possuem recursos técnicos e orçamentários, além de suficiente poder no interior do Estado (MATOS & PARADISES, 2014).

Além disso, sua formação em psicologia contribui para um entendimento técnico do manejo e encaminhamentos possíveis para casos que tangenciam a saúde mental, além de uma leitura psicossocial atenta aos contextos político-culturais. Infelizmente, vale registrar que o que vemos na prática é que, tamanha a demanda, mesmo na cidade em que há uma equipe ampliada, a gestora acumula a função administrativa com a atuação como técnica em psicologia e como educadora (crítica ao machismo) em espaços formativos.

6.2.2.3 Modelo da gestão municipal

Vamos focar agora na relação com a gestão municipal. Novamente, comecemos pelo relato de *Carcará do Sertão*. Lélia conta o seguinte:

> *Ele (o prefeito) faz reuniões semanais, né? Ele faz reuniões semanais com Secretarias (não inclui as Secretarias Executivas).* Depois nós nos reunimos num grande grupo pra fazer a discussão.
>
> *Porque é Secretarias de homens, né? Eles têm uma dificuldade, ainda né?* De entender a necessidade. Mas hoje nas suas falas, né? Eles já colocam a Secretaria (Executiva de Política para Mulheres e Ações Afirmativas). E algumas ações, né? Eles chamam a Secretaria, pra nós fazer parceria. *Então, a gente tá construindo esse diálogo ainda. Porque é um diálogo em construção.*

A gestora interlocutora acima menciona duas questões que parecem estar combinadas: 1) para as reuniões com o prefeito apenas é convidado o primeiro escalão; e 2) os secretários são todos homens. Aqui recordo a crítica de Ângela Figueiredo (2019) sobre os riscos da máquina pública "*incorporar os corpos" (...)* "sem, contudo, transformar as estruturas políticas que dificultam a permanência desses indivíduos" (p.209).

> *Tem, tem alguns espaços que são burocráticos assim, né? E tem alguns espaços que são, pra se penetrar, assim, é muito difícil!*
>
> *O racismo institucional, que ele é perverso, não é? E quando a gente não... O racismo e o machismo institucional. Quando nós deixamos pra atender a Secretaria depois, quando nós não tiver mais nada, o que entra aí é o machismo institucional, né?* (...), mas sendo um homem, ele acha mais importante priorizar os Programas, priorizar aferir a pressão do que discutir a consciência crítica dessas mulheres, né? E discutir a consciência crítica dessas *mulheres negras. Então a nossa luta é um eterno rebater o tempo todo, é um eterno garantir o direito de vida na instituição, né? O direito de implementação das políticas específicas. E, ser mulher negra, tu já sabe todo o reflexo que a gente vive aí na sociedade brasileira.*
>
> *Eu sou violentada* quando *o cara* (prefeito/secretário) diz que não vai me dar o carro porque precisa ir ali, né? Atender... Eu sou violentada quando *o cara* não vai me dar o carro porque precisa fazer uma viagem, outras[171]... *Enquanto a mulher tá morrendo, né?*
>
> *E toda a gestão da cidade é negra. (...) São pessoas, eu tô dizendo negras, não é? Sob o ponto de vista de raça. Mas do ponto de vista de identidade, nós não vemos ninguém que tenha essa identidade, nessa questão racial, da importância de discutir a questão racial, da importância de nós tá dialogando, fazer essa relação com a estrutura.*

[171] O prefeito e os secretários têm carros à disposição. Apenas em alguns casos os carros podem ser "cedidos" e assim "desviam sua função" e deixam de estar à disposição do primeiro escalão da gestão municipal para atender a necessidades urgentes de alguma das Secretarias. Essas aspas evidenciam a violência estrutural a qual gestoras e populações estão submetidas.

Lélia disse que trabalhar na gestão de Carcará do Sertão provoca a sensação de estar sozinha, mesmo diante de pessoas negras; "*do ponto de vista de identidade, nós não vemos ninguém que tenha essa identidade*". Ela também se refere a um exaustivo cotidiano "*a nossa luta é um eterno rebater o tempo todo, é um eterno garantir o direito de vida na instituição*".

Os trechos de fala acima estão afinados com algumas observações registradas por Ângela Figueiredo (2019) em sua reflexão analítica sobre a Marcha das Mulheres Negras em Brasilia (2015). A autora defende a importância de ser observado que quando o Estado não garante direitos mínimos, a tarefa de mulheres-negras torna-se demasiada. Faz-se necessário, na gestão pública, ou na vida privada, "assegurar a sobrevivência da população negra em sua dimensão cotidiana e, no limite, como espécie humana. Nesse sentido, é importante indagar se existe a possibilidade de construção de uma agenda feminina negra em um contexto notadamente racista" (p. 216).

Através das palavras de Vanete, vamos ao relato a respeito de *Várzea da Caatinga*:

> *A gestão do prefeito aqui, ela é compartilhada com todo o secretariado, né? E há reuniões, que ele chama de reuniões de monitoramento, semanais com toda a equipe, ele convoca as secretárias e os secretários, que podem levar a equipe técnica do assunto daquela semana.* Escolher algumas técnicas, mas que não são permanentes. Permanentes são os secretários, que são do primeiro escalão. *Porém, a Coordenadoria da Mulher, ela oficialmente não é Secretaria, mas tem status de Secretaria e demanda de Secretaria. Inclusive, só pra constar, e o prefeito dá abertura para participação da Coordenadoria em todas essas reuniões.* Inclusive, cobra se não estiver presente. Cobra e chama! *E, nessas reuniões de monitoramento… tudo que se trata do governo, da gestão de todas as secretarias, é debatido ali e decidido ali. É o local de decisão, da vida do município, em todas as áreas. Tudo que vai acontecer, todos os direcionamentos políticos, de obras, de ações, tudo, são discutidos nessas reuniões semanais de monitoramento. São registradas, inclusive, por uma planilha, que vai ser monitorada com prazos, se estão executadas, ou não. E a Coordenadoria tem também esse lugar, inclusive. As ações da Coordenadoria são compartilhadas junto às Secretarias.* As Secretarias também compartilham e nós estamos sempre alinhando as ações, de uma e de outra. Isso é importante por quê? Tanto aproxima os secretários, porque a Coordenadoria chegou depois, não é Secretaria. (A gestora) é uma pessoa que não foi governo desde o início, vem do movimento, que era aquela pessoa que cobrava, que ia lá… então, ia haver certas formas de resistências, né? Mas com essas reuniões, eu não encontrei resistências pra dialogar e isso foi muito bom. *E assim, eu não tenho por que não fazer o registro disso. A aproximação com o gestor, de ver o prefeito todo semana, de estar ali com ele, de pedir, ou de falar das ações da Coordenadoria, foi fundamental, para que as ações, elas pudessem acontecer. Porque eu acho que se não fosse, eu talvez não teria tanto sucesso, porque é uma área que tem muita limitação.*

Avalio que passagem acima pode ser observada a partir de dois pontos de vista. Uma avaliação positiva leva-me a perceber com bons olhos a abertura do prefeito e do primeiro escalão municipal ao Organismo de Política para Mulheres (a Coordenadoria). Essa abertura possibilita a gestora influenciar na política local, monitorando e propondo ações. A partir de uma perspectiva menos otimista, podemos observar que, embora a gestão local reconheça a importância crucial desta política e se beneficie pela sua existência, não garante ao Organismo e a gestora uma justa equiparação institucional - seja no orçamento da pasta, ou na contratação de pessoal. No trecho a seguir Vanete aponta o que percebe como inconsistente em outras gestões municipais de sua região:

> *Em outros municípios, depois das eleições o primeiro corte que aconteceu foram os Organismos de Política para as Mulheres e a justificativa era orçamentária.* O que me deixa uma dúvida muito grande, porque se o Organismo tem orçamento… Eu acho uma justificativa muito fraca, para o gestor… *Eu acho que política pra mulher é mais vontade política. E tem, o gestor daqui tem essa vontade! E, às vezes, nem tudo eu consigo trazer pra ele, né? Tem tanta coisa, tanta ação no meio da semana que eu não consigo compartilhar tudo. Detalhes, eu partilho mais por alto, mas o que eu não consigo compartilhar com ele, ele vem e me cobra: "O que tá acontecendo? Você tá fazendo o que?" Então tem sido legal essa postura do gestor e essa aproximação, tem facilitado.*

Diante da frase "*Eu acho que política pra mulher é mais vontade política. E tem, o gestor daqui tem essa vontade*!" sinto uma sincera dúvida. Aqui não quero discordar da gestora sobre existir uma vontade política do atual prefeito. Mas gostaria de registrar uma pergunta: será mesmo que sem a pressão do movimento de mulheres do Pajeú[172] haveria essa vontade política?

Para encerrar o tópico, o depoimento de Judite, gestora de *Noruega do Sul*. Quando perguntei se havia algum espaço de reuniões sistemáticas com o prefeito ela respondeu:

> *Mensal, com todos os secretários. Tem. Que é assim, para discutir pautas referentes a gestão do município, sugestão do que pode ser melhorado. Pra que as Secretarias conheçam as especificidades uma da outra. Então é muito legal. Porque aí quando você conhece o trabalho do outro e sabe da demanda do outro, aproxima e assim, faz com que alguém não se sinta mais importante que o outro, né?* Tipo, eu sou o secretário de Administração, então a minha é mais importante. Então não tem isso, aqui não tem isso! *Pronto, é uma coisa importante na gestão daqui. É que não tem secretaria mais importante, não é?* Tipo, tem duas Secretarias, assim, que eu vejo no contexto nacional, é

[172] Lembro aqui da passagem em que o Fórum de Mulheres do Pajeú se utilizou do dispositivo jurídico do Termo de Ajuste de Condutas (TAC) para pressionar a criação do Organismo Municipal.

> Mulher e Juventude, não é? E que aqui tem peso, Mulher e Juventude. E que assim, eu vejo em outros lugares e conheço algumas secretárias assim, que não tem o mesmo peso, entendeu?
>
> E, por exemplo, eu tive, é... Um problema. Não foi um problema. É que tinha um mobiliário aqui que era comodato da Secretaria de Educação, desde que a Secretaria (da Mulher) foi criada. Que aí, foi naquele momento que cria e aí muitas coisas não pertenciam. Aí, eu: "E agora, secretários? Vou ter que devolver?" E logo (o secretário de) Finanças apresentou a solução e nos ajudou. E o mobiliário, essas cadeiras aqui (ela apontou para às cadeiras onde estávamos sentadas), foram compradas, os birôs foram comprados. E aí a mesma coisa com Administração. Tem computadores que são da Educação. E a Administração me deu computadores, entendeu? A mesma coisa com o carro... E aí a Secretaria de Transporte e Infraestrutura.
>
> *Inclusive, a próxima reunião de secretários quem vai organizar sou eu. Sempre é um secretário que organiza.* E eu queria que fosse até aqui, mas não vai poder ser, porque aqui não cabe. Aí eles vão fazer na Assistência. Porque aqui é perto da Secretaria de Assistência.
>
> *Pronto, uma coisa interessante no secretariado é que as Secretarias mais importantes estão com as mulheres. A Educação, a Assistência (Social), a Saúde. Também Autarquia de Ensino Superior do município, é mulher; Desenvolvimento Econômico, é mulher; Turismo e Cultura, é mulher; Comunicação, é mulher...*
> *R: Finanças e Administração?*
> *- Administração é um homem e Finanças também, é claro. Mas são muito legais. Todos eles, não vou nem dizer se tem um melhor não.*

Em *Noruega do Sul* nos deparamos com um cenário em que muitas pastas da administração pública estão sob o comando de mulheres (brancas)[173]. Embora, o prefeito seja homem e as secretarias de maior orçamento e poder de decisão estejam sob o comando de outros dois homens (Administração e Finanças), a gestora sente um ambiente favorável e chega a afirmar que todos os colegas "*são legais*".

Quanto às relações raciais no âmbito da gestão municipal Judite relata o seguinte:

> *A dificuldade que é ser, ainda, mulher negra nesses espaços. É você olhar pro lado e não ter pares. E isso dificulta. Mas, também te faz querer avançar mais, trazer outras, né? Dar força a outras meninas e aos movimentos pra que ocupem também esses espaços.* Mas é difícil ainda. Você, em muitos momentos, se ver só nesses espaços. *Embora você esteja sendo um modelo de*

[173] Mulheres brancas. Em outra ocasião, ainda na semana de vivência, a gestora revelou que se trata de uma gestão embranquecida. Aqui retomo as reflexões de Grada Kilomba (2019) sobre *racismo genderizado* e *políticas espaciais*. A gestora pode não estar sozinha na condição de mulher, mas é a única *mulher negra* na gestão da cidade - o que lhe confere uma série de situações desconcertantes como veremos no capítulo seguinte.

> *representação pra quem não tá. Mas ao mesmo tempo é meio solitário você estar ali, naquele espaço, sozinha.* E, assim, e não com pessoas que alguma vez pode lhe enxergar ainda diferente. Quando essa diferença não é só diferença... *A gente sabe que quando você olha diferente, o diferente é inferior, não é? Aí isso é complicado. É você navegar por esses mares. E você tá só. E você se impor. E, muitas vezes, fingir que não viu alguma coisa pra você continuar. Mas é uma dificuldade.*

Aqui gostaria de retomar o diálogo com Grada Kilomba (2019). A autora argumenta que "a constelação triangular na qual pessoas negras estão sozinhas e pessoas brancas como um coletivo, permite que o racismo cotidiano seja cometido" (p. 137). A intelectual defende que em situações que *pessoas negras* são expostas a "*plateias brancas"* o risco do racismo torna-se eminente. Sem dúvidas, experiência como essa marcam a vida de Judite de forma negativa e traumática.

Aqui vale relembrar que esse cenário de isolamento que forja uma condição de 'minoria' para Judite não é uma novidade. Como vimos anteriormente, desde a faculdade ela foi transformada minoria, ou mesmo a única pessoa negra presente. Digo 'foi transformada' no sentido de evidenciar o embranquecimento de espaços como a academia a e gestão pública. Judite sabe bem que a população negra não é a minoria em sua região. Como ela mesma disse, desde sua formação histórica, Noruega do Sul é uma cidade "*rodeada de quilombo*".

A partir dos três relatos acima, mais uma vez, é possível perceber que além de equipes, estrutura e recursos financeiro, o real interesse da gestão na política para mulheres e/ou um movimento de mulheres atuante é/são de fundamental importância para a criação/ampliação de ambientes mais favoráveis à gestão de política para mulheres. Como afirmam as pesquisadoras feministas Matos e Paradises (2014), "as ideologias dominantes, costumam estar à frente dos principais postos políticos e, sendo assim, tornam-se rapidamente hábeis em administrar bastante seletivamente o ingresso/acesso das pessoas aos recursos estatais" (p.42). Em seguida as autoras complementam:

> Tal posição estratégica costuma propiciar aos diferentes grupos sociais condições mais concretas de acesso à estrutura estatal, bem como delimita e determina também as suas possíveis margens de manobra e, sobretudo, o seu acesso efetivo a recursos políticos, que costumam ser de várias ordens (e não apenas orçamentários) (p. 43).

Conforme indicado pelas autoras, um dos aspectos que nos ajuda a compreender a gestão e sua permeabilidade às mulheres é a questão do orçamento. Na Tabela 4: Sobre os Organismos de

Políticas para Mulheres , é possível conhecer os orçamentos dos municípios que variam respectivamente entre: *indefinido, cerca de 20 mil reais* e *mais de meio milhão de reais*.

Em 1986, no Estado de São Paulo, Eva Blay foi a primeira do *Conselho Estadual da Condição Feminina* (CECF)[174].Conheci sua experiência através da socióloga a Yumi Santos (2006). De acordo com a autora, o CECF foi inaugurado com uma severa restrição de recursos financeiros. Sua primeira presidenta Eva Blay, atribuía a privação orçamentária ao esvaziamento dos cofres públicos do Estado devido ao governo anterior.

> De acordo com Blay, o novo órgão realizou projetos e grandes eventos, graças a dois fatores: um governo "realmente" democrático e a aceitação por parte das integrantes de exercer trabalho gratuito, pouco profissional, explicada pela *"inexperiência política e milênios de sujeição"* da mulher. Blay conclui que instalou-se, nesse processo: "*um fenômeno inusitado; fazer política, em estrutura de governo, como se fazia no âmbito dos movimentos feministas; sem ônus para o Estado, baseado no trabalho gratuito, artesanal. [A ex-presidenta coloca, dois anos após o término de sua gestão, que] o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo mostrou ser competente na proposição de programas, mas débil na sua relação com as Secretarias de Estado, executoras dos programas'.* (BLAY, 1887 apud SANTOS, 2006, p. 420).

Esse de exercício da *máquina do tempo* que nos leva para um passado de algumas décadas atrás. Entretanto, a realidade atual dos Organismos de Políticas para Mulheres é muito similar ao que foi descrito pela gestora pioneira cerca de 30 anos antes. Embora haja alguns (poucos) anos que as mulheres estejam dentro da máquina pública, muitas vezes esse não é um lugar de exercício da autonomia, mas sim de exploração pelo trabalho. A "inexperiência política" das mulheres é usada como justificativa para precarizar as condições de trabalho e ampliar a exclusão das mulheres dentro do aparato do Estado. Vamos agora ao relato dos municípios estudados. Primeiramente, Lélia nos conta sobre Carcará do Sertão:

> Essa questão do financeiro, assim, né? O município, ele é um município pobre. A nossa Secretaria não tem Orçamento, nós dependemos do orçamento da Secretaria de Ação Social. E só que, é meio que é isso, assim, né? Mas aí, assim... *Às vezes nós conversamos entre nós, sentimos que o... Que sempre a última, a última a ser atendida é a Secretaria das Mulheres, né?* Primeiro os Programas da Secretaria (de Ação Social), se sobrar, né? Primeiro os Programas, se sobrar, aí nós vamos atender a Secretaria da Mulher. É Sempre assim, infelizmente.
>
> Nós temos uma parceria com a Secretaria do Estado (SecMulher-PE), né? Que até agora foram elas que nos forneceram material.

[174] Como vimos no capítulo sobre o estado da arte das políticas para mulheres, antes dos Organismos de caráter executivo, os Conselhos foram a porta de entrada das reivindicações feministas no Estado.

Novamente será possível observar realidades significativamente distintas entre os municípios estudados. Se em Carcará do Sertão o Organismo de Política para Mulheres precisa contar com a *"sobra"* da política de assistência social, a realidade é um pouco menos hostil em Várzea da Caatinga. Vamos ao relato de Vanete:

> O projeto que foi aprovado na Câmara dos Vereadores, pela a Lei… O Organismo, ele é ligado diretamente ao Gabinete do Prefeito. Toda atuação, inclusive a questão orçamentária. Também no Plano Plurianual está diretamente relacionado ao Gabinete, que vem do tesouro, não se limita. Pode ser também as ações... Ser interligadas com outras Secretarias, inclusive a Assistência Social. Mas pra facilitar a atuação e articulação de outras Secretarias, pra execução das políticas, fica melhor no Gabinete do Prefeito.
>
> *Não tem porcentagem definida.* Esse recurso a gente inclui no Plano Plurianual, e na Lei Orçamentária Anual, que é encaminhada, que é aprovada na Câmara de Vereadores. Então a gente direciona, faz uma previsão das ações da Coordenadoria. *Nós temos o Plano de Trabalho Plurianual, o PPA, que foi aprovado no Conselho da Mulher. Nós temos o Plano de Trabalho Anual, que também é aprovado no Conselho da Mulher.*
>
> *Então a gente faz uma previsão das ações e pensa no orçamento que é preciso pra isso. E esse orçamento, como ele é previsto direto do tesouro, então é possível a gente solicitar, fazer uma CI (Comunicado Interno) solicitando esse recurso direto do financeiro.* Então ele passa pelo Gabinete (do Prefeito) e vai direto para o secretário de Finanças que administra o tesouro, os recursos específicos: Saúde, Educação e Assistência (Social) que tem um repasse para a Administração. Para os secretários é uma coisa, mas esses específicos a gente pode solicitar porque ele é previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA). Então a gente tem como justificar. A gente também tem o cuidado de solicitar com antecedência. "*Ah. você pediu em cima, não tem dinheiro e tal…*" A gente também só solicita quando é realmente necessário. "*Tem essa necessidade, não foi previsto, mas surgiu essa demanda aqui, é possível?*" Então a gente tinha esse diálogo direto com o gestor, no Gabinete. E tem direto com o secretário de Finanças.

Em Várzea da Caatinga existe a possibilidade de solicitar recursos diretamente no Gabinete do Prefeito. A cada nova ação faz necessário argumentar a importância das ações. Outro ponto que merece destaque quanto a esse município diz respeito a aprovação pelo Conselho Municipal não só do orçamento, como também o próprio Plano de Trabalho Anual como é possível observar no trecho a seguir: *"Nós temos o Plano de Trabalho Plurianual, o PPA, que foi aprovado no Conselho da Mulher. Nós temos o Plano de Trabalho Anual, que também é aprovado no Conselho da Mulher"*. Mais uma vez possível perceber na gestão de

Vanete a articulação permanente com o Movimento de Mulheres. Por fim, Judite apresenta a realidade de Noruega do Sul:

> *Eu tenho orçamento. A Secretaria tem orçamento. E aí ele vem aumentando, não é?* Mas assim... Eu que suponho assim, não é? Ninguém esperava que a Secretaria crescesse tanto. Tanto em demanda quanto, né? Em visibilidade. Eu penso que não se esperava. Não é? E aí a gente vem realmente dando... *O nosso orçamento, como é que ele está? Ele dá para pessoal, para manutenção, não é? E assim, não tem tanta folga, mas tem várias previsões. Previsões para material, material de ação contínua, não é? Deixa eu ver mais o que é que tem. Para consultoria, serviços de terceiros. Assim… Palestrantes, não é? A gente tem um Termo de Referência onde estão previstas as coisas do meu orçamento.*
>
> Eu fico assim muito preocupada com... Até Secretaria, né? *Terra do Arado*[175], por exemplo, é Secretaria. *Terra do Arado* é Se-cre-ta-ria! Só que a gente vê que não tem uma estrutura que possibilite essa gestora de minimamente trabalhar, sabe? E a gente tem essa garantia. Então, eu acho isso muito importante. *Porque a gente vive, assim, num momento de desvalorização da Política Pública para Mulher. Que aí, né? A gente quando tem, minimamente alguma coisa, a gente fica até feliz com isso.*

Judite reconhece a condição de excepcionalidade do município onde atua como gestora. Existe orçamento próprio para a pasta e este parece estar em franco crescimento diante da credibilidade do Organismo. Aqui destaco um outro aspecto, a solidariedade entre as gestoras municipais. Com indignação, Judite faz referência a um município vizinho, onde identifica que a *"gestora de minimamente trabalhar"*.

Ainda no que diz respeito à orçamento, tive oportunidade de perguntar às gestoras a respeito de parcerias estadual ou federal. Todas elas fizeram referência ao FEM-Mulher[176], entretanto nenhuma delas já havia recebido os recursos uma vez que os Planos de Trabalho seguiam em tramitação para aprovação no Estado. Todas elas fizeram referência a um complicador: o repasse do FEM-Mulher estar vinculado a aprovação da prestação de contas total do município:

> Mulher, o FEM-Mulher, o que eu vou dizer? Estamos aí na luta, vendo o que acontece com esse FEM, independente, assim, da prestação de conta. Porque, primeiro, uma coisa que acho é que devia estar desvinculado, entendeu? Essa questão... É! O FEM-Mulher deveria ser à parte dessa prestação de contas do município e do FEM. Porque aí tem município que demora, que não prestou

[175] Nome fictício para município vizinho.

[176] Conforme dito anteriormente, o FEM (Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal) corresponde a um repasse do Estado de Pernambuco para os Municípios. O FEM-Mulher corresponde a 5% desse montante e só é destinado a municípios que criaram/mantêm Organismos de Políticas para Mulheres.

> conta, e isso prejudica. Porque já é uma parcela tão irrisória, para você fazer qualquer coisa.

Aqui rememoro o que apresentei no capítulo metodológico, ainda na altura da abertura de campo, quando conversei com a gestora da GEFESP[177]. A gerente atribuiu, dentre outras questões, o alcance da totalidade dos municípios à estratégia do Governo de Pernambuco de repasse de recursos financeiros. Diante da possível frustração dos gestores municipais, temo pelo enfraquecimento da política para mulheres. Recordo ainda o fenômeno observado pelo IBGE, referente a uma retração nacional no número de Organismos Municipais. Se em um primeiro momento a possibilidade de ampliação do orçamento municipal pode parecer convincente até mesmo para as prefeituras pouco (ou nada) comprometidas com as mulheres, não é difícil imaginar que diante de limitações orçamentárias, a política para mulheres corre sérios riscos de cortes.

Justamente atento a esta vulnerabilidade o movimento feminista e de mulheres de Pernambuco, no ano de 2015, no contexto da Conferência Livre "*Pela Vida das Mulheres*", pautou a necessidade de criação de um Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres (ALMEIDA, 2019). Como desdobramento do Sistema poderia existir um Fundo Nacional que contribuiria com o direcionamento dos recursos financeiros referentes às políticas públicas para as mulheres. Na atualidade, com o desmonte da SPM, na atualidade, o Sistema parece uma realidade utópica. Vamos agora às principais ações dos Organismos e, na opinião das gestoras, para quem às políticas devem ser desenvolvidas.

6.2.2.4 Principais ações do Organismo Municipal de Políticas para Mulheres: para quem?

Antes de retomar as falas das gestoras-interlocutoras gostaria de apresentar a reflexão de Marlise Matos e Clarisse Paradis (2014) a respeito da *despatriarcalização do Estado*. As autoras compreendem que despatriarcalizar:

> significa conduzir e produzir orquestradamente estratégias e mecanismos de descolonização patriarcal e racial do Estado brasileiro e da sua forma de gestão pública, com vistas a reforçar uma nova etapa que tenha foco na conquista de resultados cívicos de políticas públicas. Trata-se de pensar um formato de Estado, finalmente, voltado para a promoção da justiça social e da cidadania inclusiva de todas e todos em nosso país (MATOS, PARADIS, 2014, p.71).

[177] Gerência de Fortalecimento Sociopolítico da SecMulher-PE.

As mulheres com as quais eu conversei ao longo da pesquisa apresentaram-se como gestoras que visam despatriarcalizar a gestão pública. Nas passagens a seguir minhas interlocutoras contam o que consideram as principais políticas desenvolvidas em suas gestões. Cada uma dessas ações parece estar afinada com que compreendem as autoras supracitadas. Abaixo, Lélia discorre sobre Carcará do Sertão:

> Olha. Umas das principais ações, que foi no começo de nossa gestão, foi nós *primeiramente tornar visível o papel da Secretaria em todas as regiões do município.* Que foi essa ação mesmo de visibilizar esse Organismo como um espaço de fomento à política pública e desconstrução das violências no município.
>
> Nós criamos lá um… um panfletinho. Aí com uma cara do município, uma outra realidade do município, com o rosto das mulheres. É em caricatura, mas nós representa o município, as mulheres sertanejas, que faz esse processo de informação.
>
> A nível de estado, né? *A questão da visibilidade do Organismo de mulheres no Sertão do São Francisco.* Nós temos veiculado isso por dentro dos Fóruns. A realização dos Fóruns Municipais que nós fizemos também, né? Trazendo às gestoras do São Francisco pra fazer essa discussão. Foi uma coisa bem importante!

Na passagem acima é possível perceber que dentre vários outros desafios de orçamentos e relações institucionais, faz-se necessário ainda que a população local tome conhecimento da existência da política. Ainda sobre Carcará do Sertão:

> *E uma outra ação que eu acho importante que é a questão do trabalho nas escolas, né? Da Lei Maria da Penha, a Lei do feminicídio e a questão da visibilidade LBT (de Lésbicas, Bissexuais e Transexuais).*
>
> Porque é essa rede de geração de renda complementar. Nós começamos nos quilombos. *Nós estamos trabalhando nos quilombos com as mulheres quilombolas, e meninas e jovens e mulheres quilombolas, a questão da organização. Trabalho e renda com artesanato local. Estamos trabalhando com artesanato Afro. E assim nós vamos, em todas as regiões, criar essa perspectiva geracional partindo das potências do local. Então é uma coisa que eu tô bem encantada com isso. Eu acho que vou trabalhar isso até o final dessa gestão.*

Nesses trechos Lélia mostra de que forma articula o combate às violências contra mulheres, pessoas LBT, negras e a questão do trabalho e renda. É possível observar que a

gestora constrói uma política que vai muito além da questão do combate da violência doméstica baseada em gênero. Vamos agora ao depoimento de Vanete sobre Várzea da Caatinga:

> *A gente tem as linhas de atuação da política pra mulher no município: uma é a parte de prevenção à violência contra a mulher, que são as campanhas educativas que são feitas em eventos tradicionais da cidade e a gente faz palestras, entrevistas nas rádios, panfletagens e tudo, esse é um passo.* Nessas campanhas educativas nós temos a *blitz cultural que acontece três vezes no ano, no carnaval, no final do mês de junho pro início do mês de julho, que é o evento da emancipação política da cidade,* e no mês de novembro, que a gente pega *o dia internacional pelo fim da violência contra a mulher, 25 de novembro,* e aproveita pra fazer panfletagem na rua, corredor de cartazes, adesivar os carros, a gente aproveita isso. *A outra de prevenção é o Maria da Penha vai à Escola*[178]*,* a gente vai pra dentro das escolas e faz *palestras dentro da comunidade escolar, desde pai e mãe, alunos, equipe pedagógica, a gente pega essa parte do projeto,* a ideia é que atenda isso.
>
> *Um outro que a gente chama de Enfrentamento,* que entra ainda essa questão de violência contra a mulher, é *a atuação da rede de enfrentamento à violência contra a mulher pra atuar diretamente e aí a gente traz os programas sociais, Polícia Civil, Polícia Militar, Secretaria da Mulher do Estado, Guarda Civil Municipal. Junta e tem as capacitações específicas junto a Secretaria da Mulher e como atuar e como resolver... O que é papel de quem?* O enfrentamento da violência contra a mulher. Além disso é novo, começou agora o *Projeto Plantão Psicológico*[179], que é uma parceria, ele está conveniado com o município e com a faculdade de ciências da saúde (da região). E agora a gente está em processo de adequação também com a Secretaria de Defesa Social, porque *funcionam diretamente dentro da Delegacia da Mulher.*
>
> *A sala do empreendedor está ligada a Secretaria de Administração (municipal) que é em relação a oferta de cursos para as mulheres. E a gente pede pra que sejam priorizados e que se for específico que atenda principalmente as demandas das mulheres.* Pesquisa com as mulheres quais os cursos seriam mais interessantes pra trazer renda e isso tudo, ou acompanha, como no caso da Assistência Social, os que são ofertados diretamente, ou de Programas específicos que vêm, ou das pessoas… que é um convênio direto com o Governo Federal e o PRONATEC, que tem uma articulação no município. *A gente faz esse acompanhamento e depois do curso a gente vai ver que resultados eles podem trazer pra vida dessas mulheres no que se refere a geração de renda e aí é trabalhar uma questão de cidadania pra que essa autonomia não seja só pra aprender a fazer algo, a nossa preocupação é que esses cursos não se reduzam a uma terapia ocupacional, que eles tragam renda de fato. Então a gente tem apoiado o curso de confecção de vassouras com garrafa pet.*
>
> Nós tivemos uma articulação com o INSS pra falar da previdência com o Sindicato Rural, pra falar pras mulheres rurais. Tendo em vista que o município é um município também rural.

[178] Trata-se de uma atividade desenvolvida em escolas municipais. Abordarei no capítulo seguinte.
[179] Um projeto inovador que será apresentado no próximo capítulo.

Vanete diferencia políticas de *prevenção* e políticas de *enfrentamento* à violência contra mulher. Assim como no município anterior, a gestora trabalha com campanhas para divulgação da política pública para mulheres e está atenta a questões relacionadas à educação e formação política, além de trabalho e renda. A seguir, o depoimento de Judite sobre Noruega do Sul.

> Assim, *eu tenho o programa das ações fixas, que a gente faz todo ano, das pontuais e das contínuas.* Isso aí eu te dou. Porque são... Porque tem as fixas e as pontuais. Por exemplo, o que acontece uma vez por ano; aí tem a Consciência Negra, Visibilidade Lésbica... Entendeu? *Aí tem aquele calendário. E tem as ações contínuas; como a Maria da Penha (Vai à Escola) e como o Movimenta, que a gente realiza durante todo o ano, não é?* E tem os eventos que vão surgindo e a gente vai fazendo. Formação em rede, formação para Polícia... Então vão surgindo, a gente vai tendo ideias e vai fazendo.

O movimenta é uma atividade diária de distribuição de material de divulgação da política pública para mulheres. Aqui vale uma observação; boa parte desse material é distribuído pela SecMulher-PE. Judite carimba, grampeia, ou faz uma xérox no verso com os telefones úteis em casos de violência contra mulher. Ela informa às mulheres do município o número 180 (do Governo Federal), o número 0800 281 8187 (do Programa Cidadã Pernambucana do Governo do Estado) e o número telefônico da Secretaria da Mulher do município.

Mais uma vez é possível observar a dimensão de importância que tem a divulgação da existência da política pública para mulheres de forma articulada com questões relacionadas a raça e à diversidade. A seguir, um trecho sobre a dimensão da "*ousadia despatriarcal*"[180] de Judite:

> Mas assim, eu acho que o carro-chefe mesmo, é o Maria da Penha vai à Escola. E aí a partir dessa vivência, a gente já criou o *Maria da Penha no circuito EJA*. Porque a gente notou a especificidade do EJA, né? *Não é só na prevenção... a gente já está falando com a vítima.* E a gente também já *criou o Maria da Penha no Quilombo.* Que aí é outra realidade também. E aí já ficou bem visível que tem diferenciações. Então, já que a gente conseguiu que ele ande sozinho, o Maria da Penha… então começou a observar isso para que ele tenha os resultados esperados, lá no final. A redução do número de violência, né? O aumento das discussões. E o *Maria da Penha na Igreja*, não é? Que, assim, pegou mesmo. *A gente já fez o circuito em todas as Igrejas Católicas.* (...) Tá na catequese, no encontro de casal, né? Porque a Igreja tem várias pastorais. (...) A pessoa tem que ser da Igreja. Aí eu digo: "*Não... Quem for fazer a pastoral pode até vir pra cá, para entender tudo, entender as demandas, entender essa questão da violência, essa questão cultural e tudo,*

[180] Neologismo.

> *para que a pastoral possa andar sozinha, ser uma pastoral da Igreja*". Eu não estou mais na Igreja. Então é importante que se caminhasse com isso a partir das pessoas que são da Igreja mesmo, não é? Mas, de toda forma, é uma abertura. Deu essa abertura, os padres aqui... Muito interessante!

Como é possível perceber, Judite não só leva a discussão da Lei Maria da Penha até às escolas municipais. Ela construiu uma parceria com a Igreja Católica em sua cidade. Abaixo, conheceremos o que às gestoras compreendem como principais marcas de suas gestões. Iniciemos pela fala de Lélia, sobre Carcará do Sertão:

> *Eu acho que a questão da visibilidade. Eu acho que ela é... Eu acho que.. Eu acho não, eu tenho certeza, que nós conseguimos minimizar... Não minimizar, mas tornar visível os casos de violência no município. Nunca se recebeu tanta denúncia como agora.* Nós nunca recebemos tanta denúncia anônima como agora, assim, nesses últimos... Eu acho que de setembro do ano passado pra cá. E nós atribuímos isso à visibilidade da Secretaria. *E uma coisa que nós estamos trabalhando é isso de 'Denuncie, denuncie, denuncie!'. E a geração trabalho e renda. Eu acho que, pra mim... Eu quero terminar minha gestão com esse marco assim.*

A seguir, Vanete sobre Várzea da Caatinga:

> *O trabalho de enfrentamento de violência contra a mulher,* que a gente vai pessoalmente, ou mobiliza todo mundo. Principalmente os equipamentos de Assistência social e de Saúde, a gente mobiliza, então tem sido marca. *E a parte de geração de renda,* tá começando a ganhar corpo. Provavelmente esses dois fiquem fixados aí, como uma política pra mulher em (nome da cidade) ... Possivelmente, bem sucedida.

Ambas as gestoras colocam o combate à violência contra mulher como questões centrais. Vanete traz também a questão da geração de renda como uma marca. Agora vamos ao depoimento de Judite sobre Noruega do Sul:

> *Eu tava pensando nisso esses dias. Eu acho que a marca, Raissa, foi essa ampliação, entendesse? Sair só do atendimento. De ampliar a ação preventiva, de trazer outras coisas para a discussão; como a religião, como a mulher negra, como a mulher com deficiência, entendeu? E... a mulher idosa, né? Trazer essa ampliação de olhares.* E assim, e de sair...
> Pronto, uma coisa que eu faço sempre questão aqui é assim, de a gente quando atender uma mulher, *sair do eixo Justiça-Delegacia, não é? Pronto. Isso é muito importante pra mim! É ver outras possibilidades de apoio para essa mulher que não isso.*
> Pronto, isso aí é direto lá nas reuniões, na minha fala, sempre é trazer isso. *Porque ela (a vítima de violência) não é só isso, né?* Embora no momento que ela chegue, ela procure uma resolução para isso. Mas ela vai além disso, né?

> Ela não é só isso. Então, ampliar esse olhar é muito, muito, muito importante! E a gente tem feito isso.

A gestora, sem desmerecer a importância, entende ser estratégico que as políticas para mulheres não estejam apenas focadas na questão do enfrentamento à violência no "*eixo Justiça-Delegacia*". Afinal, as mulheres são bem mais que "vítimas de violência".

Passaremos agora para uma nova pergunta: *Para quem as políticas para mulheres devem atuar?* Vanete, ao responder essa pergunta, lançou luz para o movimento de mulheres. A partir do modelo democrático de gestão viabilizado pela parceria entre a Coordenadoria da Mulher e o Conselho da Mulher do município, a gestora entende que seu papel é de acolher as reivindicações das mulheres.

> Pra quem elas devem atuar? *Pras mulheres, né?* Primeiramente pras mulheres, pra o plano ideal, eu acho que a gente não conseguiu ainda. Muita coisa ela pode se melhorado, na questão de políticas para as mulheres, por aquelas questões que eu falei de limitação, mas a gente tem tentado fazer o real, né?
>
> *Não vou trair de onde eu venho, que é o movimento de mulheres, eu preciso aceitar as reivindicações.* E, algumas coisas: "*Mas, na real mesmo, qual a possibilidade de atender a essa reivindicação?*" Então, *acolher essas reivindicações é muito interessante. (...) É desafiador, demais, demais!*

Quando Vanete responde que as políticas para mulheres devem atuar para as próprias mulheres. Percebamos, esse não é um discurso vazio! Sua resposta é fruto de uma gestão verdadeiramente participativa. Vamos agora à resposta de Lélia:

> *Pras mulheres e pras mulheres negras, né? Pras mulheres e com um recorte, nessa questão de negritude. Porque em Carcará do Sertão quem tá na miserabilidade são as mulheres negras. Porque as mulheres negras que, historicamente, foram que foram jogadas pra zona de sequeiro. Nós precisamos especificar, especificar! Que política universalistas não vão atingir aquelas mulheres do sequeiro. Não, vão nada!*

A gestora novamente enfatiza a importância de uma gestão atenta à negritude. Como é possível observar abaixo, a resposta de Judite caminhou em sentido paralelo.

> *Porque têm especificidades, né? A mulher negra é diferente, sim. Não é? Ela está muito mais vulnerável. A mulher idosa, ela tá... Mulher com deficiência, né? Vítimas que, de todas, tem a maior dificuldade de acessar um tipo de serviço, ou de se falar que ela sofre violência, não é? E ela sofre violência institucional, violência em casa, muito mais, não é? Então eu acho que essas*

> *duas coisas, olhar para além desse eixo (Justiça-Delegacia) e ampliar esses recortes.*
>
> Para quem é.. É Lógico, em primeiro lugar... E assim, dentro dessa política de enfrentamento (à violência contra mulher). *Porque para mulher e para desestruturar essa lógica de violência, a gente precisa de política afirmativa, para todas as mulheres e não só a mulher que sofre violência. Porque essa invisibilidade, essa falta de equidade, de possibilidade, é uma grande geradora de outras formas de violência e de submissão da mulher a essa violência.*
>
> *Isso é muito, muito, muito importante até para o enfrentamento (à violência contra mulher).* Porque se a mulher se vê representada em outro espaço, ela vê que ela também pode. Mas se eu tô aqui no meu espaço, sofrendo violência, não tem mulher de referência, não tem mulher de destaque em área nenhuma, não tem mulher ocupando espaço de fala, então meu espaço é aquele mesmo, do silêncio. Então, a partir do momento que eu vejo representatividade, eu também posso me colocar nesse espaço e romper com vários ciclos, não é? Então *é importante demais, a Política da Maria da Penha e essa que eu tô, de enfrentamento à violência, mas também a gente busca representatividade, espaços de fala pra essa mulher. Porque está diretamente ligado à submissão a situação de violência e a aceitação. Tanto da parte da mulher como de uma sociedade em geral. Se a mulher não está em espaço nenhum, só aquele (âmbito doméstico), então aquele é o lugar dela, não é?*

Ambas as gestoras parecem estar afinadas com aquilo que respondeu Luiza Bairros no ano de 2012 à feminista Sônia Alvarez. Conforme dito anteriormente, na altura dessa entrevista Luiza Bairros era ministra da Secretaria de Políticas de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Sonia Alvarez lhe perguntou a respeito da necessidade das políticas para mulheres e para pessoas negras trabalharem no sentido de uma coalizão, construindo alianças. Vamos a resposta:

> LB: Por exemplo, *a questão da mortalidade da juventude negra no Brasil, hoje, é uma pauta perfeitamente aceitável nas organizações de mulheres negras, mas muito dificilmente vai ser levada pelo movimento feminista, entendeu?* Ainda que nas organizações de mulheres negras se faça uma especificação para dizer "olha, não são apenas os homens negros jovens que morrem, as mulheres negras jovens estão morrendo também". *As jovens morrem em menor número, mas as taxas estão crescendo de forma mais acelerada, o que tendencialmente indica que a vitimização por homicídio das mulheres negras é um problema também.* Mas você tem que reconhecer que foi *a mortalidade dos jovens negros que alterou o perfil demográfico da população masculina no Brasil e isso é um peso enorme para a população negra, para o país*. E você não pode, pelo fato de ser mulher, dizer que não lhe diz respeito porque *"é homem que está morrendo". Isso não existe! E você não vai impor uma agenda dessas para o movimento de mulheres, não vai.*
> SEA: Entendi.
> LB: Mas aqui, *do lado de cá, isso tem importância. Muita importância* (ALVAREZ, 2012, p.844, destaques próprios).

Ao longo dessa pesquisa e diante desse diálogo, compartilho aqui a minha dúvida sobre a possibilidade da existência de uma linha divisória entre às políticas públicas para mulheres e para a população negra. Na condição de aspirante de doutora em psicologia, defendo que não há! Na realidade, ratifico o que me ensinaram as *ialodês afrodiaspóricas* com quem tive a oportunidade de dialogar presencialmente, ou através de textos (BAIRROS; 2000; DAVIS, 2016; GONZALEZ, 2019; FIGUEIREDO, 2019). Abaixo, o tópico que fecha esse capítulo e retoma a discussão apresentada na abertura.

6.2.2.5 Um dia qualquer na colônia: *"a zona do não ser"* sendo

Neste tópico retomo a discussão de Fanon (2015) em "Os Condenados da Terra", do início do capítulo: "A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a aldeia negra (...) Ali nasce-se em qualquer lugar, de qualquer maneira. Morre-se em qualquer lugar, de qualquer coisa" (p.56). Na pesquisa de campo em Carcará do Sertão, acompanhei uma atividade do "*Programa Criança Feliz*[181]*"* na zona rural da cidade.

No sábado 28 de julho de 2018, reuni-me com a equipe de profissionais da Assistência Social (dentre cargos comissionados da gestão e técnicas(os) contratados) no galpão de uma escola, na sede do município. Seguimos em ônibus para o local da atividade. Viajamos mais de uma hora; 46 km de pista asfaltada e outros tantos quilômetros em estradas de barro. O cenário de contradições é impactante[182]: de um lado a mata de caatinga cerrada, do outro lado, o verde que brota no perímetro irrigado. O Sertão é terra fértil. Quando a água chega, vê-se a exuberância dos seus frutos.

Na atividade do "*Criança Feliz*[183]" pude observar cinco ações: 1) política de atenção básica da assistência social (re-cadastro no Bolsa Família pela equipe do CRAS); 2) recreação

[181] O nome desse Programa é presunçoso e parece distante da realidade local.

[182] Ver Apêndice E - Imagens do Sertão do São Francisco. Aqui vale destacar que além de estarmos numa região bélica pela plantação de droga ilícita (lembremos que estamos no "polígono da maconha"), o perímetro irrigado do São Francisco conta também com fazendas de produção de frutas para exportação. Sim, onde há cactos, bala e fome, há também mangas maravilhosas que podem ter a chance de ir parar na Europa! Também vi muitas bananas por onde percorremos. A região também produz e exporta uvas e vinhos.

[183] Aviso à(ao) leitor(a): esse tópico é um cuspe tal qual propôs Glória Anzaldúa (2000) às escritoras do terceiro mundo. Depois de escrevê-lo me senti triste e fraca. Peço que esta nota seja levada em

para crianças (uma cama elástica em um sol causticante); 3) acompanhamento de casos do CREAS; 4) atividade de formação e divulgação da rede de enfrentamento à violência contra mulher; e 5) visitas técnicas de busca ativa no território acompanhando pela política de assistência social. Essa quinta só percebi que estava acontecendo na hora de voltar, quando ficamos esperando parte da equipe que ainda estava no atendimento domiciliar.

A ação 1 parecia ser a mais aguardada pela população local e, diante da longa espera da fila de atendimento, a ação 2 ganha maior importância (Afinal, as crianças precisavam encontrar ocupação na espera daquela fila. Sim, são muitas crianças!). Também foram distribuídos lanches como pipoca e doces. Diante desse cenário a metáfora que me vinha à mente era *"política de pão e circo*". As ações 3 e 4 poderiam funcionar de forma independente, ou articulada. Logo que chegamos na escola municipal rural que sediou a atividade, quando começamos a organizar o espaço para o dia de atividade, houve um ruído na comunicação entre a pessoa responsável pela ação do CREAS e a secretária executiva de política para mulheres e ações afirmativas. Pelo que pude compreender, elas pareciam ter um entendimento quanto à metodologia proposta para o dia.

Sobre esse dia eu gostaria de destacar dois acontecimentos: 1) o esvaziamento da atividade destinada às mulheres e 2) uma problemática que diz respeito à atuação técnica na política de assistência. O ponto 1 parece que está relacionado ao ruído de comunicação que me referi anteriormente. Nesse dia, o espaço que foi destinado para acolher mulheres e difundir informações a respeito do combate à violência ficou como última parte do roteiro da atividade. Ao chegar na escola, na primeira sala da passagem estava a equipe do CRAS, na sala seguinte a equipe do CREAS e ao final, à direita, a equipe (gestora + assessora) de política para mulheres. Diante do tabu a respeito das denúncias de violência doméstica na região, essa disposição espacial parece não ter contribuído com a discrição necessária para uma atividade que se propõe a acolher mulheres vítimas de violência.

Quanto a problemática que diz respeito à atuação técnica na política de assistência, deparamo-nos com uma situação crítica: uma família procurou a equipe do CREAS buscando ajuda para registrar a filha (de uma criança de 12 anos) apenas com o nome da mãe. A criança foi sistematicamente abusada sexualmente por um primo/vizinho, um homem jovem. Quando a criança engravidou o crime foi descoberto e ele fugiu. Os familiares do homem iniciaram

consideração. Esse episódio me dá raiva! O nome desse programa me dá raiva! "Programa Criança Feliz"? Um acinte! Espero contaminá-la(o) com esta raiva e que possamos fazer algo de útil com ela.

então uma negociação para que o bebê fosse registrado com o nome do 'pai' e, em contrapartida, a família das crianças não denunciaria o homem-estuprador.

Insatisfeita com proposta, a mãe/avó e o pai/avô das crianças exigiam que o bebê fosse registrado sem o nome do homem que abusou sexualmente da criança de 12 anos. A equipe do CREAS se posicionou contra essa ideia argumentando que seria importante para o bebê ter no registro o nome do pai. A compreensão era de que este é um direito não só do 'pai', mas também do bebê. Diante do imbróglio, a representante Secretaria da Mulher foi convocada pela mãe/avó das crianças.

Uma vez que Lélia não tem formação de técnica social (psicóloga, ou assistente social), sua opinião ganha um peso diferente na discussão de um caso. Ciente disso, nessa ocasião a secretária me convida na condição de psicóloga. Eu estava com o CRP em mãos e me apresentei como alguém que estava à disposição para discutir o caso. Quando chegamos à sala reservada para o CREAS na atividade, era possível ver o semblante de agonia entre as pessoas presentes. De um lado uma família que dizia que o nome do homem-abusador no registro da criança seria uma afronta, do outro lado, uma equipe de técnicas sociais que argumentava sobre direitos da criança e do 'pai'. Quando chegamos toda a história foi recontada. Estava evidente que a exposição repetida ao relato do caso estava sendo massacrante para a família da vítima (criança de 12 anos).

Estarrecidas com o encaminhamento para o caso apontado pelas técnicas sociais que estavam conduzindo a escuta da família, a gestora e eu pedimos para que não se falasse mais a palavra 'pai' e tentamos dialogar com as pessoas presentes (família e a equipe) sobre a dimensão violenta do termo nessas circunstâncias. Uma vez que estamos tratando de um caso em que comprovadamente houve a relação sexual entre um homem adulto e uma pessoa menor de 14 anos, trata-se de um estupro presumido[184].

Lélia contou-me das comunidades rurais do perímetro irrigado onde estávamos. As famílias originárias viviam em áreas que há cerca de 30 anos foram submersas pela Barragem de Itaparica (Unidade Hidrelétrica Luiz Gonzaga). Uma dessas comunidades é conhecida como "*Assentamento Z*"[185]. Segundo a gestora, esse é o local da região que concentra um maior número de pessoas negras de pele escura (retinta). Essa também é a comunidade mais distante da fonte primária do duto de água que irriga o perímetro. Quando há interceptações (roubos) no meio do caminho, a água não chega no final da linha. Lá, onde moram às pessoas mais pretas e

[184] Lei Federal 12.015 de 2009.
[185] Nome fictício.

mais pobres, há uma maior dependência do Bolsa Família, que contribui para pagar o Caminhão Pipa, única alternativa de água potável para a agricultura familiar de subsistência. Sem Bolsa-Família, não circula dinheiro. Sem dinheiro, não chega água. Sem água, falta comida. Existe um termo na região para as mulheres dessa comunidade: "*as nega da Z*". No município, essas crianças, adolescentes e jovens mulheres da *Z* são as que relatam o maior número de casos de estupros e/ou gravidez não planejada. Cada uma dessas informações precisa ser interpretada de forma articulada. **Nada é acaso, é projeto político colonial branco: pele quanto mais escura - quanto mais diáspora - quanto mais colonialidade - quanto mais vida periférica - quanto menos água - quanto mais estupros - quanto mais negligência do Estado - quanto mais vulnerabilidade.** Em termos fanonianos, essas pessoas podem ser lidas como *sujeitos que habitam a zona do não ser* (2008), ou *condenadas da terra* (2015).

Voltemos ao relato do dia; um assistente social presente insistia que não era possível comprovar o estupro. Inclusive, porque existem meninas que com essa idade… (Recuso-me a repetir!) Precisamos respirar fundo, achar sinal da internet, pesquisar a Lei e, por fim, convencê-la que não seria necessária uma investigação criminal para ser configurado o estupro. Didaticamente explicamos para a equipe técnica que tudo que aprenderam na política de assistência, sobre a importância da manutenção e fortalecimento dos vínculos familiares precisaria ser revisitado diante de crime previsto no Código Penal brasileiro. Diante dos fatos, aquele homem adulto não deveria ser compreendido como *pai,* mas sim como *estuprador*. Essa informação muda por completo a condução do caso. Entender a necessidade de respeitar o desejo de criança de 12 anos de não ter que lidar com o nome do seu estuprador no registro de nascimento no seu filho, passa necessariamente pela compreensão de que essa criança é gente! O respeito a essa garota está previsto pelo princípio da dignidade da pessoa humana, é um dos Princípios Fundamentais da Constituição Brasileira de 1988. Lamentavelmente parece muito difícil para o Estado brasileiro (e algum(as) de seus(suas) representantes) respeitar a Constituição.

A equipe técnica havia informado à mãe e ao pai da criança que poderiam sofrer alguma consequência jurídica. Caso não registrassem o nome do 'pai', estaria configurada a alienação parental[186] e a família das crianças poderia responder na justiça. Quando o Organismo de Políticas para Mulheres atuou, foi decidido que o caso seria levado para consulta no Ministério Público. Além disso, a criança nascida há dias, precisaria ser registrada e o nome da mãe era o único consenso.

[186] No artigo 2 da Lei Federal 12.318 de 2010.

Dias depois, caminhando a pé na cidade, entre uma atividade e outra, Lélia e eu passamos em frente ao Cartório. Por coincidência, lá estava a família completa do caso que acompanhamos no fim de semana (mãe/avó, pai/avô, criança/mãe e bebê recém-nascido). A senhora mãe/avó veio agradecer a força que recebeu naquele dia. Disse que depois do que ouviu da assistente social chegou a ter medo dela ou o marido serem presos por não quererem marcar o registro de nascimento da criança com o nome do homem-estuprador. Descartada a possibilidade de "prisão em flagrante", encorajaram-se e foram ao cartório registrar o bebê. A senhora disse ainda que já estava agendada a visita ao Ministério Público.

Não sei detalhes do desfecho do caso depois da ouvida do Poder Judiciário, Lélia contou posteriormente que a família foi ouvida pelo juiz e pela promotora pública da cidade. Foi afastada a possibilidade de a família ser punida por omitir o nome do homem-criminoso do registro de nascimento da criança. Trouxe esse exemplo como ilustração de vários outros possíveis. A sensação de "*Dessa vez foi por um triz!*" marcou minha experiência nessa cidade. E se não estivéssemos ali? E se a gestora não tivesse acompanhada por uma técnica de psicologia, ou assistente social (como é a realidade cotidiana)? Muito possivelmente não teria acesso à 'discussão técnica do caso'[187]. O nome de um criminoso iria macular o documento de nascimento que seria carregado para o resto da vida. Documentos? De que importam o registro civil? Rosineide Cordeiro, Lucicleide Silva e Rebeca Nascimento (2010) apontam que *pobreza, gênero, raça/etnia e localização geopolítica* são questões importantes para serem levadas em consideração a respeito da documentação. As autoras discorrem a respeito da relação entre população rural e documentos:

> As análises preliminares apontam que na área rural só recentemente é que a população passou a sentir necessidade de documento. As relações sociais de interconhecimento e o uso frequente do clientelismo político tornavam dispensável a utilização de documentos. Homens e mulheres pobres, moradores de área rurais têm poucos documentos (p.7).

Novamente retornando ao episódio, ao final deste dia eu sentia a sensação de termos chegado a tempo da possibilidade de salvar um documento, um nome (com seus efeitos objetivos e subjetivos), mas não estamos nem perto de acessar a questão central de toda essa problemática: a racialização, a diáspora, a colonização continuada. Desde esse dia em 2018 até agora, quando você leitor(a) acaba de ler essa página (em que ano estamos agora?), centenas ou

[187] Além do conteúdo, gostaria de observar a metodologia dessa atuação técnica. A discussão entre profissionais não precisava estar acontecendo diante da família. Outro agravo diz respeito a solicitação que vítimas recontassem a história a cada representante do Estado recém chegado(a) ao local.

milhares de novos crimes foram cometidos contra mulheres e homens que vivem no semiárido nordestino. Como denunciou Abdias do Nascimento (2016), permanece em curso o genocídio da população negra brasileira.

Parafraseando Lélia Gonzalez (2019) em bom *pretuguês*[188]*:* "E a mulher negra, cumé que fica?". Temo pela vida das mulheres que vivem ali. Temo pela saúde da gestora, sobrecarregada pelo trabalho que acumula. Temo pela vida *das(os) damné(e)s,* para não deixar de referenciar Frantz Fanon (2015). Como disse o autor, estamos diante de problemas que a Europa criou e não deu solução. No caso acima, a violência contra a dignidade das mulheres, seja estrutural, física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral é um dos problemas criado pelo patriarcado-europeu-ocidental que parece estar longe de ser uma prioridade do Estado brasileiro patriarcal-branco.

O semiárido precisa urgentemente de políticas públicas municipais levadas a sério, incluindo a política para mulheres. O Estado precisa garantir equipe completa e formação continuada. Essa não é uma responsabilidade apenas das prefeituras, mas também do Governo Federal. Além disso, esse é uma problemática que envolve a todas e todos nós; cidadãs e cidadãos, homens e mulheres, pessoas negras e brancas. É necessária uma mudança de postura geral. Caso contrário, cada um(a) estará contribuindo com a ampliação do genocídio da população não branca em curso no Brasil há mais de 500 anos. O sertão árido não é ficção de filmes, é vida real. Não é passado, é presente.

Parece mesmo que nós da sociedade civil precisamos, antes de tudo, conhecer a realidade de nosso país. É necessário que toda sociedade pare de negligenciar e tome conhecimento do que está acontecendo a poucos quilômetros da 'cidade grande'. Existem exemplos cotidianos nos quais é possível perceber que o patriarcado se utiliza constantemente de argumentos técnicos e jurídicos de cunho colonial para manter-se fiel aos princípios da "*Tradição, Família e Propriedade*" e assim negligenciar o respeito à dignidade humana de tudo *aquilo* que não é homem-branco-adulto.

Para finalizar, trago às palavras de Maria Lugones (2014) a respeito daquilo que compreendo por *descolonização de gênero*:

> *Descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social.* Como tal, a descolonização do

[188] Esse termo foi cunhado por Lélia Gonzalez (2019) para fazer referência às mudanças que a língua portuguesa agregou após o contato com a população afrodescendente – sobretudo com as mulheres negras, que passaram a ocupar funções do trabalho doméstico escravizado na Casa Grande branca - Amas de Leite, *Mucamas, Mães Pretas*.

> gênero localiza quem teoriza em meio a pessoas, em uma compreensão histórica, subjetiva/intersubjetiva da relação oprimir ← → resistir na intersecção de sistemas complexos de opressão. Em grande medida, tem que estar de acordo com as subjetividades e intersubjetividades que parcialmente constroem e são construídas "pela situação". Deve incluir "aprender" sobre povos (LUGONES, 2014, p. 940, destaques próprios).

Ao final deste capítulo, espero ter proporcionado provocações a respeito do que são políticas públicas municipais para mulheres no semiárido pernambucano. No capítulo seguinte conheceremos "*estratégias cotidianas para a descolonização"*.

7 A INSURGÊNCIA "*DAMNÉ*"E (OU SOBRE *BACURALIZAR*): *ESTRATÉGIAS COTIDIANAS PARA A DECOLONIZAÇÃO NO SEMIÁRIDO*

> O trabalho do colono é tornar impossível até os sonhos de liberdade do colonizado. *O trabalho do colonizado é imaginar todas as combinações eventuais para eliminar o colono* (FANON, 2015, p. 110, grifos próprios).

No último capítulo desta tese, retomo o conceito de *pulsão palmarina,* que diz respeito ao *desejo de ser africana(o) e livre*, como nos ensinou o psicólogo-preto Wade Nobles (2009). A passagem fanoniana na abertura ilustra o conteúdo que vamos trabalhar a seguir e o título do capítulo apresenta três elementos que eu gostaria de destacar para iniciarmos a discussão.

Primeiramente, vamos à grafia do termo *"Damné"e.* Optei por utilizar neste tópico uma referência direta ao título do livro de Fanon (2015) em francês: '*Les Damnés de la Terre*'. Não há referências às condenadas, apenas aos condenados. Mas não apenas no título, também com relação ao conteúdo. Como vimos anteriormente, por diversas vezes, as referências fanonianas estão orientadas exclusivamente a partir do ponto de vista do homem-negro. Então, no título do capítulo, esse segundo 'e' (que na língua francesa garante a flexão de gênero) ficou propositalmente de fora da palavra entre aspas (referência direta a Fanon) para evidenciar a crítica feminista apresentada por Grada Kilomba (2019). A autora nos convoca para um olhar atento ao *racismo genderizado* e sugere que sejam produzidos estudos acadêmicos de/com mulheres-pretas.

O segundo elemento que gostaria de destacar do título é o neologismo '*bacuralizar*'. Esta palavra é uma homenagem ao já mencionado filme Bacurau (2019)[189] e faz referência a uma postura ativa e insurgente que é perceptível quando estamos diante das *ialodês afrodiaspóricas,* das gestoras-interlocutoras desta pesquisa. O terceiro elemento que gostaria de destacar é a palavra 'cotidiano', em alusão às reflexões de Grada Kilomba (2019) a respeito

[189] Aqui gostaria também de provocar o imaginário a partir de outra produção cinematográfica, "Deus e o diabo na terra do sol". Dirigido por Glauber Rocha em 1964, a obra inaugura o *Cinema Novo* no Brasil e apresenta uma estética sertaneja até então desconhecida pelas demais regiões do país. O filme constrói uma narrativa decolonial (segundo o diretor, inspirada em "Os condenados da Terra", de Fanon) e tem como um dos personagens principais um trabalhador que percebe sua condição de exploração a partir de problematizações apresentadas por sua companheira. Ele rebela-se contra o patrão e entra para o cangaço. Outro aspecto que merece destaque diz respeito ao personagem que representa a sabedoria e o sagrado. Ele tem pele preta e, desse modo, a referência monoteísta (branca-européia-ocidental) é colocada em questão. A ilustração da capa deste trabalho faz referência ao cartaz do filme 'novo' de 1964. Mais de 50 anos depois, em 2019, foi produzido "Bacurau". Coincidência, ou não, ambas as obras foram produzidas em momentos de mudanças catastróficas no cenário político brasileiro.

do racismo ser vivido cotidianamente e carecer de estratégias também cotidianas para a sua desconstrução.

Este capítulo está dividido em três tópicos; em um primeiro momento irei abordar a questão das redes nacionais, estaduais e locais que se articulam em torno das políticas públicas para mulheres. Em seguida, apresentarei algumas estratégias que as gestoras-interlocutoras têm criado para a *decolonização.* Como fechamento do capítulo, um tópico sobre mulheres negras e(m) espaços de poder.

7.1 POLÍTICAS PARA MULHERES EM REDE DE COMPROMISSO E SOLIDARIEDADE

Para iniciar esse tópico, vale lembrar que a rede estadual, através do Fórum de Gestoras, foi de fundamental importância para meu encontro com as interlocutoras desta pesquisa. O formato de conexão em rede é uma das principais características da política feminista (ALVAREZ, 1998; ADRIÃO, 2008 ALMEIDA, 2019). Vamos ao ponto de vista de Luiza Bairros, feminista negra brasileira a respeito de espaço de auto organização das mulheres:

> Eu acho que a experiência da AMB, Articulação de Mulheres Brasileiras, é muito interessante nesse sentido. A AMB tem uma forma de organização bastante flexível; ela atua com fóruns de mulheres em diversos estados do Brasil, e sempre me impressiona a quantidade de mulheres negras que fazem parte disso. Então, eu considero um avanço ter uma articulação de mulheres que é geral, vamos dizer assim, mas com a presença de mulheres negras (BAIRROS *apud* ALVAREZ, 2012, p.842).

Os Fóruns de Gestoras de Pernambuco inegavelmente têm o movimento feminista como referência metodológica. Abaixo, um trecho de fala de Vanete sobre a questão da articulação para as mulheres:

> *O que é possível e uma das expertises que eu acho assim, que é fundamental pra gestora, é essa articulação com parcerias.* Sem essa articulação de parceria, ela não podia acontecer sozinha, era fazer de conta. *Pra dizer, ou pra responder ao movimento que tinha ali um órgão que é direcionado para as mulheres? Comemoram as datas celebrativas*[190] *e 'comemora' mesmo, sem nem saber o porque nem 'a razão de'! Eu acho isso muito complicado. Mas não faz política para as mulheres de forma alguma. Tá ali de corpo presente, pra cumprir alguma cota, alguma coisa…*

[190] A exemplo do *8 de Março*, dia internacional da mulher.

Nessa passagem é possível perceber dois pontos: a importância de articulação da rede para a execução da política pública para as mulheres e também uma crítica ao esvaziamento de sentido da ocupação dos cargos públicos, nos casos em que não há comprometimento com a real transformação na vida das mulheres.

Outro aspecto destacado pelas gestoras-interlocutoras diz respeito à importância das redes de solidariedade entre as mulheres serem construídas em ambientes suprapartidários. Judite destaca também a importância das gestões municipais estarem em articulação direta com governos estaduais para que, em parceria, a política pública para mulheres se torne possível:

> A gente precisa do Estado (de Pernambuco). Eu acho importante essa articulação, entendeu? Porque não se faz política pública para mulher sozinha, não se faz. Não adianta ninguém pensar que faz, porque aí não faz. E se você se isola por qualquer motivo... *Por isso que eu, a todo custo… A gente tenta manter essa questão partidária fora. Porque política para mulher tem que ser o bem maior. Porque se ela for só partidária, alguém concorda e continua, chega alguém (que discorda) e muda tudo e desfaz tudo, ou acaba com tudo. Então ela não pode ser partidária, ainda que ela tenha o suporte do gestor do momento, mas ela tem que ser maior do que é isso.*

Como fica evidente, a gestoras precisam encontrar o equilíbrio entre compreender a política para mulheres como suprapartidária sem perder de vista a relação com o atual prefeito. Afinal, essa articulação dá suporte à política. Sobre essa questão Vanete comentar:

> *E uma coisa que nunca sai desse lugar de gestora, é a articulação do jogo político que tem.* Eu não tenho habilidade pra esse jogo político. (...) *Eu não tenho habilidade com o jogo político partidário, eu sou Vanete. Eu estou aqui pra defender as mulheres e pronto! E aí eu não entro, né?* Nessa negociação de: "*Ah, você vai se candidatar a vereadora agora?"*. E tudo… *Eu não quero ser usada para esse fim. Eu quero ser usada pra atender as necessidades das mulheres, que são políticas bem específicas, que alguns partidos políticos não entendeu isso.*

Nessa passagem Vanete evidencia um cuidado: as gestoras de políticas públicas para mulheres precisam permanecer vigilantes para não serem cooptadas pelos partidos políticos. Lélia Gonzalez (2019) entre às décadas de 1980 e 1990 escreveu alguns textos a respeito da questão de pautas como *gênero* e *raça* podem ser utilizadas como uma espécie de aparelhamento dos partidos políticos sem que efetivamente estes estejam comprometidos com a transformação social. Conforme vimos no capítulo anterior, anos depois, Ângela Figueiredo

(2019), ao dissertar sobre as pautas da Marcha das Mulheres Negras à Brasília, em 2015, atualiza essa discussão.

Abaixo discorrerei sobre três níveis das redes apresentadas pelas gestoras-interlocutoras: local, estadual e nacional. Para conhecer as redes de articulação local, iniciei perguntando às gestoras-interlocutoras como elas têm se organizado politicamente na atualidade. Lélia me conta que atualmente tem se organizado em *círculos mulheristas*, mas antes de chegar no presente, contou-me um pouco do seu percurso político; do feminismo negro ao mulherismo. Ela respondeu o seguinte:

> *Eu sou, eu sou cria do movimento feminista, né? Eu não posso deixar de reconhecer que o movimento feminista negro tem uma grande contribuição pra minha formação social-política, em relação a questão de gênero no país.* Eu, pra mim, eu bebi na fonte do movimento feminista. Agora, o que eu acho é que os impactos das hierarquias na vida das populações negras, sobretudo das mulheres, ela impossibilitou pra nós construirmos um crítica para o povo negro, não é? Que é o que nós pensamos hoje enquanto mulherista? *O mulherismo, ele vem dizendo o seguinte, assim: que nós não vamos desconhecer a luta das mulheres, da feministas negras, mas também nós dizemos que não adianta nós colorir o feminismo. Colorir o feminismo e discutir as nossas vidas a partir de um padrão hierárquico das mulheres brancas. Que as mulheres brancas tem um outro papel social, tem outros privilégios.* Você é uma menina branca. Você e minha filha, vocês podem ter a mesma formação política. Isso é real, né[191]? Não sou eu quem tô dizendo, quem dizem são os dados. Vocês podem ser da mesma idade, ter a mesma formação política, mas pra concorrer a uma vaga de emprego, a tua cor vai determinar a tua inclusão nessa vaga de trabalho. Isso é real. *Então o processo histórico do Brasil construiu um espaço do ser branco e o espaço do ser negro. E pra mim, pra discutir feminismo, eu preciso entender todas essas realidades. Que o movimento feminista entende, mas aí ele também acha que dá pra gente caminhar, né?* A organização das mulheres (negras) por dentro desse movimento. *E nesse processo que nós estamos… Nós (pessoas negras) estamos no processo de sobrevivência.*

A gestora-interlocutora ressalta que muitas pautas negras não podem ser contempladas em discussões feministas. Sobretudo a questão do genocídio da população negra, conforme é possível acompanhar na passagem seguinte:

> *Nós precisamos ter uma outra perspectiva de inserção nessa luta, entendendo que a mulher negra e o homem negro sofrem do mesmo processo de violência.* Então, como vamos construir um processo pra nos conhecer e nos entender? *Um espaço nosso enquanto mulher, mas também a construção de um espaço para o povo negro na sociedade, né?* E dizer que os caras tem que parar de nos matar, entendeu? Então a história... Porque quem tá morrendo... *Eu*

[191] A esse respeito vale enfatizar que sua filha é referência na discussão político-acadêmica sobre o mulherismo no Brasil. Um referência bibliográfica para esta tese. (Não vou explicitar seu nome pela questão da segurança do anonimato da gestora-interlocutora).

> *preciso também olhar para o homem negro, porque quem vai morrer vai ser o meu filho, vai ser o meu neto, não é verdade?*
> R: Uhum. A dor da morte do homem negro é a dor da mulher negra, né?
> - Da mulher negra! Porque ela vai perder o filho dela, vai perder o neto, vai perder o sobrinho. Entendeu? (...) *Como é que a gente trabalha também uma perspectiva das nossas dores, mas também da dor do homem negro? E aí o mulherismo ele entra nessa outra proposta.*
> *O que eu tô dizendo é que eu não tô aqui invisibilizando a luta das mulheres, não. Eu tô aqui dizendo que nós temos que pensar para além de... Para além do movimento feminista. Sim, e agora? O que nós vamos fazer diante disso aqui?*
>
> Tem uma outra autora que também, que eu… (Cleonora) *Hudson-Weems, ela também. Ela fala sobre a limitação dos paradigmas das mulheres brancas e o paradigma das mulheres pretas. Enquanto essa balança... Ela bota esse peso na balança. Pra mulher branca e pra mulher preta.*

Lélia nos convida para *"ir além"* e compreender a problemática da mulher negra de forma integral. Ela defende que: *"E a mulher não pode ser só 'matrigeradora', mas 'matrigestora'. Da sua vida, da sua família, mas também da comunidade".* Ela convida a todas e todos a olharem às mulheres negras enxergando seu potencial de gestoras da vida, da família e da comunidade. Durante a semana que estive em Carcará do Sertão, a gestora-interlocutora contou que tem buscado levar a discussão do mulherismo para sua cidade e também para o Fórum de Mulheres Negras do Sertão. Quanto ao Organismo Municipal, ela apontou as seguintes articulações:

> *Rede de mulheres negras, comunidades quilombolas, as três associações quilombolas, que são importantes. A associação de mulheres ribeirinhas. A associação de mulheres. É... O movimento do (nome do grupo cultural[192]), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.*
>
> *O movimento de terreiro. Tem o movimento de mulheres evangélicas* (...) Nós temos o *Ponto de Cultura*, que é um ponto de cultura também. A *PJMP* (Pastoral da Juventude do Meio Popular), né? Que é da Igreja Católica, mas ela também agrega. E todo os núcleos do Assentamento, não é? Que fazem o *Núcleo de Mulheres do Assentamento.* O assentamento, eu acho que compõem 12 associações, que tá representada dentro da luta das mulheres do *MST* (Movimento de Trabalhadores/as Sem Terra).
>
> *Dentro do Assentamento (da Barragem de Itaparica) foi o primeiro local, a primeira região, que se discutiu gênero. A partir de... Em 1991 foi criada uma associação de mulheres. E elas, né? São mulheres que, por exemplo, junto com... Discutindo a questão dos reassentados, né? Dos direitos dos reassentados da Barragem de Itaparica. As suas aspirações por igualdade e por direitos, né? Porque eles foram violados nos seus direitos por causa dessa questão da Barragem. E as mulheres organizaram essa associação e já faziam*

[192] Não irei apresentar o nome do movimento para que não seja comprometida a questão ética do anonimato.

> *essa discussão. (...) Então, os movimentos sociais são fundamentais pra fazer pressão política, eu acho, em relação ao Estado, né? O Estado, ele precisa abrir as portas pros movimentos sociais e levar pra dentro do Estado essa discussão que é tão pertinente a luta, a organização das mulheres.*

Os trechos grifados evidenciam mais uma vez a importância da articulação entre municípios, movimentos sociais e governos estaduais para a construção de uma política pública para mulheres realmente condizente com a realidade. Sobre a relação entre os movimentos sociais e com os governos em três níveis (municipal, estadual e nacional), Marta Farah (2004) faz a seguinte observação:

> Em relação às políticas públicas, as pressões dos movimentos se dirigiram a diferentes níveis de governo, dependendo da distribuição de competências em cada campo de política pública. Assim, por exemplo, as reivindicações na área de combate à violência contra a mulher se dirigiram prioritariamente aos níveis estadual e municipal. (...). À medida que a descentralização se iniciou, as pressões também sofreram um redirecionamento (p. 53).

Retomemos a questão da atuação política da gestora e de que forma esta está articulada com uma perspectiva política. A respeito do feminismo, Vanete trouxe alguns pontos, vamos ao seu relato:

> *Eu não tenho essa visão radical do feminismo, que por si só… Eu acredito que alguns homens, inclusive, podem contribuir, só não pode fazer por, né? Sobre a vida de mulher, ou lugar da mulher, ninguém melhor do que nós, pra falar e atuar sobre. Não substitui, não é a mesma coisa. Agora somar, contribuir de uma forma indireta, eu acredito que é possível, sim. E a linha radical não acredita nisso, mas… A questão do coletivo, do social, de trazer eu acredito, eu sou feminista, eu sou militante no trabalho, na faculdade, eu sou militante na rua, eu sou militante em casa… é um grande desafio, mas eu sou militante.* Às vezes meu marido diz: "Você está usando suas crenças para se beneficiar!" Não é por aí! Então, *a discussão do trabalho doméstico, eu levo pra casa, eu levo para os grupos de mulheres, mas eu começo em casa também. A importância de tudo isso, até porque eu tenho uma vida muito atribulada. Muitas pessoas dependem de mim, então eu não consigo cuidar dessas pessoas se eu não ajudar e se eu não for cuidada, então… eu falo muito sobre isso em casa. E é cotidiana, a luta é diária.* Se a gente não tiver repetindo, ela acaba morrendo e sendo só fictícia, só de amostra. *Eu acredito que quando você procura mudar as pequenas atitudes, você é feminista.* (...) Se você apoia, ou não, isso é uma questão sua. Agora você precisa respeitar quem luta, porque quem luta não vai conquistar só pra si. É para todas, inclusive quem não acredita. (...) *É, tem que respeitar a história das nossas. Então é pra isso que eu luto, né?* O respeito por quem passou e respeito por quem continua. *Então é muito disso, mas eu não me considero radical. Eu tento dialogar dos dois lados, eu só não admito é… machismo, nem a naturalização do machismo e patriarcado. Isso eu não admito! Mas eu consigo dialogar com os dois lados.*

Nesse trecho a máxima feminista "*o pessoal é político*" está bastante evidenciada. Vanete nos apresenta como a construção de uma política feminista começa em casa. Outro aspecto que merece destaque diz respeito a sua perspectiva de inclusão dos homens na luta feminista vai além da divisão justa do trabalho doméstico. Ela compreende que os homens podem contribuir com a luta política das mulheres. O que não podem é protagonizá-la. Quanto às articulações locais do Organismo municipal ela responde:

> Eu tenho diálogo local com o *Fórum de Mulheres do Pajeú*, através das organizações que compõem o Fórum. Além do Fórum, tem os *conselhos de bairros,* principalmente os que são compostos por mulheres em sua maioria, associações rurais e aí, com ou sem o sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais. A gente tem esse diálogo direto, inclusive. Com a *Comissão Regional de Comunidades Quilombolas*, também a gente tem esse diálogo, tendo em vista que *Várzea da Caatinga* tem duas comunidades quilombolas que compõem essa comissão. *E a gente tem esse diálogo direto, ainda resultado da minha estada no movimento social. Então eu consigo esse acesso direto, dialogar diretamente com essas comissões e com esses movimentos, por conta da origem e tudo.* O que mais? (...) *Grupos de estudos acadêmicos, na faculdade.* É um diálogo legal.

Novamente, para Vanete, o Fórum de Mulheres do Pajeú e também conselhos de bairro, sindicatos, associações rurais e comunidades quilombolas compõem a rede que dá sustentabilidade à política pública.

Sobre suas articulações locais enquanto *sujeito político* Judite trouxe como tem se articulado:

> Com os *movimentos de mulher negras.* Aqui tem o número de mulheres negras e aí... Pronto, eu até faço parte... E a gente até vai ter um encontro agora, em Recife. Pronto. E aí a gente tá tentando, mas ainda não tem tanto como esse…
> Como os *coletivos que se formam*, porque eles ainda estão muito *no âmbito acadêmico.*
> Então a gente dialoga. Inclusive, uma das gestoras (da região), ela faz parte desse movimento lá na (nome de faculdade pública). Então a gente dialoga. *Mas aí o que é observo é que dentro desses movimentos ainda há, assim, umas discussões teóricas, entendeu?*
>
> Ontem quando eu tava... *Eu tô participando*[193] *do Encontro de Mulheres Negras de Pernambuco* e eu refletindo sobre isso. *E aí como eu tava me sentindo à vontade no meio de tantas mulheres negras bonitas, empoderadas e com cabelos maravilhosos. E aí eu pensando…* porque, assim, nesse meu trabalho, às vezes eu chego em espaços onde não tem nenhuma mulher negra. Então, assim, e como isso incomoda, não é?

[193] O parágrafo acima ainda foi em *Noruega do Sul.* Esse trecho da entrevista foi gravado em Recife.

> Em eventos, ou mesmo reuniões, ou mesmo entre as minhas companheiras de luta, de Coordenadorias.

No primeiro trecho de fala Judite conta que em sua cidade existem articulações de mulheres que têm se organizado politicamente, mas, por enquanto, esses grupos estão circunscritas em círculos universitários. Em seguida, ela fala de sua experiência no encontro de mulheres-negras de Pernambuco. Ela se diz à vontade e reconhece nas companheiras mulheres *"negras, bonitas, empoderadas e com cabelos maravilhosos".* Ela percebe que essa realidade está distante do seu cotidiano e encontra em espaços com esses espelhos que lhe devolvem a sabedoria sobre a própria beleza. Em espaços como esse ela se encontra com a autoestima negra (maltratada c-o-t-i-d-i-a-n-a-m-e-n-t-e pela colonialidade). O 'suposto espelho' que o mundo ocidental entregou às pessoas africanas pós MAAFA (ANI, 2019) não refletia nada, apenas mostrava uma imagem negativa, a imagem do 'não ser' (FANON, 2008; KILOMBA, 2019). As mulheres-negras sabem/sentem que juntas saem da sensação de isolamento e têm um imenso potencial para a *descolonização do ser-saber-poder.*

Quando perguntei as gestoras-interlocutoras sobre *Conselhos Municipais de Políticas para Mulheres*, encontrei o seguinte cenário[194]: *Carcará do Sertão* e *Noruega do Sul* não possuem e *Várzea da Caatinga* teve a oportunidade de criar - como uma das primeiras ações da Coordenadoria. Como também já vimos, data o ano de 1985 a criação do *Conselho Nacional dos Direitos da Mulher* (CNDM), onde foram conselheiras mulheres como Lélia Gonzalez e Vanete Almeida (inspirações para nomes fictícios de duas das gestoras-interlocutoras). Conforme abordado no capítulo anterior, esse é um dispositivo de articulação e comunicação entre a sociedade civil (movimentos de mulheres) e a gestão pública (SANTOS, 2006; ADRIÃO, 2008; ALMEIDA, 2019). Sobre o funcionamento do Conselho Municipal de Várzea da Caatinga Vanete disse o seguinte:

> *As reuniões do Conselho (Municipal) da Mulher são mensais. A gente se reúne uma vez por mês. Tá previsto pro grupo se reunir na segunda quarta de cada mês. (...) Com a presença do Organismo (de Política para Mulheres), a gente se reúne.* Reuniões específicas de comissões, ou coisas dessa natureza, que não precisa da presença do Organismo, a gente deixa as comissões a vontade. Se for uma pauta específica que não inclua Governo, a gente deixa a sociedade civil à vontade mesmo, que trate no Conselho Municipal. Então é essa atuação. (O Conselho) É composto pela plenária geral, tem comissões específicas, tem a diretoria. É sociedade e o Governo, que dividem a diretoria.

[194] Como foi possível acompanhar em tabela do capítulo metodológico.

Mais uma vez, é possível perceber, *Várzea da Caatinga* é um exemplo de gestão participativa e democrática. Sobre a questão do Conselho Municipal, Judite fala que em Noruega do Sul está em tramitação. Em paralelo, ela externaliza um medo, o do aparelhamento da política partidária que na cidade pode assumir um caráter conservador-tradicional-branco-europeu.

> É, ainda não tem. A gente conseguiu... A vereadora, ela propôs essa Lei, não é? Aí tá lá para ser votada a criação do Conselho. A mesma vereadora que fez a Lei da criação da da Secretaria.
>
> E aí assim, *uma dificuldade que a gente vê, embora a gente esteja na criação, é porque assim, Noruega do Sul é uma cidade muito política, entendeu?* E, às vezes os Conselhos… às vezes não atendem mesmo a sua função. É muito mais uma coisa política, não no sentido bom. Aí pronto, isso eu tenho medo. Porque, assim, t*em um movimento também de mulheres que busca também a criação do Conselho, só que tem um viés político. E isso me preocupa.* Por exemplo, aqui na Secretaria *a gente vem conseguindo se manter apartidárias. Então a gente dialoga com outros municípios, com outros gestores, independente disso. Eu tenho autonomia para isso, sabe?* Pra visitar municípios, fazer Fóruns nos municípios… (...) *É das mulheres e para as mulheres!*

No trecho de fala acima a gestoras-interlocutoras reitera que forma de fazer política feminista mantém um compromisso suprapartidário com a vida das mulheres. Outro dispositivo de apoio às gestões de políticas públicas para mulheres são às Câmaras Técnicas, que compõem a Rede de Enfrentamento à Violência Contra Mulher (que reúne serviços de denúncia de violência e também de proteção à mulher vítima de violência). Como sabemos, todo um aparato estatal foi construído para atender as especificidades da Lei Maria da Penha (Lei Federal 11.340 de 2006).

Foram criadas por Decreto Estadual (Nº 38.576 de 2012) algumas Câmaras Técnicas que compõem o Programa Pacto Pela Vida do governo de Pernambuco. De acordo com o Artigo 7, sobre atribuições, cabe "*À Câmara para Enfrentamento da Violência de Gênero Contra a Mulher compete coordenar a implementação e a execução das ações estratégicas para o enfrentamento da violência contra a mulher integrantes do Pacto pela Vida*". Imponte trazer esse dado histórico no sentido de evidenciar a função de espelho que tem o modelo de gestão estadual de políticas públicas para as mulheres para as gestões municipais.

Dos municípios estudados, apenas *Noruega do Sul* conta com uma Câmara Técnica, criada em 2015. Sobre os efeitos dessa criação, Judite disse que as reuniões são quinzenais e:

> E, assim, a gente tem conseguido avançar com a Câmara. Porque muitas coisas foram conquistadas, não é? *Um olhar diferenciado da Polícia Civil, da Polícia*

> *Militar, do próprio Judiciário.* Um avanço nas demandas que a gente leva das mulheres, de casos que a gente leva. *A Câmara Técnica foi um avanço gigantesco* para as questões daqui.

A criação de espaços de discussão técnica de casos que envolvem a violência contra mulher requer o diálogo de áreas como política para mulheres, assistência social, saúde e segurança pública, além de polícias civil e militar, como também o judiciário. Em *Carcará do Sertão* e *Várzea da Caatinga* existem Redes de Enfrentamento à Violência contra Mulher: um espaço misto que reúne sociedade civil e Estado.

> Nós fizemos uma reunião com o Secretário de Ação Social e fizemos isso com uma reunião dos Secretários, dizendo a importância de estar fortalecendo a Rede. Porque quem não participa são as próprias Secretarias. *Porque eu conto hoje com os movimentos sociais, mas os organismos do governo não estão participando, aí eu fiz essa chamada interna. Mandei uma CI dizendo da importância. (...) Não é uma Rede de Mulher, é uma Rede de Enfrentamento às Violências do município. Que é necessário que os organismos estejam organizados e também fazendo essa discussão coletiva conosco, né?*

Como é possível acompanhar acima, Lélia diz que tem encontrado dificuldade de receber apoio da própria gestão. Agora, o depoimento de Vanete:

> Tem a *Rede de Enfrentamento (à Violência Contra Mulher),* que a gente tem procurado, não tem conseguido mensalmente, mas sempre que necessário a gente tem feito uma articulação junto. Tem juntado alguns órgãos específicos que a gente anseia que se transforme em Camêra Técnica, inclusive com capacitação específica, e tudo… inclui equipamentos de Assistência Social, CRAS e CREAS. (...) A ideia é que esses equipamentos, principalmente o CREAS, que contribua no enfrentamento da violência contra à mulher. (...) *Polícia Civil e Militar, a gente inclui também nesse diálogo. Secretaria da Mulher do Estado também.* É uma outra com quem a gente dialoga. E as Secretarias específicas, Saúde, Educação, Assistência já vem com os equipamentos. E a gente tem muito esse diálogo. Principalmente quando surge, algum caso complexo, né? Que precisa dessas Secretarias, a gente junta, coloca na roda e vamos resolver.

A gestora-interlocutora mostra que tem encontrado dificuldade em garantir a periodicidade das reuniões, mas quando necessário, nos casos mais complexos, encontra apoio junto às secretarias municipais e também à SecMulher-PE.

Dos municípios, dois deles contam com Delegacia da Mulher. A gestora de *Carcará do Sertão* disse que em sua cidade as mulheres têm encontrado muitas dificuldades de dar seguimento às denúncias de violência, conforme podemos acompanhar no trecho abaixo.

> Os finais de semana? É um caos. Qualquer situação de violência tem que ir pra cidade vizinha. Se tratando de um caso de feminicídio, ou de violência contra as mulheres, encaminha. (...) Esse percurso… Nós estamos tentando conversar com a Promotora, com o Ministério Público, pra fazer com que isso minimize. Nós estamos discutindo isso e a ideia é que... *Porque aqui não tem (Boletim de) Ocorrência no fim de semana, não tem Delegacia, né? E aí nós estamos vendo como é que a gente operacionaliza isso, companheira. Porque é difícil!* (...) E aí fora, nós sofremos com algumas ações terríveis. A mulher sai violentada da cidade e tem que aturar o policial militar dizendo pra ela tirar a queixa (durante o percurso até a cidade vizinha). Nós já recebemos denúncias com isso. *No carro, o cara que vai junto: "Não, vamo tirar..."*. Aí vão debochando, vão tirando onda e vão dizendo piadinha. Então olha só que situação de violência que as mulheres sofrem, né?

A realidade em *Várzea da Caatinga* é bastante diferente. Há poucos anos foi inaugurada a Delegacia da Mulher no município. Vanete conta o seguinte:

> *É recente, a Delegacia tem funcionamento com sua equipe e recursos humanos desde quatro de novembro de 2017. Os primeiros meses… foi bem desafiador e a Coordenadoria teve que dar um suporte inicial (...) Mas a gente tem um diálogo permanente, inclusive de encaminhamentos da Delegacia para o Organismo, do Organismo pra Delegacia.* Porque a gente tem esse filtro, com *encaminhamento,* de orientações, inclusive. *Orientações específicas que precisam ser direcionadas para o Conselho Tutelar*, pro Conselho da Pessoa Idosa, tem muitos casos que a gente encaminha pro Conselho da Pessoa Idosa. Até pra fazer um monitoramento. Muitas mulheres idosas estão sofrendo violência, sendo negligenciadas. Violência patrimonial, casos absurdos! E a gente tem esses acompanhamentos e esse diálogo. *Tem sido um diálogo horizontal e a Delegacia tem nos acompanhado, inclusive, em outras ações, como no caso as palestras, né? A delegada e agentes têm acompanhado a gente em ações de prevenção, nas palestras, nas comunidades. Então tem sido uma relação horizontal.*

Quando eu estava na cidade, fui conhecer a Delegacia. Na ocasião a Delegada me chamou para uma conversa. Ela queria entender o que uma pesquisadora estava fazendo ali, disse quem tem aprendido muito com as feministas (Fórum de Mulheres do Pajeú) e pediu para que eu entregasse uma cópia da tese quando estivesse pronta, pois ela queria estudá-la. Mais uma vez fica evidente que os efeitos do trabalho continuado do movimento de mulheres da região influenciam significativamente a condução da política pública para mulheres. No trecho de fala abaixo é possível acompanhar algo que penso ser uma estratégia de "dar *nó em pingo d'água*", ou um exemplo de *descolonização do poder-saber.* Com os recursos municipais, a cidade não poderia bancar financeiramente um CEAM (estrutura, pessoal, manutenção, etc.). Mas as mulheres que sofrem violência baseada em gênero precisam de um acolhimento

específico, uma escuta técnica, qualificada do ponto de vista dos direitos humanos das mulheres.

> Então o projeto do plantão psicológico, que é do município, mas eu acabei conseguindo associar com a faculdade. Tem uma ligação com a faculdade e *a minha atuação está nos dois campos*[195]. Então, *diminuir o sofrimento e acolher as mulheres que chegam em sofrimento na Delegacia da Mulher, à procura de ajuda.* Você fazer a parte da escuta psicológica dessas mulheres, isso é uma gratificação muito grande. Não só pessoalmente, né? Mas profissionalmente, né? *Na verdade, é o primeiro passo na vida de psicóloga, é estar como estagiária do plantão psicológico. E eu diria que é uma aposta muito grande que eu consegui fazer, audaciosa inclusive; de convencer o gestor com esse projeto. E de conseguir que a faculdade compreendesse a importância dele também,* a partir da clínica ampliada. É essa ligação que eu trago da… toda militância e tudo. *Ela (a militância) tem importância pra minha vida acadêmica até porque a gente não chega do zero, a gente acaba contribuindo também… Eu coloco a minha vida acadêmica a disposição das mulheres. Tanto que como psicólogo a gente conseguiu levar essa palestra. Eu levei (para a faculdade) um depoimento sobre a vivência do plantão psicológico e foi bem interessante. Você conseguir falar para outros estudante a possibilidade de coisas do dia a dia, do cotidiano, você relacionar com a vida acadêmica e tal. Foi muito interessante levar a mensagem que é possível. Porque é uma situação comum que é naturalizada pelo sistema patriarcal, a gente vai desdobrar a partir da experiência acadêmica.*

Nessa passagem Vanete explica a forma que conseguiu para garantir atendimento psicológico às mulheres no seu município: 1) ela discutiu com a faculdade de psicologia um projeto de estágio curricular; 2) ela convenceu o prefeito a cursar o estágio curricular no próprio município onde atua como coordenadora e ainda conseguiu duas vagas de estágio remunerado pela prefeitura para duas outras estagiárias selecionadas pela faculdade (todas sob a mesma supervisão clínica); 3) ela convenceu a delegada à ceder uma sala da Delegacia[196] da Mulher para garantir uma escuta qualificada às mulheres (se necessário, até mesmo antes da ouvida da Delegacia); 4) discutiu tecnicamente a viabilidade do plantão psicológico realizando um levantamento das orientações técnicas do Conselho de Psicologia; 5) convidou o vice-prefeito, que também é psicólogo, a participar das discussões técnicas do caso junto ao professor da faculdade de psicologia.

Esse é um típico exemplo de uma gestora extremamente competente e conhecedora dos equipamentos públicos localizados em sua cidade, que e atua de forma articulada e precisa, de modo a atingir objetivos até mesmo inimagináveis diante do pouco recurso que a Coordenadoria

---

[195] Lembremos: na altura da entrevista Vanete era estudante de psicologia, no fim do curso, no período do estágio curricular. Ela também é gestora do Organismo Municipal.

[196] Tive oportunidade de conhecer o espaço. Uma sala confortável (até mais espaçosa que a sala da Coordenadoria no prédio da Assistência Social), com ar condicionado e poltronas. Além disso, porta com chave para garantir o sigilo ético preconizado pela Psicologia.

dispõe. Na mesma medida que a genialidade surpreende e enche de esperança, ecoa a lembrança do relato de mais de 30 anos atrás, em que a primeira gestora do Conselho Estadual de São Paulo afirma: "um fenômeno inusitado; fazer política, em estrutura de governo, como se fazia no âmbito dos movimentos feministas; sem ônus para o Estado, baseado no trabalho gratuito, artesanal" (BLAY apud SANTOS, 2006). Diferente de suas colegas de estágio, Vanete não é remunerada por ser estagiária. Ela oferta gratuitamente à máquina pública municipal seus saberes como técnica de psicologia (em formação). Ela assim o faz pelo seu compromisso com as/nós mulheres que sofrem(mos) violência. Mais de 30 anos depois de Eva Blay (apud SANTOS, 2006), vivemos uma realidade *irracionalmente* semelhante (FANON, 2008; CÉSAIRE, 2010). Como se estivéssemos no século passado, ainda vivemos esse como um "fenômeno inusitado".

Quanto à Noruega do Sul, importante resgatar que já existia Delegacia da Mulher mesmo antes do Organismo Municipal de Política para Mulheres. Judite disse que a relação com a Delegacia tem passado por uma série de transformações.

> Hoje o nosso relacionamento com a Delegacia da Mulher, ele.. Eu digo que ainda está no processo, mais de abertura. A gente avançou muito, mas a gente tá avançando mais. (...) *A gente nota que quando a gente faz algum tipo de formação, quando a gente leva esse tipo de sensibilização... E aí, não é? Os próprios policiais mesmos, eles começam entender*. Uma vez eu escutei de um delegado, ele disse assim: "*Mas a gente diz para essa mulher que ela tenha vergonha na cara, para ver se ela acorda*". E ele foi um dos que... Foi uma mudança gigantesca, que esse delegado teve. Muito muito gigantesca. Inclusive, a ideia de ter uma sala (de descanso para mulheres e crianças) na Delegacia Regional, foi dele. Ele não está mais aqui, mas a ideia principal foi dele. Ele disse assim: *"Devia ter uma sala, para ela (a vítima) não esperar junto com ele (o agressor)"*. Foi aí que a gente pensou e a gente correu atrás. (...) A gente conseguiu concretizar isso. Mas foi a ideia de um delegado.

Judite aposta na transformação através da sensibilização e formação técnica para o tema da violência contra a mulher. Nessa passagem, além de uma política exitosa, podemos perceber um política que mesmo diante de tantos esforços permanece sobrecarregada e, desse modo, pode precarizar a condição de trabalhadora das gestora pública. Além de tantas outras atribuições, cabe às gestoras de políticas para mulheres garantir formação interna para a gestão municipal, para a polícia, para o judiciário, para a câmara de vereadores, etc. Quanto à relação com o judiciário, por vezes chega a ser necessário uma força superior, quando o convencimento em nível municipal já não surte efeito. Abaixo, um trecho de fala de Vanete:

> É… estava bastante complicado o acesso. A gente não tinha conseguido, inclusive. Uma das preocupações era o tempo de deferimento das medidas

> protetivas, que é um instrumento que vai garantir a segurança e até a vida de algumas mulheres. Mas esse mês houve uma mudança, né? Houve uma abertura… Pelo juiz da vara criminal, de receber inclusive, a própria Secretaria da Mulher (de Pernambuco). *Estava difícil acessar o juiz pra dialogar sobre as questões das medidas e outras questões de enfrentamento à violência. E agora, com a presença da Secretaria da Mulher do Estado, que veio pessoalmente dialogar, isso facilitou.* Maria[197] estava no Fórum (de Gestoras)[198] e saiu para dialogar (com o juiz da cidade). *Depois disso houve uma reunião com a delegada também, sobre as medidas protetivas e tudo. E acabou que tem uma relação mais direta, que eu tenho abertura pra dialogar.* As dificuldades são os funcionários. Então, se a gente tentar acessar o juiz através dos funcionários, vai tempo aí, pode esperar! Mas quando a gente foi e burlou o caminho (através de uma intervenção da Secretaria Estadual), fui diretamente atrás o juiz, que aceitou.

Vamos nesse exemplo a importância da rede entre Organismos Municipal e o Organismo Estadual de política para mulheres. Apenas com status de uma secretaria estadual foi que se conseguiu "*burlar o caminho*", gerando um diálogo com o judiciário. Aqui retomo a discussão sobre a irracionalidade do mundo moderno-ocidental-branco (QUIJANO, 1992; FANON, 2015; CÉSAIRE, 2010). É realmente irracional que Organismos Municipais de Política para Mulheres tenham dificuldade para acessar juízes(as) que tratam da violência contra mulher. Irracional! Desgastante! Colonial![199]

Também conversei com as gestoras-interlocutoras sobre a articulação com os demais Organismos Municipais das suas respectivas regiões. Sobre esses encontros, Lélia disse: "Eu acho que isso, assim, é a perspectiva de *a gente poder estar nos conhecendo enquanto Organismo,* tornando visível as nossas ações em cada município. E isso, coletivamente, nos ajudando *pra minimizar esse processo aí".* Esse processo aí, podemos interpretar como colonialidade (QUIJANO, 1992).

Vanete e Judite trouxeram o exemplo do CIM Pajeú (Consórcio Intermunicipal do Pajeú) e do EMPODERA como articulações organizadas em suas regiões. O CIM Pajeú é uma figura jurídica (com CNPJ), um consórcio entre às prefeituras municipais da região para, por exemplo, realizar compras coletivamente e baratear custos. Mas esse também é um espaço de discussão de prioridades para a região. Para planejarem ações conjuntas, gestoras municipais criaram o "Núcleo de Política para Mulheres" no CIM Pajeú. Sobre suas colegas gestoras, ela comentou:

---

[197] Nome fictício para funcionária da SecMulher-PE.

[198] A atividade ocorreu na cidade poucos meses antes da realização da entrevista.

[199] Sei que esse conjunto de exclamações pode parecer descabido para uma escrita acadêmica formal. Aproveito a oportunidade para lembrar à(ao) leitor(a) que busco escrita decolonial.

> *A maioria dessas gestoras estão sozinhas, são Diretorias.* Diretorias que têm uma equipe mais reduzida ainda, se resume a uma diretora e um apoio administrativo que é às vezes não são contratados. Elas ficam dando conta de tudo, não é? Tem essa confusão do papel de gestora. Eu brinco que, às vezes, nós somos transformadas em *'jaqui', "já que tu tá aqui"* vai fazer isso, vai fazer aquilo. Ou então, elas têm uma dupla função: é coordenadora de algum equipamento e acumula. *Elas acumulam funções e isso não é legal. Quando elas acumulam…*
> R: Deixa eu entender. Por exemplo, ela é coordenadora do CRAS, ou coordenadora do CAPS e também diretora da mulher?
> - Isso, também diretora da mulher.
> R: Responde pelo Organismo de Política para as Mulheres, mas não tem necessariamente um caráter executivo?
> - Não. Tem só essa função e não tem caráter executivo… *Eu acho isso complicado. Particularmente, eu não aceitaria, mas isso é uma opinião minha, a gente não sabe, né? (...) Mas a minha preocupação é que os Organismos sejam mais um cargo com um vínculo partidário. Fico preocupada com isso. Porque se for, a Política pra Mulher, ela não vai acontecer de fato.*
>
> R: Essas mulheres também são do movimentos feministas e de mulheres?
> - Algumas sim, ou feminista, ou sindical. Essas que já vem… *A gente vê a diferença na atuação das gestoras que vêm dos movimentos sociais… Muito mais do quem ocupa só pelo cargo político. É diferente o jeito de atuar.* Aí algumas ficam: "*Ah, o que tu tá fazendo? Me manda o modelo disso e tudo…"*

No trecho acima é possível perceber que Vanete elenca três problemáticas que têm sido encontradas pelas demais gestoras sobre sua região (equipe limitada, acúmulos de vínculos e cooptação partidária) que podem esvaziar a política para mulheres de sentido. Aqui lembro de uma passagem de Ângela Figueiredo (2019):

> Dito de outro modo, gostaríamos também de refletir sobre as novas configurações da colonialidade do poder, através de prática política que incorpora os corpos - membros de grupos racializados negros, indígenas - e às vezes femininos e negros, como um modo de responder às constantes demandas do movimento social sobre uma necessária transformação da imagem do poder, predominantemente masculina e branca, sem contudo, transformar as estruturas políticas que dificultam a permanência desses indivíduos (p.209).

Vanete parece permanecer atenta a essa possível cilada. Em paralelo, ela aponta dois aspectos que potencializam a política pública para mulheres; gestoras com experiência na militância e pessoas interessadas em aprender com exemplos exitosos que acontecem nos Organismos próximos a sua região.

Judite explicou-me que o EMPODERA é uma articulação endógena à política pública para mulheres no Agreste Meridional. Esse grupo de mulheres se reuniu, inspiradas no Fórum de Gestoras de Pernambuco, com o objetivo de fortalecer a política na região.

> Surgiu quando eu entrei aqui. (...) Tava na discussão sobre gênero... O que é gênero? E quando a gente começou a levar a informação, essa formação, para as escolas. E aí a gente pensando como muitos professores não tinham essa noção mesmo do que era. Porque a gente precisa formar esses gestoras, até para eles conseguirem se defender se um pai chegar lá e dizer: '*Você tá discutindo gênero na escola?*'. E depois a gente... Pronto, *antes disso, era cada gestora no seu quadrado. Não é? Cada uma na sua.*
>
> *E aí conversando, a gente viu que tinham muitas mulheres, que assim, elas não são técnicas, não é? Não têm essa formação. E como surgiu perguntas sobre isso. (...) E para minimamente, elas saberem o que é isso. Aí o start foi esse, a discussão sobre gênero.* Para elas saberem o que é. Porque aí ficou uma celeuma muito grande, né? Porque as cidadezinhas todas já discutindo isso. E muitas (gestoras) sem saber. Até reproduzindo algumas coisas absurdas assim. (...) Aí Luisa[200] disse assim: '*Pois eu vou falar com a secretária do Estado, para ver o que ela acha*".
> Gestora estadual: "*Na hora! Faça! Tem que... Quanto mais apoio essas mulheres tiverem, melhor. Claro, chame e faça*!" E aí a gente fez o primeiro EMPODERA.
>
> A gente pensou: *"Como é que a gente pode dar um suporte a mais a esses Organismos?"* (...) *Isso começou porque uma gestora ligou para mim pedindo alguma orientação, como essas, né? E aí... Eu não sei se pedi para ela imprimir alguma coisa e ela disse que não tinha impressora. E ela tava desanimada, tava muito triste. Eu sei que ela tava tão triste que aí no outro dia eu fui lá visitar. Aí, pra pensar o que a gente poderia fazer para dar visibilidade ao trabalho dela, para ver se as outras Secretarias do município davam mais apoio. Aí foi quando a gente pensou no Fórum de Enfrentamento (à Violência contra Mulher). "Vamo fazer em cada cidade um Fórum desse?*" Aberto ao público, mas que a segunda intenção... (...) Aí eu digo: "*Você chama o prefeito, os secretário, as pessoas que precisam ser educadas, não é? Catequizados mesmo, para saber o que é violência e porque a cidade precisa de um Organismo (de Política para Mulheres)".* Aí a gente fez o primeiro em (nome da cidade), que ela conseguiu juntar 200 pessoas. Foi o dia todo. Ela conseguiu, junto com a Secretaria de Juventude de lá que se desse o almoço, então foi o dia todo. (...). *Então, foi um sucesso. Mas a ideia é que os gestores, as outras Secretarias (do município), entendam o papel da Coordenadoria da Mulher, ou da Secretaria, e deem apoio.*

No exemplo acima é possível perceber a compreensão de coletividade da política para mulheres. Judite demonstra preocupação e solidariedade às demais gestoras municipais de sua região. Merece destaque o trecho em que ela diz "*Aí o start foi esse, a discussão sobre gênero".* A gestora se refere ao fenômeno nacional em que câmaras legislativas passaram a discutir no

[200] Nome fictício para a primeira gestora do Organismo Municipal de *Noruega do Sul.*

sentido de coibir a "*ideologia de gênero*[201]". Em outro momento da entrevista ela retomou essa questão:

> *O ano passado essa discussão voltou, sobre 'ideologia de gênero'. Voltou com muita força! E aí, já com proposta de Lei, que aprovasse que não se poderia trabalhar 'ideologia de gênero' nas escolas. E aí eu fiquei bem atenta a isso.* (...) E aí uma das coisas que eu falei com o autor da Lei é que ele colocasse o que é que ele tava chamando de '*ideologia de gênero*', não é? E aí não foi nem ele que colocou. E eu falei e fui lá milhões de vezes e nada. Mas aí outro vereador colocou. Tu visse a Lei? Essa daí? É bem curtinha. Se tu não tiver, eu te mostro. *A Lei que foi aprovada e disse que não se pode trabalhar 'ideologia de gênero'...*
>
> *E assim.. Não existe uma 'ideologia de gênero', né? Porque se existisse... A ideologia é essa normativa, né? Que diz que só existe um homem e uma mulher e pronto. 'ideologia de gênero', a gente vive, que é essa! Pois bem.*

Nessa passagem, um exemplo do que ocorreu em diferentes casas legislativas do país; a irracionalidade de vereadores de diferentes partidos políticos conservadores que, em nome da "tradição, família e propriedade", buscaram a '*apologia do homssexualismo nas escolas',.* Tamanha inconsistência política que, para além do alarde, tais vereadores não conseguiram muito mais que barrar a palavra "*gênero*" de todos os documentos municipais. Esse episódio deixou de herança um problema administrativo. O final ridículo da história é que o termo "*gênero alimentício*" passou a ser um problema nos contratos públicos. Felizmente, os direitos das mulheres a uma vida livre de violência continuarão sendo trabalhados nas escolas municipais através do Projeto Maria da Penha Vai à Escola[202].

Retomando a questão dos eventos, nas semanas de vivências em *Várzea da Caatinga* e *Carcará do Sertão* tive oportunidade de participar do Fórum de Gestoras do Semiárido (20 de julho de 2018) e do Fórum de Mulheres Negras do Sertão do São Francisco (31 de julho de 2018). Respectivamente, um encontro da gestão e outro da militância. Ambos tinham como anfitriãs as gestoras dos Organismos Municipais de Políticas para Mulheres. Perguntei a Lélia qual a relevância de eventos como esses para as gestões municipais. Ela respondeu da seguinte forma:

> *Impacto político, impacto político! Porque, na realidade, quando o prefeito, né? Que é um homem negro, o vice que é um homem negro. Quando eles chegam nesses espaços, né? Falando do Fórum de Mulheres Negras, eles entendem o quanto que a minha voz não é uma voz só, né?* O quanto as minhas

[201] Essa nota de rodapé tem o objetivo de dizer que não existem referências acadêmicas para esse termo que foi forjado em campos políticos obscuros com o objetivo de desmantelar às pautas políticas das mulheres e pessoas LGBTQI+

[202] Que será abordado no tópico a seguir.

> reivindicações... E não é uma reivindicação solitária, nós temos hoje um eco. E esse eco ele é regional, ele é estadual e é nacional. Então eu acho que a importância... *E tanto o Fórum de Gestoras de Pernambuco também, já levei pra Carcará do Sertão pra fortalecer a política.*

Assim como Judite, ela compreende a estratégia de promover impacto político da organização de um evento. E não só atividades sobre mulheres, mas também sobre questões raciais. Na passagem a seguir Vanete comenta sobre o recém ocorrido Fórum de Gestoras em sua cidade:

> Demandar um Fórum regionalizado no município dá, de certa forma, uma credibilidade a gestora, né? *Porque todo gestor que recebe outros municípios quer que o seu seja referência, quer fazer bonito.* Então quando você demanda, a organização de um Fórum Regional, você tá demandando também outras questões. Você vai mostrar a cidade pra fora e não é legal você mostrar uma coisa que não acontece. Então, dá visibilidade à gestora, quando elas sediam esses Fóruns de caráter regional. E é uma visibilidade positiva pra dentro, não só pra fora, né? Pra fora também, porque *outros municípios veem a experiência: "Ah, você tá fazendo isso…" Depois do Fórum eu recebi vários pedidos: "Me manda como você tá fazendo isso que você apresentou!" Têm solicitações de outras gestoras que pedem, como é que eu tô fazendo determinada coisa. Eu mando, naturalmente!*

Ainda a respeito da articulação entre municípios e Estado, apresento agora a atuação das Coordenadoras Regionais da SecMulher-PE (responsáveis por articular regionalmente as gestoras municipais junto a Secretaria Estadual) a partir das perspectivas das gestoras-interlocutoras. Lélia comenta o seguinte sobre a Coordenadora do Sertão do São Francisco:

> *Bel*[203] *é extremamente parceira.* Ela contribui mesmo pro trabalho... Ela faz esse papel. Ela vai conosco pra base, ela interfere com falas totalmente politizadas, pra influir na relação social do município. *Ela tem um papel fundamental, o papel dela é fundamental. Eu acho, assim, que as Coordenadoras no Estado, elas têm esse papel mesmo, de ser interlocutora mesmo, dessa política estadual para a municipal. E trazer a fala do Estadual para o municipal e formas de como nós vamos nos organizar pra poder influir nas relações de violência.*

Abaixo, respectivamente, falas de Vanete e Judite a respeito da importância do cargo de coordenadora regional para a municipalização e interiorização da política pública para mulheres:

---

[203] Essa coordenadora regional já foi mencionada no capítulo anterior. Nome fictício.

> *A atuação da Coordenadora Regional também tem feito diferença. Eu acho assertivo da Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco manter essas Coordenadoras Regionais, porque elas dão um suporte muito grande quando tem algum engessamento do gestor, ou da própria gestora de Assistência Social.* Ela (a Coordenadora Regional) chega e acaba soando diferente né? Porque é uma pessoa de fora, uma pessoa do Estado. Ajuda bastante. Eu acho e é importante manter, porque estas gestoras (municipais) que estão sozinhas, elas não vão conseguir sem uma ajuda externa. Então, têm que ser.
>
> Essas mulheres (gestoras de outros municípios) precisam de uma Coordenadora Regional que seja mesmo... Que tenha todo um conhecimento, já que elas mesmas, dos municípios, já caem de paraquedas, entendeu? Eu acho importante e interessante. Precisa ter essa pessoa de suporte e de respaldo que faça essa conexão com o Estado. É muito muito muito importante!

As falas parecem combinadas. Ambas sinalizam a parceria estratégica do Estado de Pernambuco através da SecMulher-PE. Através das Coordenadoras Regionais o Estado parece 'emprestar' sua legitimidade diante de entes públicos para que gestoras municipais consigam operar as políticas para mulheres. Também perguntei às gestoras-interlocutoras como elas avaliam os Fóruns de Gestoras. Judite disse que *"é importantíssimo para o nosso fortalecimento enquanto grupo, enquanto gestoras, enquanto política para mulher. É essencial, esses Fóruns"*. E Vanete respondeu enfatizando que além das questões sobre as mulheres, os Fóruns também têm contribuído para uma formação técnico-administrativa com relação aos negócios públicos:

> Têm sido legal, os processos formativos, que foi uma indicação nossa… *Que ano passado a gente fazia os Fóruns e… Os Fóruns tinham se perdido um pouco desses processos formativos.* (...) Na GEFESP (gerência da SecMulher), essa questão de disponibilizar *momentos específicos pra formação das gestoras em políticas públicas, por exemplo, em elaboração de projeto, é importante. Têm gestora que não sabe fazer, né? Tem coisas muito específicas, muito!* Têm uma especificidade muito grande que quem deve proporcionar é a Secretaria da Mulher. *Então, ter retomado esses processos formativos, tem sido interessante.*

Diante do exposto acima é possível observar uma fortalecida articulação entre os municípios de e o Estado de Pernambuco. Existe uma nítida vontade política de ambas as esferas do poder executivo para atuarem conjuntamente para a consolidação das políticas públicas para mulheres. As gestoras-interlocutoras, por diversas vezes, enfatizam o caráter suprapartidários dessa ação combinada. Paralelamente, reforçam que os movimentos sociais (especialmente de mulheres e negras) são fundamentais desde a concepção até a execução dessas políticas.

Quando perguntei às gestoras-interlocutoras sobre a articulação do Organismo municipal com um rede nacional, Vanete disse o seguinte: *"Quando a gente entrou, fecharam (a SPM). Não deu tempo!*". E Judite respondeu:

> Não, nunca existiu nenhum tipo de parceria. Assim, até porque, eu entrei em 2015 na Secretaria, né? Aí, o único contato que teve uma vez, foi uma pesquisa, por parte da Secretaria Nacional, para saber como funcionava o Centro de Referência da Secretaria da Mulher. Aí mesmo questão de estrutura. Depois, a gente não teve mais retorno e nem nenhuma coisa, nenhum contato, nenhum suporte, nem nada do tipo, né? E aí depois, com esse desmonte que teve e a Secretaria (SPM) perdendo status e depois virando uma pasta e depois ficando esquecida e perdendo recurso do orçamento e tudo. A gente não escuta mais falar da Secretaria Nacional, infelizmente.
> Não, em *Noruega do Sul* não tem. E assim, o contato que a gente tem, é com o Estado.

Foi unânime que há um grande abismo entre as políticas municipais do semiárido pernambucano e a política federal. Vanete respondeu da seguinte forma:

> A relação que a gente tinha era a articulação do 180. Isso aí a gente divulga e faz. Houve um diálogo inicial, antes do fechamento.
>
> Quando o Organismo ele foi implantando em *Várzea da Caatinga*, estava naquele processo de fechamento da SPM, então muita coisa não deu tempo chegar. A gente ainda conseguiu, que foi resultado que tinha ficado… Que foi uma articulação a nível Federal e Estadual, pra trazer pro município, a Campanha "*Violência contra Mulher não dá Frutos*" que é Federal, que teve uma articulação (com o Estado)… Têm articulação do 180, a gente divulga bastante. Tem sim, inclusive, demandas na Delegacia da Mulher que vem pelo 180. Houve duas demandas, inclusive, que foi do 180, de busca pra averiguar...
> R: Só pra eu entender. A pessoa fez a denúncia pro 180 e essa denúncia nacional chegou na Delegacia da Mulher daqui e aí essa busca foi feita, de alguma forma em parceria, com o Organismo de Política para as Mulheres?
> - É, tomou conhecimento. Se alguém aqui denunciou pro 180, foi resultado daquele trabalho preventivo que a gente faz nas comunidades de entregar o folheto, de deixar o cartaz no postinho de saúde… De dizer: "Se você não conseguir o 0800, se você não conseguir no *190, ligue 180, que você vai receber as orientações necessárias*". *A gente divulga o 180. É limitado. Particularmente, eu já liguei pro 180 e eu não fiquei satisfeita com as orientações que foram feitas, esperava uma ajuda imediata, ela só orienta. E eu esperava uma ação imediata do 180. Eu confio mais no 0800 do Estado, o Cidadã Pernambucana. O resultado é mais rápido, então eu divulgo mais. Mas eu sempre coloco no material de comunicação da Coordenadoria 180 e 0800.*
> R: O 0800 garante o monitoramento?
> - Mais efetivo e eficaz. Porque é do Estado e elas fazem a busca, fazem uma articulação mais direta pra questão da vítima.

Sobre o 0800 estadual, o *Programa Cidadã Pernambucana*, Lélia discorreu:

> Eu acho que esse números, né? *Esses números... A Ouvidoria da Mulher do Governo do Estado, eu nunca tinha acessado.* Três companheiras, inclusive a companheira Zeza[204] acessou. (...) "*Tu não imagina, Lélia, alguém conversando conosco e que nos deu incentivo, que nos deu caminho. Vai aqui, vai ali.*" Então isso, isso é importante, né? Então eu acho que esse sistema de nós veicular as violências. E isso, isso as mulheres... Encorajam as mulheres, né? "*Não, mas liga anônimo. Vai! Tá apanhando? Denuncia!", "Não, mas não mete a…(colher)" "Liga anônimo! Vai num orelhão.. Olha, que tem uma mulher aqui sendo violentada bá bá bá". Eu acho que ele funciona e muito bem.*

Como foi possível perceber, até mesmo quando eu perguntei sobre como funcionava a articulação com o 180 (número nacional para o qual mulheres podem ligar para tirar dúvidas, por exemplo, de como fazer uma denúncia de violência doméstica), as gestoras reiteraram a distância com a esfera nacional em contraposição ao uma articulação muito forte com a esfera estadual, que supre essa ausência de alguma forma.

Para finalizar, perguntei às gestoras sobre como estas avaliam os impactos para a política para mulheres do Golpe de 2016 (que retirou do poder a primeira mulher presidenta eleita do país). Vanete externou sua preocupação da seguinte forma:

> Enfraquece sim, porque *a gente não tem como buscar financiamento.* A gente tem aí desejos de implantar o CEAM. O CEAM não têm co-financiamento e o município não comporta os gastos de um Centro Especializado de Atendimento à Mulher. Porque tem uma demanda muito grande de gestão, um equipamento desse tipo, dessa natureza, e financeiramente. o município não teria como manter aí mensalmente.

A resposta de Judite comentou sobre um receio similar:

> E é muito triste porque, assim, a gente percebe que outros Estados terminam seguindo, outros municípios termina seguindo, né? Se a Secretaria Nacional some e não tem mais visibilidade, outros Estados terminam também tirando *status*, tirando o orçamento... Aí *é muito triste, porque a política perde força.*

"*A gente não tem como buscar financiamento*" e "*é muito triste, porque a política perde força*" são duas frases que evidenciam como as gestoras-interlocutoras compreendem o prejuízo da descontinuidade da política nacional.

[204] Nome fictício.

7.2 ESTRATÉGIAS PARA A DESCOLONIZAÇÃO: CULTURA, EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE[205]

Com esse tópico tenho por objetivo contribuir com o registro de memórias a respeito de políticas públicas municipais para mulheres que vão muito além da *'comemoração'*[206] do 8 de março' ou acolhimento da mulher vítima de violência doméstica. Conforme é possível acompanhar a seguir, Judite diz ser necessária uma mudança de cultura:

> *A gente bate muito nessa tecla, dessa mudança cultural e prevenção.* Porque se a gente ficar só no enfrentamento (serviços da rede de enfrentamento) e acolhendo essa mulher que sofre violência, a gente não vai mudar. A gente só vai ficar acolhendo... *Enxugando gelo.* Não vai ter essa transformação. *A gente busca sempre essa, essa... Não é conscientização, né? Porque ninguém conscientiza ninguém. Mas informar, sensibilizar, mostrar que a gente, todo mundo, faz parte desse processo de violência, de alguma forma, não é?* Com a minha fala, com o meu comportamento, eu posso ajudar naturalizar essas formas de violência. *E que a gente precisa dessa mudança, porque senão a gente vai continuar só criando Organismo e criando Lei e enchendo as prisões de autores de violência e não vai ter uma mudança efetiva.*

A gestora compreende a necessidade de estratégias de prevenção da violência contra mulher e entende que o foco desse trabalho é a cultura. No trecho final ela aborda uma questão crucial para o debate da população negra, o encarceramento - uma das estratégias do genocídio da população negra (NASCIMENTO, 2016; GONZALEZ, 2019).

Vanete nos alerta sobre a necessidade de intervenções no espaço urbano para que mulheres possam andar com segurança em ruas iluminadas[207].

> Inclusive, de avaliar dentro da gestão a possibilidade de organização da mobilidade em determinadas horas da noite, *é complicado a mulher andar sozinha, então a gente tem dialogado, inclusive levado pras reuniões de monitoramento, quanto a reorganização da iluminação da cidade,* é uma ação pública que é de responsabilidade do município e da identificação das ruas, que é uma outra questão também. Porque se a noite, uma mulher pede ajuda, a cidade ela teve uma expansão muito grande, construções novas, ruas novas... então tudo é rua projetada, de bairro a outro, as ruas que estão sendo construídas são ruas projetadas, então a *polícia tem dificuldade de chegar pra*

[205] Espero que a partir de agora a carta de Turmalina (do início da tese) passe a fazer mais sentido.
[206] Crítica ao termo.
[207] Lembra a discussão de "Cidade segura para mulheres" no primeiro Fórum de Gestoras que participei no campo da pesquisa, em 2018.

> *ajudar algumas vítimas, então tá tendo um trabalho junto com a câmara de vereadores e com a gestão pra gente dar nome a essas ruas e identificá-las todas pra ajudar isso também.*

A gestora também conta de que forma atua no sentido de responsabilizar o município e a câmara de vereadores para que, em casos de denúncia de violência, a polícia possa chegar às mulheres de forma rápida e, por consequência, mais eficiente. Todas às gestoras-interlocutoras enfatizaram seu compromisso de trabalhar no sentido de evitar episódios de violência.

Vanete tem um projeto feminista para *Várzea da Caatinga,* esse projeto é atento à importância da preservação ambiental. A gestora me contou dois exemplos de parcerias entre o Organismo de Política para Mulheres e a sociedade civil organizada:

> *É simbólico porque foi uma compra pequena, comparada a compras do serviço e da gestão. Mas é simbólico para as mulheres, vender para uma Prefeitura. É simbólico a Prefeitura comprar uma produção das mulheres diretamente e elas verem que o trabalho delas tá sendo valorizado e pode ter resultado. Então nós fizemos isso, que foi a compra de vassouras de garrafa pet, confeccionadas, resultado de um curso que foi feito.* Foi uma compra direta da Secretaria de Saúde, tem como justificar… tem como tirar nota fiscal avulsa, em nome dessas mulheres, isenta de tributos, inclusive. A gente teve que pesquisar o que é possível dentro da Lei, na legislação, pra gente não fazer coisa e dizerem que a gente tá desviando recurso pra outro fim. Foi todo esse diálogo e foi possível porque estava dentro do monitoramento. E esse diálogo de uma forma horizontal, o que é possível e o que não é possível E a Coordenadoria da Mulher ficou responsável por essa interlocução, entre as produtoras e a Secretaria. Eu achei muito legal!
>
> Tem outra (ação) que a gente apoia, mas não realiza. Que é a confecção de sabão - a partir do reuso de óleo de cozinha - e de outros produtos de higiene, que são dois grupos de mulheres aqui no município que estão desenvolvendo. Um no conjunto habitacional e outro num bairro periférico aqui da cidade, que fazem o sabão. E a gente, além de incentivar a compra desse sabão, a gente usa o argumento de que está inclusive dentro da agenda ambiental que o município se comprometeu. *Ele tem um Plano de Resíduos Sólidos, que a gente acompanha, porque quem mais contribui com a conservação ambiental são as mulheres. Aí esse trabalho educativo que a gente faz, é retirar os resíduos que vão agredir o ambiente e transformá-los em renda pra essas mulheres. A gente aproveita o óleo de cozinha, tem uma articulação com as pastelarias e restaurante que usam óleo pra elas pegarem e transformarem em sabão.*
>
> No caso das garrafas pet, pra pegar essas garrafas é uma articulação, pra transformarem em vassouras e acaba ajudando o programa de Resíduos Sólidos, que o município tem junto com o Ministério Público, por conta do lixão que não é aterro sanitário. E a gente tá dentro dessa discussão.

Em No Sertão do Pajeú, a política pública para mulheres combina preservação ambiental com projetos de geração de renda. Vanete promove uma *descolonização do poder "É simbólico porque foi uma compra pequena, comparada a compras do serviço e da gestão. Mas é simbólico para as mulheres, vender para uma Prefeitura"*. A gestora, junto à sociedade civil organizada, tem criado estratégias para transformar a máquina pública em sua cidade.

Para finalizar esse ciclo, gostaria de compartilhar a experiência de ter conhecido o *Programa Maria da Penha Vai à Escola* nos três municípios estudados. Esse projeto vai na contramão de uma lógica de e 'educação bancária' (FREIRE, 2003) e se propõe à construção de práticas libertadoras. No Fórum de Gestoras do Semiárido, que ocorreu em *Várzea da Caatinga,* acompanhei a apresentação de um grupo de crianças (em torno de sete anos) em um jogral sobre a Lei Maria da Penha. Essa apresentação foi resultado do trabalho desenvolvido por uma professora de língua portuguesa em uma escola pública municipal. Muitas são as estratégias metodológicas: professoras(es) da rede pública têm trabalhado com recursos como jogos de teatro, 'júris populares', produções plásticas, concursos de poesia, concursos de redação.

Aqui vale registrar que desde 2007 a SecMulher-PE realiza anualmente o Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero e há alguns anos vêm criado Núcleos de Estudos de Gênero em escolas e instituições de ensino superior de Pernambuco. De acordo com o *Anuário 8 de Março: 10 anos de Políticas Públicas para as Mulheres em Pernambuco*, em 2017, havia um total de 192 Núcleos implantados (PERNAMBUCO, 2017).

Parece existir uma espécie de ancoragem entre a política estadual e as políticas municipais. Elas se retroalimentam e crescem. Por exemplo, o *Projeto Maria da Penha vai à Escola* nasceu na cidade de Caruaru, Agreste Central de Pernambuco. Devido ao sucesso, foi compartilhado com outras gestoras municipais e atualmente é desenvolvido em cidades de diferentes regiões de Pernambuco; do sertão ao litoral. Judite, *gestora de Noruega do Sul*, inovou e em sua cidade a Lei Maria da Penha não é discutida nas escolas. Aqui vale uma lembrança: a atual gestora da Secretaria de Educação é a antiga gestora da Secretaria da Mulher. Digo isso no sentido de reforçar a amplificação que a política pública para mulheres ganha quando existe na gestão local um secretariado sensível às questões de gênero. Abaixo segue seu relato de como a política de prevenção à violência contra mulher foi se fortalecendo dentro da política de educação local.

> Eu cheguei (como técnica em psicologia) no momento em que estava se implantando o Maria da Penha Vai à Escola e foi uma das primeiras coisas que eu participei. Porque se começou a trabalhar e eu participei desde o

> comecinho, com as 5 escolas piloto. E aí pronto. Depois disso eu assumi. (...) Depois 15 escolas, depois 30 e agora 62 escolas.
>
> *Quando eu assumi (a Secretaria) a gente já tava com 30. Aí eu disse: "Bora, a gente vai com tudo!" Já tinham 30 escolas que já tinham trabalhado.* E assim, como eu já tinha participado de tudo isso e a gente tinha dado conta das formações para os professores. Era eu, né? Então essas 30 escolas já vão ter condições de minimamente andar sozinhas e aí a gente… Foca nas outras 30. *E aí como muda gestores, muda professores... E aí, de toda forma, quem já participou em outra escola, já tinha o conhecimento. Então a gente fez formações.*
>
> *Tanto que eu vou de escola em escola para falar com aqueles professores daquela escola, quanto a gente faz uma formação maior, como todo mundo. Aí vem alguém de fora, alguém renomado nessa área de educação e de enfrentamento.*
>
> (...) *Com os professores das escolas do campo. Para também tratar dessa temática, da formação do porque a educação precisa participar desse processo. Porque a gente precisa sensibilizar esse professor. Porque é mais uma coisa pra ele fazer. É mais um trabalho para desenvolver. Então, né? Sensibilizar para a compreensão disso. O papel da educação na desconstrução de tudo isso (o patriarcado).*
>
> E a gente também já criou o Maria da Penha no Quilombo. Que aí é outra realidade também. E aí já ficou bem visível que tem diferenciações. Então, já que a gente conseguiu que ele ande sozinho, o Maria da Penha.. Então começou a observar isso para que ele tenha os resultados esperados, lá no final. A redução do número de violência, né? O aumento das discussões. E o Maria da Penha na Igreja (Católica), não é? Que, assim, pegou mesmo. A gente já fez o circuito em todas as igrejas católicas. E assim, a nossa proposta, quando eu escrevi o projeto, era assim.. que a gente leve a discussão para os grupos e que eles trabalhem juntos. Porque a gente não tem perna para tá todo dia lá, né? Tá na catequese, no encontro de casal, né? Porque a Igreja tem várias pastorais.. Mas, né? Fazer essa formação, para que as pastorais comecem a desenvolver.

Nessa passagem Judite apresenta com tem conseguido dialogar com diferentes setores da sociedade: crianças e jovens, quilombolas, pessoas católicas, pessoas adultas estudantes. No município, a política de prevenção à violência contra mulher se fortaleceu de forma significativa em poucos anos. Naquela passagem anterior em que a gestora estava '*aperriada*'[208] com a proibição da discussão de '*gênero*' nas escolas, ela temia que todo esse trabalho fosse inviabilizado.

A seguir, o último tópico deste capítulo traz precisamente a discussão mais importante desta tese. A partir do ponto de vista de Lélia, Vanete e Judite conheceremos o cotidiano de *sujeitos políticos* das *políticas públicas para mulheres em Pernambuco*.

[208] Termo local que significa: aflita, preocupada, angustiada.

7.3 MULHERES NEGRAS E(M) ESPAÇOS DE PODER

No começo do mundo,
eram as mulheres que mandavam na Terra
(...)
As mulheres tinham o poder e o segredo
Iansã tinha inventado o mistério da sociedade dos egunguns,
a sociedade de culto aos antepassados[209]

Para iniciar este tópico preciso iniciar apontando a **dimensão da hostilidade do Estado** ocidental-branco-europeu-colonizador diante das mulheres e/ou pessoas negras e indígenas. Como nos alertou Fanon (2015):

> O mundo colonial é um mundo maniqueísta. Não basta ao colono limitar fisicamente, isto é, com seus policiais e guardas, o espaço do colonizado. Como que para ilustrar o caráter totalitário de exploração colonial, o colono faz do colonizado uma espécie de quintessência do mal (p. 57-58).

No capítulo anterior refletimos sobre aquilo que seria a "*cidade do colonizado*". Não por acaso, mesmo nesta cidade, o governo está submetido às regras dos colonos (homens-brancos) e não dos colonizados (pessoas racializadas). O *Estado*[210] que governa é precisamente a grande máquina *colonial.* E, como disse Fanon (2015), opera numa dimensão totalizante que se utiliza do artifício de desqualificar a condição de *sujeito* do colonizado e ainda encontra neste atributos relacionados à *quintessência do mal*[211] que justificariam a necessidade da distância física - seja pelo perigo que representa para o colonizador, ou pela condição de não-branco que é associada a negativas como incompetência, incapacidade, inabilidade, inadequação, etc.

Aqui vale registrar que Grada Kilomba (2019) *apud* Gilroy (1987) nos alerta que vocabulário do racismo se atualiza constantemente. Outrora o velho racismo (científico), hoje novo(s) racismo(s). De todo modo, o que é possível perceber é que as mulher-negras continuam sendo mantidas na condição de *Outridade* (KILOMBA, 2019), seja para o Estado-branco, ou para população-branca.

---

[209] *Mitologia dos Orixás* de Reginaldo Prandi (2001, p. 106): "*Ogum conquista para os homens o poder das mulheres*".
[210] Junto à(s) Igreja(s), mas não vou entrar nessa discussão.
[211] Com este termo, Fanon faz referência à Aristóteles.

Nós mulheres, sobretudos as mulheres negras, recebemos/recebem diferentes sinalizações do Estado que este não está pronto e nem mesmo disponível para nos/lhes acolher. Sendo assim, não só *é difícil chegar,* mas também é um *desafio cotidiano permanecer* no local *auto-reservado*[212] para os homens-brancos. Para fins de exemplo, relembro aqui do primeiro ato do Governo Federal após o Golpe de 2016. Depois de ser expulsa a primeira mulher presidenta eleita no Brasil, no dia seguinte, todo o primeiro escalão foi substituído de modo que não restou nem mesmo uma mulher, ou pessoa não-branca para governar o país. Nesse episódio, em menos de 24 horas, o governo voltou exclusivamente para a mão dos homens-brancos (colonos-descendentes de Europa). Há nessa ação uma intencionalidade não só objetiva, mas simbólica. Como disse nossa interlocutora Judite, quando situações como essa acontecem, é possível ouvir o recado: "Volte para o seu lugar"[213]. Mal qual é esse lugar?

Lélia Gonzalez (2019) denunciou que aquilo que passou a ser considerado 'normal' por todas e todos, tem como base o 'racismo cultural' brasileiro.

> O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações mentais sociais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a mulher negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa (p. 73, destaques próprios).

Sobre essa questão, Vanete complementou:

> *Até essa história de ser arrimo de família pós escravatura, vem da mulher negra, que a gente acaba reproduzindo nos dias de hoje.* Então, eu levanto essa bandeira também, de ser mulher negra e minha atuação política também ser resultado disso. Mas eu só me percebi depois.

As duas falas acima evidenciam que em nossa história de país, o espaço privado e o trabalho reprodutivo compuseram o destino de milhares de mulheres negras. Mesmo aquelas que se tornaram 'livres' do trabalho escravo, encontram-se 'aprisionadas' na condição de 'arrimo de família'. De uma forma ou de outra, o trabalho doméstico dificultou o acesso das

---

[212] Neologismo irônico.

[213] Já no início do tópico importante que seja dito que percebi apenas depois de concluído o campo de pesquisa que não perguntei diretamente às gestoras-interlocutoras como elas sentiram o assassinato de Marielle Franco em 2018 (dois anos depois do Golpe de 2016). Uma vez que a vereadora do rio era mulher, preta e favelada, provavelmente gestoras municipais e mulheres-negras de todo país que se identificavam com a representação política de Marielle sentiram profundamente o impacto dessa ação violenta. Possivelmente esse trabalho acadêmico teria uma melhor qualidade se tivesse agregado essa discussão. Reconheço essa como uma falha grave e lamento por tê-la cometido.

mulheres-negras ao espaço público, político, de decisão (um dos efeitos do grande roubo colonial). Estes espaços, por sua vez, sempre estiveram sob o comando das patriarcais famílias colonizadoras (sobretudo os senhores, mas também sinhás - nós[214], mulheres brancas) (BAIRROS, 2000; GONZALEZ, 2019; FIGUEIREDO, 2019; NASCIMENTO, 2019).

Grada Kilomba (2019), no bojo da discussão sobre episódios de racismo no cotidiano, apresenta reflexões sobre "*políticas espaciais"* a partir de situações vivenciadas por mulheres-negras na Europa. Quando a autora faz referência a um episódio narrado por sua interlocutora, percebe que "ela é caracterizada como alguém de uma 'raça' que 'não pertence'" (p.111). Essa é uma discussão sobre 'raça' e 'território'. Se pensamos o Estado como um território-branco, infelizmente, é possível percebermos uma série de similitudes entre os relatos de pessoas não-brancas que vivem em países europeus e narrativas de pessoas não-brancas que recentemente passaram a ocupar a gestão pública no semiárido pernambucano.

A condição de pertencimento está a todo tempo em questão para as pessoas racializadas que vivem em um mundo ocidental de referências brancas e/ou embranquecidas. Aprendemos com as teorias decoloniais o que isso significa. Há mais de 500 anos, o que está mesmo sob suspeita é a condição de *sujeito* de tudo aquilo que foi e é racializado (QUIJANO, 1992. MIGNOLO, 2008; LUGONES, 2014). Tive oportunidade de perguntar às gestoras-interlocutoras sobre "ser mulher negra" em espaços de poder. Lélia, gestora-interlocutora respondeu o seguinte:

> Eu sempre digo que o Estado brasileiro, ele nunca conseguiu políticas específicas para a população negra, não é?
>
> *Ser mulher negra, né? Em todos esses espaços do poder institucional, no Brasil, é a coisa mais difícil do mundo. Ser negra e ser Secretária da Mulher, é uma outra dificuldade também. É porque nós carregamos, né? A carga de ser uma mulher preta, de ser uma mulher que tem ações mais truculentas e que fala com a emoção. E, que muitas vezes, não fala com consistência.*
>
> Nós temos que estar nos afirmando o tempo todo, nós temos que tá… Tendo referencial de fala o tempo todo, que é pra gente poder ser respeitada no nosso espaço enquanto uma gestora-negra que tem uma militância e que tem o trabalho constituído em cima dessa militância. Mas que mesmo assim, nós

[214] *Aqui vale lembrar que como pessoa branca nunca posso me referir a pessoas brancas como "as outras".* Preciso dizer sempre "nós" no sentido de me responsabilizar sobre as consequências devastadoras da colonização e assumir os privilégios que herdei. Um exemplo explícito desse privilégio são as condições de possibilidade que me proporcionaram escrever uma tese de doutorado, fazer viagens para o interior de Pernambuco, viagem de avião para congresso internacional sobre gênero no sul do país (Fazendo Gênero 2017) e intercâmbio internacional em Moçambique (um semestre fora de minha casa, com bolsa de doutorado de valor maior que dois salários mínimos - muito mais que o valor que recebe mensalmente a maioria da população).

> somos violadas nas nossas falas, violadas nas nossas intervenções. É difícil, muito difícil, assim.

Nossa interlocutora evidencia a dificuldade de atuar como gestora negra, sendo necessário se reafirmar repetidas vezes. C-o-t-i-d-i-a-n-a-m-e-n-t-e[215] sua condição de *sujeito político* está sob suspeita. Ela denuncia "*a carga de ser uma mulher preta*" e parece estar se referindo ao conjunto de estereótipos associados à população negra, a "quintessência do mal" como nos alertou Fanon (2015); também Gonzalez (2019) e Kilomba (2019).

Outros desafios de ser uma mulher negra passam por *perceber-se* como negra, *tornar-se* negra e *ser respeitada como negra* numa sociedade que se utiliza de diferentes mecanismos para apagar a negritude. Grada Kilomba (2019) ao refletir sobre *"políticas de pele"* afirma que:

> Essa repentina incapacidade de ver "raça", uma vez que esta é mencionada por aqueles/as marcadas/os como racionalizadas/os, parece se relacionar a um *mecanismo de negação*[216] massivo, no qual a *negritude*[217] é apenas admitida na consciência em sua forma negativa: "Eu *não* acho que você seja *negra*!" Isso é perturbador (p. 145-146, destaques próprios).

Abaixo, trago relatos de Vanete e Judite, respectivamente. Ambas nos ajudam a perceber que o fenômeno observado pela pesquisadora afro-portuguesa em seu diálogo com Alícia[218], uma afro-alemã, pode ser identificado no semiárido pernambucano.

> *Me reconhecer como mulher negra foi consequência da atuação no movimento social. Na verdade eu me percebi mulher negra, com o comportamento das pessoas, né?* Eu lembro que tinha uma campanha que foi feita na Semana da Consciência Negra. Eu usava uma camiseta *Orgulho de Ser Negra,* era bem interessante aquela camiseta, e as pessoas faziam: *"Ah, mas você não é negra"*. Pela pigmentação da pele, mas eu venho de uma história de família negra[219]. De tudo e aí quando eu fui ver, eu sou negra sim. Até essa questão de distinguir a cor da pele. "*Ah, você é moreninha*". Então teve que passar também por um processo educativo de sociedade, pra dizer:

---

[215] Referência estética de Kilomba (2019). Em uma passagem sobre a relação da academia com as pessoas negras, a autora utiliza a palavra "v-i-o-l-ê-n-c-i-a" (p.51) escrita pausadamente, letra por letra. Aqui vale lembrar que, para as pessoas negras, a recepção do Estado em muito se assemelha com a academia.

[216] A autora apresenta esse termo a partir de sua interlocução com a psicanálise.

[217] Termo cunhado pelo intelectual negro Aimé Césaire, um dos fundadores do *Movimento da Negritude*. Quem nos contou foi Lélia González (2019), depois de uma viagem à Martinica.

[218] Nome fictício utilizado no texto.

[219] Conforme vimos anteriormente, uma ancestral de Vanete foi violentada sexualmente (ou, como se diz em sua região, foi "*pega pra cachorro*") por um homem branco e, por esse motivo, sua família é negra de pele clara.

> "*Não interessa o que você pensa. É uma afirmação. Eu me afirmo como negra!*". Tem muito isso comigo, de sempre nos espaços que eu ocupo, eu faço questão de lembrar que eu sou mulher e eu sou mulher negra. *A gente precisa se auto afirmar primeiro, para as pessoas lhe reconhecerem como tal. E tem resistência, das pessoa. Inclusive as pessoas acham que me chamar de negra vão ofender. Eu gosto, eu gosto de ser chamada de negra. Eu tenho todas as características, pais, sangue, processo histórico também de negra e no próprio movimento de mulheres, né?*
>
> É demais! *"Eu não lhe vejo preta, você nem é tão preta assim, você é moreninha!", sabe? E como se dizer que é preto é uma ofensa. "Então você não é!" (...) Então quando você, por exemplo, alguém vem...* E pra você ver como isso é sutil! Alguém vem falar de maquiagem, ou sugerir uma maquiagem e que quer que você use uma base mais clara, por exemplo, né? A gente vê todo o poder bem sutil. *Uma base mais clara, uma maquiagem que afine o nariz... "Use assim, porque o nariz fica parecendo mais fino", por exemplo, não é? E não me enxergar como... Querer tirar essa sua característica. E isso é muito forte e muito sutil. Se você não entender aquilo, você não vai perceber.*

Como é possível perceber, para além da negação, a palavra *'moreninha'* aparece nos trechos de fala das duas gestoras. Lilia Mortiz Schwarcz (2012), apresenta a discussão sobre aquilo que chamou de "aquarela do Brasil" (p. 100). A autora catalogou os 136 nomes atribuídos por brasileiras e brasileiros a sua cor numa consulta do IBGE para Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio no ano de 1976. De "morena" a "moreninha", literalmente, há 16 supostas cores (passando por morena clara, morena jambo e morena escura, dentre outros). Como nos disse a autora, muitos desses 136 nomes referem-se diretamente a cores como "amarela", "branca", "laranja", "rosa", "marrom", ou palavras que remetem a cores "café", "café com leite", "chocolate". A autora observou também que em 1976 a de *origem* só apareceu em termos como "polaca" e "baiano", nenhum fez referência a África[220].

Busquei apresentar essa breve discussão no sentido de lembrar dos efeitos genocidas da miscigenação (NASCIMENTO, 2016). A maior parte da população brasileira tem dificuldade de se reconhecer como negra, por consequência, permanece alienada da sua condição de africano(a) (NOBLES, 2009). Até mesmo quando uma pessoa negra busca sair dessa condição de racialização alienante, o encontro conosco, *sujeitos brancos,* parece ter o potencial (ou mesmo a intencionalidade) de confundir, silenciar e negar.

[220] Imagino que uma pesquisa similar nos dias de hoje geraria resultados diferentes apenas nesse último aspecto. Como resultado dos esforços do movimento negro, termos como "afrodescendente" e "afrodiaspórico" são cada vez mais comumente utilizados.

Retomando a fala das gestoras, aqui vale contextualizar que uma delas e uma mulher negra de pele clara, a outra interlocutora não tem a pele clara, mas vive em uma cidade embranquecida. A partir dessa observação podemos supor que esse fenômeno, de não enxergar a cor da pele, não está associado a cor que a pele tem, mas sim ao medo de assumir que *peles negras existem* e, por consequência, "*vidas negras importam*". Nas palavras de Maria Aparecida Bento (2014): "É compreensível o silêncio e o medo, uma vez que a escravidão envolveu a apropriação indébita concreta e simbólica, violação institucionalizada (...) Essa herança silenciada grita na subjetividade contemporânea dos brancos, beneficiários simbólicos ou concretos" (p.45).

Especialmente no caso de Judite, para além da negação, há ainda uma política concreta de tentativa de embranquecimento que insiste em lhe interpelar. A seguir, mais uma passagem sobre o cotidiano de uma gestora-mulher-negra em *Noruega do Sul.* Através do seu relato é possível perceber uma verdadeira investida da sociedade "*sul-norueguesa*" na transformação do seu corpo: seja com uma maquiagem que clareie a pele, ou que afine o nariz. Mas não pára por aí, também as roupas dela devem ser 'calculadas' para um maior branqueamento.

> Ou: *"A sua roupa que tá muito colorida!",* não é? É uma característica nossa, preta, africana. Mas aí: "*Não! Você tem que usar uma cor mais suave, mais elegante*". E aí você vê nesses detalhes como há uma tentativa de branqueamento. E se você não tiver atenta, você vai. E aí você perde a identidade em prol de ser aceita, ou de não ser olhada como bonita, como elegante, como fazendo parte de um ciclo que é padronizado, né?

Sobre essa questão Lélia Gonzalez (2019) entende a autoafirmação como um antídoto "É necessário criar e afirmar uma nova estética. 'Sou negra, vou me vestir como negra, tenho direito a usar minhas cores, a ser criativa para me valorizar dentro do meu potencial" (p.377). A reflexão apresentada por Judite também corrobora com as provocações do indígena krenak Ailton. Ele se utiliza da metáfora de "*clube de humanidade*" para se referir ao fenômeno de convite/imposição à descaracterização de todo povo não branco-ocidental. Nas palavras do autor: "Por que insistimos tanto e durante tanto tempo em participar desse clube, que na maioria das vezes só limita nossa capacidade de invenção, criação, existência e liberdade?" (KRENAK, 2019, p.13). Como podemos perceber, de diferentes formas, a 'verdade' branca-ocidental de civilização tem sido denunciada como irracional e insustentável.

Sigamos na discussão sobre *'políticas de pele' e 'políticas de cabelo'* (KILOMBA, 2019). Abaixo, um relato de Judite:

> E é por causa *desse colorismo mesmo que o país tem. E que, quanto mais claro você fica, melhor tratamento você tem,* né? Eu tenho minhas irmãs que são mais claras. E, embora, já sofreram racismo, mas já é diferente, né? Do que eu ouvi, *porque sou mais preta e porque mantive meu cabelo ondulado, crespo e solto.* Isso muda bastante.

De acordo com Ângela Figueiredo (2019), dois fenótipos que são importantes para a autoclassificação de raça são: *tonalidade da pele* e *textura do cabelo*. Segundo a autora, essa é uma questão tão séria nos contextos brasileiros que até mesmo antes de uma criança nascer existem especulações a respeito dessas duas questões que são determinantes para a forma que será operada a *'colonialidade do poder'*.

Outro aspecto do racismo que merece destaque está relacionado ao estereótipo do corpo negro. Nacionalmente, a imagem racializada do(a) nordestino(a) está associada ao corpo *'desnutrido', 'raquítico', 'que vive na seca'*. Esse corpo, como disse Vanete, desperta dúvidas quanto a existência de um cérebro.

> Enquanto mulher negra sim, já passei por algumas situações de discriminação e preconceito. A gente sempre passa quando está neste lugar, quando é uma ameaça para os homens.
> (...)
> Quando eu chegava[221], *por ser uma mulher jovem, fisicamente raquítica, né?* Isso, isso contribui muito. *É como se o tamanho da gente definisse também o tamanho do cérebro, né?* Mas tudo bem. E a gente mostra com serviço, com atuação, então eu precisei em alguns momentos, sim, fazer isso…

No mundo racista em que vivemos, o porte físico de um corpo negro pode agravar a dúvida sobre sua condição de sujeito. Vale salientar, conforme apresentado anteriormente, que a dicotomia hierarquizante corpo (objeto/ não-humano /não branco) *versus* mente (sujeito/ humano/ branco) é um dos alicerces da modernidade colonial e da injustiça econômica, cultural, cognitiva global (SANTOS, 2018).

Além disso, ser uma pessoa negra em um mundo embranquecido provoca uma sensação de isolamento e exige o trabalho de estar sempre provando algo a alguém:

> Como ainda essa igualdade de oportunidades, ela não existe. Ela não existe! *E como, às vezes, ainda causa um estranhamento, não é? A minha presença.* Ainda que não se diga. Mas aí você nota, o olhar para você, né? Tipo: "*Você*

[221] Vanete refere-se ao tempo em que trabalhava numa ONG feminista e fazia reuniões com financiadores(as).

> *não é tão bonita*" Ou, assim: "*Não é tão..."* Meu Deus! *"elegante com esse cabelo",* por exemplo. Que era uma coisa muito forte, como isso incomoda as pessoas. Como esse cabelo assim não é elegante. *O cabelo que é ondulado, cacheado ou crespo. Como ele é visto como "não é" elegante*. Por, exemplo.

Nesse trecho é possível observar novamente aquilo que foi apontado por autoras como Ângela Figueiredo (2019) ou Grada Kilomba (2019), sobre pele e cabelo. Mas aqui eu gostaria de destacar a interjeição *"Meu Deus!"* no meio da frase que corresponderia a falas típicas que ela escuta em seu cotidiano: "*Não é tão..."* **Meu Deus!** *"elegante com esse cabelo".* Ao apresentar a discussão sobre o trauma da experiência negra, Kilomba (2019) faz referência a bell hooks (1995) e afirma que o encontro com a branquitude provoca *ameaça, perturbação e terror* diante da possibilidade da *violência iminente.* E, por mais que não seja desconhecida, provoca uma dor sempre surpreendente. Quando Judite diz *"Meu Deus!"* ela parece estar diante do terror dessa experiência traumática. Kilomba refere-se a três categorias de trauma: *choque violento, separação e atemporalidade*. Nesse episódio, a reação de Judite parece indicar um '*choque violento*' aquilo que surpreende por sair do '*plano da razão*'. Essa é uma discussão baseada na perspectiva fanoniana (FANON, 2008) que o encontro da pessoa negra com o mundo branco provoca sofrimento justamente pela quebra da razão. A civilização branca se autodeclara a mais racional de todas as civilizações, mas como nos alertou Aimé Césaire (2010), é justamente na desrazão que essa opera o projeto (des)civilizatório ocidental-europeu.

Sigamos no relato de Judite:

> *Muito mais do que a cor, ainda, o cabelo incomoda. Porque ele é representatividade, né? Então ele diz muito de quem eu sou e da minha raça.* E isso, às vezes, eu sinto um olhar muito forte. E, alguns comentários, também, né? Sobre isso. Mas porque eu tô nesse espaço, onde muitas vezes, eu não tenho pares. Não tem, né? Às vezes eu chego em reuniões, e muitos lugares, e não tem quem eu reconheça como outra pessoa negra.
>
> E aí você tem que estar sempre se impondo, sempre mostrando sua competência. E não é um problema... Não é mostrar competência, é ter que tá mostrando sempre a mais, não é? E na sua fala, você tá sempre trazendo provas disso, de o que você está dizendo é verdade, é científico e tem pesquisas. Muito mais do que se outra pessoa trouxesse. (...) Muito mais do que as outras pessoas brancas. (...) Tá provando do que eu tô dizendo é verdade mesmo. E você tem que tá sempre provando, provando, provando…

Essa constante sensação de isolamento parece reforçar a condição de *Outridade* (KILOMBA, 2019) diante do Estado-branco. Esse lugar exige um constante gasto de energia.

A respeito dessa questão, Vanete conta que uma das suas estratégias para lidar com esse cotidiano de negações é se afirmar como mulher-negra a todo tempo.

> Se você disser que é negra em qualquer lugar que seja, as pessoas lhe olham, já ficam apreensivas. E eu gosto de falar pra deixar mesmo! Porque elas ficam pisando em ovos, pra poder se dirigir, por elas vão ter medo de ser... "*Ela vai me acusar como racista!*" Mas vou dizendo que sou mulher negra mesmo!
>
> A autoafirmação já é uma forma de fazer política, porque quando você tá aí só dizendo que você é uma feminista e tudo… Mas quando você diz "Eu sou mulher negra!", as pessoas se dirigem a você de um jeito diferente, ficam receosas. *Pisando em ovos*, como no ditado popular, de se dirigir a você… Então é importante.
>
> Eu participava de umas atividades educativas, ainda do movimento de mulheres, a nível de Nordeste, e tinha uma pessoa que era muito interessante que ela falava: "*Mulher negra tem nome e sobrenome!"* e sempre que você estiver no espaço, você imponha isso! E é interessante, sempre que eu vou pra alguma mesa, alguma coisa, eu tenho duas características pessoais minhas. Eu gosto de trazer, essa afirmação de ser mulher negra e falar em pé. Eu levanto. É o jeito pedagógico do movimento social, quem é militante né? Vai falar na roda e falar em pé. Incomoda! (...) E também por conta da minha estatura, eu vou pra frente da mesa e falo. (...) Porque eu falo em pé, mas eu vi isso numa das formações que eu fiz, que vai muito da sua postura. Quando você se impõe, as pessoas te respeitam mesmo sem querer, elas se sentem *obrigadas a*... Então eu digo: *"Eu sou Vanete, mulher negra que venho lá do interior de Pernambuco, mas e estou aqui e posso fazer!" (...) Sem pedir licença, porque se eu tô, é porque é meu lugar!*

Vanete mostra não ter dúvida de seu potencial de ser uma mulher-negra e atuar como *sujeito político.* Ela reconhece que sua participação no espaço público, de disputa política, não está em negociação, é um direito que ela não está disposta a abrir mão. Vanete nos mostra um exemplo de *descolonização do ser.*

Perguntei às interlocutoras o que elas avaliam ser importante observar a respeito das mulheres-negras quando se está na gestão das políticas públicas para mulheres. Quais têm sido os maiores desafios? Vanete responde o seguinte:

> Nesse argumento, as mulheres lutam para todas, tem a demanda da negra também, são específicas também. Tratar questões da mulher negra. Até porque as demandas de saúde e educação, *do prejuízo histórico que nós sofremos, né?*
>
> Por ser mulher negra, o desafio acaba sendo maior, de ver questões específicas enquanto mulher… *Se a gente for ver isso estatisticamente, a mulher negra ela vai ser uma das mais vulneráveis.*

> É uma coisa muito delicada de se discutir, ora você tem direito, ora vão lá e tiram. E enquanto mulher negra, o reconhecimento das especificidades. Então, *algumas políticas específicas, principalmente na saúde da mulher negra. Reconhecer que a mulher negra adoece de um jeito diferente da mulher branca e tem suas necessidades diferentes também.*

Sobre essas *diferenças*, Lélia diz:

> É o seguinte, assim, os olhares, né? A diferença de olhar e enxergar. *Quando eu olho pra uma mulher negra, eu tô enxergando uma mulher preta com todos os seus históricos, as suas doenças, os seus processos estereotipados.*

A gestora-interlocutora nos alerta para a importância de enxergarmos mulheres-negras a partir de uma dimensão de integralidade, buscando (re)conhecê-las e compreendê-las a partir de suas realidades. Em seguida ela complementa:

> *Todas as políticas que nós temos hoje de igualdade de oportunidades foram os movimentos sociais negros que pautaram o Estado. E a luta organizada das mulheres ecoou, ela ecoou. Para a população negra, ecoou. E nós fazemos parte dessa luta, de lutar, de reivindicar. Em todos os espaços que nós chegamos, nós militamos.* Se eu tô dentro da aula do mestrado, eu tô no processo de militância, né? Se eu tô aqui dentro... Se eu tô na rua, se eu vejo... *A nossa vida é um processo constante de militância. Isso gera um processo político de enfrentamentos às violências, né?*

Essa militância a quem ela se refere, por exemplo, é o Movimento Negro Unificado que, especialmente através de Lélia Gonzalez, de forma pioneira, reuniu mulheres-negras entre os anos de 1980 e 1990 (BARRETO, 2019; BAIRROS, 2000). Mas também o Geledés, com a referência de Sueli Carneiro; a Articulação de Mulheres Negras, com Jurema Werneck (CARNEIRO, 2011); a Marcha de Mulheres Negras, dentre outras articulações de resistência (FIGUEIREDO, 2019).

Em entrevista a Sônia Alvarez (2012), Luiza Bairros, feminista negra de articulação internacional refere-se às consequências das Conferências da ONU para a vida das mulheres-negras:

> Beijing, eu só acompanhei por notícias, foi no período em que eu estava fora do Brasil. Mas acho que não se compara com Durban, porque aí as questões de gênero não são o ponto de partida para a discussão sobre as mulheres negras. O ponto de partida é a questão racial mesmo. Em minha opinião, se você especifica o racismo, tem uma possibilidade maior de dar conta das questões das mulheres negras mais do que quando você especifica o sexismo.

> Nesse sentido, para nós, Durban é muito mais definitivo do que Beijing, não tenho dúvida (p. 840).

Conforme mencionado anteriormente, em 2001 ocorreu em Durban (África do Sul) a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância. Esse encontro ocorreu seis anos depois da Conferência de Beijing (1995), que tratava especificamente das questões de gênero.

Outrora nos alertou Lélia Gonzalez (2019), Abdias do Nascimento (2019), Aníbal Quijano (1992), atualmente nos alerta a intelectual negra Ângela Figueiredo (2019) e o intelectual indígena Ailton Krenak (2019); de diferentes formas, seja em nível local ou transnacional, as mulheres negras (bem como todas as pessoas colonizadas-racializadas) têm trabalhado no convencimento que estamos passando por um grave problema civilizatório. Todas essas pessoas apontam estratégias de resistências que corroboram com às experiências apresentadas pelas gestora-interlocutoras, que parecem caminhar no sentido da *descolonização do poder*. É importante *convencer* "os/as outros/as brancos/as", mas também a própria população negra. Lélia, gestora-interlocutora, discorre sobre essa questão:

> *O convencimento, né? Desse trabalho de garantir o direito das políticas públicas de enfrentamento às violências racializadas.* Isso é o maior desafio, né? É tu dizer da importância… De dizer que eu tenho que discutir dentro do sistema educacional e que eu tenho que implementar a Lei 10.639[222] da educação, que aí eu vou garantir a discussão da racialidade dentro da educação. *Se eu discutir racialidade dentro da educação, eu vou criar uma criança consciente da sua negritude e que essa criança vai reproduzir e ser uma criança com a auto estima bem elaborada, com sua identidade muito bem sedimentada e vai poder lutar contra o preconceito e o racismo.*

Aqui voltamos ao 'começo'. Sim, o trabalho político das mulheres é cíclico e está relacionado também (mas não apenas) à educação das crianças. Lélia nos alerta sobre a importância da *descolonização do saber*.

Perguntei às três gestoras interlocutoras quais têm sido as principais conquistas do povo negro, em nível local e nacional. Lélia respondeu "*Eu acho que a autodenominação das quatro comunidades quilombolas, né?"* e Vanete disse:

---

[222] A Lei Federal nº 10. 639, de 2003 altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

> A maior conquista assim, no que se refere a minha realidade, é o reconhecimento das comunidades quilombolas e a possibilidade dessas mulheres se verem... Sair daquele lugar, de zona rural, de isolamento, pra se verem enquanto *sujeito político* de direito.
>
> E a própria discussão a nível estadual, da anemia falciforme, de você poder fazer isso já no teste do pezinho, que antes não tinha.

Ainda em nível municipal Lélia respondeu:

> A questão da visibilidade aos povos de terreiro, que eles historicamente foram invisíveis e foram silenciados por conta do preconceito do racismo.
>
> O feriado do 20 de Novembro, que foi uma conquista, assim, que eu acho que foi um marco. (...) Uma conquista municipal da Câmara de Vereadores, instituída pelo prefeito da época.
>
> E o que nós viemos fazendo, assim, com o empoderamento da juventude negra, assim, certo? A questão da estética negra. Em *Carcará do Sertão* as mulheres negras têm um outra estética, devido ao grande trabalho que nós viemos fazendo nas comunidades, o trabalho que nós viemos fazendo. Na Semana da Consciência Negra, trabalhar a *Miss Consciência Negra*, que você tem que subir e você tem que desfilar a partir de uma estética negra, com seu cabelo afro.
> R: E acontece todo ano esse desfile?
> - Todo ano! (...) O desfile acontece na Semana da Consciência Negra. (...) No Novembro Negro, né? Então nós estamos organizando e há *13 anos*[223] fazemos esse desfile.

Aqui vale lembrar de duas informações: 1) Lélia é bailarina e coreógrafa de dança afro (conforme apresentado na biografia da gestora), sua experiência na área da cultura está sendo aproveitada nas ações que desenvolve através da política pública para mulheres; 2) esta é a mesma cidade onde estão as comunidades rurais de pessoas assentadas da Barragem de Itaparica (região apresentada no capítulo anterior). Trago esses pontos no sentido de evidenciar o quão surpreendente foi o encontro com essa gestora e com essa cidade. Se alguns relatos podem proporcionar completa desesperança, outras vezes parece que a esperança mora justamente ali[224]. Nesta cidade, dia 20 de novembro, dia de Zumbi dos Palmares, dia da Consciência Negra, é feriado municipal. Mas não é um feriado que passa despercebido, ou é

[223] O Desfile já acontecia organizado pelo movimento social e atualmente também é apoiado pela gestão municipal através da gestora-militante.
[224] Imagino que a/o leitor(a) já deva ter reconhecido parte da Carta de Turmalina. Sim, a inspiração vem daí.

comemorado apenas como uma festa. Em *Carcará do Sertão* tem a Semana da Consciência Negra e ações de reverência à beleza negra.

A partir da discussão apresentada no capítulo anterior, é possível perceber a dimensão simbólica que tem um "Concurso de Beleza Negra". Lélia, *ialodê afrodiaspórica,*tem a referência político-filosófica-espiritual de *Oxum* (que remete à beleza, a dança, a conquista). Também a sabedoria ancestral de *Nanã* parece estar presente nas ações da gestão através da 'Semana de Consciência Negra' (WERNECK, 2009).

Judite, sobre os avanços que ela pode perceber, respondeu o seguinte:

> Mulher, olhe… Eu acho que a gente tá caminhando, mas eu não vejo tantas conquistas não. Mas o que eu vejo de principal é a possibilidade de a gente tá discutindo. De a gente, pelo menos, está apontando, tá podendo gritar. Que, antes, nem o grito, a gente tinha direito. E, pelo menos, a gente está conseguindo gritar num momento que a gente luta contra a retirada de direitos, né? A gente luta contra um avanço de extrema-direita, que quer silenciar todos os movimentos sociais, né? Mulher negra e mulher trans, não é? Toda essa questão. Todos os movimentos sociais, de uma forma geral, vêm sofrendo essa onda que vem tentando nos esmagar e nos silenciar. Então, o que eu vejo, de mais positivo, é ainda a gente estar podendo gritar.
>
> Ver uma pessoa negra, uma mulher negra, em qualquer espaço de fala, num é? Um espaço de fala, é importante, por pouco que seja. Porque a gente vê uma, né? Por exemplo, na minha cidade, tem eu de mulher negra ocupando um espaço assim. Mas antes, nem isso, né? Então, de toda forma, é um avanço. (...) E assim, se reconhecendo, não se adequando, né? Não usando maquiagem um tom mais claro e alisando o cabelo. Mas assumindo seu cabelo, assumindo sua ancestralidade. Então, é importante. Isso é um avanço, né?
>
> Se articular, ver que existem outros, né? Quando a gente vê o surgimento de outras, de outros grupos, né? Se articulando e você poder apoiar e ser apoiado e ver a luta do outro. Eu acho que isso é que tem sido um avanço. Essa articulação entre os movimentos e um surgimento desses movimentos dizendo: *"Ei, eu tô aqui. Eu preciso de política pública. Eu existo*!" Mas o grito que a gente tem, ainda, é pelo direito de existir, né? (...) Como a mulher, ainda, tá lutando por direitos humanos básicos, não é? A gente pensa que tá lutando por essa equidade, por essa igualdade, mas ainda não é, a gente tá lutando pelo direito de existir, né? Por direitos humanos básicos. O que é triste, você ainda tá lutando direitos humanos básicos.

De todas as gestoras-interlocutoras, não parece ser da ordem do acaso que Judite tenha sentido mais dificuldade em apresentar falas de esperança a respeito da conjuntura atual. Sobreviver numa cidade embranquecida que a isola parece mesmo provocar efeitos significativos.

Para finalizar, trago aquilo que as gestoras apresentaram como perspectivas de futuro. Vanete disse*: "Ah, eu queria mais mulheres negra no poder. Na Câmara de Vereadores, eu queria. Secretarias, sim!".* E Lélia respondeu:

> Uma sociedade justa, igualitária e plural, né? Que a cidade se entenda, né? O seu processo. Entenda o seu histórico de luta, né? De luta, de organização das populações negras, dos quilombos, dos territórios negros. E que a cidade se compreenda. O quanto é importante ser negra. Porque a cidade é negra, mas não compreende isso. E fazer... E eu acho que a implementação da Lei 10.639 nas escolas estaduais e municipais do município, vai fazer com que essas crianças saiam da sala de aula e tenham uma outra compreensão do *'ser sujeito negro*', do *'ser sujeito preto*' pra, a partir daí, fazer uma multiplicação e construir um novo ideário, né? Um novo caminho de racialidade.

Lélia refere-se a um novo pacto civilizatório (FIGUEIREDO, 2019), mais justo, igualitário e plural.

> Recriado porque eles recriaram uma pequena África dentro desses espaços, né? Reproduzindo os modelos civilizatórios dentros dos espaços de terreiro, os espaços de quilombo. O que pra mim é *retrazer* a África? Porque nós, do movimento negro e povos de terreiro, estamos dizendo que a África tem um modelo civilizatório que poderá vir a ser a saída contra todas as formas de violência (...) Nós temos um projeto sobre o meio ambiente, um projeto de saúde. Tem um projeto de geração de renda, tem um projeto de coletividade, de participação coletiva, de interação coletiva, né?

Para finalizar, relembro argumento apresentado logo no começo desta tese: apenas uma democracia plurirracial (NASCIMENTO, 2019) proporcionaria a todas e todos possibilidades diversas de *ser, saber e poder.*

Ao final deste capítulo, retomo o título: "A INSURGÊNCIA "*DAMNÉ*"E (ou sobre *bacuralizar*): *estratégias cotidianas para a decolonização no Semiárido",* e gostaria de registrar que as observações participantes desta pesquisa, nas gestões municipais, podem provocar sensações sensações de impotência e desesperança. Em contrapartida, a força política das gestoras municipais, é entusiasmante. Elas trabalham de forma articulada junto às demais gestoras municipais de Pernambuco e também às gestoras estaduais e, além disso, estão em diálogo com redes de mulheres negras. Ao que parece, na contemporaneidade, o semiárido está apenas iniciando a descolonização (*ou a bacuralização*). A guerra, o genocídio contra a população negra (NASCIMENTO, 2016) permanece em curso nesse país. Que os próximos capítulos dessa história venham na paz!

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Tampouco queremos prolongar a sociedade colonial atual, a mais malvada apodrecida sob o sol. *Precisamos criar uma sociedade nova, com a ajuda de todos nossos irmãos escravizados*[225]*, enriquecida por toda potência produtiva moderna, aquecida pela fraternidade antiga* (CÉSAIRE, 2010, p.44, destaques próprios).

Com as palavras daquele que cunhou o termo "*negritude*" e foi referência para diversas(os) autoras(es) do sul do mundo, inicio as considerações finais deste texto. Aqui ratifico as palavras de Aimé Césaire: "Precisamos criar uma sociedade nova". Com este trabalho busquei elaborar críticas à 'nova sociedade velha' em que vivemos. Explico: digo *nova*, porque, como nos alertam intelectuais decoloniais, o *sistema mundo* foi forjado há pouco mais que 500 anos (QUIJANO, 1992; MIGNOLO, 2007; BERNARDINO-COSTA & GROSFOGUEL, 2016), o que é muito pouco do ponto de vista da história da humanidade. Mas também digo *velha* pela sua condição de apodrecimento. A cultura ocidental contemporânea é resultado de um processo que colocou todo um conjunto de pessoas para (sobre)viver contra o tempo. Quem ainda não morreu, vive hoje em um mundo que precisa tomar providências urgentes para desacelerar seu fim (KRENAK, 2019).

Como disse Fanon (2008): "Todo problema humano exige ser considerado a partir do seu tempo. Sendo o ideal que o presente sempre sirva para construir o futuro. E esse futuro não é cósmico, é do meu século, do meu país" (p. 29). Inspirada por este autor, tentei me re-situar na "*temporalidade"* histórica. Com este trabalho gostaria de construir uma narrativa que põe em dúvida a afirmação que apenas recentemente as mulheres negras têm ocupado espaços de poder político. Esse novo cenário brasileiro deve ser interpretado como um resgate após o roubo colonial (WERNECK, 2009). Na atualidade, as *ialodês-afrodiaspóricas* estão <u>*retornando*</u> para a gestão dos negócios públicos.

Ao longo de todo o texto, espero ter sido fiel ao princípio feminista da reflexividade (NEVES, NOGUEIRA, 2005) e construído uma tese politicamente situada (HARAWAY, 1995) produzido por uma mulher-branca que busca contribuir com a crítica à *colonialidade do gênero* (LUGONES, 2014; OYĚWÙMÍ, 2019; SANTOS, 2018). Como nos disse Maria

[225] Outra vez fiz uma edição no sentido de substituir a palavra 'escravo' por 'escravizado'. Aqui vale aproveitar a nota de rodapé para registrar que também no texto de Césaire não há flexões de gênero. Uma escolha do autor, da tradução, do período histórico?

Lugones (2014): "O sistema de gênero é não só hierárquico, mas racialmente diferenciado, e a diferenciação racial nega humanidade e, portanto, gênero às colonizadas" (p. 943).

Ao longo do processo de doutoramento fui apresentada à *"opção decolonial"* (MIGNOLO, 2007; SANTOS, 2018) e, a partir de então, precisei revisar toda a minha postura enquanto pesquisadora feminista. O campo da pesquisa também me convidou para uma série de deslocamentos, relativizações e atualizações. Nesse processo, busquei me manter afinada a perspectiva feminista pós estruturalista que compreender a noção de *sujeito* como *posicionamento de sujeito* (MOUFFE, 1999; SCOTT, 1999; HARAWAY, 1995, 2009; BUTLER, 2003, FARAH, 2004). As gestoras de políticas para mulheres (seja em âmbito estadual, ou municipal), os *sujeitos políticos* interlocutores desta pesquisa, não foram compreendidos de forma estática, mas sim fluida e posicionada.

Com este trabalho, de forma alguma quero colocar em dúvida a dimensão genuína das reivindicações das *mulheres do terceiro mundo* (ANZALDÚA, 2000), menos ainda o seu potencial reivindicatório e propositivo. Mas gostaria de contribuir com a lembrança de que a lógica que compartimentaliza políticas e cria pastas nos Estados Nacionais para que estas se tornem responsáveis pelas pautas das mulheres foi uma invenção da ONU, e que esta influencia de forma significativa os países *em desenvolvimento*, como o Brasil (ALVAREZ, 1998; CORREA, 2004; ADRIÃO, 2008; BARBOSA-ARAÚJO, 2013). Como recorda Walter Mignolo (2007): "*'Desenvolvimento' foi — como sabemos — na América do Sul e no Caribe, foi a palavra-chave da terceira onda dos planos globais do após 2º Guerra Mundial, quando os EUA tomaram a liderança que era da Inglaterra e da França"* (p. 293). Nesse sentido, não podemos perder de vista os riscos que corrermos se nos alinhamos a políticas transnacionais de forma acrítica.

A respeito das pautas da agenda global, Ailton Krenak (2019) faz as seguintes provocações: "*Recurso natural para quem? Desenvolvimento sustentável para quê? O que é preciso sustentar*?" (p. 22). É importante que nos mantenhamos atentas(os) diante do projeto 'renovável' da dominação branca-ocidental-colonial-imperialista-capitalista que se impõe através de belas palavras como "*desenvolvimento*" e "*sustentabilidade*".

Meu argumento central nesta tese propõe que as políticas públicas para mulheres precisam passar por um processo de revisão para a *descolonização* (QUIJANO, 1992; FANON; 2008; 2015; LUGONES, 2014; SANTOS, 2018; FIGUEIREDO, 2019; KILOMBA, 2019).

> Onde é que a mulher negra entra nesse papo? Será que vamos falar de Dandara ou Luísa Mahin? Não especialmente. Mas enquanto quilombolas, não há dúvidas. É claro que, aqui, o termo está sendo tomado num sentido mais

> amplo, metafórico mesmo. A mulher negra tem sido quilombola exatamente porque, graças a ela, podemos dizer que a identidade cultural brasileira passa necessariamente pelo negro (GONZALEZ, 2019, p. 113)

No Brasil, como disse Lélia Gonzalez (2019), as mulheres-negras sempre foram aquelas que "*seguraram a barra*" (p.373), contribuíram de forma decisiva para a construção da identidade nacional brasileira e "*atuaram nas mais diversas frentes como legítimas representantes do nosso povo*" (p. 368).

Junto às interlocutoras desta pesquisa busquei conhecer os *sujeitos políticos* que hoje estão à frente das políticas para mulheres em âmbito municipal. Juntas fizemos um percurso desde suas memórias de infância até a atualidade, quando atuam como gestoras no contexto do semiárido pernambucano. Como foi possível acompanhar, na condição de mulheres-negras, todas elas fazem referências a prejuízos diretos provocados pela *colonialidade do ser, saber e poder*. Quanto à articulação com as perspectivas de organização política das mulheres, como vimos, todas elas dialogam com os feminismos. Entretanto, Lélia (gestora-interlocutora), embora reconheça a contribuição do feminismo negro para sua formação política, afirma-se hoje como *mulherista africana* e defende que essa postura está mais afinada com um projeto emancipatório para a população negra de forma geral.

Através da utilização de diferentes métodos de produção de dados de pesquisa, procurei traçar cruzamentos entre *experiências* (SCOTT, 1999) vividas no campo, diálogos com gestoras-interlocutoras, documentos oficiais e a literatura acadêmica feminista e negra. Busquei descrever o mundo que vi a partir de uma perspectiva ética e crítica. No processo de construção da pesquisa as interlocutoras foram compreendidas como *sujeitos* e, como tal, foram convidadas a participar do re-direcionamento dos objetivos e influenciar nas metodologias utilizadas (FINE et al., 2006).

Através do registro de memórias de gestoras municipais, com esse tralho espero contribuir com o entendimento que *políticas públicas para mulheres* não devem ser confundidas com *políticas de enfrentamento à violência contra mulher*. O enfrentamento à violência é apenas uma parte do todo. As políticas para mulheres, para alcançar verdadeiramente o objetivo de contribuir com a ampliação do potencial de vida das mulheres, precisam estar intimamente afinadas com políticas de educação, cultura, saúde, esporte e lazer, segurança pública, trabalho e renda, dentre outras. Políticas para mulheres não são "recorte", ao contrário, devem ser estruturantes para o Estado.

Do mesmo modo, espacialmente em um país como o Brasil (que acumula uma dívida histórica escravocrata e cujo conjunto de pessoas negras é superior a 50% da população), as mulheres-negras não podem ser tratadas como um "recorte" das políticas para mulheres, mas sim seu foco prioritário (GONZALEZ, 2019; BAIRROS, 2000). Através desta pesquisa foi possível perceber que as gestoras públicas, quando atentas à dimensão central da racialidade nas relações de poder, não perdem de vista a dimensão racial do patriarcado-branco e, desse modo, podem contribuir com uma verdadeira e *despatriarcalização* (MATOS & PARADIS, 2014) do Estado e das políticas para mulheres.

No que diz respeito à realidade local, é possível observar que há um compromisso político do governo do Estado de Pernambuco em fortalecer os processos de interiorização e municipalização das políticas para mulheres. Entretanto, não me parece possível afirmar que o compromisso com as mulheres-negras é um foco estruturador para a gestão. Aqui, vale registrar, não estou afirmando que não existam ações estaduais que trabalham com as questões de raça. Mas sim, estou problematizando o não protagonismo e centralidade/prioridade das mulheres-negras.

Quanto aos municípios estudados, especialmente no Sertão encontrei aquilo que Fanon (2015) nomeou como *cidade da(o) colonizada(o),* onde vivem *as(os) condenadas(os) da Terra*, ou *damné(e)s*. Como vimos nos dois últimos capítulos, a cidade do Sertão do São Francisco (que neste estudo recebeu o nome fictício *Carcará do Sertão*) foi aquela onde percebi uma maior condição de vulnerabilidade não só para a política pública, como também para a gestora e, sobretudo, a população (majoritariamente negra e pobre). A despeito do significativo preparo técnico-político da gestora da Secretaria Executiva de Política para Mulheres e Ações afirmativas, a gestão local parece se mostrar impenetrável e pouco disponível. Há, sem dúvidas, uma realidade de escassos recursos públicos. Mas essa justificativa não explica, por exemplo, a pouca disponibilidade para o diálogo interno à gestão.

Dos municípios que conheci, aquele localizado no Sertão do Pajeú (Várzea da Caatinga) parece o mais fortalecido do ponto de vista da continuidade da política. Mesmo após a eventual saída da gestora da Coordenadoria da Mulher, ou mesmo mudança do prefeito, é possível imaginar que através do dispositivo do Conselho Municipal o Fórum de Mulheres do Pajeú possa continuar influenciado a política local. No Pajeú pude observar que mesmo com uma disponibilidade orçamentária bastante reduzida, as articulações internas à gestão municipal e o potencial criativo da gestora em parceria com o movimento de mulheres, faz crescer ali uma política pública que tem se fortalecido.

No Agreste Meridional (Noruega do Sul) encontrei uma realidade diferenciada. Valendo-se de uma série de estratégias de divulgação do Organismo de Política para Mulheres (não só para a população, mas também junto ao secretariado municipal e outros órgãos do executivo e do judiciário de âmbito estadual), em poucos anos houve um significativo crescimento da Secretaria. As duas gestoras que já passaram por essa pasta provocaram uma profunda ampliação da importância da política para mulheres na cidade. Desde a criação o orçamento da política cresceu de forma combinada com a visibilidade que o Organismo foi adquirindo.

Quando perguntei a uma das interlocutoras entrevistadas se existia algo que a ela gostaria de abordar que não tratamos ao longo da nossa conversa, obtive a seguinte resposta:

> Enquanto profissional, a gente ter uma noção que nós temos um papel social, político, ético, muito forte. E que a gente não deve se ater a ficar fechado na nossa caixinha, ao meu trabalho. E a individualizar os fenômenos, particularizar. Não é colocar sempre a culpa no sujeito, como é esse modelo capitalista neoliberal: "Você não consegue porque você não quer!

A gestora nos convida a refletir sobre a responsabilidade social, política e ética de cada profissional que trabalha direta ou indiretamente com políticas públicas para mulheres. Ela nos convoca a compreender *sujeitos* de uma forma politicamente contextualizada e faz referência ao modelo meritocrático e individualizante que organiza o mundo capitalista e neoliberal. Assim, reforça a importância de posicionamentos críticos a qualquer lógica de culpabilização das vítimas.

Como disse ainda nos primeiros capítulos, esse trabalho não se propôs a construir, por exemplo, uma análise do impacto das políticas públicas para mulheres, tampouco traçar comparativos entre as gestões municipais. Aqui busquei construir uma crítica à dimensão da *colonialidade do poder* do Estado brasileiro a partir do diálogo com *sujeitos políticos* das políticas públicas municipais da região Nordeste do país.

Agora, ao me encaminhar para a última página desta tese, relembro o lugar de onde parti; a linha de pesquisa *Processos Psicossociais, Poder e Práticas Coletivas* do Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFPE. Com este estudo me propus observar *subjetividades* e *modos de subjetivação* (FOUCAULT, 1986). Não poderia deixar de registrar então o desafio grandioso pelo qual passam as pessoas racializadas: tornar-se *sujeito*. Segundo a psicóloga afroportuguesa Grada Kilomba (2019), o processo subjetivo de descolonização, paras pessoas negras, segue o seguinte percurso:

> Em vez de se identificar com a/o *"outra/o" branca/o*, desenvolve-se uma identificação positiva com a própria *negritude*, o que por sua vez, leva a um sentimento de segurança interior e de autorreconhecimento. Tal processo leva à reparação e à abertura em relação às/aos "*outras/os" brancas/os,* uma vez que o sujeito negro está fora da ordem colonial. Todo processo alcança um estado de *descolonização*; isto é, internamente, não existe mais como a/o "*Outra/o",* mas como o eu. Somos eu, somos *sujeito*, somos quem descreve, somos quem narra, somos autoras/es e autoridade da nossa própria realidade (p. 237-238).

No que se refere às pessoas brancas, Kilomba (2019) faz referência a cinco mecanismos descritos por Paul Gilroy; *1) negação, 2) culpa, 3) vergonha, 4) reconhecimento e 5) reparação*. A autora defende a importância da conscientização da própria branquitude para que o *sujeito branco* não se mantenha como perpetrador do racismo. Argumento similar ao defendido pela brasileira Maria Aparecida Bento (2014).

Foi a partir do lugar de *sujeito branco* que este trabalho foi desenvolvido. Sem dúvidas, como pessoa, concluo este doutorado de um modo muito diferente do que iniciei. Como foi dito anteriormente, não planejei de forma alguma situação tão embaraçosa - ser uma pessoa branca que pesquisou com/sobre mulheres-negras. Contudo, não poderia ser negligente diante do campo de pesquisa que me convidou a seguir por esse caminho.

Finalizo esse ciclo acadêmico com a sensação que estou apenas começando, sou verdadeiramente uma iniciante no debate sobre relações raciais. Sendo assim, percebo que existem muitas lacunas nesse trabalho, autoras(es) como Beatriz do Nascimento, Sueli Carneiro, Neusa dos Santos Souza, Guerreiro Ramos, Martin Baró, Paulo Freire, Florestan Fernandes e Paul Gilroy, que foram basilares para muitas das discussões aqui apresentadas não puderam ser incorporados neste texto de forma compatível suas devidas importâncias.

Quanto ao futuro, novamente reitero meu desejo por um país pautado numa democracia plurirracial, tal qual sinalizou Abdias do Nascimento (2019). Que a *pulsão palmarina* (NOBLES, 2009) possa se fortalecer cada vez mais dentre o povo negro brasileiro. Que juntas(os), pessoas negras, indígenas e brancas, possamos contribuir uma transformação cultural libertadora. Que nós, *mulheres da periferia do mundo* (SANTOS, 2018) possamos nos unir cada vez mais - sem desconsiderar toda as desigualdades que marcam nossas relações interraciais. Por fim, e não menos importante, desejo que a *amorosidade* possa nos fortalecer em nossas relações!

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Karla Galvão. Perspectivas feministas na interface com o processo de pesquisa-Intervenção-pesquisa com grupos no campo Psi. **Labrys.** Julho/dezembro. 2014.

ADRIÃO, Karla Galvão. **Encontros do feminismo**: uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. 301 p.

ADRIÃO, Karla Galvão; TONELI, Maria Juracy Filgueiras; MALUF, Sônia Weidner. O movimento feminista brasileiro na virada do século XX: reflexões sobre sujeitos políticos na interface com noções de democracia e autonomia. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 19, n. 3, 2011. p. 661-682.

ADRIÃO, Karla et al. (org) **A política para as mulheres em Recife (2001-2016)**: memórias e olhares. Recife. Editora UFPE, 2019.

ANI, Marimba. Visão de Mundo Africana e Tempo dos Guerreiros acordarem. In: União dos Coletivos Pan-Africanistas. **Coleção Pensamento Preto**: Epistemologias do Renascimento Africano – Volume I. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

ALMEIDA, Marli; SANTOS, Graciete. **Mulheres e políticas públicas:** Propostas de Políticas públicas para a microrregião do Sertão do Pajeú – PE. Recife: Casa da mulher do nordeste, 2008.

ALVAREZ, Sônia. **Los feminismos latinoamericanos se globalizan**: tendencias de los años 90 y retos para um nuevo milenio. s/ editora. 1998.

ALVAREZ, Sônia. **Estudos Feministas, Feminismos e antirracismo:** entraves e intersecções. Entrevista com Luiza Bairros, ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), 2012.

ANZALDÚA, GLORIA. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista de Estudos Feministas.** v. 01, 2000.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: Notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. (Org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

BAIRROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. In WERNECK, Jurema. **O livro da saúde das mulheres negras:** nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas/criola, 2000.

BALDWIN, James; LORDE, Audre. Esperança Revolucionária. In: **União dos Coletivos Pan-Africanistas.** Coleção Pensamento Preto: Epistemologias do Renascimento Africano – Volume III. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2019.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**. nº11. Brasília, 2013, p. 89-117.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Feminismo: memória e história. In: SALES, Celecina de Maria Veras; AMARAL, Célia Chaves Gurgel; ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite (Orgs.). **Feminismo:** memória e história. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000.

BARBOSA-ARAUJO, Raissa. **Jovens Feministas do Nordeste**: um novo segmento político do movimento feminista brasileiro. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. 127 p.

BARBOSA-ARAUJO, Raissa; ADRIÃO, Karla Galvão. Notes on the constitution of "feminist youth" in Brazil. **Feminism & Psychology.** Vol. 25, n.1, 2015, p. 50-55.

BARRETO, Raquel. Introdução: Lélia Gonzalez, uma intérprete do Brasil. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branquitude e Branqueamento no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.) **Psicologia Social do Racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. Introdução: Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSFOGUEL Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília. Volume 31, Número 1, Jan/Abr, 2016.

BERNARDO, Teresinha. O candomblé e o poder feminino. **Revista de Estudos da Religião**. n. 2, 2005, p. 1-21.

BITTENCOURT, Aldazira. A Sua Excelência: a Presidente da República do anno 2500. In: QUINLAN, Susan; SHARPE, Peggy, **Visões do passado, previsões do futuro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Goiania: Ed. Da UFG, 1996.

BRASIL. Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996.

BRASIL. Guia Para Criação e Implementação de Organismos Governamentais de Políticas Para as Mulheres. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. 2014.

BRASIL. Lei Federal n. 10.778, de 24 de novembro de 2003. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2003.

BRASIL. Lei Federal n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações programáticas estratégicas. Área técnica de saúde da mulher. Prevenção e Tratamento dos

Agravos resultantes da Violência Sexual contra mulheres e adolescentes: Norma técnica. Brasília: Ministério da Saúde, 1999.

BRASIL. Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

BRASIL. Relatório Analítico e propositivo: território do Sertão do Pajeú. Universidade Federal Rural de Pernambuco e Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2012

BRASIL. Relatório de Implementação. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. Secretaria Especial de Política para as Mulheres. 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, série Sujeito e História, 2003.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, Vol.8, n. 2, 2000. p.91-108.

CARNEIRO, Rosineide; SILVA, Luciceide e NASCIMENTO, Rebeca. Registro Civil e gênero em contextos rurais. **Anais do Fazendo Gênero 9.** Diásporas, diversidades e deslocamentos. Florianópolis, 2010.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CLIFFORD, James. Sobre a Autoridade Etnográfica. In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos (Org). **A experiência Etnográfica:** Antropologia e Literatura no Século XX. 2ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Preto e Além Disso. In: União dos Coletivos Pan-Africanistas. **Coleção Pensamento Preto:** Epistemologias do Renascimento Africano – Volume II. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

CORDEIRO, Rosineide; MELO, Delâine; SILVEIRA, Sandra. A trajetória de Vanete Almeida e as lutas por igualdade de gênero, raça e classe em contextos rurais. **Anais do 13º Mundo de Mulheres & Fazendo Gênero 11.** Florianópolis, 2017.

CORDEIRO, Rosineide de L.M. **Além das secas e das chuvas.** Os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no Sertão de Pernambuco. 2004. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

COSTA, Claudia de Lima; ÁVILA, Ávila. A consciência mestiça e o 'feminismo da diferença'. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, set./dez. 2005. p. 691-703.

COSTA, Ana Alice. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**. Niterói, v. 5, n. 2, 2005. p. 9-35.

COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

COSTA, Suely Gomes. Movimentos feministas, feminismos. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. spe, dez. 2004. p. 23-36.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista de Estudos Feministas.** Florianópolis, v. 10, n.1, 2002. p.171-188.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DOVE, Nah. Mulherismo Africana: uma teoria afrocêntrica. In: União dos Coletivos Pan-Africanistas. **Coleção Pensamento Preto:** Epistemologias do Renascimento Africano – Volume III. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2019.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). **Representações performáticas Brasileiras:** Teorias, Práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

FANON, Frantz. **Condenados da Terra.** Juiz de Forta: Editora UFJF, 2015.

FANON, Frantz. **Peles Negras, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

FARAH, Marta. Gênero e Políticas Públicas. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 12, n. 1, 2004. p. 47-71.

FIGUEIREDO, Ângela. A Marcha das Mulheres Negras conclama por um novo pacto civilizatório: descolonização das mentes, dos corpos e dos espaços frente às novas faces da colonialidade do poder. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

FINCH III, Charles S. Cheickh Anta Diop Confirmado. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Afrocentriciadade:** uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

FINE, Michellle; WEIS, Lois; WESEEN, Susan; WONG, Loonmun. Para Quem? Pesquisas qualitativas, representações e responsabilidades sociais. In: DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. NETZ, Sandra Regina (trad). Porto Alegre: Artmed, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 36.ª ed. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 6 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

GERGEN, Mary Mc Canney. Rumo a uma metateoria e uma metodologia feministas nas ciências sociais. In: GERGEN, Mary Mc Canney (Org.). **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos; Brasília: Edunb, 1993.

GONÇALVES, Maria da Graça. **Psicologia, Subjetividade e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortês, 2010.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras:** Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

GORDON, Lewis R. Prefácio. In: FANON, Frantz. **Peles Negras, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA. 2008.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociologia e Estado.** Brasília, v. 31, n. 1. Jan./abr. 2016.

HARAWAY, Donna. **Manifesto Ciborgue**. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Thomas (org). Antropologia do Ciborgue. As vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 5, 1995. p. 07- 41.

hooks, bell. Mulheres Pretas Intelectuais. In: União dos Coletivos Pan-Africanistas. **Coleção Pensamento Preto:** Epistemologias do Renascimento Africano – Volume I. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática libertadora. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

HUDSON-WEEMS, Clenora. Mulherismo Africana: o outro lado da moeda. In: União dos Coletivos Pan-Africanistas. **Coleção Pensamento Preto:** Epistemologias do Renascimento Africano – Volume I. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

HUDSON-WEEMS, Cleonora. Mulherismo Africana: uma visão geral. In: União dos Coletivos Pan-Africanistas. **Coleção Pensamento Preto:** Epistemologias do Renascimento Africano – Volume III. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2019.

IBÁÑEZ-GARCIA, Tomás. O "giro linguístico". In: IÑIGUEZ, Lupicínio (Org.), **Manual de Análise do Discurso nas Ciências Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004.

IÑIGUEZ, Lupicínio. A linguagem nas Ciências Sociais: fundamentos, conceitos e modelos. In: IÑIGUEZ, Lupicínio (Org.), **Manual de Análise do Discurso nas Ciências Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sítio eletrônico.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 25 fev. 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação:** episódios do racismo no cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo:** Corpo e Gênero dos Gregos a Freud. Rio de Janeiro: Reiume Dumará, 2001.

LORDE, Audre. Os Usos da Raiva: mulheres respondendo ao racismo. **Coleção Pensamento Preto:** Epistemologias do Renascimento Africano – Volume II. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista de Estudos Feministas.** Florianópolis, v. 22, n. 3, 2014. p. 320.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da Colonialidade e da Decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MATOS, Marilise; PARADIS, Clarisse Goulart. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. **Caderos Pagu**. Campinas, n. 43, Jul./Dez. 2014. p. 57-118.

MALUF, Sonia Weidner. Políticas e teorias do sujeito no feminismo contemporâneo**. Anais do Fazendo Gênero 8.** Florianópolis, 2008. p. 1-8.

MAYORGA, Cláudia; COURA, Alba; MIRALLES, Nerea; CUNHA, Viviane Martins. As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. **Revista de Estudos Feministas.** Florianópolis, v. 21 n. 2, 2013.

MENEZES, Jaileila; COSTA, Mônica. Desafios para a pesquisa: o campo-tema movimento Hip-hop. **Psicologia & Sociedade**. Florianópolis, v. 22, n. 3, 2010. p. 457-465.

MENEZES, Jaileila; LINS, Saiane; SAMPAIO, Juliana. Provocações pós-coloniais à formação em psicologia**. Psicologia & Sociedade.** Belo Horizonte, v. 31, 2019. p. 1-9.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**. Niterói, v. 34, 2008. p. 287-324.

MOUFFE, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. In: **Cidadania e Feminismo**. São Paulo: Em Debate Feminista, 1999. p. 20-47.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo:** documentos de uma militância pan-africanista. 3. ed. rev. São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço de investigação nas ciências sociais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, v.3, n.18, 2005. p. 408-412.

NOBLES, Wade W. Sakhu Sheti: retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Afrocentriciadade:** uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

NOGUEIRA, Conceição. A teoria da interseccionalidade nos estudos de gênero e sexualidades: condições de produção de "novas possibilidades" no projeto de uma psicologia feminista crítica. In: ABRAPSO (Org). **Práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos.** Florianópolis: ABRAPSO, 2013. p. 227-248.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**. 1996.

ORELLANO, Claudia; GONZALEZ, Sergio. Acerca de la opción decolonial en el ámbito de la psicología. **Perspectivas en Psicología**. Mar del Plata, v. 12, n. 2, Nov. 2015. p. 1-8.

OYĚWÙMÍ, Oyèronké. Conceituando gênero: a fundação eurocêntrica dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é um método. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 20, n. 42, jul./dez. 2014. p. 377-391.

PERUCCHI, Juliana; TONELI, Maria Juracy Filgueiras; ADRIAO, Karla Galvão. Gender and feminisms: theoretical-epistemological considerations and methodological impacts. **Psicologia & Sociedade.** Belo Horizonte, v. 25, 2013. p.13-22.

PERNAMBUCO, Secretaria da Mulher. **8 de março Anuário da Secretaria da Mulher: Ano 11**. Recife: CEPE, 2017.

PERNAMBUCO, Secretaria da Mulher. **8 de março Anuário da Secretaria da Mulher: Ano 8**. Recife: CEPE, 2014.

PERNAMBUCO, Secretaria da Mulher. **8 de Março Anuário da Secretaria da Mulher: Ano 1**. Recife: CEPE, 2007.

PRADA, Monique. **Putafeminista.** São Paulo: Veneta, 2018.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das Letras. 2001.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad y Modernidad-racionalidad. In BONILLO, H. (Org.). **Los conquistados**. Bogotá: Tercero Mundo Ediciones; FLACSO, 1992. p. 437-449.

RIBEIRO, Katiucia; NJERI, Aza. Mulherismo Africana: práticas na diáspora brasileira. **Currículo sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, 2019. p. 595-608.

RIBEIRO, Djamila. **O que é Lugar de Fala**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Polen, 2019.

REDE LAC e MUSEU DA PESSOA. Transcrição de entrevista de Vanete Almeida a Imaculada Lopez. In: **Projeto Perpetuando a Rede LAC**. 2006.

ROCHA, Gabriel dos Santos. Antirracismo, negritude e universalismo em Pele negra, máscaras brancas de Frantz Fanon. **Sankofa - Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana.** São Paulo, ano 8, n. 15, Ago. 2015, p. 110-119.

SALDANHA, Marília; NARDI, Henrique. Uma Psicologia Feminista Brasileira? Sobre destaque, apagamento e posição periférica. **Psicologia Política.** São Paulo, v. 16, n. 35. Jan-abr. 2016. p. 35-52.

SANTOS, Luana Carola dos; CARVALHO, Ana Berlado; AMARAL, Julião Gonçalves; BORGES, Larissa Amorim; MAYORGA, Claudia. Gênero, feminismo e psicologia social no Brasil: análise da revista Psicologia & Sociedade (1996-2010). **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, 2016. p. 589-603.

SANTOS, Vivian Matias. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 30, 2018.

SANTOS, Yumi Garcia dos. Implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel do movimento feminista: o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. **Cadernos Pagu**. Campinas, v. 27, jul.-dez. 2006. p.401-426.

SARDENBERG, Cecilia; COSTA, Ana Alice. Feminismos no Brasil: Enunciando e Canalizando Demandas das Mulheres em sua Diversidade. **Labrys**, v. 20, 2011. p. 1-30.

SCOTT, Joan. Experiência. In. SILVA, Alcione; LAGO, Mara e RAMOS, Tânia (Orgs.). **Falas de Gênero**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 1999. p. 21-56.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TRINDADE, Catarina Cortesão Casimiro Nascimento. **"Xitiki é compromisso":** os sentidos de uma prática de sociabilidade na cidade de Maputo, Moçambique. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

VEIGA, Lucas. As diásporas da bixa preta: sobre ser negro e gay no Brasil. **Revista Tabuleiro de Letras.** Salvador, v. 12, n. 1, 2018. p. 77-88.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo In: VERSCHUUR, Christine. **Vents d'Est, vents d'Ouest:** Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux. Genève: Graduate Institute Publications, 2009.

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista

Prezada (nome), primeiramente gostaria de agradecer pelo empenho em garantir a Carta de Anuência do município, bem como agradecer pela semana de vivência e, especialmente, pela sua disponibilidade em contribuir com esse momento de entrevista.

Como informado anteriormente, temos por objetivo refletir sobre os sujeitos políticos das políticas públicas para mulheres. “Quem são as mulheres que estão executando essa política? Para quem essa política está sendo destinada? Com que objetivo? Quais os desafios, estratégias e possibilidades atuais? O que se vislumbra para o futuro dessa política pública?”. Todas essas perguntas compõem a base que orienta essa pesquisa.

Junto a senhora, eu gostaria de resgatar memórias do presente, com o propósito de produzirmos registros dos primeiros anos de gestão municipal de políticas públicas para mulheres em (cidade), (região).

Para nossa conversa, estão previstos sete blocos de perguntas. No primeiro, buscaremos conhecer um pouco sobre sua trajetória. No bloco seguinte, nos dedicaremos à gestão da política. No terceiro, temos por objetivo conhecer um pouco mais a Rede que compõe a política em seu município. No quatro bloco, iremos abordar algumas questões acerca do território no qual essa política está inserida. No quinto bloco, dialogaremos sobre ser uma mulher negra em espaços de poder. O penúltimo bloco abordará temas diversos e, no último bloco, faremos nossas considerações temporárias e finalizaremos nossa conversa.

Gostaria de lembrá-la que trata-se de uma entrevista semi estruturada. Nesse sentido, no decorrer do diálogo, poderão surgir novas perguntas além daquelas previstas no roteiro (previamente apresentado). Importante não perder de vista que não precisamos continuar a entrevista até o fim. Caso prefira fazer uma pausa para um descanso, podemos dar um intervalo, ou reagendar para finalizarmos em outra ocasião. Até mesmo é possível dizer que prefere não mais concluí-la. O importante é que a senhora possa se sentir a vontade durante e depois da entrevista. Também é oportuno lembrá-la que, conforme anunciado na ocasião do convite, toda nossa conversa será audiogravada. Entretanto, a qualquer momento, poderá sinalizar se desejar interromper a gravação.

A entrevista transcrita retornará para a senhora. Desse modo, se algum trecho precisar de elucidação, ou mesmo de correção ou retirada, será possível indicar o trecho no arquivo de documento de Word que será enviado para o e-mail que temos utilizado em nossa comunicação. Espero que seja uma ótima conversa!

1ª BLOCO - SOBRE A GESTORA

Militância política

- Antes de ser gestora da (Coord. / Sec.Ex. / Sec.) a senhora se considerava uma militante política?

- > Se não: ir para o próximo item.

-> Se sim:

- De qual (ou quais) movimento(s)?

- Qual o propósito político e quem era o sujeito desse(s) movimento(s)?

- Nesse(s) movimento(s), a senhora atuava em algum grupo político, ou organização? (Se sim, qual, ou quais?)

- Havia articulação estadual e/ou nacional?

- As experiências nesse(s) movimento(s) a levaram à gestão da política pública para as mulheres? (Se sim, como?)

Vida profissional

- Qual a sua formação acadêmica?

- A senhora poderia me falar um pouco sobre sua trajetória profissional antes de ser uma gestora pública?

- A senhora acredita que sua trajetória profissional foi importante para chegar à gestão da política pública para as mulheres? (Se sim, por quê?)

Questões pessoais

- A senhora poderia me falar um pouco sobre si? Que considerações poderia fazer sobre sua origem no que se refere à classe social?

- De que modo imagina que as questões de classe influenciaram na sua atuação como militante política/ profissional e/ou gestora?

- A senhora avalia que houve alguma mudança no que se refere a sua classe social?

- Quanto a sua orientação sexual, houve algum tipo de influência nas suas experiências profissionais, ou de militante política?

- E no que se refere a aspectos geracionais, a senhora identifica alguma questão que gostaria me falar?

Referências

- Para finalizarmos esse bloco, gostaria que conversássemos um pouco sobre suas referências. A senhora poderia me falar sobre suas principais referências familiares e/ou comunitárias?
- E sobre as referências políticas, o que a senhora gostaria de apresentar?
- Quanto às referências acadêmicas, o que acha importante pontuar?
- Qual a sua aproximação com o movimento e/ou a teoria feminista (ou mulherista)?
(Se for o caso: Com qual/quais corrente políticas e/ou linhas teóricas se identifica?)

2ª BLOCO - SOBRE A GESTÃO

- A senhora poderia me falar um pouco sobre o contexto do surgimento do Organismo municipal de política pública para mulheres em seu município?
(Se for o caso: como ocorreu a sucessão para sua gestão?)
- Para a senhora, qual a importância da sociedade civil organizada para o surgimento da (Coord. / Sec.Ex. / Sec.)?
- A senhora poderia me falar um pouco sobre o atual funcionamento do Organismo?
- Onde está localizado dentro da estrutura governamental do município? (Ligado ao Gabinete do Prefeito, à Secretaria de Ação Social?..)
- Como tem sido a relação/articulação com as outras políticas municipais?
- A senhora poderia me falar um pouco sobre o modelo de gestão do atual prefeito? Como tem funcionado a relação entre a Prefeitura e o secretariado?
- Há uma regularidade semanal, quinzenal, ou mensal de reuniões? E com a (Coord. / Sec.Ex. / Sec.), como tem sido?
- Como funciona o fluxo da gestão municipal? (A senhora avalia ser burocratizada? De fácil acesso?)
- Quais são as fontes dos recursos financeiros para a execução da política para mulheres?
- A senhora poderia falar sobre a dotação orçamentária municipal dessa pasta?
- Existem parcerias de financiamento com a sociedade civil? E com o Estado de Pernambuco? E com o Governo Federal?
- Em sua opinião, quais as limitações e possibilidades de ser uma (Coord. / Sec.Ex. / Sec.)?
- A senhora poderia apresentar brevemente a estrutura do Organismo de política para mulheres? Como é sua equipe?

- Qual o modelo de contrato das pessoas que compõem a equipe? (A senhora se sente à vontade para avaliar se considera justa a remuneração, da gestora e/ou da equipe?)
- Quais as atuais e/ou principais ações, programas e projetos executados pelo Organismo?
- Como tem sido possível executá-los?
- No que se refere a fluxo (instrumentais, C.I.s, Ofícios, etc) e memórias (fotográficas, por exemplo), como estão sendo realizados os registros e arquivamentos do Organismo?
- Há alguma forma de compilação de dados? (Se sim, já houve alguma forma de publicação? Se sim, qual/quais?)
- O que considera como marca de sua gestão?
- Quais têm sido os maiores desafios desse trabalho?
- Em sua opinião, para quem as políticas para as mulheres devem atuar? (No plano ideal (e/ou no contexto real), quais devem ser as prioridades?)

(sugerir intervalo)

3ª BLOCO - SOBRE A REDE

Rede municipal e regional
- Como tem sido a relação com a sociedade civil organizada? E com os movimentos políticos que atuam no município? Com qual/quais movimento(s) essa gestão tem dialogado?
- No seu município, há Conselho Municipal de Políticas para Mulheres? (Se sim: Como funciona? Como tem sido a relação com o Organismo? Se não: o que tem dificultado a criação?)
- Existe alguma Câmara Técnica e/ou Rede de Enfrentamento à violência contra a mulher? (Se sim, como tem atuado?)
- Como tem sido a relação com a Delegacia (da Mulher) do município?
- Como tem sido a relação com o Poder Judiciário no município? (Juízas/es, Promotoras/es)
- Como tem sido a relação com o Poder Legislativo do município? (Vereadoras/es)
- A senhora poderia me falar um pouco sobre a relação com os outros organismos dos municípios da sua região? Há algum tipo de rede entre esses organismos? (OBS: abordar CIM Pajeú / Empodera)
(- A senhora saberia me dizer qual o modelo de contrato das gestoras de organismos municipais de sua região? Que considerações a senhora gostaria de fazer sobre essa questão?)

- Para a senhora, qual a relevância de eventos como o (Fórum de Gestoras/Fórum de Mulheres Negras do Sertão/ Fórum do Empodera)? De que modo eventos como esse fortalecem sua gestão?

Rede estadual

- A senhora poderia me falar um pouco como tem sido a relação com a Coordenadora Regional da SecMulher-PE?
- Que considerações a senhora poderia me fazer sobre a relação com a SecMulher-PE? A senhora encaminha sistematicamente o Plano de Trabalho no modelo solicitado pelo Estado?
- Como avalia esse monitoramento/apoio?
- Em sua opinião, como tem funcionado os Fóruns de Gestoras? Qual sua avaliação sobre esse espaço?
- E sobre o FEMulher, que considerações a senhora poderia fazer? De que modo foi construído o projeto do município? Quais os desafios encontrados nesse processo?

Rede nacional

- Como tem sido/como foi a relação com a SPM (Secretaria de Política para Mulheres da Presidência da República) e/ou com outras pastas do Governo Federal?
- O número '180' tem garantido alguma forma de suporte para a política desenvolvida no município?
- Em algum momento houve algum tipo de articulação e/ou (co)financiamento de projetos?
- Em sua avaliação, quais os impactos da interrupção do Governo Dilma para as políticas públicas para mulheres?

4ª BLOCO - SOBRE O TERRITÓRIO

- Em sua opinião, qual a importância da interiorização e municipalização das políticas públicas para mulheres?
- Existem particularidades da sua região (Agreste/Sertão) que influenciam a forma de fazer política pública para mulheres? (Se sim, quais?)
- Que considerações a senhora poderia fazer sobre o seu município no que se refere à relação rural/urbano e a dimensão territorial do município?

- Que alternativas o Organismo tem encontrado para garantir maior/total abrangência no território municipal?

5ª BLOCO - SOBRE SER MULHER NEGRA

- A senhora poderia me falar um pouco sobre si? Poderia falar sobre ser uma mulher negra que atua/atuou na militância política, na vida profissional?
- E sobre sua experiência de ser uma mulher negra que ocupa espaços de poder? Que considerações a senhora gostaria de fazer?
- Quais têm sido os maiores desafios? (Poderia trazer exemplos e/ou relatar situações?)
- Como têm ocorrido as conquistas?
- O que a senhora vislumbra para o futuro no que se refere às relações raciais na gestão pública? (especialmente no que se refere às políticas para as mulheres)

6ª BLOCO – SOBRE TEMAS DIVERSOS

- Como tem sido a atuação no Organismo a respeito de:
(Caso não haja atuação direta, que considerações a senhora poderia faze sobre?):

- Cultura negra e povos de terreiro
- Sexualidade: mulheres bissexuais e lésbicas
- Identidade de gênero: mulheres travestis e transexuais
- Mulheres com deficiência
- Mulheres idosas
- Mulheres usuárias de drogas
- Mulheres prostitutas
- Mulheres encarceradas
- Mulheres sem terra /assentadas
- Diálogos sobre aborto
- Cultura machista/ Cultura do estupro

7ª BLOCO – CONSIDERAÇÕES TEMPORÁRIAS

- Como a senhora imagina as perspectivas de futuro da política pública para mulheres em seu município?
- E para o Estado? De que modo a senhora vislumbra a continuidade do trabalho que tem sido desenvolvido?
- A senhora poderia falar sobre suas expectativas a nível nacional?
- Existe algo que a senhora gostaria de abordar que não tratamos ao longo da entrevista?

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre Esclarecido

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós Graduação em Psicologia

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS - Resolução466/12)

Convidamos a senhora para participar como voluntária da pesquisa '*As Mulheres das Políticas para Mulheres: reflexões sobre sujeitos políticos e políticas públicas municipais em Pernambuco*', que está sob a responsabilidade da pesquisadora Raissa Barbosa Araujo, estudante de doutorado pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFPE. Endereço: Rua Vigário Barreto, nº 82. Apto 201. Espinheiro. CEP 52.020-140. Recife-PE. Contatos pessoais: e-mail: raissabarbosa_@hotmail.com e telefone: 81-99866-9480. Esta pesquisa está sob a orientação da Professora Doutora Karla Galvão Adrião, e-mial: galvaoadriao@gmail.com.

Caso este Termo de Consentimento contenha informações que não sejam compreensíveis, as dúvidas devem ser tiradas antes do início da entrevista. Após ser esclarecida sobre as informações a seguir, caso aceite conceder a entrevista, é necessário que rubrique as folhas e assine ao final das duas vias deste documento. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa a senhora não será penalizada de forma alguma, bem como será possível retirar o consentimento a qualquer momento, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Descrição da pesquisa: Essa pesquisa justifica-se pela necessidade de produção de estudos acadêmicos sobre o recente fenômeno histórico e social de criação de organismos municiais de políticas públicas para mulheres em Pernambuco. Diante disso, tem-se por objetivo compreender como têm sido definidos os sujeitos políticos das políticas públicas para as mulheres de municípios localizados em diferentes regiões do Estado de Pernambuco. Para tanto, serão realizadas entrevistas com gestora de organismos municipais de políticas públicas para mulheres.

Esclarecimento do período de participação da voluntária na pesquisa, início, término e número de visitas para a pesquisa: Se consentir, a senhora irá conceder uma

entrevista composta por perguntas abertas, com a previsão de duração de cerca de 2 (duas) horas, sendo possível ocorrer sua aplicação em apenas um encontro, em local acordado com antecedência. Entretanto, caso seja necessário interrompê-la, será possível reagendar uma data e local de acordo com sua disponibilidade. Para a gravação das entrevistas serão utilizados gravadores de áudio. Para registros de outros elementos que não constam na fala, serão utilizadas câmeras fotográficas e um diário de campo que acompanhará todo o percurso da pesquisa. Nenhuma imagem referente ao seu município será publicada sem sua prévia autorização.

Riscos diretos: Esta pesquisa apresenta como risco a possibilidade de constrangimento diante de alguma temática que lhe cause desconforto. Com o propósito de minimizar essa possibilidade, a entrevista deverá ser realizada em local reservado e a senhora pode se recusar a responder qualquer pergunta.

Benefícios diretos e indiretos: Como benefícios diretos esperados, apontamos a possibilidade de contribuir com sua experiência para a reflexão sobre a história das políticas públicas para as mulheres no seu município e para as suas próximas práticas profissionais vinculadas a atuação voltada para os segmentos de mulheres. Como benefícios indiretos, o material produzido será de conteúdo inédito e poderá colaborar com futuras construções de políticas para mulheres de diferentes regiões de Pernambuco. Ao final da pesquisa, haverá um encontro para devolutiva, marcado previamente com as participantes, quando haverá a apresentação e discussão do conteúdo produzido.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos, publicações científicas, como artigos, capítulos de livro, além da Tese de Doutorado que corresponde ao produto final dessa pesquisa. Os dados coletados nesta pesquisa ficarão em arquivos armazenados na sala do grupo de pesquisas a que esse estudo se vincula (Labeshu, situado no sétimo andar do CFCH), pelo período mínimo de cinco anos.

Nada será pago à senhora e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Caso ainda sinta algum desconforto vinculado diretamente a sua participação nessa pesquisa, contamos com oferta do apoio psicológico do Serviço de Psicologia Aplicada, localizado na Avenida Acadêmico Hélio Ramos, nº 518, Várzea, telefone: 2126-8731. Há também a possibilidade de contatarmos serviços da rede de saúde mental do seu

município.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: (Avenida das Engenharias/n–1ºAndar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail:cepccs@ufpe.br).

_____

(assinatura da pesquisadora)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIA

Eu,_____, CPF _____ abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com a pesquisadora responsável, concordo em participar do estudo *As Mulheres das Políticas para Mulheres: reflexões sobre sujeitos políticos e políticas públicas municipais em Pernambuco* como voluntária. Fui devidamente informada e esclarecida pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data _____

Assinatura da participante: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite da voluntária em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe da pesquisa):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

APÊNDICE C - Carta de Solicitação

SOLICITAÇÃO

Em atenção à **Secretária da Mulher de Pernambuco**

Recife, 03 de Abril de 2018

Sou Raissa Barbosa Araujo (RG nº 6.907.288 / CPF: 068.680.864-90), atualmente estudante do curso de Doutorado em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco. Entre os anos de 2013 e 2015 estive no cargo de subcoordenadora regional na Gerência de Formação em Gênero da SecMulher-PE e, inspirada por essa experiência de trabalho, estou desenvolvendo o projeto de pesquisa "AS *MULHERES* DAS POLÍTICAS PARA AS MULHERES: reflexões sobre sujeitos políticos e políticas públicas municipais em Pernambuco". Este projeto foi aprovado e financiado pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), sob o registro *IBPG-0810-7.07/15,* pela aderência aos critérios de priorização de projetos sobre política pública de impacto social

A pesquisa será diretamente desenvolvida junto a três Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres (um representante de cada uma das regiões: Metropolitana e Cidades Pólo, Zona Canavieira e Semiárido). O objetivo geral do trabalho consiste em "compreender quem são os sujeitos políticos das políticas públicas para as mulheres de municípios localizados em diferentes regiões do Estado de Pernambuco".

Como é sabido pela SecMulher, Pernambuco é o Estado brasileiro onde há o maior número de Organismos Municipais de Políticas para Mulheres. De acordo com o *Guia Para Criação e Implementação de Organismos Governamentais de Políticas Para as Mulheres* (publicado em dezembro de 2014 pelo Governo Federal), até o ano 2014, no que se refere aos municípios, havia 675 Organismos em todo o país. Desses, 158 localizados em Pernambuco, o que correspondia, na época, a 23,4% do total nacional. Esse número parece ser resultado dos esforços do Governo de Pernambuco pela interiorização e municipalização das políticas para mulheres. Trata-se de um fenômeno a nível nacional, merecedor da atenção dos estudos acadêmicos.

A partir do entendimento que os Fóruns de Gestoras (promovidos pela Gerência de Fortalecimento Sociopolítico dessa Secretaria) configuram-se como espaços legítimos de

reunião das gestoras municipais junto às gestoras estaduais, solicito através dessa carta o acompanhamento dessas atividades na condição de pesquisadora.

Coloco-me a disposição para maiores informações sobre o projeto de pesquisa e aguardo o retorno desta solicitação.

Contatos:
E-mail: XXXXXXXXX
Telefone: XXXXXXXX

Desde já, grata pela atenção.

_____

Raissa Barbosa

APÊNDICE D - Carta de Anuência

SUBSTITUIR O CABEÇALHO PELO DA INSTITUIÇÃO ONDE A PESQUISA SERÁ REALIZADA
(apagar essa orientação antes da impressão do documento)

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora Raissa Barbosa Araujo, doutoranda no Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação da Prof. Dra. Karla Galvão Adrião, a desenvolver o seu projeto de pesquisa As Mulheres das Políticas para Mulheres: reflexões sobre sujeitos políticos e políticas públicas municipais em Pernambuco, cujo objetivo é compreender como têm sido definidos os sujeitos políticos das políticas públicas para as mulheres de municípios localizados em diferentes regiões do Estado de Pernambuco.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos das Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde e suas complementares, comprometendo-se utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Local, em _____/ _____/ _____

_____

Nome/assinatura e carimbo do responsável onde a pesquisa será realizada

APENDICE E - Terra e mar do São Francisco

Imagem 1: **viagem com o Programa Criança Feliz no Sertão do São Francisco**

Terra batida e alaranjada. Na imagem, um carro e um ônibus escolar. Esses são os transportes utilizados pelos funcionários que trabalham na sede do município para alcançar as comunidades rurais do perímetro irrigado. Ao fundo, é possível ver bananeiras. Frutas da agricultura familiar.

Imagem 2: **mirante de Oxum**

No horizonte do Sertão do São Francisco, muita água. Em meio a água existem ilhas onde se refugiaram povos tradicionais: indígenas e quilombolas.

APÊNDICE F - ***Árido movie***: imagens de **cinema**, estradas de **aspirina** e coronéis **urubus**[226]

Imagens 1: **A solitude na estrada de aspirina**

Imagem 2: **o Caminhão Pipa a caminho de Várzea do Capibaribe**

[226] Referência aos Filmes "Árido Movie" (2006, dirigido por Lírio Ferreira) e "Cinema, aspirinas e urubus" (2005, dirigido por Marcelo Gomes). Ambos têm o semiárido nordestino como cenário representado na fotografia da produção audiovisual.

Imagem 3: **usina eólica a caminho de Noruega do Sul**

Imagem 4: **a estrada**